

Julho de 2016

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, A República, Expansão, Grandes Notícias, Novo Jornal, o Semanário Africa e outros.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>7</b>
1.1 Custo de vida em Angola é o mais alto dos últimos 12 anos	7
1.2 Luanda diz que não há meios para um reajuste salarial	8
1.3 Ministério mais próximo das famílias carenciadas	8
1.4 Preço ao consumidor varia 3,13 por cento no mês	9
1.5 Vida dos angolanos sofreu degradação generalizada	9
1.6 Combate à pobreza tem nova liderança	10
1.7 Estudo das Nações Unidas coloca Angola no último lugar no índice de Integração Regional.	11
1.8 Luanda entre as piores cidades para viver	11
1.9 “PLUTOGRATAS – A ascensão dos novos super ricos globais e a queda de todos os outros” chrystia freeland, Círculo de leitores 2014	12
1.10 Catoon	14
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>15</b>
2.1 Angola Investe recebe apoios	15
2.2 Campanha do BNA chega aos mercados	15
2.3 Literacia financeira em escolas do Bengo	15
2.4 Mais Empreendedores Formados	16
2.5 Transferências 'informais' na banca angolana	17
2.6 Angola embolsou um quarto dos empréstimos da china em África	17
2.7 Beneficiários do BUE reembolsam mais de 6 milhões kz do crédito recebido	18
2.8 Cafeicultores da Nharêa e Andulo à espera de apoios para alavancar produção	18
2.8 Jovens interessados em criar empresas	19
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>21</b>
3.1 Cidadãos estrangeiros encerram armazéns no Hoji-ya-Henda	21
3.2 Shoprite abastece mercado informal Condense	21
3.3 Preços de produtos básicos atingem preços astronómicos	22
3.4 Grossistas podem mudar para o Quilómetro 28 até Dezembro	23
3.5 Literacia financeira em escolas do Bengo	24
3.6 Vendedores são alfabetizados	24
3.7 Vendedores são alfabetizados	25
3.8 Vendedores ambulantes são registados em breve	25
3.9 Cem mil empresas 'fantasma' no país	26
3.10 Brigadas para a defesa do consumidor	27
3.10 Comerciantes começaram a ser cadastrados	27
3.11 Fogo posto reduz mercado do Kikolo a cinzas	28
3.12 Milhões aprendidos a kinguilas em parte incerta	29
3.13 Transferências 'informais' na banca angolana	29
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>31</b>
4.1 Revisão do Orçamento é apreciada pelo Executivo	31
4.2 ADRA Constata corte substanciais de Verbas ao sector social	31
4.3 ADRA defende mais verbas do sector social	32
4.4 Governo antecipa limites da despesa do OGE para 2017	33

4.5	Orçamento Rectificativo para 2016 não estará pronto antes de Agosto	34
4.6	Executivo revê objectivos orçamentais e crescimento desce de 3% para 1, 3%	35
4.7	Executivo revê objectivos orçamentais e crescimento desce de 3% para 1, 3%	36
4.8	Angola deixa de ser 30 fornecedor da China	37
4.9	Angola enfrenta desaceleração do crescimento estrutural	37
4.10	Défice público de Angola pode chegar aos 6,5% em 2016, diz Alves da Rocha	39
4.11	Execução do OGE aprovado com arrecadação de apenas 10% do previsto	39
4.12	Execução do OGE aprovado com arrecadação de apenas 10% do previsto	40
4.13	Execução do OGE aprovado com arrecadação de apenas 10% do previsto	40
4.14	Projecções até 2020 não apontam para a melhoria das condições de vida	41
4.15	Viagem gráfica a Economia Angolana	42
4.16	Investimento público recupera estradas	42
4.17	Cartoon	43
4.18	Conta Geral do estado de 2014 aprovada em controvérsia	43
4.19	Equipa económica reunida hoje no Luena	44
4.20	Requalificação do Sambizanga nas prioridades do PR	46
4.21	Primeira turbina da central II de Cambambe arranca hoje	47
4.22	Acertos finais à proposta de revisão orçamental	47

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 49

5.1	Aprovada, na especialidade, proposta de Lei da Administração Local	49
5.2	Proposta Visão moderna Sobre administração local	49
5.3	Lukombo Nzutuzola «Houve erros na contagem dos resultados do Censo»	51
5.4	IFAL defende administração participativa	52
5.5	Luanda "quebrada aos pedaços"	53

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 54

6.1	Faltou fiscalização nas centralidades	54
6.2	Plano de Luanda considerado um exemplo	54
6.3	Nova linha de transportes serve Kilamba e Sequele	55
6.4	Plano metropolitano, entre outras obras não são do conhecimento da ordem	56
6.5	“As Centralidades foram um mal necessário, hoje os preços das casas baixaram”	62
6.6	"O património tem que ter utilidade, senão fica abandonado"	64
6.7	Programas habitacionais devem reflectir realidade urbanística de cada região	65
6.8	Mais de três dezenas de pessoas ao relento	66
6.9	Novas construções invadem cemitérios no Huambo	67
6.10	Secretário visita o local	68
6.11	Venda de casas tem de ser declarada	68
9.11	O ciclo vicioso dos realojamentos em Luanda	69
9.12	Bom Jesus casas Sociais	70
9.13	Imogestim nega morosidade nas vendas	70
9.14	"Abandonam as casas e voltam a queixar-se"	71
9.15	Cinco anos depois os elogios e as críticas à Cidade do Kilamba	71
9.16	CITIC construction coloca em risco a vida dos moradores da centralidade do Kilamba	72
9.17	'Estou satisfeito com os moradores pela sua participação'	73
6.18	Governo devia fazer habitação social e não casa de lixo	74
6.19	Populares de Caxicane queixam-se de não receberem casa	74
6.20	Beneficiários da Nova Caxicane arrendam suas casas	75
6.21	Casas Sociais no Quimbele Entregues nos Próximos Dias	76
6.22	Cidade do Kilamba Comemorou cinco anos	76
6.23	Distribuídos lotes para autoconstrução	77
6.24	Hora de colocar de lado o espírito de rico"	78
6.25	Angola no encontro de análise da Nova Agenda Urbana	79
6.26	Nova agenda urbana em análise	80



<b>7. TERRA</b>	<b>81</b>
7.1 Canhongo esclarece disputa de terreno	81
7.2 Acesso a terra e aos fertilizantes	82
7.3 O ciclo vicioso dos realojamentos em Luanda	82
7.4 Expropriação de terras levada a comunidade internacional	83
7.5 Incidentes de Capupa fazem novos deslocados	84
7.6 Serviço de Protecção Civil desaconselha edificações	85
<b>8. SERVIÇOS BASICOS</b>	<b>87</b>
8.1 Empresa Mota-Engil vai receber 57 milhões para garantir limpeza	87
8.2 Criada Taxa de captação da água bruta	87
8.3 Taxado lixo não está a ser cobrada e recolha a meio gás	88
8.4 Lançado o projecto-piloto de agenciamento	88
8.5 Elisal despede mais de 400 trabalhadores	89
8.6 Lixo e capim "engolem" campo Olímpia África	90
8.6 Lucapa e arredores com água canalizada	91
8.7 Guiné equatorial e Angola entre os países com pior acesso a água potável diz Unicef	91
8.9 Taxa para captação de água será cobrada anualmente e terá valor "simbólico"	92
8.10 Obras do sistema de água comprometidas	92
8.11 Novas ligações domiciliárias abrangem áreas periféricas	93
8.12 Cidade do Sequele fica privada de água	93
8.13 Uma mescla de certeza e insegurança acompanha quem vive de cisternas	93
8.14 Programa Água para todos chega ao município da Chibia	94
8.15 Água e luz com tarifas justas e adequadas	95
8.16 DTS assina contrato de USD 17 milhões para reforçar subsector de água em Luanda	96
8.17 IRSEA denuncia incompatibilidade	96
8.18 Escolas e sistema de água em construção em Gacongo	97
8.19 Continente traça estratégias para a distribuição da água	98
8.20 Torneiras da EPAL em Cacuaco jorram água turva	98
8.21 Abastecimento de água potável melhora em breve	99
8.22 Executivo aumenta abastecimento de água	99
<b>9 GENERO E VIOLENCIA</b>	<b>101</b>
9.1 Imagem da mulher na publicidade gera controvérsia	101
9.2 Aumentam casos de violência doméstica no país	102
9.3 Violência sexual preocupa ministra	103
9.4 Mais de 25 mil casos de violência doméstica registados em 2015	103
9.5 Surgimento de bairros coloca meliantes em alta	103
9.6 Polícia desmantela rede de criminosos	104
9.7 Polícia pede à população para denunciar os crimes	105
9.8 Grandes somas atraem atenção dos marginais	105
9.9 Milhares de armas destruídas em todo o território Encerrou ontem na cidade do Namibe semana de acção global contra a violência armada	106
9.10 Polícia atenta à criminalidade	107
<b>10 AMBIENTE</b>	<b>109</b>
10.1 Arrancaram ontem actividades para a redução de riscos e desastres	109
10.2 Ministério regista falhas em estudos de impacto ambiental nas províncias	109
10.3 Ministra denuncia debilidades	110
10.3 Vidrul prevê produzir cerca de 46 mil toneladas de vidro em 2016	110
10.4 Protecção Civil e Bombeiros sensibilizam sobre desastres	111

10.4	Aprovada, na especialidade, a proposta de Lei das Florestas e Fauna	112
10.5	Mudanças têm impacto devastador	112
10.6	Sector florestal é alternativo	113
10.7	Fabrico ilegal de adobe ameaça o rio	113
10.8	Famílias sinistradas recebem ajuda	114
10.9	Angola exporta madeira para Europa e Emiratos Árabes Unidos	115
10.10	Chuva fez mais de 200 mortos	115
10.11	Chuvas provocaram centenas de vítimas	116
10.12	USAID anuncia financiamento para combate à seca	116
10.13	Serviço de Protecção Civil desaconselha edificações	117

## **11 MIGRAÇÃO** **118**

## **12 EXPLORAÇÃO MINEIRA** **119**

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Custo de vida em Angola é o mais alto dos últimos 12 anos

*Jornal Expansão*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: Martins Chambassuco*

O custo de vida subiu de forma acelerada, com a inflação homologa a atingir 31,80%, em Junho, um máximo desde 2004, enquanto a acumulada se fixou em 21,74%, o pior registo desde 2003.

Analistas prevêem um segundo semestre difícil para as empresas e famílias, apelando, no entanto, para a tomada de decisões' políticas sustentáveis para equilibrar o poder de compra dos angolanos.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), publicados na Folha de Informação Rápida de Junho, os preços em Luanda registaram uma variação de 3,27%, entre Maio e Junho do corrente ano.

A classe 'Bens e Serviços - Diversos' foi a que registou o maior aumento de preços, com 5,95%. Destacam-se ainda as subidas nas classes 'Saúde', com 4,56%, 'Vestuário e Calçado', com 3,95%, e 'Transportes', com 3,48%.

O INE indica que a variação de Junho de 2015 a Junho de 2016, bem como a sua tendência, se manteve-se em alta influenciada pelos preços dos produtos importados.

De acordo com o economista José Lopes, a crise financeira e cambial e a inactividade do sector produtivo tiveram um "impacto negativo" na evolução da inflação.

Os indicadores actuais, revela, estão "a abafar" todas as estimativas do Governo. "O kwanza continua a desvalorizar e o sector produtivo está inactivo, por falta de investimentos. Com este clima, não é possível estabilizar o mercado e o consumidor final vai continuar a pagar mais caro", diz realçando que o quadro macroeconómico está a ficar "insuportável".

As famílias de rendimento médio "viram o poder de compra a cair e a cesta básica está cada vez mais cara", refere o também docente universitário,

lembrando que os índices actuais da inflação superaram as previsões do Executivo, que prevê, no Orçamento Geral do Estado para 2016, uma taxa de inflação anual de 11%.

A variação homóloga, de 31,80%, constitui um aumento de 22,19 pontos percentuais face à observada em igual período do ano anterior.

A taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) em Luanda, por classes de consumo, mostra que, das 12 classes, 10 apresentam taxas superiores à unidade. As classes 'Comunicações' e 'Educação' não registaram variação durante o mês em análise.

A classe 'Alimentação e bebidas não alcoólicas' subiu com 3,11 % e a classe 'Bebidas Alcoólicas e Tabaco' avançou 3,40%, enquanto a do 'Vestuário e Calçado' subiu 3,95%.

Óleo de soja, automóveis, rendas de casa, pão carcaça, análises clínicas, coxas de frango, chispe de porco, sal de cozinha, fuba de milho e frango congelado foram os produtos que mais influenciaram a variação do índice de preços na capital.

"Temos um grande défice em termos de produção de bens e serviços e o recurso ao exterior também em nada está a contribuir para estabilizar a inflação. Assiste-se a um conjunto de promessas que não passam disso mesmo", lamenta o consultor de empresas Carlos de Assunção.

O País "deveria financiar os empresários angolanos e o Banco Nacional Angola, deve facilitar os pagamentos aos fornecedores externos", defende.

Relativamente a clima económico, reconhece as insuficiências do mercado, mas "é fundamental que se assegure a estabilidade social."

Os registos do INE, diz, devem servir de "aviso à classe governante para a adopção de medidas práticas para que, no curto e médio 'prazos, se reverta a situação".

As províncias que registaram maiores aumentos de Maio para Junho foram Cabinda (3,62%), Lunda Norte (3,50%) e Luanda (3,27%). Benguela (2,95%), Huíla (2,97%) e Lunda Sul (3%) foram as províncias onde se registou menor variação.

## **I.2 Luanda diz que não há meios para um reajuste salarial**

*Jornal República*

*15 De Julho de 2016*

*Fonte: DW*

A subida dos preços é constante, tanto nos mercados informais como nos formais. Ainda assim, o Governo angolano diz que não há meios para um reajuste salarial dos trabalhadores, que continuam a queixar-se da crise e da baixa remuneração.

Muitos funcionários dizem que os salários ficam muito pouco tempo nas suas contas por causa dos preços altos dos produtos, principalmente os bens alimentares. Anselmo Kuto, que trabalha como técnico de climatização numa universidade angolana, insiste num reajuste face ao actual momento que se vive em Angola: "O aumento do salário já devia ter acontecido há muito tempo. No meu ponto de vista, a decisão do Governo é uma decisão egoísta". Manuel Cassinda, que trabalha na área de jardinagem, também ficou irritado com o anúncio recente do ministro das Finanças, Armando Manuel, de que não haverá um acréscimo nos vencimentos: "No meu ponto de vista, o Governo tem de aumentar o salário dos funcionários devido à inflação que o país regista".

Para o cinegrafista Evandro Ferreira, se houver um reajuste salarial, muitas empresas poderão despedir alguns funcionários, porque as organizações também estão com dificuldades.

## **I.3 Ministério mais próximo das famílias carenciadas**

*Jornal de Angola*

*21 De Julho de 2016*

*Texto: Katia Ramos*

O Ministério da Assistência e Reinserção Social desenvolve, há já algum tempo, um processo catalogação dos beneficiários, um trabalho que vai facilitar um maior conhecimento e acompanhamento das famílias carenciadas no país.

A informação foi divulgada terça-feira, em Luanda, pelo ministro João Baptista Kussumua, para quem a catalogação dos beneficiários vai permitir ao Executivo e aos demais intervenientes prestarem serviços essenciais de forma mais articulada e uma maior racionalização dos recursos.

João Baptista Kussumua, que discursava na cerimónia de abertura do segundo seminário nacional da acção

social, realizado sob o lema "Os desafios sobre o quadro programático e legal", disse que o plano prevê uma acção conjunta dos vários sectores governamentais para permitir a continuidade dos objectivos de combate à pobreza, através da melhoria do bem-estar e da protecção das populações mais vulneráveis.

O titular da pasta da Assistência e Reinserção Social salientou que, numa perspectiva nacional e globalizada, "o plano serve como alavanca para a efectivação legal das acções' de prevenção, protecção e promoção dos grupos mais vulneráveis da população." O ministro insistiu na necessidade da continuação da discussão sobre o ajustamento das acções do sector social a médio e longo prazo, em função do contexto e do perfil da vulnerabilidade, da adequação do quadro legal e do asseguramento da eficácia dos instrumentos jurídicos e a sua respectiva aplicação e fiscalização.

"A proposta de Lei do Sistema Nacional de Acção Social, que também trazemos para vossa apreciação e contribuições, decorre (...) da necessidade de melhoria dos mecanismos legais, que propiciem as relações de cooperação e parceria entre o Executivo, as organizações de economia solidária e a responsabilidade social das empresas", acentuou o ministro João Baptista Kussumua.

No seu entender, a municipalização da acção social é a chave para garantir, no terreno, a implementação dos programas destinados aos mais vulneráveis, por via dos quais os serviços ficam mais próximos os cidadãos. No âmbito municipal dos serviços, salientou, é necessário que sejam estabelecidos os instrumentos específicos de planeamento, elegendo o município como unidade territorial principal, onde se investe a lógica da definição dos projectos e programas.

A cerimónia de encerramento foi presidida pela ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, que destacou as experiências internacionais da acção social, a situação actual da acção social em Angola, as organizações de economia social, a responsabilidade social das empresas e os desafios da acção social.

Nova forma de intervenção A ministra Filomena Delgado afirmou que os desafios macroeconómicos que o país vive impendem uma nova forma de intervenção, que inclui a melhoria e actualização dos métodos e técnicas de acção social, consonantes com os princípios de empoderamento e capacidade das populações.



Para a ministra, o plano de desenvolvimento de acção social, para o período 2016-2025, é um instrumento de actualização dos métodos e técnicas de intervenção social.

Filomena Delgado considerou o seminário um espaço facilitador da análise e do reforço das dinâmicas e estratégias de articulação e acção conjunta dos actores sociais, para a melhoria e maximização da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

A ministra Filomena Delgado acentuou que a municipalização da acção social, por ser um programa estrutural de grande importância, assume três objectivos centrais: reduzir os níveis de pobreza, com especial atenção no meio rural, promover e alargar a base de acesso de toda a população aos serviços básicos e impulsionar o crescimento e o desenvolvimento local.

## **1.4 Preço ao consumidor varia 3,13 por cento no mês**

*Jornal Economia e Finanças*  
22 De Julho de 2016

Índice de preços no consumidor nacional registou uma variação de 3,13 por cento, durante o período de Maio a Junho de 2016. A informação foi, recentemente, avançada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A variação dos preços, durante o mês de Junho mostra que a províncias que registaram maiores aumentos foram Cabinda com 3,62 por cento, Lunda Norte com 3,50 e Luanda com 3,27. Entre as com menor variação aparecem Benguela com 2,95, Huíla com 2,97 e Lunda Sul com 3,00.

A classe "bens e serviços diversos" com 5,41 por cento foi a que registou o maior aumento de preços. Destacam-se também o aumento dos preços verificados nas classes "saúde" com 4,23, "vestuário e calçado" com 3,42 e "alimentação e bebidas não alcoólicas" com 3,36.

Preços nacionais A classe "alimentação e bebidas não alcoólicas" foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços, com 1,61 pontos percentuais durante o mês de Junho, seguida das classe "bens e serviços diversos" com 0,30; "habitação, água, electricidade e combustíveis" com 0,24; "vestuário e calçado" e "transportes" com 0,20 cada. As restantes classes tiveram taxas inferiores a esta última.

Já no caso de Luanda, o nível geral do índice de preços no consumidor (IPC) da cidade capital

registou uma variação de-3,27 por cento entre o mês de Maio a Junho de 2016. A classe "bens e serviços diversos" foi a que registou o maior aumento de preços com 5,95.

Destaca-se também os aumentos dos preços verificados nas classes "saúde" com 4,56; "vestuário e calçado" com 3,95 e "transportes" com 3.48.

A variação homóloga situa-se em 31,80 por cento, registando um aumento de 22,19 pontos percentuais com relação a observada em igual período do ano anterior.

No gráfico abaixo apresenta-se a tendência da variação homóloga de Junho de 2012 a Junho de 2016.

O quadro (ver ao lado) com a taxa de variação do IPC Luanda, por classes de consumo, mostra que das doze classes, dez (10) apresentam taxas superiores a unidade.

As classes "comunicações" e "educação" não registaram variação durante o mês em análise.

A classe "alimentação e bebidas não alcoólicas" foi a que mais contribuiu para o aumento do nível geral de preços em Luanda, seguida de "bens e serviços diversos", "vestuário e calçado" e habitação, água, electricidade e combustíveis".

Quanto as restantes 17 províncias, Cabinda foi a que registou a maior variação. Nela, houve um registo de 3,62 por cento. Durante o período de Maio a Junho de 2016, acima mesmo qualquer outra incluindo Luanda.

A classe "Alimentação e bebidas não Alcoólicas" foi a que registou o maior aumento de preços com 4.58 por cento. Destacam-se também os aumentos dos preços verificados nas classes "mobiliário, equipamento doméstico e manutenção" com 3,50; "vestuário e calçado" com 3,31 e "hotéis, cafés e restaurantes" com 2,81.

## **1.5 Vida dos angolanos sofreu degradação generalizada**

*Jornal Expansão*  
22 De Julho de 2016  
Texto: Maurício Vieira Dias

O relatório social do Centro de Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica indica

que durante o ano de 2015, o País registou uma deterioração generalizada das condições da vida da População e um agravamento do défice de participação democrática.

Sendo que as razões apontadas estão associadas a questões económicas e políticas. O documento refere que no ano passado o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 2,8%, percentagem que "quase que nem cobre o crescimento populacional de 2,71% e muito menos garante a "renovação do stock de capital fixo da economia".

Segundo o documento, a taxa de desemprego manteve-se no intervalo entre 20% e 24%, sendo que o rendimento médio por habitante diminuiu consideravelmente, interrompendo uma sequência temporal positiva.

O trabalho do CEIC calcula que o PIB pé capita nacional passou de 5.014 USD por habitante, em 2014, para 3.856 USD em 2015.

Sem citar números, o relatório destaca o poder de compra dos rendimentos de trabalho sofreu desvalorizações significativas pela taxa de inflação e pela taxa de câmbio da moeda nacional. Por outro lado, "assistiu-se à manutenção da repartição injusta do rendimento nacional através da restrição no acesso a bens e serviços sociais, nomeadamente saúde e educação, bem como a manutenção da deficiência de funcionamento do espaço público".

O especialista em assuntos sociais da CEIC, Osvaldo Silva, explicou durante a apresentação do relatório que as dificuldades foram acentuadas devido à crise provocada pela quebra nos rendimentos na exportação de petróleo.

O técnico afirmou que o ano de 2015 foi de balanços negativos sociais. "Não atingimos nenhuma das metas e, ao contrário daquilo que são os dados oficiais. Nem mediamente cumprimos os compromissos internacionais. É o que os dados que apresentamos mostram", declarou durante a apresentação do relatório na última terça-feira.

Os autores do relatório queixam-se da "insuficiência de informação estatística oficial disponível sobre o comportamento dos principais indicadores sociais".

"Mas o problema não diz apenas respeito à crise económica, também se coloca naquilo que são as políticas e as previsões oficiais, que devem ser automaticamente refeitas, porque não tiveram bases sólidas", indicou. O Relatório Social da Universidade Católica de Angola, recorda que as projecções do Governo estão agora fundamentadas "em dados errados", que são "contrariados" pelas próprias conclusões do Censo da população, realizado em Maio de 2014.

Economia sem dinâmica O director do CEIC, Alves da Rocha, na apresentação do relatório económico

disse que a dinâmica de crescimento da economia angolana tem vindo a desacelerar significativamente, sendo que o CEIC projecta que "até 2020 a taxa média anual do crescimento do PIB andará a volta dos 2 a 2,5%".

Por sinal, garante o investigador sénior, o documento está em sintonia com as linhas dos indicadores do último relatório sobre as perspectivas da economia mundial lançado em Abril pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Neste momento nós não vislumbramos condições que ilustrem que o País retorne a intensidade do crescimento do passado", provisionou Alves da Rocha.

## I.6 Combate à pobreza tem nova liderança

*Jornal de Angola*  
28 De Julho de 2016

O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PMIDRCP) passou a ser coordenado pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher na segunda-feira, saindo da alçada do Ministério do Comércio.

Uma nota de esclarecimento do Ministério do Comércio informa que foi realizado na segunda-feira um acto de passagem de pastas emanado por uma orientação formalizada a 25 de Abril pela nota n° 1178 do Gabinete da Casa Civil do Presidente da República.

O acto de passagem de pastas contou com a participação dos ministros da Administração do Território, Família e Promoção da Mulher: e do Comércio, Bornito de Sousa, Filomena Delgado e Fiel Constantino. O documento desmente notícias divulgadas segunda-feira a afirmarem que o Programa de Aquisição de Produtos Agro-pecuários (PAPAGRO) também foi desvinculado do Ministério do Comércio.

A informação não corresponde à verdade, visto que o PAPAGRO continua sob a coordenação do Ministério do Comércio", declara a nota, na qual se acrescenta que, "em nenhuma das suas intervenções", o do Comércio relatou insucesso do programa.

## **I.7 Estudo das Nações Unidas coloca Angola no último lugar no índice de Integração Regional.**

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*

Angola aparece com o pior indicador dos países da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, em inglês) no que ao Índice de Integração regional diz respeito e um dos piores da Comunidade Económica dos Estados Centro-Africanos (CEEAC).

O estudo, promovido pela Comissão Económica das Nações Unidas para África, que é a autora, aponta Angola como tendo um baixo desempenho em matéria de integração, isto mesmo tendo em conta que o país faz parte de uma das comunidades de países mais integrada do continente africano, a SADC.

A livre circulação de pessoas, em que os resultados colocam Angola em último lugar nas duas estruturas, é uma das grandes responsáveis por este fraco desempenho de Angola, sendo que em termos de CEEAC o valor é apenas residual, muito próximo do zero, isto é, praticamente não há livre circulação de pessoas.

Num outro quesito, o da integração macroeconómica e financeira, os indicadores também não são favoráveis para o país, colocando o país no último lugar da CEEAC e no penúltimo da SADC, apenas superado pelo Malawi.

No que respeita à integração produtiva, Angola tem um valor mais alto dentro da SADC (quinto a contar do fim) mas tem uma integração produtiva nula na CEEAC, ao passo que no capítulo das infra-estruturas regionais Angola também é quinto a contar do fim na SADC, mas tem um comportamento muito melhor na CEEAC, no qual surge em segundo lugar.

Nem tudo é mau

Em matéria de integração comercial, Angola está em segundo lugar na CEEAC (num valor muito próximo do máximo) e supera Zimbabwe, Seychelles e Tanzânia na SADC, sendo o último dos países com integração média. Na CEEAC, Angola (36 por cento) e a RD Congo (19 por cento) são os principais contribuintes para criação de riqueza na região.

No entanto, a integração comercial é a que no continente apresenta valores mais altos em todas as estruturas regionais analisadas neste relatório.

Perante estes resultados, a Comissão Económica para África das Nações Unidas conclui que existe um forte potencial de integração em vários países africanos dentro das estruturas regionais e Angola faz parte dessa lista, ao lado de Argélia, Egipto, Etiópia, Líbia, Nigéria, RD Congo, Sudão e Tanzânia.

## **I.8 Luanda entre as piores cidades para viver**

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*

A capital angolana, Luanda, consta entre as piores cidades do mundo para se viver, segundo um recente estudo feito pela consultora norte-americana Mercer, com sede em Nova Iorque.

De acordo com a consultora, a classificação é uma das "mais completas e reconhecidas" internacionalmente e é feita para ajudar as empresas multinacionais a colocar seus empregados de "maneira correcta e segura" em trabalhos internacionais.

Num total de 450 cidades do mundo que foram alvo de estudo da Mercer, 230 países integraram a lista dos lugares com qualidade de vida muito baixa, aparecendo Luanda na posição 31.

A capital angolana aparece no "ranking" próximo de Dar Es Salaam (Tanzânia), na 33 a posição, da cidade de Lahore, no Paquistão, que ocupa o 32.0 lugar, e ainda próxima das cidades de Yangon (em Myanmar, no 30º) e Karachi, no Paquistão, que ocupa o 29º posto.

"A cidade angolana tem um alto custo de vida e os seus habitantes salários baixíssimos", justifica a consultora norte-americana as razões que levaram à atribuição da classificação de Luanda.

Questões ligadas à política ambiente, económica, ambiente sociocultural, serviços médicos, educação, serviços públicos e transporte, lazer, alimentação e habitação foram os pontos de partida que definiram as notas dadas a cada cidade na classificação.

Taxa de ocupação hoteleira cai para 25%

A taxa de ocupação das unidades hoteleiras de Angola caiu para 25% nos últimos dois anos, devido à crise económica que o país atravessa, disse o secretário-geral do Ministério do Turismo.

À margem da inauguração da sede da Associação dos Hotéis e Resorts de Angola, Paulo Manuel King Júnior acrescentou que o número de turistas

estrangeiros que visita o país caiu de forma substancial nos últimos anos, tendo ocorrido uma tendência semelhante no que se refere ao turismo interno.

As previsões do Ministério da Hotelaria e Turismo indicam que este ano menos de 500 mil pessoas visitem o país, contra cerca de 700 mil, em 2013.

## **I.9 “PLUTOGRATAS – A ascensão dos novos super ricos globais e a queda de todos os outros” chrystia freeland, Círculo de leitores 2014**

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*

A divisão entre 1% de muito ricos e os 99% restantes tem sido um slogan mobilizador, nomeadamente nas anifestações "OccupyWall Street" de 2011 em Nova York. O Prémio Nobel de Economia Joseph Stiglitz há muito que dá atenção ao fenómeno (veja-se "O Preço da Desigualdade", Livraria Bertrand, 2013), mas para ele, nos 1% que detêm 40% da riqueza nacional há uma gradação: o mais flagrante quanto a desigualdades é o que se passa nos 0.01%. Quando se fala em acesso à educação de elite, o grupo é maior (5 ou 10%).

Este livro da jornalista canadiana Chrystia Freeland é uma descrição desses favorecidos do ambiente económico e financeiro que emergiu no fim do século XX: como surgiram, quem são, como enriquecerem e como pensam.

Convém frisar que, como o subtítulo do livro indica, a ascensão dos super-ricos é não só absoluta, mas também relativa: a grande riqueza criada no Mundo não é um mar que foz subir todos os barcos: a classe média e a classe baixa vêem o seu nível de vida descer à medida que a classe de topo fica mais rica. Emmanuel Saez, quando analisa o aumento do rendimento dos EUA em 2009-2010, constata que foi de 2.3% em média, mas apenas 0.2% para os 99% (e negativo na base) e de 11.6% para os do topo.

Nestes super-ricos já não predominam os latifundiários ou proprietários de fábricas, ou seja, alguém que tenha que ver directamente com a produção material de bens: são, aparte os investidores nas novas tecnologias, os banqueiros e executivos, os analistas e especuladores financeiros, que progridem graças ao ambiente criado por três grandes forças: a globalização, o progresso tecnológico e a desregulação bancária e fiscal. No mundo bastante

virtual das novas finanças, o grande utensílio é a capacidade analítica, quase matemática, que é possível fazer quando os computadores e a internet permitem uma acumulação de dados sem precedentes, respeitando em tempo real, qualquer parte do mundo globalizado.

Se bem que muitos dos plutocratas entrevistados se vangloriem das suas origens modestas, valorizando o seu esforço individual, presentemente a corrida para o Eldorado é feita pelos 5-10% que têm acesso às grandes Escolas Americanas (a Ivy League - Harvard, Yale, Columbia, entre outras, nos EUA) ou Oxbridge (no Reino Unido), e nessas Escolas a preferência são os cursos de Economia, Direito e Programação Informática em detrimento das Humanidades, e com os formados em Economia e Direito a enveredar febrilmente para Bancos e Empresas, em detrimento da Academia.

Como diz a autora, na América os grandes vencedores são os banqueiros, citando o estudo que revela que, dos 40.000 Americanos com um património investido de mais de 30 milhões de dólares, 40% estavam nas finanças. Dos 0.1% do topo, 18% são agentes financeiros. Outro estudo revela que os investidores de wall Street ganharam nove vezes um excesso de mais de 100 milhões de dólares do que os directores executivos das empresas públicas. O sucesso dos banqueiros deve-se sobretudo a três instrumentos que foram criados apara estimular os mecanismos de especulação financeira: fundos de cobertura, capital de risco e fundos de capital privado, uma fronteira inovadora onde os indivíduos espertos e afortunados podem ganhar fortunas quase instantâneas.

Nas outras partes do Mundo, também a tríade globalização/tecnologia/desregulação se impôs, nomeadamente com a queda dos sistemas comunistas e estadistas na Rússia, China e Índia, e os super-ricos foram pululando. O que se passou com o desmantelamento da União Soviética fica encapsulado no diálogo de Chubais, na introdução do capítulo V do livro. Sobre a venda ao desbarato das riquezas do Estado Russo, orquestrada por uma equipa vinda expressamente de Harvard, diz a autora: '00 no que toca à criação dos ultras milionários do século XXI, a venda do século da URSS é o impulsor mais poderoso - mais importante do que a revolução tecnológica de Silicon Valley ou o florescimento das finanças em Wall Street e na City de Londres: dos 1226 ultra milionários da lista dos ricos da Forbes de 2012, 111 eram oligarcas da antiga União Soviética, 90 eram tecnólogos e 77 financeiros (00) As fortunas dos ultra milionários da Rússia podiam comprar cerca de um quinto do produto económico anual do País [enquanto que] os 424 ultra

milionários americanos só podem comprar um pouco mais de 10% do produto económico anual do seu País (00) e na Coreia do Sul eles só podem comprar 4% (00)! Segundo a Forbes, (00) em 2012 Moscovo era a "melhor cidade" do Mundo para ultra milionários, gabando-se de ter 78, por comparação com os 58 de Nova York e quase o dobro dos 39 de Londres, (00) os historiadores económicos verificaram que os oligarcas russos ficaram tão bem na vida que a desigualdade é ainda maior do que no tempo dos czares (00.)" E se os seus homólogos Americanos às vezes se apresentam com calças de ganga, os nossos oligarcas russos gostam de dar nas vistas: Abramovich, que comprou o Chelsea, manda vir da América o seu super dentista que o trata numa sala equipada no seu escritório. A cena de helicópteros a pousarem em super colégios Ingleses para recolher os meninos dos oligarcas é já familiar.

A queda do comunismo e com ele o enfraquecimento dos modelos centralizadores e estatistas de desenvolvimento já tinha sido precedido da revolução neoliberal de Reagan e Thatcher: a desregulação do sector financeiro, levando (citação de Stiglitz) à financiarização excessiva da economia (em 2008, 40% de todos os lucros empresariais pertenciam ao sector financeiro); a redução da progressividade do sistema tributário (Reagan diminuiu a taxa máxima de impostos sobre a classe de topo, de 70% para 28%), levando a que os 1% mais ricos pagassem no total uma taxa sobre o rendimento da ordem dos 20% - mais baixa do que a paga pelos americanos de rendimento médio. Como consequência, o Estado enfraquece com a falta de receita, e é estimulada a privatização, ou seja, a venda dos bens do Estado aos grupos económicos dominantes (00. que ainda ficam mais dominantes .i.) a fim de conseguir um pontual financiamento, que não impede o desmoronamento do seu sistema de apoio social, que constituía uma ajuda vital para as classes média e baixa. Há também o cuidado de enfraquecer os mecanismos de defesa e protesto dessas classes, e então reprime-se e enfraquece-se a acção sindical (Reagan, com a reacção à greve dos controladores aéreos, Thatcher com as leis criadas para liquidar a greve dos mineiros do País de Gales). Toda esta série interligada de eventos conduziu ao fenómeno simétrico que é a matéria deste livro: a ascensão dos muitos ricos e o empobrecimento das classes média e baixa.

A transição capitalista do regime comunista chinês também merece a análise da autora: a aparente tutela do Estado e do Partido Comunista sobre a adoptada economia de mercado fica comprometida com a informação do relatório Hurun de que os setenta membros mais ricos do Congresso Nacional do Povo ganharam em 2011 mais dinheiro do que o valor

combinado total de todos os membros dos três ramos do governo norte-americano. Enquanto que os 2 por cento do topo dos legisladores dos EUA (onze membros do Congresso) tinham uma riqueza média de 323 milhões, o valor médio dos 2 por cento chineses era de 1.44 mil milhões. Parece então que na China o capitalismo está instalado no âmago do Estado, ainda mais que na América. Mas existe alguma tutela sobre os mecanismos de mercado. Por exemplo, no que concerne à Saúde, a sua liberalização e a sofisticação tecnológica tinham atingido brutalmente a população rural - aquela que ainda não emigrou para as cidades - privando-a do seu básico mas eficiente sistema de Saúde dos "médicos de pé descalço".

Contudo, recentemente houve força política para fazer uma profunda reforma do Sistema de Saúde, de forma a torná-lo mais igualitário e servir a população rural (compare-se isto com a dificuldade que o Presidente Obama encontra por parte lóbis médicos, farmacêuticos e de seguros para conseguir dar acesso à Saúde à classe média baixa americana...). Até que ponto e até quando têm força no regime Chinês mecanismos virtuosos que coloquem a justiça e o bem-estar e a luta contra corrupção acima das leis de mercado, ou, se, como à autora lhe parece mais provável, as mudanças dos políticos traduzem apenas uma luta pelo poder entra as famílias dominantes no Partido, ficará à História dar uma resposta.

Em países mais periféricos em que não há uma dinâmica capitalista tão pujante, o enriquecimento tem uma base aparentemente diferente da que se descreve para a Europa, América e Ásia. Ele faz-se à custa do favorecimento político, da falta de transparência, da promiscuidade entre a política e os negócios, num modelo de desenvolvimento à volta de das receitas das matérias-primas, com os milionários a promoverem investimentos especulativos não produtivos ou a exportarem as receitas do Estado para bancos estrangeiros em lugar de incentivarem o desenvolvimento da produção local. Desta forma aumenta o desnível entre os muito ricos e a maioria miserável da população e aumenta a instabilidade política e a insegurança.

Mas será que nos países mais desenvolvidos não há favorecimento político? A resposta já foi dada, e cristaliza-se nos conceitos de "dolarocracia" e "corporatocracia" que equacionam a simbiose entre o pedir económico e financeiro (dos ricos e das grandes empresas) e o poder político. Veja-se os comentários finais da autora sobre a ascensão de Carlos Slim a primeiro ou segundo homem mais rico do Mundo, segundo a Forbes: 00. "Tal como Carlos Slim, da Telmex; os beneficiários das privatizações de empréstimos-para-acções da Rússia, os banqueiros de



Wall Street, da City de Londres e de Frankfurt, devem muito da sua riqueza a decisões de ajuda tomadas pelos seus reguladores e legisladores... ". E afinal quem são estes legisladores?

São os próprios beneficiários ou os seus associados: perto de metade de todos os 250 membros de Congresso eram milionários em 2010 e dez são plutocratas, com fortunas de 100 milhões de dólares. Seis por cento dos membros da Câmara dos Deputados e 12 por cento dos senadores têm carteira de ações na Bolsa.

## 1.10 Catoon

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*



## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Angola Investe recebe apoios

*Jornal de Angola*  
06 De Julho de 2016

*Texto: Mazarino Da Cunha*

O Banco Keve, instituição de direito angolano com um capital superior a 100 milhões de dólares e com 56 agências em 12 províncias do país, garante dar continuidade ao apoio financeiro a projectos do Programa Angola Investe.

A garantia de apoio aos projectos de desenvolvimento e à economia nacional foi prestada segunda-feira, em Luanda, pelo presidente da comissão executiva do Banco Keve, Arlindo Rangel, durante a inauguração de agências na estrada de Catete, em Viana, e no Luanda Shopping.

Em declarações à imprensa, Arlindo Rangel disse que, apesar do momento pouco produtivo que o país atravessa, o Banco Keve vai continuar a desenvolver estratégias para rentabilizar os depósitos em créditos para as famílias e às empresas nacionais. A abertura da agência na estrada de Catete em Viana, disse Arlindo Rangel, vai permitir maior eficácia na captação de capitais às empresas situadas naquele município e a do Luanda Shopping vai assegurar aos particulares serviços personalizados e com mais rapidez.

Apesar de ser um ano difícil, preenchido de alguns cortes nas despesas em investimentos para particulares e empresas, acrescentou que o Banco Keve continua a melhorar e garante que vai vencer as actuais dificuldades.

Com 500 funcionários distribuídos em 56 dependências, o Banco Keve prevê expandir-se para este ano nas seis províncias em falta, nomeadamente Lunda Norte e Sul, Zaire, Bié, Bengo e Cuanza Norte.

### 2.2 Campanha do BNA chega aos mercados

*Jornal De Angola*  
12 De Julho de 2016

Um total de 800 vendedores do mercado de São Pedro, na zona de Povo Grande, arredores da cidade de Cabinda, procedeu, pela primeira vez, à abertura de contas bancárias, no âmbito da campanha de bancarização promovida pela direcção regional do

Banco Nacional de Angola (BNA). O delegado regional do BNA, Sebastião Franque Banganga, disse ontem à Angop que a campanha tem como objectivo criar mecanismos de acesso aos produtos "Bankita" e "Poupança Bankita a crescer". No próximo fim-de-semana, a campanha vai estar direccionada ao mercado de Cabassango.

### 2.3 Literacia financeira em escolas do Bengo

*Jornal de Angola*  
14 De Julho de 2016  
*Texto: Edson Fontes*

O projecto de inserção de literacia financeira no sistema de ensino, nas disciplinas de matemática, história, línguas portuguesa, inglesa e francesa, que o Banco Nacional de Angola tem vindo a levar a cabo, em parceria com o Ministério da Educação, foi apresentado terça-feira em Caxito, na província do Bengo.

A vice-governadora para o Sector Político e Social, Maria Augusta Peixoto, que fez a apresentação do projecto, realçou a sua importância e disse que o mesmo visa desenvolver as capacidades das crianças e jovens na gestão dos recursos financeiros presentes e futuros.

Maria Augusta Peixoto deu a conhecer aos participantes que a literacia financeira não depende do nível de renda ou de escolaridade, mas significa viver bem com o dinheiro que se tem. "Não é uma nova disciplina, mas sim um conjunto de conteúdos transversais que o professor deve enquadrar no seu plano de aulas e trabalhar com os alunos."

Para a governante, a apresentação do projecto a nível da província demonstra que existem recursos humanos formados e altamente capacitados, para transmitir os conhecimentos adquiridos pelos demais professores, das cinco disciplinas abrangidas no referido projecto.

Maria Augusta Peixoto recordou que o projecto-piloto foi lançado a nível nacional em 2015, tendo como base o protocolo assinado pelo Banco Nacional de Angola e o Ministério da Educação. As províncias de Luanda, Cuanza Sul, Namibe e Zaire, também, se fizeram presentes.

Sublinhou que a entidade gestora do projecto teve a visão de iniciar a sua implementação nas escolas, como espaços privilegiados para o aprofundamento

dos conhecimentos. Prevê-se, durante o ano em curso, que o projecto se estenda a todas as classes do primeiro e segundo ciclo, ensino técnico e formação de professores, segundo a vice-governadora da província do Bengo, que acrescentou que "vão ser reforçadas as acções formativas, durante a pausa pedagógica do segundo trimestre e nas duas primeiras semanas de Setembro."

O director provincial da Educação, Ciências e Tecnologia, António Quino, disse que, através de metodologias e ferramentas onde se incluem sessões de sensibilização, informação, oficinas de trabalho e jogos lúdico pedagógicos, se pretende criar momentos de reflexão e debates adequados ao público-alvo.

Neste âmbito, acrescentou, o objectivo maior passa por envolver os alunos, com o objectivo de se simular atitudes e comportamentos que levem à tomada de decisões esclarecidas e responsáveis; para melhorar os conhecimentos e atitudes financeiras, apoiar a inclusão financeira, desenvolver hábitos de poupança, promover o recurso responsável ao crédito e criar hábitos de precaução. Participaram do acto de lançamento do projecto de inserção de literacia financeira directores municipais da Educação e de escolas do primeiro e segundo ciclo, ensino médio e de formação de professores, representantes do Ministério das Finanças e demais convidados.

## 2.4 Mais Empreendedores Formados

*Jornal de Angola*

*21 De Julho de 2016*

*Texto: Marcelo Manuel*

Um total de 1.755 jovens formados pelos centros de formação profissional, adstritos ao Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), obteve este ano o primeiro emprego, fruto da parceria deste órgão com distintas empresas privadas, sedeadas na província do Cuanza Norte.

O director provincial do INEFOP, Maurício Miguel, que balanceava ontem as actividades do primeiro semestre do ano em curso, disse que os novos técnicos trabalham essencialmente em pequenas e médias empresas ligadas aos sectores de vendas de produtos alimentares, roupa e calçado, bebidas, empresas do ramo agrícola, industrial e prestação de serviços.

Do número em referência, disse, 1.492 jovens são do sexo masculino. Maurício Miguel sublinhou que o

INEFOP, que controla 356 empresas de pequeno porte e 83 médias, trabalha no cumprimento dos programas e políticas do Executivo ligadas ao emprego e à formação profissional dos cidadãos, cujo objectivo é a modernização e o desenvolvimento do país. "Estamos de igual modo a trabalhar para o suporte e apoio a iniciativas do sector empresarial, fundamentalmente no que toca à ascensão e criação de oportunidades para o empreendedorismo, para o incremento das possibilidades de criação de postos de trabalho em diversos sectores", disse.

É igualmente objectivo do INEFOP melhorar a qualidade e a quantidade da formação inicial e contínua da mão-de-obra nacional, promovendo o desenvolvimento dos recursos humanos, para o reforço da empregabilidade, aumento dos níveis de qualificação dos cidadãos, com a participação dos parceiros sociais nos distintos sectores da economia.

Maurício Miguel apontou a criação do Centro Local de empreendedorismo e Serviços de Emprego, conhecido por Classe, como ferramenta essencial para o surgimento do empreendedorismo, para apoiar os angolanos na superação de múltiplos desafios, para a obtenção de um emprego digno e disseminar a cultura do empreendedorismo.

Tal desiderato, disse, só é possível através de acções concretas de capacitação, factor que permite aos empreendedores identificarem e implementarem oportunidades de negócios geradores de rendimentos susceptíveis de proporcionar bens e serviços fundamentais às comunidades.

O responsável do INEFOP na província do Cuanza Norte ressaltou a necessidade de complementar-se a formação profissional dos jovens com oportunidades de inserção directa no mercado de trabalho, através de iniciativas de negócios locais, quer micro, quer pequenos negócios.

Maurício Miguel realçou também a importância da concessão e do desenvolvimento de conteúdos programáticos inerentes ao empreendedorismo, para assessorar os empreendedores na elaboração de planos de negócios e estudos de viabilidade económica, susceptíveis de serem submetidos às distintas agências financeiras e prestar informações em tempo real, através dos serviços de emprego, contemplados sobre a procura e oferta da mão-de-obra qualificada.

## 2.5 Transferências 'informais' na banca angolana

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*

*Texto: Faustino Diogo*

Supostos funcionários bancários estão a utilizar esquemas de transferência de divisas para o exterior do país com uma taxa de câmbio um pouco abaixo daquela que é praticada na rua e acima da taxa oficial. O mecanismo funciona com a utilização de intermediários que fazem a ponte entre os interessados e os supostos funcionários.

O câmbio praticado nestas operações varia entre os 35 a 45 kwanzas por cada dólar, valor abaixo do praticado na rua, tornando o "negócio" mais atractivo.

A operação demora entre uma a três semanas, dependendo do valor em causa, conforme contou ao Novo Jornal um intermediário.

"O tempo para a transferência varia. Pode ser uma semana ou mais. Tudo depende do valor e do país para onde é transferido", explica.

Portugal aparece como o país com maior procura, entre nacionais e estrangeiros, para esta operação.

"Se o cliente tiver conta em Portugal é mais fácil", explica o nosso contacto. Caso não tenha, a operação é realizada na mesma e "o cliente pode receber o dinheiro no destino ou se tiver alguém de confiança pode trazer para Luanda".

Quem já utilizou o 'esquema' garante que é seguro.

Sob anonimato, João Miguel (nome fictício) explica que ficou a saber do "negócio" por um colega de trabalho. "O meu colega disse que havia esta possibilidade e, como estava a precisar de dinheiro e aqui não conseguia, tentei. Felizmente, deu certo", esclarece.

Por 1200 euros pagou 630 mil Kwanzas a dois meses e recebeu o dinheiro em Luanda vindo de Portugal no final do mês passado. "O meu dinheiro veio com o do meu colega. A irmã dele estava lá e deram-lhe o dinheiro. Tudo foi tratado com meu colega", concluiu a nossa fonte.

Esta semana, o BNA informou em comunicado que, na semana passada, vendeu 106,2 milhões de euros (o equivalente a 118,7 milhões dólares), elevando para 716,1 milhões de dólares o montante de divisas já disponibilizado este mês à banca comercial. No entanto, a procura de divisas mantém a pressão sob a

banca, que não consegue dar resposta às solicitações. O sector bancário vai justificando-se com o excesso de pedidos, alegando que os montantes vendidos nos leilões do banco central ainda não são suficientes.

No mercado informal, o dólar mantém-se em alta, apesar de alguma ligeira baixa face à semana passada, variando entre os 53 mil e os 65 mil kwanzas por nota de 100 dólares.

## 2.6 Angola embolsou um quarto dos empréstimos da china em África

*Jornal O PAÍS*

*01 De Julho de 2016*

Angola recebeu um quarto dos empréstimos concedidos pela China a países africanos nos últimos 15 anos. Um estudo feito por académicos norte-americanos indica que 84% do crédito concedido à indústria extractiva ficou com a Sonangol. As conclusões do estudo do China-Africa Research Initiative (CARI), da universidade norte-americana Johns Hopkins, foram apresentadas em Junho, ao fim de 9 anos de trabalho, pelos investigadores Jyhjong Hwang, Deborah Brautigam e Janet Eom.

Dos 86,9 mil milhões de dólares de crédito concedido pela China a África entre 2000 e 2014, pelo governo chinês, bancos e empresas, o estudo indica que Angola beneficiou de 21,2 mil milhões de dólares' 23% do total, seguido da Etiópia, Sudão, Quênia e República Democrática do Congo.

No seu estudo, os investigadores dizem ainda que a maior instituição financiadora dos projectos de Angola foi o Banco de Desenvolvimento da China com 11,3 mil milhões de dólares, seguido do Banco de Exportações e Importações (ExIm) da China, com 7,36 mil milhões de dólares. O estudo realça ainda o montante de 2,5 mil milhões de dólares concedidos por outras instituições.

Os investigadores afirmam no estudo consultado pela agência Macauihub, que quase todos os empréstimos da China a Angola são garantidos por petróleo, sendo metade financiamento a infra-estruturas de transportes e agricultura, pelos bancos ExIm e de Desenvolvimento da China, ao passo que o restante é constituído por empréstimos comerciais à Sonangol pelos bancos de Desenvolvimento da China e Industrial e Comercial da China.

O estudo indica ainda que 84% dos empréstimos da China, à indústria extractiva africana tiveram como destino ficaram com a Sonangol.

## Transportes em África mais financiado

A investigação dos estudiosos norte-americanos revela ainda que no continente africano, os 3 sectores que receberam mais financiamento foram os transportes com 24,2 mil milhões de dólares, a energia com 17,6 mil milhões de dólares e à indústria extractiva com 9 mil milhões de dólares. Os empréstimos para o sector dos transportes envolveram sobretudo construção e renovação de estradas, caminhos-de-ferro, aeroportos e portos, bem como a compra de veículos de transporte de pessoas. Numa altura de abrandamento económico em Angola, as empresas chinesas têm-se mostrado as mais activas, devido à linha de crédito da China, que prevê financiar 155 projectos com 5,2 mil milhões de dólares.

No final de Maio, o governo angolano autorizou a contratação de empresas chinesas para realizarem 23 obras públicas, de abastecimento de água e reparação de estradas em oito províncias, por cerca de 550 milhões de dólares, empreitadas a realizar nas províncias do Bengo, Bié, Huambo, Namibe, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Malanje e Uíge.

Entre os países de língua portuguesa, destacam-se ainda na base de dados da universidade de Johns Hopkins Moçambique, com 1,86 mil milhões de dólares recebidos, dos quais 1,66 mil milhões de dólares do Banco ExIm, e a Guiné Equatorial, com 2,5 mil milhões de dólares.

Cabo Verde recebeu 152 milhões de dólares, não registando a base de dados do CARI qualquer crédito chinês à Guiné-Bissau ou a São Tomé e Príncipe.

## 2.7 Beneficiários do BUE reembolsam mais de 6 milhões kz do crédito recebido

*Jornal Expansão*  
8 De Julho de 2016

Concebido para constituir micro e pequenas empresas, o Balcão Único do Empreendedor, no Huambo, está a dar os primeiros resultados. Os beneficiários do programa de fomento da actividade empresarial e do empreendedorismo do Balcão Único do Empreendedor CEUE), na província do Huambo, reembolsaram os montantes que lhes tinham sido concedidos para projectos produtivos, no valor de 6,5 milhões kz, de meados de 2015 até Abril deste ano.

Em declarações à Angop, a coordenadora do BUE, na região, Maria da Conceição Katuvala, disse que o montante reembolsado é parte do valor concedido, entre 2012 a 2013, a 1692 empreendedores que constituíram suas pequenas empresas no BUE.

Lembrou que o BUE concedeu, em forma de crédito, cerca de 10 milhões USD ao câmbio de 2012-2013. Maria da Conceição Katuvala disse que a sensibilização dos devedores para reembolsarem os valores continua, realçando que o montante servirá para financiar outros empreendedores que remeteram pedidos ao BUE.

Enquanto se aguarda pelo reembolso total, a gestora deu a conhecer que a instituição está a Disponibilizar certidões comerciais, avais morais, atestados de residência, certificados de admissibilidade, certificados de estatística e licenças, documentos fundamentais para se iniciar com a actividade comercial.

O BUE é um serviço público que tem por objectivo constituir microempresas, de modo a transformar a actividade económica informal em formal.

Na província do Huambo, onde foi inaugurado o primeiro do País, há 12 balcões que constituíram, até ao momento, 2.190 microempresas dedicadas aos ramos do comércio, prestação de serviço, construção civil, hotelaria e turismo.

Recentemente, o administrador do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Samora Kitumba, admitiu que o BUE e o Angola Investe é são iniciativas que "não funcionaram", estando aquém das expectativas de todos os intervenientes.

"Os programas estão a ser revistos e melhorados, e vão ressurgir e mais direccionados com o acompanhamento dos bancos aos projectos", afirmou Samora Kitumba.

## 2.8 Cafeicultores da Nharêa e Andulo à espera de apoios para alavancar produção

*Jornal Expansão*  
8 De Julho de 2016  
Texto: Martins Chambassuco

A província do Bié foi, no tempo colonial, referência, na produção do café arábica. O relançamento da



actividade na região foi concebido, pelas autoridades locais, como um programa estratégico visando o aumento das receitas fiscais, no âmbito da diversificação da economia.

Mas a falta de financiamentos e a não concessão de créditos bancários estão a afectar de forma negativa o desenvolvimento dos projectos. Em declarações ao Expansão, a administradora municipal da Nharêa, Maria Lúcia Chicapa, diz que as duas regiões já foram grandes produtoras no passado e tudo indica que a produção de café arábica poderá ser uma realidade.

Para impulsionar o sector, o governo provincial fez um contrato de parceria com as autoridades do Cuanza Sul para o fornecimento de cinco mil mudas de cafeeiros, numa primeira fase. Quando concluído, serão plantados 12 mil, numa extensão de quase 1000 hectares.

"Estamos a trabalhar com a província do Cuanza Sul para o repovoamento das fazendas antigas no sentido de resgatar o potencial da Nharêa e do Andulo", afirmou.

Esta iniciativa, prosseguiu, não basta. No seu entender, havendo financiamentos directos aos produtores, o crescimento das quotas de produção pode aumentar.

Mesmo com as dificuldades financeira evocadas, segundo avançou, nas áreas reservadas à produção, os cafeicultores estão a produzir, embora em quantidades reduzidas. "Fizemos um contacto com Paulino dos Santos, ex-governador do Bié, que prometeu trazer empresários para investir no sector e escoar o produto", revelou. As comunas de Caieie, Dando, Gamba e Lúbia, na Nharêa, são os pontos nevrálgicos para o desenvolvimento dos projectos de produção de café.

A indústria cafeícola é estratégica no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, mas a crise económica e financeira que afectou o País está a desacelerar crescimento do sector.

"Temos certeza de que haverá aumento na produção com a revitalização da indústria e pensamos que haverá maior atracção dos investimentos e financiamentos", garante a governante.

## 2.8 Jovens interessados em criar empresas

*Jornal de Angola*

*11 De Julho de 2016*

*Texto: Luísa Vitoriano*

O Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE) promoveu sexta-feira em Malanje um encontro sobre associativismo e empreendedorismo, visando incentivar a criação de micro e pequenas empresas.

O encontro, sob o lema "Participação da Juventude na Concretização da Diversificação da Economia", resulta de uma parceria da FAJE com Governo Provincial de Malanje.

Durante o encontro, em que participaram empresários locais, jovens empreendedores, estudantes e funcionários de instituições bancárias, foram abordados temas relacionados com o empreendedorismo como uma ferramenta para a diversificação da economia e as experiências sobre micro crédito.

Na abertura dos trabalhos, o vice-governador provincial de Malanje para o Sector Económico, Domingos Eduardo, em representação do governador provincial, recordou que Angola faz parte dos países cuja economia depende do petróleo e se confrontam com dificuldades financeiras devido à queda dos preços desta matéria-prima, mas sustentou: "Não podemos esmorecer porque as crises são cíclicas e temos que transformar estes momentos difíceis em oportunidades".

O vice-governador provincial réu feriu que o Executivo continua a desenvolver projectos no sector da agricultura nas províncias de Malanje, Bengo e Benguela, com destaque para a Fazenda Biocom e para os perímetros irrigados de Caxito e Catumbela, que já permitem a exportação de produtos.

O Governo Provincial de Malanje aprovou um projecto de fomento da agricultura juvenil, que tem como objectivo incentivar juventude a investir no sector agrícola e de agro-negócios. Domingos Eduardo anunciou a participação dos empresários da província de Malanje no fórum promovido pela

Câmara da Indústria de Valência que vai ter lugar em Espanha no próximo mês de Novembro. O coordenador provincial do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores em Malanje, João Diogo Gaspar, considerou que o empreendedor é o indivíduo que não espera que as coisas aconteçam, mas que está sempre motivado, com boas ideias, para desenvolver os seus projectos e alcançar objectivos.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Cidadãos estrangeiros encerram armazéns no Hoji-ya-Henda

*Jornal A República*

*01 De Julho de 2016*

*Texto: Mafuta Malanda*

A Crise económica que assola o país, provocada pela queda do preço do petróleo no mercado Internacional, bem como a falta de divisas, está a levar a que proprietários dos armazéns localizados na comuna do Hoji - ya - henda, município do Cazenga encerrem os mesmos. A falta de divisas está a dificultar o processo de importação de mercadorias para o país. A nossa equipa de reportagem visitou alguns armazéns daquela comuna e constatou que vários são os armazéns que nesta altura encontram-se encerrados e segundo o que apurámos no local, os seus proprietários já abandonaram o país. Os que ainda estão abertos deparam-se com graves problemas de escassez de mercadorias, assim como falta de clientes. Em declarações à nossa equipa de reportagem, Mohamed Diarra, cidadão da Costa do Marfim, disse estar em Angola há bastante tempo e nunca ter vivido situação do género: "Estou em Angola desde 2004 e nunca vi o que estamos a viver nos dias de hoje. O vosso país sempre foi bom lugar de se fazer negócio, mas desde o ano passado que as coisas não vão bem". Diarra disse que pondera abandonar o país, à semelhança do que fizeram os seus conterrâneos:

"Os meus colegas já foram-se embora, estou à espera que essa mercadoria acabe para emigrar para a República Democrática do Congo, onde já estive ou mesmo regressar para o meu país: concluiu. O mesmo constata-se no mercado do Kikolo. A praça está quase vazia, pouco movimentada, escassez de quase tudo e poucos clientes, situação que contrasta com as características daquele que é o maior mercado do país a céu aberto. Os comerciantes que vendem nos contentores estão igualmente a encerrá-los por falta de mercadorias.

Para conseguirem divisas, alguns comerciantes compram mercadorias aqui e comercializam - nas na República Democrática do Congo e lá compram divisas para posteriormente embarcar para a China ou no Dubai à compra de mercadorias para importar para o país.

### 3.2 Shoprite abastece mercado informal Condense

*Jornal O PAIS*

*08 De Julho de 2016*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

Cresce o número de comerciantes que procuram os supermercados da rede Shoprite para adquirirem produtos diversos a baixo custo e revenderem no mercado informal: É o caso da Adelina Filipa, 44 anos de idade, que se encontrava numa loja da rede localizadas Talatona, concretamente do Bellas Shopping, com a intenção de comprar frescos.

"Na shoprite os preços dos frescos e outros produtos da cesta básica estão mais acessíveis em relação aos armazéns e outras redes comerciais", explica a negociante.

A moradora do bairro Dangereux explica que enfrentou uma grande fila para adquirir os produtos, mas compensou, porque conseguiu poupar algum dinheiro.

Na mesma secção encontramos Emília Francisco, que acordou às 6 horas com o mesmo objectivo. A comerciante referiu que ela e as suas colegas deixaram de comprar produtos nos armazéns de venda à grosso. "Durante estes dias estamos a preferir fazer compras na Shoprite, por causa dos preços acessíveis", explica.

Passados alguns metros, estava Maria Marta, na área dos hortícolas, a escolher cebolas para revender num outro local, pois no mercado paralelo o produto está com o preço mais alto. Na sua opinião, o estabelecimento comercial tem os preços mais acessíveis em relação aos armazéns, e os pontos de venda através de feiras móveis estão a ajudar as famílias, principalmente aquelas de baixa renda.

Os produtos mais procurados na rede comercial fazem parte da cesta básica, designadamente o açúcar, o óleo alimentar, o leite, as hortaliças e carnes e peixe. No estabelecimento situado na Urbanização Nova Vida, o cenário é igual. A secção dos frescos era a mais procurada pelas comerciantes. No local era impossível chegar perto, tendo em conta o aglomerado de pessoas.

As comerciantes que não conseguissem comprar frango procuravam outros produtos para obter algum rendimento, óleo, leite ou até mesmo cremes. Nos caixas as filas eram intermináveis, partindo de um extremo da 10- já ao outro.

Susana Moreira, vendedora do mercado do Dangereux referiu que procurava por negócio no interior da loja, para sustentar os filhos, pois o marido está desempregado, colocando sobre os seus ombros o sustento da família. "Estou aqui para comprar frescos, mas está muito difícil. No entanto, vou esperar até levar alguns frangos ou litros de óleo", explica.

No estabelecimento do bairro Palanca, pessoas corriam de um lado para outro em busca de fichas (método que os responsáveis do estabelecimento decidiram implementar para maior organização) para conseguirem levar frescos. Para comprar uma grande quantidade de produtos, as senhoras procuravam pessoas que também estavam a fazer compras para registar. Há ainda aqueles casos em que levam familiares para cada um registar um saco. Deste modo levarem uma quantidade considerável de produtos diversos.

Ana Maria estava no local desde às 6 horas da manhã para adquirir frescos. Eram 13 horas e ainda não tinha comprado o produto porque estava à espera que chamassem pelo seu número de ficha. "Estou no estabelecimento desde antes de começarem a atender porque pretendo comprar frango até complementar um caixa e levar para casa", explica.

Dona Juliana chegou ao local às 8 horas e estava com a senha 205, enquanto a filha ficou com a 214, mas já tinha em sua posse seis frangos e 4 sacos de coxas de frango, que totalizavam uma caixa. "Aqui na loja o quilo de coxa custa 950 kwanzas e vale a pena, porque conseguimos ter algum lucro", explica. No lado de fora estava Maria Fernanda, na casa dos 50 anos, com vários sacos nas mãos. Questionada sobre razão de levar tanta cebola para casa, referiu que a filha vende churrascos e precisava de ajudar com o molho. "O Saco de cebola custou 3500 e está a bom preço. A minha filha vende churrasco e faz muita falta para cozinhar o molho", justificou.

Por sua vez, um dos funcionários da Shoprite situada no bairro Palanca, que preferiu não se identificar, referiu que nos últimos dias todas as lojas da rede ficam cheias. Por essa razão, a Direcção aumentou o número de funcionários, para dar conta do excesso de trabalho que normalmente era comum apenas na quadra festiva. "Mal abrem as portas do supermercado Shoprite centenas de pessoas correm para as prateleiras em busca dos produtos da cesta básica para revenderem ou mesmo para o consumo familiar", disse, o funcionário da Shoprite.

Segundo ele, todos os dias a rede comercial vende 65 mil itens diferentes para pessoas de vários estratos

sociais, sobretudo as pessoas de baixa renda que afunilam o espaço.

### 3.3 Preços de produtos básicos atingem preços astronómicos

*Jornal Grandes Notícias*

*09 De Julho de 2016*

*Texto: Belezê Tchimbwanlã*

Os aproveitadores da situação da crise estão a "abanar a cauda" como soe dizer-se na linguagem popular, causando grande sofrimento às populações especialmente no que a aquisição dos bens de primeira necessidade diz respeito.

Tais personagens, aproveitando-se da situação do país e da passividade do Executivo no que concerne à fiscalização dos preços, vendem os seus produtos aos preços que lhe convierem.

A situação está tão caótica que no período da manhã determinado produto como açúcar pode custar 500 Kwanzas o quilo e de tarde o mesmo produto pode ser comprado a 600 Kwanzas ou mais.

O argumento de tais indivíduos é que o dólar está muito alto no mercado paralelo e não conseguem adquiri-lo no mercado oficial.

Enquanto isso, os preços dos produtos básicos como o Açúcar, Óleo, Fuba, Peixe, Carne e outros vão subindo vertiginosamente ao ponto de já estar a haver famílias medianas que só fazem uma refeição por dia. Outras famílias nem pepsodente conseguem comprar limitando-se a escovarem os dentes com cinza e carvão.

As famílias humildes (entenda-se pobres), estão a fazer sacrifícios a dobrar. Mas graças aos preços a retalho como por exemplo a venda de óleo por colher, açúcar por tampas de sheltex e assim por diante lá vão sobrevivendo.

Para piorar a situação está os atrasos dos salários. Enfim é caso para dizer que vamos de mal a pior. Entretanto, nos anos oitenta já vivemos situações de grande dificuldade.

Mas com uma diferença: o governo sempre controlou a situação. Por exemplo, apesar da falta de produtos de primeira necessidade o governo tinha uma política de controlar os comerciantes que funcionava e com isso minimizava o sofrimento das populações. Os preços dos produtos eram tabelados pelo governo e os comerciantes só deveriam buscar as suas margens.

Mas hoje graças ao lado mau da democracia, as pessoas aproveitam-se para enriquecer. É verdade que hoje vivemos em economia de mercado. Mas isso não exime o governo de velar pelo bem-estar do bem mais precioso do país: o povo.

Portanto, se o governo não consegue importar como é que cidadãos individuais conseguem? Alguma coisa não bate certo. E mesmo que o cidadão consiga importar ele deve obedecer a regras do governo no que aos preços diz respeito. Até dia 02 do corrente, na famosa praia da Mabunda, dois peixes espada médios estavam a ser vendidos por 5000 (cinco) mil kwanzas, três carapaus a dois mil, cinco sardinhas pequenas 500 kwanzas, só para citar estes exemplos.

No entanto sabemos que os custos para a captura dos referidos produtos não justificam os preços da venda. Alguns dos pescadores argumentam dizendo: "não temos culpa. Tudo subiu e nós não vamos ficar atrás".

Quando falamos do peixe estamos a falar de outros produtos de primeira necessidade como o pão, fuba e outros.

Assim, a menos que o Executivo tome medidas duras e exemplares, estaremos todos condenados a sofrer e a correr riscos de as pessoas serem assaltadas ou assaltarem para conseguirem uma refeição.

### 3.4 Grossistas podem mudar para o Quilómetro 28 até Dezembro

*Jornal OPAIS*

*12 De Julho de 2016*

*Texto: Maria Teixeira*

O inspector-geral do Ministério do Comércio, Heleno Antunes, revelou ontem, em exclusivo a O PAÍS, que as obras de construção das naves para actividade comercial a grosso no quilómetro 28 (junto ao mercado do 30), em Viana, serão concluídas em Dezembro. Explicou ainda que, apesar disso, já existem alguns comerciantes instalados no local. De realçar que os grossistas tiveram cerca de um ano para organizar a sua saída das zonas urbanas e preparar as condições de mudança, a contar da data em que o Ministério de tutela anunciou o encerramento dos armazéns. As novas instalações acolherão os comerciantes dos armazéns da zona da Gaja jeira, arredores de São Paulo, Hoji-Ya-Henda, Rocha Pinto, Golf-II, entre outros bairros de Luanda. Sem avançar o número total dos grossistas já existentes no quilómetro 28. Heleno Antunes, disse, noutra ocasião, em entrevista ao Semanário

Económico (outra publicação do Grupo Média Nova do qual O PAÍS faz parte), que os comerciantes serão devidamente credenciados, mas o processo de instalação não tem custos para o Ministério do Comércio.

O responsável não especificou o número exacto das naves em construção, mas disse que as obras ainda não estão concluídas.

"Os trabalhos da construção das novas naves para os grossistas estão muito avançados e em Dezembro serão concluídas", fez saber. De acordo com Heleno Antunes, qualquer grossista interessado em obter um armazém pode fazer a solicitação aos serviços do Ministério do Comércio.

"O processo de deslocação dos grossistas visa garantir que a actividade comercial esteja devidamente regulada, em cumprimento da Lei 1/2007", frisou.

Esse diploma estabelece que a actividade comercial a grosso deve ser desenvolvida fora do centro da cidade e com características específicas.

O Gabinete de Inspeção Geral do Comércio (GIGC) é o serviço que acompanha, fiscaliza, monitoriza e avalia a aplicação dos planos e programa aprovados, bem como o cumprimento dos princípios e normas de organização, funcionamento e actividades dos órgãos e serviços do Ministério do Comércio, assim como regula a actividade comercial e de prestação de serviços mercantis.

No quilómetro 28, em Viana, estarão agrupados no interposto comercial os grossistas que exercem actividade comercial, nomeadamente venda de roupa, utensílios e electrodomésticos e frescos. Estão igualmente reservados espaços para as grandes superfícies comerciais que não possuem armazéns próprios.

Importa lembrar que o processo de transferência de armazéns grossistas para fora do casco urbano começou em 2013, com a retirada dos armazéns da Macambira para o Mercado Abastecedor do Benfica. O espaço onde esteve localizada a unidade comercial, na Vila Alice, foi posteriormente colocado à disposição da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, no quadro da requalificação de algumas zonas da província.



### 3.5 Literacia financeira em escolas do Bengo

*Jornal de Angola*

*14 De Julho de 2016*

*Texto: Edson Fontes*

O projecto de inserção de literacia financeira no sistema de ensino, nas disciplinas de matemática, história, línguas portuguesa, inglesa e francesa, que o Banco Nacional de Angola tem vindo a levar a cabo, em parceria com o Ministério da Educação, foi apresentado terça-feira em Caxito, na província do Bengo.

A vice-governadora para o Sector Político e Social, Maria Augusta Peixoto, que fez a apresentação do projecto, realçou a sua importância e disse que o mesmo visa desenvolver as capacidades das crianças e jovens na gestão dos recursos financeiros presentes e futuros.

Maria Augusta Peixoto deu a conhecer aos participantes que a literacia financeira não depende do nível de renda ou de escolaridade, mas significa viver bem com o dinheiro que se tem. "Não é uma nova disciplina, mas sim um conjunto de conteúdos transversais que o professor deve enquadrar no seu plano de aulas e trabalhar com os alunos."

Para a governante, a apresentação do projecto a nível da província demonstra que existem recursos humanos formados e altamente capacitados, para transmitir os conhecimentos adquiridos pelos demais professores, das cinco disciplinas abrangidas no referido projecto.

Maria Augusta Peixoto recordou que o projecto-piloto foi lançado a nível nacional em 2015, tendo como base o protocolo assinado pelo Banco Nacional de Angola e o Ministério da Educação. As províncias de Luanda, Cuanza Sul, Namibe e Zaire, também, se fizeram presentes.

Sublinhou que a entidade gestora do projecto teve a visão de iniciar a sua implementação nas escolas, como espaços privilegiados para o aprofundamento dos conhecimentos. Prevê-se, durante o ano em curso, que o projecto se estenda a todas as classes do primeiro e segundo ciclo, ensino técnico e formação de professores, segundo a vice-governadora da província do Bengo, que acrescentou que "vão ser reforçadas as acções formativas, durante a pausa pedagógica do segundo trimestre e nas duas primeiras semanas de Setembro."

O director provincial da Educação, Ciências e Tecnologia, António Quino, disse que, através de

metodologias e ferramentas onde se incluem sessões de sensibilização, informação, oficinas de trabalho e jogos lúdico pedagógicos, se pretende criar momentos de reflexão e debates adequados ao público-alvo.

Neste âmbito, acrescentou, o objectivo maior passa por envolver os alunos, com o objectivo de se simular atitudes e comportamentos que levem à tomada de decisões esclarecidas e responsáveis; para melhorar os conhecimentos e atitudes financeiras, apoiar a inclusão financeira, desenvolver hábitos de poupança, promover o recurso responsável ao crédito e criar hábitos de precaução. Participaram do acto de lançamento do projecto de inserção de literacia financeira directores municipais da Educação e de escolas do primeiro e segundo ciclo, ensino médio e de formação de professores, representantes do Ministério das Finanças e demais convidados.

### 3.6 Vendedores são alfabetizados

*Jornal de Angola*

*14 De Julho de 2016*

*Texto: Alex Asonhi*

O projecto "ABC Alfabetizar", da Iniciativa dos estudantes da Universidade Independente de Angola (UNIA), que teve início no dia 17 de Junho, no mercado do Matadouro, em Luanda, vai ser estendido a outras províncias do país, com o objectivo de alfabetizar o maior número possível de vendedores dos mercados.

Arlindo Dala, coordenador, em entrevista ontem ao Jornal de Angola, disse que o projecto foi criado para ajudar as pessoas que, por vários motivos, não tiveram oportunidade de ir à escola, mas continuam com vontade de aprender, não importando o lugar. "Escolhemos os mercados por se tratar de um lugar que alberga o maior número de pessoas. E, para começar, tivemos como local de eleição o mercado do Matadouro, localizado no bairro Morro Bento, defronte à Universidade Independente de Angola", informou, informou Arlindo Dala. Fez saber que o projecto tem o aval da reitoria da Unia e, por conta disso, foi possível envolver todos os estudantes na recolha de manuais de alfabetização, cadernos, lápis, giz, quadros e algum dinheiro, para permitir o processo de ensino e aprendizagem.

O coordenador do projecto deu a conhecer que a administração do mercado do Matadouro cedeu uma sala, com capacidade para albergar 35 alfabetizados e que, tendo em conta que o mercado é o local de trabalho dos mesmos, se optou por concentrar o processo de alfabetização em apenas uma hora diária,

das 10 às 11. Caso seja necessário, disse Arlindo Dala, as aulas poderão ser estendidas até às 12 horas. "Queremos levar o projecto a todos os mercados do país, mas, para tal, mais apoios do Executivo são necessários, para ajudarmos a tirar as mães do mundo do analfabetismo", afirmou.

Arlindo Dala informou que o projecto "ABC Alfabetizar" conta com a participação directa de 20 estudantes, mas, indirectamente, todos os estudantes da Universidade Independente estão envolvidos.

"Apesar de o projecto fazer mais sucesso entre as mulheres, também está aberto aos homens que não sabem ler e escrever. Trata-se de um projecto inclusivo, em matéria de género. Infelizmente, desde a sua implementação, apenas dois homens se fizeram presentes, acabando por desistir em menos de uma semana, por vergonha", afirmou o coordenador. "Toda a idade é válida para aprender. E se as mulheres estão a aderir em massa, os homens também o podem fazer, afinal o saber não ocupa lugar", concluiu.

### 3.7 Vendedores são alfabetizados

*Jornal de Angola*

*14 De Julho de 2016*

*Texto: Alex Asonbi*

O projecto "ABC Alfabetizar", da Iniciativa dos estudantes da Universidade Independente de Angola (UNJA), que teve início no dia 17 de Junho, no mercado do Matadouro, em Luanda, vai ser estendido a outras províncias do país, com o objectivo de alfabetizar o maior número possível de vendedores dos mercados.

Arlindo Dala, coordenador, em entrevista ontem ao Jornal de Angola, disse que o projecto foi criado para ajudar as pessoas que, por vários motivos, não tiveram oportunidade de ir à escola, mas continuam com vontade de aprender, não importando o lugar. "Escolhemos os mercados por se tratar de um lugar que alberga o maior número de pessoas. E, para começar, tivemos como local de eleição o mercado do Matadouro, localizado no bairro Morro Bento, defronte à Universidade Independente de Angola" informou, informou Arlindo Dala.

Fez saber que o projecto tem o aval da reitoria da Unia e, por conta disso, foi possível envolver todos os estudantes na recolha de manuais de alfabetização, cadernos, lápis, giz, quadros e algum dinheiro, para permitir o processo de ensino e aprendizagem.

O coordenador do projecto deu a conhecer que a administração do mercado do Matadouro cedeu uma sala, com capacidade para albergar 35 alfabetizados e que, tendo em conta que o mercado é o local de trabalho dos mesmos, se optou por concentrar o processo de alfabetização em apenas uma hora diária, das 10 às 11. Caso seja necessário, disse Arlindo Dala, as aulas poderão ser estendidas até às 12 horas. "Queremos levar o projecto a todos os mercados do país, mas, para tal, mais apoios do Executivo são necessários, para ajudarmos a tirar as mães do mundo do analfabetismo", afirmou.

Arlindo Dala informou que o projecto "ABC Alfabetizar" conta com a participação directa de 20 estudantes, mas, indirectamente, todos os estudantes da Universidade Independente estão envolvidos.

"Apesar de o projecto fazer mais sucesso entre as mulheres, também está aberto aos homens que não sabem ler e escrever. Trata-se de um projecto inclusivo, em matéria de género. Infelizmente, desde a sua implementação, apenas dois homens se fizeram presentes, acabando por desistir em menos de uma semana, por vergonha", afirmou o coordenador. "Toda a idade é válida para aprender. E se as mulheres estão a aderir em massa, os homens também o podem fazer, afinal o saber não ocupa lugar", concluiu.

### 3.8 Vendedores ambulantes são registados em breve

*Jornal de Angola*

*18 De Julho de 2016*

*Texto: Domingos Mucuta*

Cidadãos que exercem a venda, ambulante na cidade do Lubango vão ser, nos próximos tempos, catalogados para formalizar a actividade junto das autoridades e permitir maior controlo, anunciou sexta-feira o administrador municipal do Lubango.

Francisco Barros falava na cerimónia de abertura do I Fórum de Auscultação à Mulher Zungueira, promovido com o objectivo de discutir, reflectir e encontrar soluções para o fenómeno da proliferação da venda de produtos em locais impróprios.

O dirigente máximo da capital huilana disse que o registo dos vendedores, sobretudo as zungueiras, permite definir melhores políticas para a criação de condições mercantis para o exercício condigno da actividade de comércio ambulante.

"Este é um dia especial para o nosso município, porque estamos a reflectir sobre a vida da mulher zungueira, que todos os dias está na rua à procura de satisfação das necessidades da sua família. Devemos encontrar compreensão mútua, de forma a harmonizar a actividade informal e transformá-la em formal", disse.

Francisco Barros disse que a administração pugna por uma gestão aberta e participativa, virada para a interpretação correcta das políticas públicas em curso no país, numa altura em que a actividade de comércio informal no Lubango é exercida por mais de 13 mil cidadãos de diferentes faixas etárias. "Queremos encontrar soluções para que as zungueiras sejam parte integrante do dia-a-dia. A administração pede a colaboração de todos para encontrar as melhores soluções", exortou.

A coordenadora da Rede Mulher, Verónica Rito, sublinhou que a actividade das zungueiras tem valido bastante, porque com os negócios elas conseguem pagar as despesas familiares, como propinas, assistência médica, mas é grande o risco por ser exercido ao ar livre, debaixo de sol abrasador e nas bermas das estradas.

"Muitas vezes, quando são surpreendidas pelos fiscais e com receio de perder o negócio, saem disparadas sem reparar se vem um carro ou motorizada. É também um risco para a saúde, porque muitos produtos perecíveis são vendidos em condições de insalubridade", alertou.

A vice-governadora da Huíla para o Sector Político, Maria João Chipalevala, disse que é preciso que as mulheres tenham poder de realizar os seus negócios e tenham direitos de formação e locais condignos para trabalhar e vender.

Maria João Chipalevala acrescentou que as mulheres têm responsabilidade para prestação de serviços às comunidades e também cuidar das ruas e dos espaços onde exercem a actividade.

O I Fórum de Auscultação, decorrido sob o lema "Mulher zungueira rumo ao desenvolvimento da economia local", congregou 320 delegados, dos 20 aos 63 anos.

O encontro colheu contribuições de diferentes estratos sociais, políticos e académicos, para a definição de estratégias viáveis de organização do comércio ambulante.

### 3.9 Cem mil empresas 'fantasma' no país

*Jornal Expansão*  
22 De Julho de 2016

Angola tem quase 100 mil empresas 'fantasma', empresas registadas que não iniciaram actividade de, acordo com números do Instituto Nacional de Estatística.

De acordo com o Ficheiro de Unidades Empresariais do INE, com data de Julho, no final de 2015, Angola contabilizava 139.980 empresas registadas, das quais 96.508 aguardavam início de actividade, 1.692 tinham actividade suspensa, 262 tinham sido dissolvidas e apenas 41.507 empresas estavam em actividade.

Em 2014, o país contava com 39.884 empresas em actividade, de um universo total de empresas constituídas de 116.894.

No final de 2015, as empresas 'fantasma' representavam 82,6% do total, percentagem que está a aumentar desde 2012.

Neste ano as empresas a aguardar início de actividade não ultrapassa vem 56,6% do total das empresas registadas.

Mais de metade das cerca de 140 mil empresas registadas em Angola em 2015 estavam na província de Luanda e o mesmo sucedia com as empresas em actividade.

Segundo o relatório do INE, a província de Benguela é a segunda mais industrializada do país, com 3.643 empresas em actividade, enquanto no oposto da tabela, com apenas 383 empresas, surge o Cuando Cubango, no sul de Angola.

O estudo do INE refere 51,3% das empresas constituídas em Angola dedicam-se ao comércio por grosso e a retalho e à reparação de veículos automóveis e motociclos, com um total de 21.306 negócios em actividade termos de alojamento, restauração e similares funcionavam em Angola 4.046 empresas e na construção 2.308.

No que toca à forma jurídica, em cada 100 empresas constituídas em Angola, 55 são sociedade por quotas e 41 em nome individual, além de sociedades anónimas ou empresas públicas.

Quase 60% das empresas registadas, 58% precisamente, eram controladas por sociedades não financeiras privadas e 41,3% por famílias. I.C.A.C./Lusa.

### 3.10 Brigadas para a defesa do consumidor

*Jornal de Angola*

*28 De Julho de 2016*

*Texto: Domingos Mucuta*

A criação de brigadas integradas por organismos de inspecção e fiscalização das actividades económicas em todos os municípios foi ontem defendida, no Lubango, pela directora do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC).

Paulina Semedo solicitou, na cerimónia de comemoração do 19º aniversário da instituição, que as brigadas sejam constituídas por técnicos de inspecção dos pelouros do Comércio, Indústria, Saúde e Agricultura, Serviços de Investigação Criminal, Inadec e Administração Geral Tributária.

"É necessário incrementar acções de inspecção e fiscalização das actividades comerciais em todos os municípios. As brigadas devem de forma coordenada, responsável e coesa impor a legalidade e exigir aos comerciantes e prestadores de serviços o cumprimento rigoroso das normais e a lei vigente na República de Angola", declarou Paulina Semedo.

A directora afirmou que ninguém se pode compadecer diante de actividades e práticas ilícitas que lesam a vida dos cidadãos e desrespeitam os direitos dos consumidores consagrados na Constituição da República e plasmados nas leis de Defesa dos Consumidores e das Actividades Comerciais.

Anunciou a extensão do Programa de Nacional de Formação em Higiene e Segurança Alimentar a todas as províncias até ao final deste ano, com vista à capacitação dos operadores do ramo alimentar sobre normas e boas práticas de produção, manipulação e comercialização dos produtos alimentares.

A directora do Inadec revelou que o programa, lançado em 2014, já formou funcionários de 745 empresas do ramo alimentar, entre os quais 690 em Benguela, 672 em Luanda, 532 na Huíla, 184 no Bié, 170 no Namibe e 44 no Huambo.

Paulina Semedo anunciou ainda que o projecto de implementação do livro de reclamações e do selo de

identificação está na fase derradeira e que a proposta está para ser aprovada em Conselho de Ministros, após uma ampla recolha de pareceres vinculativos dos sectores ministeriais e dos governos provinciais. Esta iniciativa vai organizar as capacidades técnicas, logísticas, de sensibilização e gestão das reclamações a nível central e dos serviços locais do Inadec, disse a directora, que apelou ao reforço das parcerias e acordos já firmados para otimizar os esforços e fortalecer as competências institucionais.

Realçou a importância da transversalidade do consumo e do direito, matérias que considerou serem pouco dominadas na sociedade angolana, pelo que o Inadec e instituições do ensino preparam o lançamento de um curso de especialização nestes ramos, para juristas e outros técnicos superiores.

"Apesar dos resultados e sucesso alcançados ao longo destes anos; os desafios e expectativas são enormes e de grande complexidade. A nossa missão está longe de ser realizada", afirmou, sublinhando o trabalho das associações de defesa dos consumidores no país. O vice-governador da Huíla, Sérgio da Cunha Velho, considerou o Inadec um órgão de relevante importância do cenário económico do país, dadas as atribuições para o asseguramento da qualidade de vida dos cidadãos.

"É extremamente importante a acção deste órgão do Estado para inibir a ocorrência de actos ilícitos e orientar os consumidores sobre os cuidados a ter em conta no momento de adquirir os produtos, além da acção fiscalizadora que visa disciplinar os comerciantes sobre a observância da lei", declarou.

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor foi criado a 25 de Julho de 1997, com o objectivo de promover a defesa dos direitos dos consumidores, coordenar e executar as medidas tendentes à protecção, informação e educação dos cidadãos e empresas.

### 3.10 Comerciantes começaram a ser cadastrados

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*

"Esta foi uma acção que visava criar pânico entre os vendedores para lhes saquear os bens", explicou o director municipal do Comércio de Cacauco, Manuel Gonçalves, adiantando que já está a ser feito o levantamento dos prejuízos para tentar ajudar os comerciantes.

A administração municipal criou uma comissão que começou a cadastrar os vendedores afectados, para ter "um número exacto e poder estimar os prejuízos dos bens", e informou também que "Já existe um presumível autor sob custódia da Polícia, os outros ainda estão foragidos".

Manuel Gonçalves avançou que "a administração municipal, enquanto gestora do espaço territorial onde se encontra o mercado, já prestou o apoio moral", mas "não pode criar expectativas" sobre o tipo de apoio que vai prestar aos lesados.

"Em princípio, cabe-nos esperar a decisão suprema, porque até as medidas que estão a ser levadas a cabo foram dadas pelo administrador de Cacucaco", esclareceu.

O responsável disse ainda que vão ser tomadas medidas, que passam pela "reorganização das áreas de venda" . D.L.

### 3.11 Fogo posto reduz mercado do Kikolo a cinzas

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*

Mais de 150 bancadas dos vendedores de telemóveis, geradores e produtos diversos no mercado do Kikolo foram consumidas pelo fogo colocado por um grupo de marginais denominado "canibais", no domingo, dia 25, por volta das 15h00. Composto por cinco elementos, o grupo tinha como objectivo saquear os haveres dos comerciantes. Um dos meliantes já foi detido pela polícia.

Pessoas agitadas, andando de um lado para o outro, agastadas e à procura de solução. Este foi o cenário que o Novo Jornal encontrou, nas primeiras horas após o incêndio, na administração do mercado do Kikolo.

"Fiquei sem nada", lamentou Rosa Manuel, que viu o negócio de mais de 15 anos ser consumido pelo fogo.

A vendedora apercebeu-se do incêndio através de um sobrinho que vive nos arredores do mercado, e que a alertou para o que se estava a passar. "Corri para o mercado para confirmar se era verdade e logo que cheguei não aguentei a situação. Desmaiei e fui reanimada pelas minhas colegas. Não consegui salvar as minhas coisas", relata a comerciante, que vendia brincos, anéis e fios de ouro e prata.

Com lágrimas no rosto, Rosa recorda os acontecimentos que lhe levaram o esforço de uma vida de trabalho: "De princípio, nós pensámos que o incêndio tinha sido originado por um curto-circuito na área dos geradores, mas, ao chegar ao terreno, recebemos a explicação que foram os gatunos que incendiaram de propósito".

"É triste, porque no domingo eu tinha recebido a notícia do óbito do meu tio. Estou a chorar o meu tio que faleceu e o meu negócio a queimar", desabafa a mulher, ainda incrédula. Rosa tinha chegado de viagem havia pouco tempo. Toda a mercadoria que trouxe foi levada pelo fogo. "o que eu peço é que o administrador do Cacucaco nos ajude, porque se não, com essa crise, vamos morrer", apelou.

Enquanto decorria a reportagem, ainda era visível por entre a fumaça vestígios de ferros, geradores, materiais de construção, ecrãs de telemóveis. Alguns populares que rondavam a zona apoderavam-se dos objectos que restavam, tentando tirar proveito do que sobrou.

Laurinda Bengue, que vendia materiais escolares, apercebeu-se do incêndio pela televisão, mas os familiares aconselharam-na a esperar o dia clarear para confirmar se o incêndio tinha sido no local onde ela comercializava os seus produtos. Infelizmente, não foi poupada.

Dona de casa, com sete bocas para alimentar, já que tem o marido debilitado, Laurinda sustentava a família com o seu negócio. Também ela soltou apelos ao administrador do mercado. "Que nos ajude na medida do possível. Nós optámos por deixar o negócio no mercado, porque tem seguranças e mensalmente somos obrigados a pagar 3.000 kwanzas. Além disso, temos de pagar aos fiscais, trabalhadores do processo e aos homens da limpeza. Como os gastos eram de mais, ainda pensámos ir para a praça. Mas, por causa dos gatunos, optámos por deixá-los aqui. E, agora, esta tragédia", lamentou.

No local, o Novo Jornal apurou que existe um acordo entre as vendedoras e uma empresa de segurança, denominada "Lumago", que protege os produtos que são vendidos.

### 3.12 Milhões apreendidos a kinguilas em parte incerta

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*

*Texto: Isabel João*

Passados mais de dois meses desde que um grupo de kinguilas foi detido por efectivos da Polícia Nacional pertencentes à divisão do Rangel, até esta quinta-feira, 28, os valores apreendidos durante a operação (mais de dois milhões de kwanzas) continuam em parte incerta.

Anita Kapassa, uma das lesadas, disse que há dois meses que ela e as colegas vão à Direcção Geral da Inspeção do Comando provincial de Luanda e não têm recebido boas notícias por parte daquele órgão. A única resposta que obtêm é que o caso está sob investigação.

"Nós sentimos que a polícia se está a recusar a devolver o nosso dinheiro. Não estamos a perceber o que é que se está a passar, e o pior de tudo é que ninguém nos vem dizer nada de concreto. Todos sabem que foram agentes da polícia que estiveram no local, eles estão todos identificados, não percebemos o porquê da demora", desabafou.

Elas acreditam que a única solução para resolver o problema é marcar audiências com o ministro do Interior, Ângelo da VeigaTavares, e com o comandante-geral da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos.

24 De Maio

É a data em que ocorreu a apreensão dos valores "O primeiro passo que demos foi ir ao comando-Geral da PN, mas informaram-nos que o comandante não se encontra no país. Já não sabemos mais o que fazer, já tentámos tudo. Já tentámos o comandante provincial de Luanda, António Maria Sita, mas os nossos esforços foram em vão", lamenta.

A demora na devolução dos valores, sugere, deve-se ao facto de uma boa parte do dinheiro se encontrar em parte incerta. "Eu e as minhas colegas conversámos com um investigador e ele disse-nos que a primeira informação que nos deram, a dizer que o dinheiro está no banco, não corresponde à verdade. Há três semanas, disseram-nos que os polícias envolvidos no processo já foram ouvidos e todo o dinheiro já tinha sido encontrado. Isso não é justo", reclamou.

Por sua vez, Rosa Caetano, outra das vítimas, diz não saber mais o que fazer "As minhas filhas estudam no

colégio e, neste momento já não estão a ir à escola porque não tenho como pagar a mensalidade. Nem para dar de comer aos meus filhos tenho dinheiro. Peço a todas as pessoas de boa fé que nos ajudem, porque os agentes da polícia não podem estar a fazer isso com o povo", queixou-se.

A apreensão do dinheiro ocorreu a 24 de Maio, quando um grupo de mais de quatro kinguilas foi surpreendido por agentes da Polícia Nacional, que do local levaram mais de dois milhões de kwanzas, em montantes desiguais (2.000.530 Kz, 100.000 Kz, 80.000 Kz e 94.000 Kz).

Contaram que, no dia do episódio, os agentes da ordem não apresentaram nenhum documento de busca, o que as levou a concluir que era uma acção ilegal, montada apenas para ficarem com o dinheiro.

### 3.13 Transferências 'informais' na banca angolana

*Novo Jornal*

*29 De Julho de 2016*

*Texto: Faustino Diogo*

Supostos funcionários bancários estão a utilizar esquemas de transferência de divisas para o exterior do país com uma taxa de câmbio um pouco abaixo daquela que é praticada na rua e acima da taxa oficial. O mecanismo funciona com a utilização de intermediários que fazem a ponte entre os interessados e os supostos funcionários.

O câmbio praticado nestas operações varia entre os 35 a 45 kwanzas por cada dólar, valor abaixo do praticado na rua, tornando o "negócio" mais atractivo.

A operação demora entre uma a três semanas, dependendo do valor em causa, conforme contou ao Novo Jornal um intermediário.

"O tempo para a transferência varia. Pode ser uma semana ou mais. Tudo depende do valor e do país para onde é transferido", explica.

Portugal aparece como o país com maior procura, entre nacionais e estrangeiros, para esta operação.

"Se o cliente tiver conta em Portugal é mais fácil", explica o nosso contacto. Caso não tenha, a operação é realizada na mesma e "o cliente pode receber o dinheiro no destino ou se tiver alguém de confiança pode trazer para Luanda".

Quem já utilizou o 'esquema' garante que é seguro.

Sob anonimato, João Miguel (nome fictício) explica que ficou a saber do "negócio" por um colega de trabalho. "O meu colega disse que havia esta possibilidade e, como estava a precisar de dinheiro e aqui não conseguia, tentei. Felizmente, deu certo", esclarece.

Por 1200 euros pagou 630 mil Kwanzas a dois meses e recebeu o dinheiro em Luanda vindo de Portugal no final do mês passado. "O meu dinheiro veio com o do meu colega. A irmã dele estava lá e deram-lhe o dinheiro. Tudo foi tratado com meu colega", concluiu a nossa fonte.

Esta semana, o BNA informou em comunicado que, na semana passada, vendeu 106,2 milhões de euros (o equivalente a 118,7 milhões dólares), elevando para 716,1 milhões de dólares o montante de divisas já disponibilizado este mês à banca comercial. No entanto, a procura de divisas mantém a pressão sob a banca, que não consegue dar resposta às solicitações. O sector bancário vai justificando-se com o excesso de pedidos, alegando que os montantes vendidos nos leilões do banco central ainda não são suficientes.

No mercado informal, o dólar mantém-se em alta, apesar de alguma ligeira baixa face à semana passada, variando entre os 53 mil e os 65 mil kwanzas por nota de 100 dólares.



## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Revisão do Orçamento é apreciada pelo Executivo

*Jornal Economia e Finanças*  
01 De Julho de 2016

A 12ª Reunião Ordinária Conjunta da Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros realizada, ontem, dia 30 de Junho, no Palácio Presidencial, na Cidade Alta, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, analisaram a Proposta de Revisão do Orçamento Geral do Estado de 2016, visando ajustar os indicadores económicos à realidade actual e fazer face ao cenário macroeconómico, através das medidas adoptadas pelo Executivo.

#### Finanças públicas

No domínio das finanças públicas, as Comissões apreciaram um diploma legal que estabelece os direitos, obrigações e responsabilidades do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) na gestão do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), mediante clara definição dos termos e condições de gestão, administração e aplicação dos recursos disponibilizados pelo referido Fundo.

Por outro lado, procedeu-se à apreciação de um outro diploma legal que altera a estrutura da taxa de juros dos financiamentos cobertos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), desvinculando-o das referidas taxas à taxa da Libor e desindexando os créditos concedidos da taxa de câmbio.

#### Política fiscal

No âmbito da Política Fiscal, Monetária e Cambial, foram apreciados os Relatórios de Progresso do Plano Anual de Endividamento de 2016, com o objectivo de assegurar o financiamento do OGE 2016 e a manutenção de níveis prudentes de liquidez, bem como avaliada a tendência de alguns agregados monetários, no contexto de medidas desencadeadas pelo BNA.

#### Plano de caixa

As Comissões apreciaram o Balanço de Execução do Plano de Caixa do Mês de Maio de 2016, documento que condensa a execução dos fluxos de entrada e saída de recursos financeiros, bem como as Propostas de Programação Financeira do III Trimestre de 2016 e do Plano de Caixa do mês de Julho de 2016.

A Reunião apreciou por um lado, a Programação Macroeconómica Executiva e a sua respectiva Revisão, referente ao Iº Trimestre e, por outro, o documento referente à política monetária e cambial que contém as propostas de medidas necessárias para atenuar o diferencial existente entre as taxas de câmbio nos mercados secundário e informal. Os dois órgãos de consulta do Presidente aprovaram um diploma legal que tipifica e aprova o regime jurídico aplicável às transgressões administrativas mineiras e determina as respectivas multas, visando disciplinar o exercício da actividade mineira e punir as infractoras.

### 4.2 ADRA Constata corte substanciais de Verbas ao sector social

*Jornal O PAIS*  
07 De Julho de 2016  
Texto: Sónia Cassule

ONG Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) sugeriu ontem, em Luanda, que Angola precisa aumentar os orçamentos para os sectores sociais para alcançar os objectivos definidos pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e ajustar aos padrões internacionais no que toca à alocação de recursos nas diferentes áreas.

Em parceria com a Unicef, a ADRA lançou ontem, em Luanda, um relatório social que teve como objectivo analisar a distribuição do Orçamento Geral do Estado (OGE) para os diferentes sectores sociais chave tais como a protecção social, Saúde da criança, água, saneamento e educação. A análise visou também avaliar a incidência da crise económica sobre a disponibilização destas verbas.

Consta no relatório que nos últimos três anos houve cortes substanciais para a educação, o que fez com que OGE para 2016 fosse consideravelmente inferior comparado com o do período anterior à crise.

" Embora a diminuição nominal da atribuição ao sector entre os anos de 2013 à 2016 tenham sido de 16% a diminuição real da atribuição ao sector foi maior quando se considera a alta taxa da inflação e a

desvalorização do kwanza que se registou nos últimos dois anos", refere.

A ADRA concluiu que Angola investe nos diferentes sectores sociais muito pouco, não cumprindo assim com os compromissos, assumidos internacionalmente.

Por exemplo, o sector da Educação investe pouco mais de um terço do previsto nos compromissos internacionais onde cada país deveria atribuir cerca de 20% do seu OGE.

Para o exercício económico de 2016 o valor atribuído ao sector da educação é de 492 mil milhões de kwanzas, em termos percentuais representa 7,7% do total do OGE, um valor que a ADRA considera muito baixo face aos compromissos assumidos internacionalmente. Para a ONG, este valor significa que o orçamento para o sector da educação devia ser 2.5 vezes superior ao montante actual e entende que o mesmo não está a ser preservado dos cortes feitos em consequências da crise, o que permite que a verba dos principais programas registe uma redução de 35% comparando com o orçamento de 2014.

A ADRA chama a atenção para o facto de a maioria do financiamento no sector da educação ser atribuída às direcções provinciais, e na maioria das províncias cerca de 80 a 90% ser destinadas a despesas com o pessoal.

Já o sector da saúde, também pe- ca, na visão da ONG, com os compromissos, assumidos internacionalmente considerando que Angola é entre os países do continente que investe menos recursos do OGE para esta área.

A análise da ADRA constata que orçamento para a saúde é de apenas 5.3% do total do OGE e sustenta que o exercício económico de 2016, o governo alocou para o sector cerca de 341 mil milhões de kwanzas.

Como consequência, conclui, o Serviço Nacional de Saúde enfrenta uma grave escassez de pessoal qualificado, a mortalidade infantil abaixo dos 5 anos permanece muito elevada existindo ainda grandes disparidades nos resultados de saúde e no acesso a ser. Viços de saúde e água potável bem como às instalações de saneamento adequadas.

O relatório destaca que, em consequência disso, a malária, diarreia e as infecções respiratórias agudas continuam a ser as principais causas de morte nas crianças.

Já no sector da água e saneamento, o estudo refere que tem merecido um grande investimento ao longo dos últimos anos, sobretudo nas áreas urbanas, mas

que os níveis de acesso continuam baixos. "Os dados mostram que não houve progressos significativos nos últimos anos", sublinha.

A análise da ADRA refere ainda que, no OGE de 2016, 87% das verbas para o abastecimento de água são alocadas a nível central (Ministérios), sendo que os 13% vão para os órgãos provinciais e municipais.

Quanto à protecção social, análise da ADRA diz que Angola não está a priorizado a protecção social durante os últimos três anos, sendo que este teve cortes significativos. A porção do OGE que lhe é atribuída é estimada em cerca de 5% da atribuição sectorial.

### 4.3 ADRA defende mais verbas do sector social

*Jornal de Angola*

*7 De Julho de 2016*

*Texto: Manuela Gomes*

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) defende que se aumente a alocação de verbas aos sectores sociais, para se alcançar os objectivos nacionais definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento e ajustar-se aos padrões Internacionais no que toca à alocação de recursos nos diferentes sectores.

Esta posição foi tomada depois de a ADRA ter juntado especialistas e membros do Executivo para uma análise sumária das verbas atribuídas pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), deste ano, a alguns sectores da esfera social, com destaque para os da Educação, Saúde, Águas, Saneamento e Protecção Social.

A análise do OGE, apresentada pelo presidente do Conselho Directivo da ADRA, Belarmino Jelembi, pretendeu disponibilizar informações sobre a tendência da atribuição das verbas para os diferentes sectores considerados chave, os principais programas beneficiados e fazer uma incursão sobre as consequências da crise económica.

Durante a sessão de apresentação dos resultados da análise, presidida pelo presidente do Conselho Directivo da ADRA, Belarmino Jelembi, aquela associação reconheceu que é preciso aumentar a alocação aos sectores sociais, para se alcançar os objectivos nacionais definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e ajustar-se aos padrões

internacionais no que toca à alocação de recursos nos diferentes sectores.

Ao justificar a necessidade de atribuição de mais verbas ao sector social, a ADRA lembrou, a título de exemplo, que, no sector da Protecção Social, quase metade dos 44 por cento dos fundos classificados no OGE são direccionados à Segurança Social para os trabalhadores da função pública e os ex-militares. Defende, no entanto, que é preciso priorizar, cada vez mais, a protecção social não contributiva ou de base.

Com uma atribuição de 812 mil milhões de kwanzas, a função orçamental da Protecção Social tem um peso de 12,6 por cento no OGE 2016, que se mantém em linha com o peso do ano passado e com a média dos últimos anos. Outros programas de protecção social de base, implementados por outros departamentos ministeriais, também foram afectados por cortes consideráveis nos últimos dois anos. Enquanto isso, no sector da Saúde, a atribuição tem aumentado, o que tem priorizado os serviços hospitalares e outros. A ADRA considera o investimento nesta área uma aposta no bem-estar dos cidadãos e no futuro do país. Por isso, lamenta o facto de, em Angola, a atribuição ao sector da Saúde permanecer ainda limitada a 5 por cento do OGE.

"A nível de políticas, foram assumidos compromissos no sentido de incrementar-se um conjunto abrangente de intervenções na área de nutrição, mas persiste a necessidade de financiar adequadamente e implementar-se na íntegra as disposições contidas nas políticas", defende a ADRA. Para o exercício económico de 2016, o Governo alocou à Saúde 341 mil milhões de kwanzas. A atribuição cresceu em termos nominais em 66 mil milhões de kwanzas relativamente ao ano anterior.

#### Investimento na Educação

Em declarações à imprensa no final do encontro, o ministro da Educação, Pinda Simão, disse que Angola investiu mais no sector com uma atribuição de 492 mil milhões de kwanzas, para o exercício económico do ano em curso. De acordo com o ministro, um país só se pode desenvolver tendo pessoas com competências e conhecimentos, "daí a necessidade de investir-se no ensino secundário e profissional". Segundo Pinda Simão, os dados mostram que o ensino profissional terá os recursos reduzidos, que serão partilhados com aqueles que estão no ensino secundário geral.

#### Redução de verbas

No que toca à redução das verbas atribuídas ao sector da Educação, o ministro apontou o Programa Merenda Escolar, com 17 por cento de redução, como um dos que sofreu alguns cortes. Explicou que os recursos são maioritariamente canalizados naquilo que é considerado fundamental e que pode ter efeito sobre as outras componentes financeiras.

Para Pinda Simão, algumas reduções no sector e não só são necessárias, para que não se deixe "morrer" outras áreas que também são fundamentais e deixe de concentrar-se todos os esforços em algumas apenas. Apesar dos cortes, Pinda Simão assegurou que o Ministério da Educação vai continuar com as metas com que Angola se comprometeu internacionalmente, embora com pequenas alterações.

Por sua vez, a ministra do Ambiente, Fátima Jardim, disse não restarem dúvidas de que o sector social tem merecido, por parte do Estado, uma atenção especial. Como exemplo, apontou o facto de estarem matriculados cerca de oito milhões de cidadãos nos mais diferentes níveis de ensino.

## 4.4 Governo antecipa limites da despesa do OGE para 2017

*Novo Jornal*

*08 De Julho de 2016*

*Texto: Nok Nogueira*

O pacote legislativo sobre o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017, ano das eleições gerais em Angola, deverá dar entrada no parlamento, para apreciação e votação final, entre os dias 28 e 31 de Outubro deste ano, mas antes, já este mês, o governo deverá definir os limites da despesa.

Até ao próximo dia 28, o executivo deve apreciar a proposta do limite de despesa para o OGE de 2017, dependente das receitas petrolíferas, de acordo com um comunicado divulgado na terça-feira, 5. O Governo já tinha definido em Junho, por decreto presidencial, as instruções para a elaboração do OGE de 2017.

Para o efeito, o Ministério das Finanças deverá antes avaliar os limites de despesa com os órgãos do sistema orçamental, até 15 de Julho. O governo, de acordo com o documento divulgado, as "propostas de limites de despesas" para o OGE do próximo ano "devem ser apreciadas pela Comissão Económica do Conselho de Ministros até 28 de Julho".

O documento está dependente da previsão do preço do barril de crude, mas deverá, primeiro, ser submetido ao Presidente da República, para apreciação, entre 13 e 20 de Outubro, e votado em Conselho de Ministros uma semana depois para depois daí rumar para a Assembleia Nacional.

O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, disse em entrevista ao Novo Jornal que gostava de saber apriori que áreas serão penalizadas, uma preocupação que é fundamentada com recomendações que o seu partido fez num passado recente a respeito dos gastos e das medidas tomadas pelo governo.

"Fomos dizendo que o petróleo é um bem que mais cedo ou mais tarde vai extinguir-se, que está sujeito a flutuações de preços internacionais. Mas não nos quiseram ouvir. E as consequências estão aí! Por causa das opções que se fizeram logo depois no fim da guerra, sobretudo as opções político-económicas, o país vive a situação de crise que temos hoje", referiu.

UNITA quer acautelamento do sector social

Daí entender que a prioridade, independentemente do limite a impor nas despesas do OGE de 2017, é o sector social que diz estar a clamar por uma intervenção do governo. Estive agora no Huambo, visitei a comuna do Lungi e há lá uma situação catastrófica. Não se fala de água potável, não se fala de energia, é tudo abaixo dos níveis que internacionalmente definem a pobreza. Há muita pobreza no interior do país", lamentou.

O orçamento angolano voltou este ano a ser de austeridade, com cortes e contenção, mas a execução continua ameaçada pela quebra da cotação do barril de crude, que no primeiro trimestre do ano chegou aos 30 dólares por barril.

Contudo, o documento elaborado pelo Governo estimava receitas fiscais com a exportação de petróleo, em média, a 45 dólares por barril, mais cinco dólares do que o OGE para 2015, revisto (para metade) em Março do ano passado, precisamente devido à quebra da cotação do crude no mercado internacional.

O Governo angolano prevê ainda um crescimento de 48% na riqueza criada pelo petróleo no país em 2016, para mais de 22,3 mil milhões de euros, segundo a proposta do OGE.

Nas previsões do Governo, o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola - toda a riqueza produzida no país - deverá subir em 2016 mais de 23,2%, face a 2015, atingindo os 14,218 biliões de kwanzas.

Deste total, o PIE relativo à componente petrolífera corresponderá, na previsão do Governo, a 3,301 biliões de kwanzas, tendo em conta dados constantes do relatório de fundamentação do OGE.

#### 4.5 Orçamento Rectificativo para 2016 não estará pronto antes de Agosto

*Jornal Expansão*

*8 De Julho de 2016*

*Texto: Félix Abias*

O Governo "dificilmente" concluirá antes de Agosto um Orçamento Geral do Estado Rectificativo (OGER) referente a 2016, soube o Expansão junto de fonte do Executivo. A possibilidade de revisão do documento, recorde-se, foi analisada na reunião das Comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministro, a 30 do mês passado. O objectivo é fazer face à situação macroeconómica, que tem como pano de fundo a volatilidade do preço do petróleo, responsável por 60% das exportações. "Há muitos aspectos que estão a ser analisados neste momento., por isso, dificilmente teremos o Orçamento Rectificativo antes -de Agosto", disse a fonte.

Aprovado em Novembro do ano passado, o OGE 2016 foi concebido com o preço do barril de petróleo fixado em 45 USD. Contactado pelo Expansão, o presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, defende que o "OGE Rectificativo" sacrifique alguns "projectos estruturantes" para reforçar no sector da Saúde. "O problema mais grave que neste momento temos é na saúde, não de estruturas mas de funcionamento, porque está a criar absentismo, baixa a produtividade, entre outros" constrangimentos, afirma.

"A saúde é o melhor bem que o País tem. Se o dinheiro está curto, este sector tem que ser prioridade, sacrificando-se alguns projectos estruturantes", destaca o também economista.

O responsável concorda, apesar de o preço do petróleo estar a rondar os 50 USD, "há toda a necessidade de haver o Orçamento Rectificativo, pois nos primeiros meses do ano tivemos o barril abaixo dos 30 USD".

Petróleo no primeiro semestre abaixo dos 45 USD "Se tivermos que achar a uma média entre os 30 USD dos primeiros meses e os 50 USD dos últimos, a média do primeiro semestre fixar-se-á abaixo de 45 USD", estima Severino, que acredita que o preço médio do petróleo fique em 45 USD, este ano.

O responsável está optimista, pois, apesar da baixa do crescimento da economia chinesa, a dos EUA está "estável" e a União Europeia mantém-se a crescer cerca de 1%. "Acredito que a economia mundial se vai manter com um crescimento baixo, mas sem grandes problemas, por isso não vejo grandes preocupações em podermos programar o nosso Orçamento [Rectificativo]", afirma Severino.

Por sua vez, o economista Victor Hugo recomenda "cautela" ao Executivo, advogando que. "Neste momento devemos ser mais conservadores e manter o actual Orçamento".

"O Governo devia ser um pouco cauteloso, porque a flutuação do preço do petróleo não garante estabilidade, o que quer dizer que rectificar o OGE em função do preço actual não devia ser medida correcta", defende. Manter projecções para já O também professor universitário em Fevereiro último, recorde-se, defendeu a uma rectificação do OGE 2016, face à escalada da inflação. "Na altura, havia necessidade de revisão, porque o preço [do petróleo] era muito diferente do actual, abaixo dos 30 USD", lembra.

"Mas, com esta tendência de recuperação do petróleo, devíamos manter a projecção inicial e, depois, o que viesse acima deste Orçamento, que fosse canalizado para outras áreas, com rubricas excepcionais", afirma Victor Hugo. O responsável defende, contudo, que haja "equilíbrio nas prioridades" e não a canalização de esforços para uma em particular. "Nesta hora, não se pode ter áreas específicas, deve olhar-se para a economia no seu todo" afirma o responsável, para quem, no entanto, o sector social deve ser beneficiado, devido aos desafios políticos que se avizinham, nomeadamente as eleições de 2017.

"Se deixarmos de lado o sector produtivo, os benefícios não se farão sentir", acrescenta, acrescentando que "quanto mais a economia tiver capacidade para captar crédito para novos projectos, mais o sector social acaba por beneficiar, sendo que as empresa vão ter rendimento, garantir emprego e diminuir a pressão", conclui o economista.

## 4.6 Executivo revê objectivos orçamentais e crescimento desce de 3% para 1,3%

*Jornal OP AIS*

*12 De Julho de 2016*

*Texto: Luís Faria*

Executivo reduziu a estimativa de crescimento da economia para este ano de 3,3% (previsão inscrita no OGE 2016) para 1,3%. A despesa orçamental diminui em USD 6 mil milhões, passando de USD 30 mil milhões para USD 24 mil milhões e a previsão de receita reduz-se em USD 6,4 mil milhões. Com a estimativa para a sua arrecadação a recuar de USD 24,4 mil. Milhões (correspondendo USD 8,3 mil milhões às receitas petrolíferas) para USD 18 mil milhões.

Em consequência, o défice esperado aumenta de 5,5% do produto interno bruto para 6% do PIB.

Estas 'actualizações' constam de uma nota divulgada pelo Ministério das Finanças (país com notação de risco Ba3/B/B+), a qual altera igualmente o preço médio de referência fiscal do barril de petróleo, fixado inicialmente em USD 45 e que passa a ser de USD 41, acrescentando que 'o preço do petróleo registou uma média de USD 36 / bbl (por barril), no primeiro semestre de 2016', bastante abaixo, portanto, da estimativa orçamental. Já a produção média de petróleo não se afastou das perspectivas inscritas no Orçamento Geral do Estado para 2016, situando se, até agora, em 1,77 milhões de barris diários.

A nota do Ministério das Finanças adianta ainda que as reservas cambiais (excluindo o Fundo Soberano de Angola, que não tem recebido as contribuições anuais inicialmente previstas de cerca de USD 5 mil milhões) ascendiam a USD 24 mil milhões no final do passado mês de Junho e que a dívida pública total (excluindo as empresas públicas) se situa em USD 47,9 mil milhões, com a dívida externa a representar USD 25,5 mil milhões, abaixo, portanto dos valores constantes do OGE, que apontam para um stock da dívida total da ordem de USD 49,2 mil milhões e para um montante de dívida externa de USD 30,8 mil milhões.

O último ano o stock da dívida pública terá atingido USD 42,9 mil milhões, o equivalente a 48,7% do PIB. Já o serviço da dívida pública ascendeu a USD 18 mil milhões. O aumento do serviço da dívida pública constitui uma das maiores 'dores de cabeça' para as autoridades face à quebra da receita petrolífera e à redução das divisas que esta proporciona ao Tesouro.

'Apesar dos desafios que se apresentam na gestão macro fiscal e da volatilidade do preço de petróleo, o desempenho fiscal está praticamente em linha com as perspectivas do Orçamento Geral do Estado', considera a nota do Ministério das Finanças, que recorda ainda que 'o Governo eliminou os subsídios aos preços do gasóleo em Janeiro de 2016 e mantém um exercício contínuo de avaliação da redução de despesas relacionadas aos projectos não-críticos'. 'O Governo continua a fazer progressos na implementação de reformas estruturais fiscais, destinadas a alargar a base tributária, a diversificação das fontes de receitas e a melhoria na eficiência da despesa pública - estas iniciativas foram elogiadas recentemente pelo FMI', adianta anota.

Estas alterações ao OGE 2016 poderão ser debatidas e votadas pela Assembleia nacional até meados de Agosto, segundo apurou OPAÍS junto de fonte ligada ao processo.

#### **4.7 Executivo revê objectivos orçamentais e crescimento desce de 3% para 1,3%**

*Jornal OPAÍS*

*12 De Julho de 2016*

*Texto: Luís Faria*

Executivo reduziu a estimativa de crescimento da economia para este ano de 3,3% (previsão inscrita no OGE 2016) para 1,3%. A despesa orçamental diminuiu em USD 6 mil milhões, passando de USD 30 mil milhões para USD 24 mil milhões e a previsão de receita reduz-se em USD 6,4 mil milhões. Com a estimativa para a sua arrecadação a recuar de USD 24,4 mil milhões (correspondendo USD 8,3 mil milhões às receitas petrolíferas) para USD 18 mil milhões.

Em consequência, o défice esperado aumenta de 5,5% do produto interno bruto para 6% do PIB.

Estas 'actualizações' constam de uma nota divulgada pelo Ministério das Finanças (país com notação de risco Ba3/B/B+), a qual altera igualmente o preço médio de referência fiscal do barril de petróleo, fixado inicialmente em USD 45 e que passa a ser de

USD 41, acrescentando que 'o preço do petróleo registou uma média de USD 36 / bbl (por barril), no primeiro semestre de 2016', bastante abaixo, portanto, da estimativa orçamental. Já a produção média de petróleo não se afastou das perspectivas inscritas no Orçamento Geral do Estado para 2016, situando se, até agora, em 1,77 milhões de barris diários.

A nota do Ministério das Finanças adianta ainda que as reservas cambiais (excluindo o Fundo Soberano de Angola, que não tem recebido as contribuições anuais inicialmente previstas de cerca de USD 5 mil milhões) ascendiam a USD 24 mil milhões no final do passado mês de Junho e que a dívida pública total (excluindo as empresas públicas) se situa em USD 47,9 mil milhões, com a dívida externa a representar USD 25,5 mil milhões, abaixo, portanto dos valores constantes do OGE, que apontam para um stock da dívida total da ordem de USD 49,2 mil milhões e para um montante de dívida externa de USD 30,8 mil milhões.

O último ano o stock da dívida pública terá atingido USD 42,9 mil milhões, o equivalente a 48,7% do PIB. Já o serviço da dívida pública ascendeu a USD 18 mil milhões. O aumento do serviço da dívida pública constitui uma das maiores 'dores de cabeça' para as autoridades face à quebra da receita petrolífera e à redução das divisas que esta proporciona ao Tesouro.

'Apesar dos desafios que se apresentam na gestão macro fiscal e da volatilidade do preço de petróleo, o desempenho fiscal está praticamente em linha com as perspectivas do Orçamento Geral do Estado', considera a nota do Ministério das Finanças, que recorda ainda que 'o Governo eliminou os subsídios aos preços do gasóleo em Janeiro de 2016 e mantém um exercício contínuo de avaliação da redução de despesas relacionadas aos projectos não-críticos'. 'O Governo continua a fazer progressos na implementação de reformas estruturais fiscais, destinadas a alargar a base tributária, a diversificação das fontes de receitas e a melhoria na eficiência da despesa pública - estas iniciativas foram elogiadas recentemente pelo FMI', adianta anota.

Estas alterações ao OGE 2016 poderão ser debatidas e votadas pela Assembleia nacional até meados de Agosto, segundo apurou OPAÍS junto de fonte ligada ao processo.

## 4.8 Angola deixa de ser 30 fornecedor da China

*Jornal O PAÍS*

*14 De Julho de 2016*

*Texto: Luís Faria*

Angola deixou de figurar entre os principais fornecedores da China no mês de Maio, revela o último relatório mensal da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Em Abril, Angola foi o terceiro fornecedor de petróleo bruto à economia chinesa, com uma quota de 12%, atrás da Rússia (15% de quota no período) e da Arábia Saudita (13%).

Em Maio, embora as importações chinesas de crude tenham recuado 4% em relação ao máximo registado no mês anterior, situando-se numa média de 7,6 milhões de barris por dia, Angola deixa de constar entre os principais fornecedores da potência asiática, posições ocupadas pela Rússia, Arábia Saudita e Iraque, com quotas de, respectivamente, 16%, 13% e 11%. De notar que as importações chinesas de crude provenientes da Rússia aumentaram em 65 mil barris por dia, ao passo que as originárias da Arábia Saudita recuaram 40 mil barris diários relativamente a Abril.

O relatório da OPEP revela que a produção petrolífera angolana aumentou ligeiramente em Junho, num contexto em que as produções da Nigéria e da Líbia, países cujo declínio da oferta petrolífera decorre da persistência de conflitos armados e ações de sabotagem por parte de grupos rebeldes, registaram significativos avanços.

No seu conjunto, os 14 Estados membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) elevaram a produção em 264 mil barris por dia, revela o último relatório da organização.

O maior contributo para este acréscimo veio da parte da Nigéria, que foi o primeiro produtor africano até ao primeiro trimestre deste ano, sendo depois superado por Angola, que vem produzindo, desde 2015, acima de 1,7 milhões de barris em média diária. Em Junho, a Nigéria produziu, em média, mais 98 mil barris por dia que em Maio, seguindo-se, entre os membros da OPEP que aumentaram a respectiva produção, o Irão (mais 77,8 mil barris), a Arábia Saudita (mais 66,5 mil barris), a Líbia (mais 61,3 mil barris) e os Emirados Árabes Unidos (mais 59,9 mil barris). A Venezuela (com menos 88,4 mil barris) e o Iraque foram os países que registaram maiores quebras nas respectivas produções.

Se é de assinalar a recuperação verificada pela Nigéria e Líbia, também é de sublinhar que a Arábia Saudita e os seus aliados, como os Estados Árabes Unidos, não se mostra disposta a moderar a sua produção, mantendo a estratégia de preservar quotas de mercado e confrontar os produtores exteriores à OPEP e os chamados produtores de petróleo não convencional com preços baixos. De acordo com o relatório da OPEP, que cita as habituais 'fontes secundárias', Angola produziu em Junho, em termos médios, 1,773 milhões de barris por dia, mais 3,4 mil barris que em Maio. A produção angolana havia recuado em Maio relativamente a Abril, mantendo-se, contudo, este ano sempre acima de 1,76 milhões de barris, prolongando a tendência iniciada em 2015.

De salientar que a OPEP inclui Angola entre os países da organização responsáveis por um crescimento estimado em 150 mil barris diários na produção de L G (gás natural liquefeito) e petróleo não convencional em 2017. A produção destes produtos por parte de países da organização deverá atingir 6,43 milhões de barris em média diária no próximo ano.

## 4.9 Angola enfrenta desaceleração do crescimento estrutural

*Jornal Expansão*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: CEIC/UCAN*

O ano 2015 marca uma ruptura com os anos mais recentes da economia nacional. O nível de vida da população tem-se degradado desde 2013, não apenas devido à diminuição do rendimento nacional, como à retoma da inflação a dois dígitos. Mesmo sem informações estatísticas, o índice de pobreza seguramente aumentou. Os ajustamentos do OGE 2015 "obrigaram" a passar-se dum PIE nominal de 134 809 milhões de dólares em 2013, para 115 349 milhões de dólares em 2015. Em 2014, as estimativas do Governo apontavam para o PIB nominal de 127132 milhões de dólares. Consequentemente o PIE por habitante diminuiu de 5.210 USD, para 4.599 USD. A maior inflação descontou poder de compra aos já de si baixos salários e a redução/eliminação dos subsídios aos preços dos combustíveis agravou, ainda mais, a situação de quem já era excluído.

Dados mais definitivos e integrados no documento oficial "Linhas Mestras para a Definição de uma Estratégia para a Saída da Crise Derivada da Queda do Preço do Petróleo no Mercado Internacional" apontam para um crescimento de 2,8% do PIE e de 1,3% do PIE não petrolífero.



## A marcha da economia

A economia nacional está envolvida por muitas fraquezas e desequilíbrios estruturais. A ilustração mais evidente desta afirmação está no facto de, depois da tempestade petrolífera de 2008/2009 que atirou o preço do barril para a casa dos 45 dólares e da recuperação quase imediata (2010) para níveis semelhantes aos anteriores, Angola nunca mais atingiu os padrões de crescimento do PIE registados até 2008 (11,2% neste ano). De acordo com as Contas Nacionais, os registos foram os seguintes: 2,1% em 2009, 3,6% em 2010, 1,8% em 2011, 5,8% em 2012, 3,9% em 2013 e 4,4% em 2014. Entre 2004 e 2008, a taxa média anual de variação real do PIE foi de 12,5%, enquanto a relativa ao período 2009/2014 foi de apenas 3,36%. Verifica-se, na verdade, uma desaceleração estrutural do crescimento económico do país, que poderia ter sido contrariada (pelo menos mitigada) com a diversificação das exportações e a criação duma massa crítica de procura nacional endógena (ainda que possam ser reconhecidos alguns avanços na redução da pobreza, o que é facto é que foram marginais e não sustentáveis e agora fortemente abalados pela crise do preço do petróleo). Com estes registos a evolução do emprego (e dos salários) ficou seriamente comprometida, dentro de parâmetros razoáveis de competitividade.

## Indústria transformadora

Na verdade, as indústrias alimentares e de bebidas dominam por completo o espectro da manufactura nacional, cabendo-lhes, em 2015, 82% do Valor Acrescentado Bruto industrial. E apesar do surgimento, entre 2001 e 2015, de um outro grupo de indústrias genericamente designado por "outras indústrias", a importância relativa das alimentares e bebidas permanece elevada.

Qual o modelo de desenvolvimento industrial de Angola? As informações oficiais disponíveis esclarecem, de certo modo, a opção: o crescimento da manufactura tem-se feito, desde a independência, totalmente à custa das indústrias ligeiras, nomeadamente das actividades de produção de bebidas e de alimentos. Só que com uma nuance importante: a respectiva componente importada é elevada, donde o grosso dos efeitos multiplicadores se perder para o exterior. A facto de muitas actividades industriais terem reduzido a sua produção por falta de divisas para aquisição de matérias-primas e subsidiárias no exterior é disso a prova mais evidente. Por isso, a agricultura e a manufactura devem andar lado a lado, enquanto sectores que usam, mutuamente, produtos de cada um.

## Construção e obras públicas

O sector das infra-estruturas é de actuação praticamente exclusiva do Estado, no exercício das suas funções orçamentais de fomento do crescimento da economia e, colateralmente, de incremento do emprego e melhoria da distribuição do rendimento nacional. Desde 2002 até 2015, o Estado investiu - nem sempre da melhor maneira - 103.731 milhões de dólares, maioritariamente em obras públicas com incidência económica.

Afinal, o maior esforço de investimento do Estado reporta-se ao período 2008/2015, com um valor de 88,3 mil milhões de dólares, mais de 85% do total aplicado entre 2002 e 2015 e cerca de 11 mil milhões de dólares por ano. Apesar de o investimento público continuar a ser, depois das exportações de petróleo, o segundo factor de crescimento da economia angolana, os montantes investidos depois de 2008 ou foram insuficientes ou não tiveram a rentabilidade esperada para travarem a desaceleração do crescimento económico depois de 2008.

## Sector externo

As exportações do sector não petrolífero, que deviam ser a alternativa neste período em que o preço do petróleo está em baixa' têm sido residuais e o respectivo valor, em média anual, nunca atingiu sequer 2 mil milhões USD. Em 2015 sofreu uma redução de 12% passando de 1,5 mil milhões USD em 2014 para 1,3 mil milhões USD. Esta redução' para além de outros factores, pode evidenciar a relação estreita entre o sector petrolífero e não-petrolífero, pelo viés da disponibilização de divisas para importação de insumos e bens de capitais indispensáveis à sua produção.

Em 2002 a importação de bens de consumo intermédio foram de 437 milhões USD' (12% das importações totais) e as de bens de consumo corrente de 2,19 mil milhões USD (58% das importações), o que significa que se importou 5 vezes mais bens de consumo corrente do que bens de consumo intermédio. Doze anos depois, o quadro continua o mesmo, conforme se pode constatar na figura anterior. Em 2014 o peso da importação dos bens de consumo intermédio continuou nos 12% e a importação dos bens de consumo corrente aumentou para 59%.

## Angolano rico, angolano pobre

A modelo de difusão social do crescimento económico, para além de ter sido baseado no

petróleo, foi igualmente centrado na criação de emprego, em especial na construção, na indústria transformadora e em alguns serviços, como o comércio e os transportes (ver Contas Nacionais de Angola 2002-2012). Revelou -se errado (a renda petrolífera serviu para que fosse criada uma faixa muito reduzida de população excepcionalmente rica, usando-se a Sonangol e o OGE como instrumentos privilegiados) e insuficiente.

O país tem um problema grave por resolver quanto aos baixos salários praticados: é 11 baixa produtividade do trabalho que o justifica ou são os baixos salários que explicam a baixa produtividade?

As desigualdades sociais, de rendimento e de riqueza são muito altas no país e explicam-se pelo modelo rent-seeking adoptado depois da independência, potenciado pela guerra civil e facilitado pelo sistema de planificação centralizada, que ainda hoje espalha os seus nefastos defeitos e inconvenientes. Este sistema assintótico de distribuição da renda nacional foi elevando a doutrina oficial, sob a designação de acumulação primitiva de capital e criação duma burguesia nacional económica e financeiramente forte.

A grande oportunidade de distribuir melhor os resultados do crescimento económico ocorreu entre 2003 e 2008 e perdeu-se a favor da acumulação primitiva de capital, concentrada na elite política, militar e empresarial. A incremento médio anual do PIB por habitante foi de 670 USD, ou seja, 2,6 vezes mais o estimado para o período 2016-2020.

#### **4.10 Déficit público de Angola pode chegar aos 6,5% em 2016, diz Alves da Rocha**

*Jornal O PAÍS*  
*15 De Julho de 2016*

O responsável do CEIC, da Universidade Católica de Angola, reagia à imprensa ao anúncio de revisão, pelo Ministério das Finanças, dos principais indicadores macroeconómicos para 2016, como a revisão em baixa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIE), para 1,3%, e do aumento do déficit estatal, que passa de 5,5% para 6%, ou do corte de 20% nas despesas públicas para este ano, devido à crise da cotação do petróleo.

O economista refere como "provável" que o déficit nas transacções correntes no final de 2016 'possa atingir 13,9% do PIE, e com um barril de petróleo a

um preço médio de 39 dólares, "o déficit fiscal pode chegar aos 6,5% do PIE"

"Provocando a necessidade de mais dívida pública, a qual, evidentemente' tem limites, não apenas em termos da sua sustentabilidade a prazo, mas igualmente na disponibilidade dos financiadores externos, que seguramente questionarão o FMI e as agências de 'rating' sobre o risco do país", sublinhou.

Entre outras revisões feitas pela Governo e anunciadas a II de Julho pelo Ministério das Finanças está o preço médio do barril de crude de 2016, dos USD 45 que constam no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 41 dólares.

#### **4.11 Execução do OGE aprovado com arrecadação de apenas 10% do previsto**

*Jornal Manchete*  
*15 De Julho de 2016*  
*Texto: Jorge Neto*

O documento que vai à discussão e votação final e global, em plenária, no próximo dia 21, mereceu 23 votos a favor, 2 contra e nenhuma abstenção.

De acordo com o secretário de Estado do Orçamento, que durante a sessão, apresentou o Relatório de Balanço de Execução do OGE referente ao 10 Trimestre de 2016, registou-se, no período em referência, uma queda substancial do preço de exportação do petróleo bruto, o que afectou em grande medida às disponibilidades financeiras para a execução do OGE.

No que tange ao balanço orçamental, Alcides Safeca, referiu que no 10 Trimestre de 2016 foram arrecadadas receitas no valor de Kz 674.858,00 (Seiscentos e setenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e oito milhões de Kwanzas), correspondendo a 10% das receitas totais previstas e despesas no valor de Kz 741.060,00 (Setecentos e quarenta e um mil e sessenta Milhões de Kwanzas), representando 12 % das despesas previstas para o ano, que resultou nesse período um deficit orçamental de Kz 67.202,00 (sessenta e sete mil, duzentos e dois milhões de Kwanzas.

O auxiliar do Titular do Poder Executivo afirmou que o cenário macroeconómico foi preparado com base num conjunto de pressupostos, dos quais se destaca, "uma taxa de inflação acumulada anual na ordem dos 10,5%, ficando em 5,33 pontos percentuais acima da inflação homóloga registada em Março e Dezembro de 2015, uma taxa de câmbio que

se situou em 158 Kwanzas, enquanto que em Março e Dezembro de 2015 foi de 108 e 135,32 Kwanzas, o que representou uma depreciação da moeda nacional de 18,74% e 48,78%, respectivamente".

Apesar dos efeitos causados pela redução significativa da receita, o deputado Manuel Nunes Júnior, Presidente da Comissão de Economia e Finanças, garantiu que, as demonstrações financeiras extraídas do Relatório de Balanço de Execução do OGE/2016 referente ao 10 Trimestre evidenciam uma execução financeira equilibrada.

O deputado lembrou que o preço de referência do OGE para 2016 era de 45 dólares o barril de petróleo, "mas a média do valor do crude verificado nos primeiros três meses do ano foi de 31.5 por cento, abaixo do preço de referência, o que cria dificuldades na execução do orçamento."

O aumento das receitas tributárias não-petrolíferas, o aperfeiçoamento do desempenho do sector diamantífero para aumentar as receitas tributárias do país, o aumento da produção nacional, por meio do financiamento dos projectos dos empresários angolanos, que possam contribuir para a diminuição das importações e fomentar as exportações, fazem também parte do rol de recomendações dirigidas ao Executivo, pelos representantes do Povo.

#### **4.12 Execução do OGE aprovado com arrecadação de apenas 10% do previsto**

*Jornal Manchete*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: Jorge Neto*

O documento que vai à discussão e votação final e global, em plenária, no próximo dia 21, mereceu 23 votos a favor, 2 contra e nenhuma abstenção.

De acordo com o secretário de Estado do Orçamento, que durante a sessão, apresentou o Relatório de Balanço de Execução do OGE referente ao 10 Trimestre de 2016, registou-se, no período em referência, uma queda substancial do preço de exportação do petróleo bruto, o que afectou em grande medida às disponibilidades financeiras para a execução do OGE.

No que tange ao balanço orçamental, Alcides Safeca, referiu que no 10 Trimestre de 2016 foram arrecadadas receitas no valor de Kz 674.858,00 (Seiscentos e setenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e oito milhões de Kwanzas), correspondendo a 10% das receitas totais previstas e despesas no valor de Kz 741.060,00 (Setecentos e

quarenta e um mil e sessenta Milhões de Kwanzas), representando 12 % das despesas previstas para o ano, que resultou nesse período um deficit orçamental de Kz 67.202,00 (sessenta e sete mil, duzentos e dois milhões de Kwanzas).

O auxiliar do Titular do Poder Executivo afirmou que o cenário macroeconómico foi preparado com base num conjunto de pressupostos, dos quais se destaca, "uma taxa de inflação acumulada anual na ordem dos 10,5%, ficando em 5,33 pontos percentuais acima da inflação homóloga registada em Março e Dezembro de 2015, uma taxa de câmbio que se situou em 158 Kwanzas, enquanto que em Março e Dezembro de 2015 foi de 108 e 135,32 Kwanzas, o que representou uma depreciação da moeda nacional de 18,74% e 48,78%, respectivamente".

Apesar dos efeitos causados pela redução significativa da receita, o deputado Manuel Nunes Júnior, Presidente da Comissão de Economia e Finanças, garantiu que, as demonstrações financeiras extraídas do Relatório de Balanço de Execução do OGE/2016 referente ao 10 Trimestre evidenciam uma execução financeira equilibrada.

O deputado lembrou que o preço de referência do OGE para 2016 era de 45 dólares o barril de petróleo, "mas a média do valor do crude verificado nos primeiros três meses do ano foi de 31.5 por cento, abaixo do preço de referência, o que cria dificuldades na execução do orçamento."

O aumento das receitas tributárias não-petrolíferas, o aperfeiçoamento do desempenho do sector diamantífero para aumentar as receitas tributárias do país, o aumento da produção nacional, por meio do financiamento dos projectos dos empresários angolanos, que possam contribuir para a diminuição das importações e fomentar as exportações, fazem também parte do rol de recomendações dirigidas ao Executivo, pelos representantes do Povo.

#### **4.13 Execução do OGE aprovado com arrecadação de apenas 10% do previsto**

*Jornal Manchete*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: Jorge Neto*

O documento que vai à discussão e votação final e global, em plenária, no próximo dia 21, mereceu 23 votos a favor, 2 contra e nenhuma abstenção.

De acordo com o secretário de Estado do Orçamento, que durante a sessão, apresentou o Relatório de Balanço de Execução do OGE referente

ao 10 Trimestre de 2016, registou-se, no período em referência, uma queda substancial do preço de exportação do petróleo bruto, o que afectou em grande medida às disponibilidades financeiras para a execução do OGE.

No que tange ao balanço orçamental, Alcides Safeca, referiu que no 10 Trimestre de 2016 foram arrecadadas receitas no valor de Kz 674.858,00 (Seiscentos e setenta e quatro mil e oitocentos e cinquenta e oito milhões de Kwanzas), correspondendo a 10% das receitas totais previstas e despesas no valor de Kz 741.060,00 (Setecentos e quarenta e um mil e sessenta Milhões de Kwanzas), representando 12 % das despesas previstas para o ano, que resultou nesse período um deficit orçamental de Kz 67.202,00 (sessenta e sete mil, duzentos e dois milhões de Kwanzas).

O auxiliar do Titular do Poder Executivo afirmou que o cenário macroeconómico foi preparado com base num conjunto de pressupostos, dos quais se destaca, "uma taxa de inflação acumulada anual na ordem dos 10,5%, ficando em 5,33 pontos percentuais acima da inflação homóloga registada em Março e Dezembro de 2015, uma taxa de câmbio que se situou em 158 Kwanzas, enquanto que em Março e Dezembro de 2015 foi de 108 e 135,32 Kwanzas, o que representou uma depreciação da moeda nacional de 18,74% e 48,78%, respectivamente".

Apesar dos efeitos causados pela redução significativa da receita, o deputado Manuel Nunes Júnior, Presidente da Comissão de Economia e Finanças, garantiu que, as demonstrações financeiras extraídas do Relatório de Balanço de Execução do OGE/2016 referente ao 10 Trimestre evidenciam uma execução financeira equilibrada.

O deputado lembrou que o preço de referência do OGE para 2016 era de 45 dólares o barril de petróleo, "mas a média do valor do crude verificado nos primeiros três meses do ano foi de 31.5 por cento, abaixo do preço de referência, o que cria dificuldades na execução do orçamento."

O aumento das receitas tributárias não-petrolíferas, o aperfeiçoamento do desempenho do sector diamantífero para aumentar as receitas tributárias do país, o aumento da produção nacional, por meio do financiamento dos projectos dos empresários angolanos, que possam contribuir para a diminuição das importações e fomentar as exportações, fazem também parte do rol de recomendações dirigidas ao Executivo, pelos representantes do Povo.

#### 4.14 Projecções até 2020 não apontam para a melhoria das condições de vida

*Jornal Expansão*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: CEIC/UCAN*

As incertezas que pairam sobre a economia angolana são várias e algumas delas se transformam em riscos e certezas. Compete à política económica encontrar as medidas e os processos de transformação que reduzam as incertezas e mitiguem os riscos. Se assim não for, as projecções até 2020 não fornecem resultados compagináveis com a melhoria das condições de vida da população, a reconciliação nacional, o aumento da produtividade geral dos factores e a redução das desigualdades.

##### Cenário A

O cenário de base está no quadro seguinte, bem assim como as hipóteses utilizadas no modelo estrutural existente no CEIC. A suposição sobre a produção de petróleo foi retirada do documento "Angola 2015 Article IV Consultation do Fundo Monetário Internacional de Novembro de 2015 e onde se encontram projecções até 2020.

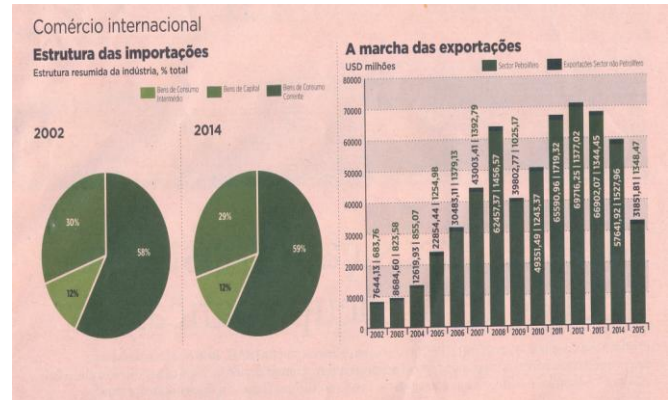
Como se constata, a manutenção da quantidade produzida de petróleo conduz a uma taxa de variação anual de zero por cento e, conseqüentemente, uma redução da participação da economia petrolífera no PIE.

Assim, neste cenário o esforço recai sobre a economia não petrolífera, cujo desempenho vem sendo muito irregular, tendo registado uma cifra de apenas 1,3% em 2015. Deverá competir à agricultura e à indústria transformadora a maior parte dos esforços para se obter, em 2020, um ritmo de variação de 7,7%. Este cenário de base pode igualmente ser tido como o menos favorável, ainda que o mais realista face aos ajustamentos introduzidos nas dinâmicas de crescimento mundial.

##### Cenário B

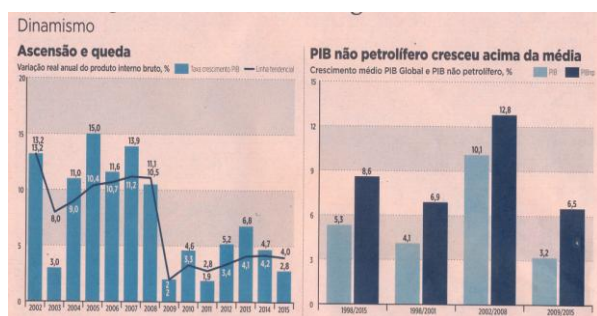
No cenário B alteram-se as quantidades produzidas de petróleo, dando-se muito mais espaço para a afirmação da economia não petrolífera, conforme se espelha na tabela seguinte.

Uma observação particular relacionada com a variação do PIB por habitante: em 2015 ocorreu uma diminuição do PIB em dólares correntes de 21,1%, o que conjugado com a correcção do quantitativo da população pelo Censo de 2014 implicou uma redução do seu valor de 23,2%. Esta tendência mantém-se até 2020, donde se esperar uma deterioração das condições de vida, não apenas por este viés, como pelo canal da desigual repartição do rendimento nacional.



#### 4.15 Viagem gráfica a Economia Angolana

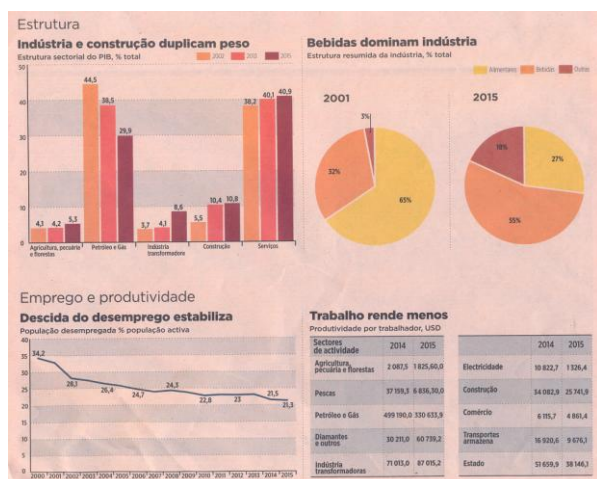
*Jornal Expansão*  
14 De Julho de 2016



#### 4.16 Investimento público recupera estradas

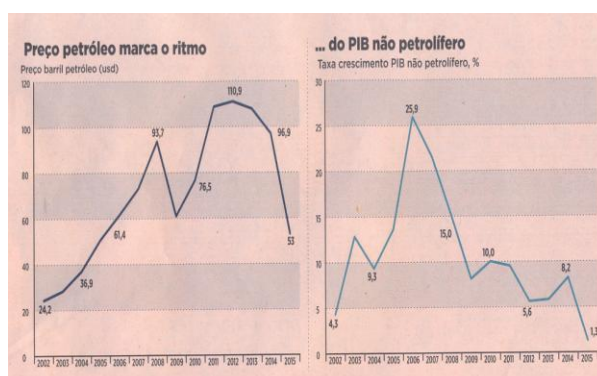
*Jornal de Angola*  
17 De Junho de 2016  
Texto: Madalena José

O Fundo Rodoviário, organismo com a missão de agregar todos os recursos financeiros destinados à conservação e manutenção da rede viária, anunciou ontem, em Luanda, o Início de obras de restauro em várias estradas nacionais.



O programa já em curso desde o princípio do mês contempla, entre outras, a estrada 230 (Luanda a Malanje) e a via expressa, em Luanda, afirmou o presidente do Conselho de Administração do Fundo Rodoviário.

Guido Cristóvão, que falava à margem da cerimónia de tomada de posse do Conselho de Administração da nova instituição, assegurou que os problemas das estradas nacionais estão bem identificados e a instituição está determinada a intervir na sua recuperação. "O tempo de vida útil de algumas estradas nacionais já está vencido, registando-se uma degradação crescente na maioria dessas vias", reconheceu.



Para pôr termo à situação, acrescentou, o Fundo Rodoviário está a dedicar-se à manutenção das estradas com a colocação de lancia, a remover areia e outros obstáculos, à pintura e a limpar os esgotos, entre outras tarefas, que visam tornar as estradas mais funcionais e seguras. O responsável afirmou que as estradas com elevado índice de degradação estão sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), pois, "quando as estradas alcançam um determinado grau de degradação saem do programa de conservação e manutenção e passam para o de reconstrução, sob a responsabilidade do



Instituto Nacional de Estradas de Angola", esclareceu.

"O compromisso do Fundo Rodoviário consiste em conservar e manter as estradas a nível nacional", assegurou. Além do presidente do Conselho de Administração do Fundo Rodoviário, tomaram posse os administradores Conceição Luís Cristóvão e Simão António Tomé, numa cerimónia presidida pelo ministro das Finanças, Armando Manuel. Com estatuto orgânico aprovado por decreto presidencial, em Janeiro deste ano, o fundo tem por função básica a análise e aprovação de todas as propostas apresentadas pelo Instituto Nacional de Estradas de Angola, pelos governos provinciais e pelas administrações municipais com vista à inclusão de obras no Programa Anual de Conservação e Manutenção de Estradas de Angola.

O Fundo Rodoviário pode igualmente seleccionar, através de concurso público, adjudicar-se contratar empresas para a execução e desenvolvimento do Programa Nacional de Conservação e Manutenção de Estradas e supervisionar a gestão física e financeira dos contratos celebrados ao abrigo daquele programa.

Tem também a missão de disponibilizar o financiamento das obras de melhoria de conservação de estradas, de acordo com a programação definida para cada ano económico e zelar pela transferência das receitas que, nos termos do decreto presidencial, lhe sejam atribuídas.

#### 4.17 Cartoon

*Jornal Economia e Finanças*  
22 De Julho de 2016



#### 4.18 Conta Geral do estado de 2014 aprovada em controvérsia

*Jornal OP AIS*

22 De Julho de 2016

Texto: Hermenegildo Tchিপilica

Ao apresentar o balanço do documento, o ministro das Finanças' Armando Manuel, disse que este instrumento foi elaborado com base num conjunto de pressupostos económicos cujos indicadores macroeconómicos espelhavam uma taxa de inflação na ordem de 7,5% e uma taxa de câmbio de 98.3 kz para um dólar.

Em 2014, disse ainda, a CGE já sinalizava indicadores de preocupação que viriam a confirmar-se no termo do exercício económico.

Na altura, a produção do principal produto de exportação, o petróleo, tinha uma previsão de um milhão e 671 mil barris por dia, contra um milhão e 716 mil De acordo com Armando Manuel' este indicador culminou com um decréscimo de 2,6% da produção do petróleo em 2014, tendo-se assistido, como consequência, nesse ano, a uma quebra de 3.7% em relação ao ano anterior.

Neste período, ainda de acordo com Armando Manuel, o preço do petróleo começou a registar uma acelerada baixa, tendo-se fixado em USD 96 por barril, o que representou uma quebra de 10.9% comparativamente ao preço verificado no exercício de 2013.

Referiu-se ainda ao volume da exportação de petróleo fixada na ordem dos 586.9 milhões de barris, tendo este volume representado uma quebra de 3.7% quando comparado com o desempenho do ano anterior. O Produto Interno Bruto (PIE) nominal fixou-se em 12.462 milhões de Kwanzas, tendo a taxa de crescimento do mesmo na sua perspectiva real se fixado em 4.8%.

Disse ainda que a absorção dos subsídios do Orçamento Geral do Estado (OGE) em 2014 posicionou-se em mais de USD 6 mil milhões, contra os USD 7 mil milhões registados em 2013, reflectindo uma desaceleração de cerca de 7.48%.

"Permitam-me referir que à data de hoje (ontem) no presente orçamento a receita não petrolífera ocupa um peso superior de 48 %, comparativamente aos 33% registados em 2014 e o sector petrolífero ocupou um peso no PIE de 33%, enquanto no ano em curso se estima que o peso do sector petrolífero venha a posicionar -se em 22%", sublinhou.

Discussão controversa Durante as discussões, os deputados levantaram questões sobre o documento, tendo mesmo gerado alguma controvérsia entre o MPLA e a Oposição sobre a quem recai o mérito de obrigar o Executivo a apresentar a Conta Geral do Estado no parlamento.

A declaração política da CASA- CE, apresentada pelo seu presidente de bancada, André Mendes de Carvalho "Miau", refere que em 2012 a sua formação fez constatar que o Executivo não submetia à Assembleia Nacional a Conta Geral do Estado como exigido pela Lei. De acordo com o deputado, "o Executivo não prestava contas.

Por exigência da Oposição, o Parlamento acabou por receber a CGE de 2011 e, posteriormente, as dos anos subsequentes", rematou. Segundo ainda o parlamentar, as contas anteriores ao ano de 2011 caíram no esquecimento, como se o Executivo tivesse legalmente sido desobrigado a apresentá-las.

Por seu turno, o MPLA pelo seu presidente de bancada, Virgílio de Fontes Pereira, retorquiu recorrendo a dados históricos para argumentar a sua posição. Segundo Virgílio de Fontes Pereira, em 2013 a AN apreciou a Conta Geral do Estado referente ao ano de 2011, tendo sido a primeira vez na história do país a fazer -se esse exercício de enorme importância para a gestão da economia nacional.

A presidente em exercício da bancada parlamentar da UNITA, Miraldina Jamba, disse que a Conta Geral do Estado continua a não incluir as receitas e as despesas de todos os serviços, em violação ao princípio da universalidade consagrado no artigo 5º da Lei - Quadro do OGE. Indicou também as lacunas dos actuais classificadores que, designadamente, inviabilizam o apuramento rigoroso da totalidade dos fluxos financeiros entre o OGE e o sector empresarial público (SPE), "recomenda-se pois a reestruturação funcional do mesmo". O PRS, que se absteve na votação, justificou o seu sentido crítico com o facto de se assistir à degradação das condições de vida dos angolanos.

## 4.19 Equipa económica reunida hoje no Luena

*Jornal de Angola*

*22 De Julho de 2016*

*Texto: Kumúênho Da Rosa, Samuel António e Lino Vieira*

A província do Moxico, cuja capital, Luena, acolhe hoje a reunião das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, é um território com numerosos rios, lagos, lagoas e extensas chanas que ficam alagadas na época das chuvas.

À partida tinha tudo para que as populações tivessem água nas torneiras sem grande dificuldade. Mas vários factores fizeram com que a água constitua ainda um problema. Com o programa "Água para Todos", com lugar praticamente garantido na agenda de trabalhos da Equipa Económica do Governo, na reunião de hoje, pretende-se transformar em realidade o que para muitas populações do Moxico e do país, de um modo geral, ainda é um sonho por realizar,

O programa "Água para Todos" no Moxico deve ser também um dos destaques da agenda da reunião das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros. Uma abordagem que se impõe devido ao impacto do projecto na vida das populações e também na economia da província.

A reportagem do Jornal de Angola apurou que a execução do projecto foi afectada por cortes de financiamento, o que, por exemplo, no Luena, inviabilizou a continuidade das obras de ampliação da rede de abastecimento de água ao domicílio. O projecto prevê abranger 200 mil consumidores na cidade do Luena, o director provincial de Energia e Aguas, Celestino João, disse que o contrato inicial entre o Governo da província e o empreiteiro previa apenas 1.200 ligações domiciliárias. O trabalho já foi executado e hoje beneficia perto de 14 mil consumidores.



E com o aumento da população na periferia, o Governo da província pretende ampliar a rede de distribuição e, para tal, precisa uma nova linha de financiamento para continuidade aos trabalhos. Enquanto isso, e para responder ao plano de necessidade do Governo da província para o Luena, foram instalados 48 chafarizes e igual número de lavandarias nos bairros Alto Campo, Capango, Sangondo, Zorro e Kuenha.

As 1.200 ligações realizadas beneficiaram os hospitais provincial e municipal, e os bairros Social e Vila Luso, localidades próximas da Estação de Tratamento de água (ETA), inaugurada em Fevereiro do ano passado pelo Presidente da República, por altura da visita à província para a cerimónia oficial do fim das obras de recuperação dos Caminhos-de-Ferro de Benguela e a chegada do comboio ao Luau, na fronteira com a RDC.

### Água em Cangumbe

Em fins de Março passado, o programa "Água para Todos" registou, na sede comunal de Cangumbe, um dos factos mais marcantes na vida da população desta parcela do município do Moxico, situada a pouco mais de 100 quilómetros da cidade do Luena.

Com perto de sete mil habitantes, a comuna de Cangumbe é uma das três que compõem o município do Moxico. Desde o tempo colonial, quando o Moxico ainda era a Vila Luso, Cangumbe foi construída por ter uma localização privilegiada - é atravessada pela linha de comboio do CFB-, e grande potencial para produção de mel e exploração de madeira. Mas até fins de Março passado, Cangumbe teve sempre um problema, a água potável. A vila fica numa zona inclinada, praticamente uma ribanceira e o rio mais próximo fica a 12 quilómetros. No tempo colonial, contam os mais velhos, a água chegava a Cangumbe de comboio.

Havia um reservatório que era abastecido regularmente e tinha dupla finalidade: armazenar a água para ser usada pelo comboio, que era a vapor, e abastecer a população da vila. Com a Independência Nacional, o problema continuou, aliás, agravou-se com a guerra quando foi destruído todo o ramal do caminho-de-ferro, as locomotivas do CFB e, no Cangumbe, o sistema de abastecimento de água à população.

### Beber água da chuva

Sem o comboio, a água passou a chegar em camiões-cisternas, mas a degradação das estradas tomou o preciso líquido um bem ainda mais raro na região. A situação era tão dramática, que ficou impossível para

a Administração local convencer os funcionários públicos a ficar.

Sem médicos, sem professores, sem pessoal com as melhores qualificações, à Administração de Cangumbe nada mais restou do que ir remediando e deixar o tempo passar. Não há melhor testemunho do drama de possível realizar alguns programas no Cangumbe, como uma escola do primeiro ciclo do ensino secundário e um centro médico, inseridos no Programa de Investimentos Públicos da província do Moxico.

Cangumbe que o relato feito pelo administrador da comuna Nito Franco. No cargo desde os anos 1990, Nito Franco viu partir muitos filhos de Cangumbe por variados motivos. Sem água é difícil aguentar. Por longos períodos ele próprio consumiu água da chuva. "Era encher os baldes, ferver a água e pôr na arca.

Depois ... seja o que Deus quiser", recorda. Quando em fins de Março passado o governador provincial João Ernesto dos Santos foi à sede de Cangumbe inaugurar o sistema de captação e tratamento de água, duas lavandarias, com cinco chafarizes e três ligações domiciliárias, a população exultou de alegria e satisfação. Para atrás ficaram as longas caminhadas para ir ao rio mais próximo buscar água ou lavar a roupa.

### Fim do martírio

À nossa reportagem, o regedor de Cangumbe, Miúdo Calema, disse que os chafarizes e lavandarias na comunidade trazem um "enorme alívio ao sofrimento da população" que agora "tem água para beber, lavar a roupa, cozinhar e fabricar adobes para construir as casas". Antes de se começar a sentir os efeitos da crise económica, foi possível realizar alguns programas no Cangumbe, como uma escola do primeiro ciclo do ensino secundário e centro médico, inseridos no Programa de Investimento Públicos da província do Moxico.

### Obra complexa

Para tomar realidade o sonho das gentes de Cangumbe foi preciso muito empenho do Governo da província, que chegou a fazer desse desiderato um compromisso eleitoral em 2012. "O sofrimento da população de Cangumbe por causa da água vai ter de acabar, custe o que custar", garantiu.

Desde então foram feitos estudos e mobilizados meios para concretizar esse projecto. Celestino João, director provincial de Energia e Aguas, disse que só de ensaios foi preciso um ano. Para fazer chegar água no Cangumbe foi realizado com êxito um furo com

150 metros de profundidade, e mais de 70 metros de caudal dinâmico, que segundo o parecer técnico do engenheiro encarregado da obra, representa uma quantidade enorme de água para o consumo da comuna.

Ainda no âmbito do Programa "Água para Todos" o Governo Provincial do Moxico instalou em Outubro do ano passado três sistemas de captação de água nas comunas de Mussuma Mitete, Ninda e Tchume, no município dos Bundas.

Ontem, em declarações à imprensa, o governador provincial do Moxico adiantou que durante a reunião devem ser aprovados programas dirigidos nas áreas de exploração de madeira e produção de arroz.

Na sequência das medidas adoptadas pelo Executivo para atenuar o impacto da crise económica, aumentar e diversificar a produção interna e acabar com a dependência do petróleo, estão a ser apoiados programas públicos e privados, no quadro de programas dirigidos nos sectores da Agricultura, Indústria e Pesca. O apoio aos projectos é feito a partir de saldos das linhas de financiamentos já aprovadas.

João Ernesto dos Santos disse que o Titular do Poder Executivo vai ser informado sobre o quadro geral do desenvolvimento socioeconómico da província do Moxico, com realce para a implementação de projectos dos sectores da Construção e Energia e Águas, inseridos no Programa de Investimentos Públicos.

## 4.20 Requalificação do Sambizanga nas prioridades do PR

*Jornal O PAÍS*

*27 De Julho de 2016*

*Texto: Neusa Filipe*

O residente da República, José Eduardo dos Santos, que no fim-de-semana último visitou as obras de reconversão e requalificação do distrito Urbano do Sambizanga, expressou a sua preocupação em relação aos atrasos verificados, tendo solicitado ao ministro das Finanças e aos responsáveis pelas referidas obras a fornecerem esclarecimentos concernentes ao seu orçamento.

Na ocasião, o Chefe de Estado pediu uma garantia da parte de quem vai conceder o dinheiro para cobrir as despesas das obras em causa.

Outra preocupação do Presidente da República incidiu na garantia de construção de pelo menos cinco mil casas sociais para realojar as pessoas que serão retiradas das zonas adjacentes, em consequência da referida requalificação, situação que está a ser apontada como uma das condicionantes ao avanço das obras.

"Para fecharmos o pacote em relação aos projectos do Sambizanga temos que resolver a questão relativa aos financiamentos para a construção de casas para o realojamento e a construção daquelas que restam", disse o Presidente José Eduardo dos Santos, apelando para que se acelerem os trabalhos de negociação com o Banco de Desenvolvimento da China que se comprometeu em financiar as obras.

"Há um trabalho ainda por se fazer com o Banco de Desenvolvimento da China e o trabalho tem que ser feito o mais depressa possível, sob o risco de não cumprirmos os prazos que estamos aqui a preconizar", reforçou.

De acordo com informações do ministro da Construção, Valdemar Alexandre, foram estabelecidas metas no sentido de se construir as respectivas casas para realojar a população, alegando que a empreiteira encarregada da construção prometeu entregar as primeiras três mil residências que serão construídas na centralidade do Sequele até Dezembro próximo.

A visita presidencial teve início na rua Ndunduma, seguindo-se para o Estádio Mário Santiago, onde foi lançada a pedra para a construção da segunda fase do mesmo, tendo terminado no viaduto que vai ligar a rua Ndunduma à rua Luejí-ya-Konda. No que diz respeito à construção dessa infra-estrutura, OPAÍS apurou que 70% da obra já foi executada, tendo custado mais de 34 milhões de dólares. A sua conclusão está prevista para o mês de Outubro do corrente ano.

No que se refere às obras de requalificação do Estádio Mário Santiago, o presidente da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), Ismael Diogo da Silva, disse, a O PAÍS, que, apesar de a obra estar integrada no projecto de reabilitação urbanística do Sambizanga, ela pertence particularmente à FESA.

O interlocutor fez saber as razões que estiveram na base da sua paralisação, apontando, sobretudo, os requisitos exigidos pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) e que, para o seu cumprimento o projecto teve que ser entregue a uma empresa espanhola, a fim de fazer a sua projecção. Referiu ainda que a questão do realojamento da

população a ser retirada da área em questão constitui também um empecilho.

"Tendo em conta todas as normas de projecção que a FIFA nos impôs no início da primeira fase, tivemos que recorrer a empresas de gabarito que já fizeram estádios, para o projecto poder obedecer a esses padrões impostos", disse.

O responsável revelou que a primeira fase da referida obra, que já foi concluída, custou aproximadamente dez milhões de dólares. Garantiu que a actual situação de crise económica que assola o país não vai condicionar o avanço das obras.

Salientou que a obra foi entregue a uma das maiores empresas da China e garantiu que depois do lançamento da pedra para a conclusão da segunda fase, feita pelo Presidente José Eduardo dos Santos, como patrono da FESA, a obra vai prosseguir sem constrangimentos, com uma ampliação e cobertura a serem feitas nos padrões estabelecidos pela FIF A.

Inaugurado em 1952, numa partida de futebol entre o Académica do Ambrizete e os 11 Bravos do Kinzau, o Estádio terá a sua capacidade ampliada de 8 mil para 16 mil lugares, estando a sua conclusão prevista para um período de dezoito meses.

#### **4.21 Primeira turbina da central II de Cambambe arranca hoje**

*Jornal O País*

*30 De Julho de 2016*

*Texto: Hélder Caculo*

O sector da Energia ganha mais uma infra-estrutura que vem dar força à energia eléctrica que se consome em Luanda e noutras províncias, com a entrada, hoje, em funcionamento da primeira unidade (turbina) geradora de energia eléctrica, de um grupo de quatro que compõem a fase II da Central Hidroeléctrica de Cambambe.

À imprensa, o representante do Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (GAMEK) João Eduardo Ferrerinha Borges, disse que a turbina, com capacidade de 175 megawatts, "vai ser sincronizada na rede para dar continuidade aos testes e ensaios da Central II".

Após a sincronização da primeira turbina, ainda fora da rede de transportação, as outras três vão ocorrer nos meses de Agosto, Outubro e Dezembro.

Aquele responsável do Gamek explicou que, até ao mês de Dezembro, as quatro turbinas vão gerar 700 megawatts. Adicionando aos 260 MW da primeira

central, Cambambe vai gerar 960 megawatts de energia eléctrica. O Programa de Modernização e Expansão da Barragem de Cambambe contemplou alteamento da queda, de 100 para 130 metros de altura, e a construção de uma nova central, com quatro grupos geradores de 175 Megawatts cada.

Acredita-se que a produção de Cambambe, a contar com o reforço de Laúca, vai ser importante na perspectiva de estender a rede eléctrica para todo o território, principalmente para toda a região Sul. É neste sentido que foi aprovado um projecto de construção de uma linha de transporte de energia para a província do Huambo.

Actualmente estão a ser testadas as máquinas das obras em curso na central de Cambambe. Segundo informações oficiais, as obras em si foram divididas em três fases. A primeira para reabilitação e modernização da antiga central. A segunda para a construção de uma nova central, enquanto a terceira está reservada à implantação de três novas subestações.

A reabilitação da central número um, escavada na rocha, e que teve início em Março de 2009 e concluída em 2012, consistiu na instalação de quatro grupos de geradores modernos de 65 megawatts (MW) cada um, em substituição dos quatro anteriores de 45 megawatts cada, o que permitiu elevar a capacidade instalada de 180 para 260 megawatts.

A construção da segunda central, a etapa dois do projecto, abrange obras de construção civil, abertura de túneis hidráulicos e de restituição, túneis de acesso, condutas de água e acabamentos. A construção da segunda central da barragem de Cambambe deve ficar concluída até ao final deste ano.

#### **4.22 Acertos finais à proposta de revisão orçamental**

*Jornal De Angola*

*30 De Julho de 2016*

*Texto: Kumuenho Da Rosa*

A revisão do Orçamento Geral do Estado de 2016 dominou a agenda, ontem, da 131 sessão ordinária conjunta das comissões Económica e para Economia Real do Conselho de Ministros. A primeira desde o regresso, na semana passada, do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, da visita privada a Espanha.

Depois da discussão preliminar na sessão de 30 de Junho último, a Equipa Económica do Governo voltou a discutir os pormenores da proposta de revisão orçamental, cujos detalhes devem ser conhecidos apenas no próximo plenário do Conselho de Ministros, altura em que o documento terá o derradeiro aval do Titular do Poder Executivo antes de ser submetido à aprovação da Assembleia Nacional.

Com esta revisão orçamental, o Executivo procura "ajustar os indicadores económicos à realidade actual e fazer face ao cenário macroeconómico", na linha do pacote de acções políticas e estruturais que têm estado a ser implementadas para fazer face à conjuntura económica global, marcada pela crise de preços das matérias-primas nos mercados internacionais.

No centro das atenções estão indicadores como a meta de inflação, da dívida pública, do défice orçamental e o preço de referência do petróleo, que é o principal produto de exportação e fonte dominante das receitas fiscais. Em face do actual contexto económico e social do país, e o conjunto de medidas que têm sido adoptadas para esbater os efeitos da crise e reestruturar a economia nacional com o mínimo possível da influência do petróleo, outro indicador que gera alguma expectativa é a taxa de crescimento do PIB.

O OGE em exercício prevê um crescimento na ordem dos 3,3 por cento (1,5 por cento do sector petrolífero e 1,8 do não petrolífero), um indicador que o próprio Executivo já admitiu estar além das estimativas. Num comunicado difundido recentemente, o Ministério das Finanças fez uma avaliação da perspectiva fiscal e indicadores de desempenho macroeconómico do primeiro semestre do ano em curso, na qual salientou que em termos de Despesa Fiscal, o Orçamento de 2016 previa um montante de 30 mil. Milhões de dólares, e as recentes estimativas indicam uma perspectiva de 24 mil milhões até final do ano. No mesmo documento, o Ministério das Finanças comparou ainda a previsão de 24,4 mil milhões de dólares para a Receita Fiscal, quando as estimativas mais recentes apontavam para um montante de 18 mil milhões, sendo 8,3 mil milhões em receitas petrolíferas.

Outro indicador não menos relevante assinalado pelo Ministério das Finanças tem a ver com o Déficit Fiscal que perspectivava 5,5 do PIB, quando as avaliações mais recentes apontam para 6,0 por cento. Para o sector petrolífero, os pressupostos do OGE para 2016 previam um preço médio de petróleo de 45 dólares o barril, mas que a avaliação de desempenho realizada perspectiva um preço médio

de 41 dólares. Tendo em conta o momento em que se discute a proposta de revisão orçamental, não deixa de ser relevante o facto de o preço do petróleo ter registado uma média de 36 dólares por barril, no primeiro semestre. Durante a sessão de ontem, a Equipa Económica aprovou os balanços de execução do Orçamento Geral do Estado e de execução financeira do Tesouro Nacional, no segundo trimestre do corrente ano, assim como o Plano de Caixa do passado mês de Junho. Também foi analisado o Plano de Caixa do mês de Agosto.

A sessão debruçou-se também sobre um memorando sobre a evolução da Notação do Risco Angola, documento que apresenta a avaliação e variação das notações feitas entre 2014 e 2016 pelas principais Agências de Notação de Risco Internacionais. Foi ainda analisado um relatório das actividades do Governo do período 2013-2015, com o propósito de avaliar o desempenho e servir de barómetro para a tomada de medidas correctivas para assegurar a realização mais eficiente e eficaz dos objectivos nacionais.

As comissões Económica e para a Economia Real aprovaram um programa de aquisição e afectação de meios e equipamentos para o ano agrícola 2016/2017, que tem por finalidade atender as necessidades dos pequenos agricultores, de modo a viabilizar a execução dos projectos em curso no domínio da agricultura.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Aprovada, na especialidade, proposta de Lei da Administração Local

*Jornal O País*

*06 De Julho De 2016*

*Texto: Neusa Filipe*

A Comissão da Administração do Estado e Poder Local e a Comissão dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos aprovaram, na especialidade, as propostas de Lei sobre a Administração Local do Estado e a Lei sobre a Divisão político-administrativa. Espera-se que em breve sejam encaminhados à discussão e votação final na generalidade.

A aprovação do diploma sobre a Administração Local do Estado irá permitir a adaptação do seu regime com os parâmetros constitucionais, por um lado, e criar os instrumentos adequados às opções de política da Administração Pública, para a implementação de um novo quadro organizativo e funcional para a administração local, segundo o relatório apresentado na ocasião.

As Comissões de Trabalho especializadas, após a análise do conteúdo da proposta de Lei sobre a recomendaram ao plenário da Assembleia nacional a introdução de algumas emendas e correcções de forma a que a nova divisão político-administrativa da República de Angola mantenha as actuais 18 províncias e os 164 municípios.

As comunas passam de 517 para 518 e os distritos urbanos de 45 diminuem para 44.

Na ocasião, o deputado da CASA-CE, Lindo Bernardo Tito, disse que em qualquer estrutura da organização do poder autónomo deve existir uma separação entre a Administração do Poder Local e a Administração do Poder Local do Estado. Na sua opinião, a respectiva separação implica que a Administração Local do Estado não pode interferir na Administração autónoma do Poder Local, tal como consta no artigo 4º da proposta de Lei em causa.

Para o deputado, o Estado pretende com essa medida influenciar a actuação da autoridade tradicional que está integrada nos órgãos da autonomia do poder local.

O parlamentar referiu que o seu partido espera, por um lado, que o diploma em causa traga uma lei que represente o realismo político e administrativo angolano. Por outro lado, desejam que tenha uma visão futurista da inserção das autarquias locais, considerando ser fundamental para qualquer Estado que tenha na sua Constituição dois tipos de organização administrativa.

O deputado alegou que a nova Lei terá de ter estruturas menos pesadas para permitir que tudo que se refere à gestão dos municípios passe pelas autarquias locais.

Por seu turno, a deputada Mihaela Webba, do Grupo Parlamentar da UN ITA, considerou que a Lei em discussão abre o leque dos documentos que constam do plano de tarefas essenciais para a realização das eleições gerais e autárquicas.

Mihaela webba afirmou que "o proponente veio com uma proposta de estabelecer órgãos que não estão na constituição", tendo adiantado que em relação à essa matéria, o seu partido defende que, relativamente a administração local do Estado, o órgão constitucional é o governador provincial nos termos do que está estabelecido na Constituição angolana.

### 5.2 Proposta Visão moderna Sobre administração local

*Jornal de Angola*

*06 De Julho de 2016*

*Texto: Adelina Inácio*

O Executivo propõe uma nova visão sobre a organização e funcionamento da administração local do Estado, para assegurar a gestão e os serviços públicos necessários à segurança, bem-estar e progresso sustentado dos cidadãos.

A nova visão consta da proposta de Lei da administração local do Estado, aprovada ontem na especialidade pelos deputados da primeira e quarta comissões da Assembleia Nacional, na presença do ministro da Administração do Território e do secretário de Estado para os Assuntos Institucionais e Eleitorais.

A proposta de lei, que está agora. Em condições para a provação final global, prevê que a programação financeira e orçamental da Administração local do Estado fica sujeita às normas em vigor que disciplinam a preparação, execução e controlo do Orçamento Geral do Estado. Os investimentos

públicos da administração local do Estado, de acordo com a proposta, obedecem aos princípios da necessidade e da coordenação com os órgãos da administração central.

O Executivo pretende que as administrações municipais sejam mais eficientes e próximas à realidade social. O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, explicou que o Titular do Poder Executivo regula a coordenação dos planos, programas, projectos e acções dos órgãos locais do Estado com os do poder local, visando o exercício harmonioso das respectivas atribuições e competências.

Posições divergentes Os deputados da UNITA e da CA- SA-CE não estão alinhados aos do MPLA e ao Executivo. A oposição defende que as competências constantes da proposta de Lei são das autarquias locais, que devem ser estabelecidas já.

A deputada Mihaela Weba, da UNITA, considerou a proposta de Lei sobre Administração local do Estado como um diploma de "extrema importância", porque na sua opinião abre o leque dos documentos que constam do plano de tarefas essenciais para a realização das eleições gerais e autárquicas. Mas disse que na proposta de Lei que aprova a organização e funcionamento dos órgãos da Administração local do Estado, o Executivo estabelece órgãos que não estão na Constituição.

Questão que originou mais um debate entre os deputados da UNITA, CASA-CE, MPLA e o Executivo.

A UNITA, acrescentou, entende que relativamente à administração, local do Estado, o órgão constitucional é o governador provincial. A deputada afirmou que a grande novidade da Lei é estar de acordo com a Constituição: "enquanto legisladores devemos respeito primário à Lei fundamental, que é a Constituição", disse a deputada da UNITA.

Lindo Bernardo Tito, da CASA- CE, considerou o debate na especialidade de positivo, uma vez que o Executivo acolheu as propostas da oposição. O deputado da CA- SA-CE disse que a administração Local do Estado não pode interferir na administração autónoma do poder local, onde se enquadra, no seu entender, a autoridade tradicional.

A proposta da oposição não foi acolhida pelo Executivo. Lindo Bernardo Tito disse que a CASA-CE defende uma Lei que representa o realismo político e administrativo do país e que tenha uma visão futurista da institucionalização das autarquias locais.

Agenda para hoje Os deputados voltam a analisar hoje, na especialidade. A proposta de Lei sobre a Divisão político-administrativa, diploma que propõe que o território seja constituído por 18 províncias, 164 municípios e 517 comunas e 45 distritos urbanos. A proposta visa dar cumprimento à nova ordem constitucional de organização territorial para fins político-administrativos.

Os deputados da sétima Comissão da Assembleia Nacional visitaram ontem, em Luanda, a sede da Associação de Amizade e Solidariedade para com a Terceira Idade e o centro comunitário criado pela instituição, no bairro do Kassequel.

Preocupações da associação O deputado da sétima comissão da Assembleia Nacional, José Ventura, disse que a visita serviu para constatar o funcionamento e as preocupações da associação. "Estas preocupações vão ser submetidas ao Executivo, no sentido de solucionar alguns problemas", disse, reconhecendo contudo que o progresso da instituição é bastante satisfatório.

José Ventura acrescentou que durante a visita ao centro comunitário constataram o trabalho que tem sido feito pelo conselho comunitário dos avôs no sentido de resolver conflitos no seio familiar. "É um trabalho que está a ser muito bem feito e incentiva outras instituições no sentido de abraçarem esta iniciativa", realçou.

Responsável do centro comunitário da Associação de Amizade e Solidariedade para com a Terceira Idade, Lourdes Bernice, disse que a sua instituição acolhe 78 pessoas, a quem são ministradas aulas de alfabetização em três módulos.

"Estas pessoas também recebem aulas de educação física, costura, pastelaria e outras", explicou Lourdes Bernice, acrescentando que foi criado no ano passado o conselho comunitário dos avôs que tem participado em actividades com a comunidade, no sentido de resolver conflitos familiares.

A responsável informou ainda que têm sido realizadas consultas por uma médica voluntária, uma vez por semana, e que têm recebido apoio da Repartição da Educação do Distrito da Maianga.

### 5.3 Lukombo Nzatuzola «Houve erros na contagem dos resultados do Censo»

*Novo Jornal*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: Eduardo Gito*

Assinalou-se na segunda-feira, 11, o Dia Mundial da População.

Qual é o actual quadro demográfico de Angola?

Saúdo o facto de termos conseguido a realização do Censo Geral da População em 2014, apesar dos constrangimentos. É difícil agradecer a gregos e a troianos. Porém, o facto de se ter realizado o censo já é um acto positivo. Como qualquer realização humana, houve insuficiências e erros. Não se pode dizer que tudo foi mau. Houve também alguns aspectos positivos, como a abrangência do processo, que chegou a todo o território nacional. Em termos gerais, o censo esteve em todas as províncias, todos os municípios e em todas as casas. Devo dizer que houve erros na contagem dos resultados do Censo.

De que erros fala exactamente?

Houve zonas em que os brigadistas não apareceram, pessoas que responderam de forma errada o questionário, pessoas que não entenderam e nem sequer deram uma resposta. É trabalho do INE diagnosticar esses erros, reconhecê-los e procurar formas de os corrigir. Os técnicos do INE deveriam identificar tais problemas e evitá-los nas próximas ocasiões.

Que informações relevantes podem ser extraídas dos resultados?

A maior informação que o censo deu é a densidade populacional, que maioritariamente reside nas grandes cidades, principalmente em Luanda, o centro das atenções, com 300 pessoas em cada quilómetro quadrado - que contrasta muito com o Moxico, a maior província do país, com quatro habitantes por quilómetro quadrado. Temos um excedente feminino em todas as províncias, exceptuam-se as Lundas, onde há o maior número de homens, mas há uma explicação: deve-se à grande presença da população emigrante, devido ao garimpo de diamantes.

O que estará na base dessa desproporcional idade, de mais mulheres do que homens?

Primeiramente, é o factor guerra. Muitos homens morreram na frente de combate. Outra situação é a

emigração. Muitos homens foram - e vão - à procura de sustento noutros países, as mulheres ficam sozinhas. Estamos recordados da década de 90, em que se viu o desfile de rapazes que fugiram do país e foram para a 'kimbangula' (trabalho nas obras) em Portugal. Um factor para essa incidência feminina é a sinistralidade rodoviária, que, por sinal, é a segunda causa principal da mortalidade depois da malária. Se observarmos os dados de DNVT ou da Polícia Criminal, as principais vítimas mortais nas estradas ou na criminalidade são os homens.

A OMS, num dos seus relatórios, afirmou que os dados do censo não correspondem à realidade da população angolana. Qual é a sua interpretação sobre esta disparidade?

Os dados do censo eram provisórios naquela altura. Este ano, foram publicados os dados definitivos, e notamos que só houve consolidação nos números, as tendências não mudaram. A população continua a ser maioritária nas zonas urbanas e nas capitais das províncias situadas no litoral, que constituem mais de 40% da população. Refiro-me a Luanda, Benguela, Lobito, Soyo, Cabinda, Namibe, entre outras, que abrangem uma grande parte da população.

Escreveu o livro "Censo Populacional - Apontamentos e subsídios para sua realização em Angola 2015". Os seus contributos foram tidos em conta?

Penso que sim. Era necessário que alguém viesse a público, numa linguagem acessível, explicar à população o que é o censo. A intenção era fazer uma divulgação que estivesse ao alcance da população para, minimamente, entenderem todo o processo.

Os números divulgados, além das implicações demográficas, acarretam implicações sociais. Quais seriam as mais relevantes?

As implicações sociais permitem-nos ter noção de como as ruas funcionam. Já me questionei se os administradores circulam pelos seus bairros sem a presença do governador. Fazendo isto, eles estariam em condições de saber a realidade social dos municípios. O censo poderia também indicar o número de profissionais cadastrados, assim, o responsável administrativo teria uma base de dados dos técnicos do seu bairro, seja electricista ou pedreiro, estes profissionais seriam envolvidos nos trabalhos da administração local.

É normal um país como Angola ter a esperança de vida que tem?

Não. Antes da publicação dos resultados do Censo de 2014, a esperança de vida dos angolanos era de 50



anos. Mas os últimos resultados publicados avançam para 60 anos. Os dados finais trouxeram críspação no meio da sociedade.

Porquê?

Porque antes do resultado provisório e definitivo, num ano, o aumento foi muito relevante. Nas projecções feitas, o resultado indica que esta cifra (60 anos) seria atingida nas décadas de 30 e 50. O INE não se pode sentir incomodado quando as Nações Unidas fazem estas observações. Deveria aceitar e pedir às Nações Unidas para apresentar provas dos critérios utilizados e encontrar os respectivos resultados. Em Matemática e na Estatística, é relativo que cada um venha com os seus resultados. Mas temos de saber que o ponto de partida é aquele, em que o numerador e o denominador são comuns. Na Matemática tudo é contável, e cada um calcula da sua maneira.

Pensa que Angola está a cumprir os objectivos de desenvolvimento do milénio estabelecidos pelas ONU?

Sim, teoricamente. Mas, na prática, ainda não atingimos todos os objectivos. Depois do fim da guerra em Angola, houve um aumento relativo em termos quantitativos. Forma construídas e reparadas grandes números dos quilómetros de estrada, mas a sua qualidade é questionável. Não se pode admitir que uma cidade como Luanda tenha vivido o problema da Lagoa do Coelho.

Ouvi dizer, e gostaria que alguém me desmentisse, que a estrada Dondo-waku Kungo é intransitável. Construíram-se escolas, estradas e hospitais, como o Hospital Geral de Luanda, mas não se cumprem os pressupostos legais da fiscalização.

Ninguém toca em quem consumiu o dinheiro todo investido na reconstrução do país. Falou-se num tal de antigo governador de Luanda que esteve envolvido nas 'makas' do Hospital Geral de Luanda, mas ninguém sabe nele.

## 5.4 IFAL defende administração participativa

*Jornal de Angola*

*22 De Julho de 2016*

*Texto: Joaquim Júnior*

Técnicos das administrações municipais do Uíge e do Songo estão melhor preparados para responder, de forma rápida e eficiente, às preocupações dos

municípios, promovendo o diálogo social para melhor conhecerem a realidade das comunidades locais, admitiu ontem, o formador do Instituto de Formação da Administração (IFAL).

Manuel Fernando Ngury falava no final de uma palestra sobre "Gestão de processos participativos e governação democrática" e sobre a "Lei 17/10 sobre a organização e funcionamento dos órgãos da administração local do Estado", que contou com a participação de técnicos das administrações dos municípios em referência e de membros dos conselhos de Auscultação e Concertação Social (CACs).

O responsável do IFAL disse que para se prestar um melhor serviço há toda a necessidade de os técnicos das administrações locais do Estado conhecerem melhor os problemas das comunidades, de modo a reformular-se as políticas públicas.

"A administração municipal deve estar mais aberta à sociedade e há obrigação legal de ser responsável dos cidadãos, imprimindo maior desempenho em tarefas que permitam a satisfação regular e contínua das necessidades das populações, sobretudo aquelas que contribuem para o bem-estar económico e social dos cidadãos", referiu. Para isso, o formador do IFAL defendeu maior divulgação da Lei 17/10 para uma maior simplificação administrativa e aproximação dos serviços às populações, reconhecendo que com a formação ministrada aos técnicos e membros dos CACS das administrações municipais, o diálogo social e a tomada de decisões na implementação de acções que afectam, de forma directa ou indirecta, a vida das comunidades vão conhecer grandes melhorias.

O administrador municipal do Uíge, Altamiro Benjamim, disse que com a formação os técnicos estão melhor preparados para prestar um melhor serviço, evitando alguns constrangimentos para que haja maior interacção e participação das comunidades na resolução dos problemas.

O coordenador geral da APDCH para a Área de Luta Contra a Pobreza na Região Norte do país, Munvuakiani Mbuta Pascoal, garantiu continuar a promover acções formativas sobre o planeamento, gestão participativa e recolha de dados específicos nas comunidades, envolvendo técnicos das administrações municipais e comunais e membros de vários grupos sociais.

A acção formativa, promovida pela organização não-governamental Aliança para a Promoção e Desenvolvimento da Comuna de Hoji-ya-Henda (APDCH), no âmbito do seu projecto de governação participativa e inclusiva, financiado pela União

Europeia, serviu para municiar os mais de 40 técnicos das administrações municipais do Uíge e do Songo.

## 5.5 Luanda "quebrada aos pedaços"

*Jornal Manchete*

*29 De Julho de 2016*

*Texto: Francisco Cabila*

A capital de Angola, Luanda, vai sofrer nos próximos dias, mais uma reforma político-administrativa, cinco anos depois da última, realizada pelas autoridades governamentais, tendo sido reduzida de nove para sete municípios.

Segundo apurou o *Manchete*, a proposta está já, de alguns dias há esta parte, na mesa de trabalhos do Titular do Poder Executivo que, tão logo regressou ao país, na última segunda-feira, 25, vindo do Reino de Espanha, onde esteve de visita privada - está a dedicar-se ao dossier, remetido pelo Ministério da Administração do Território

Fontes deste jornal garantiram que não haverá qualquer inconveniente da parte do Presidente Eduardo dos Santos, em homologar o dossier, a julgar pelo facto de a iniciativa constar da Proposta de Lei Sobre a revisão Político-administrativa, um anexo que visa dar cumprimento à nova ordem constitucional de organização territorial de Angola, aprovado, no princípio deste mês, na especialidade, pelos deputados da Assembleia Nacional.

O *Manchete* sabe, igualmente, que ao ser aprovado o documento - o que é muito provável, sendo que o processo já deu passos em -Viana. - Luanda voltará a ter nove municípios, sendo que, juntar-se-ão aos sete actualmente existentes, o Talatona e Kilamba-Kiaxi que serão elevados a esta categoria.

Consta que, a actual reforma administrativa, contrariamente a de 2011, prevê, também, a elevação de mais de 70 comunas do país à categoria de municípios.

Mais distritos que municípios

Com a nova ordem administrativa, a província de Luanda irá ter mais distritos urbanos que municípios.

Sabe-se, no entanto, que existem actualmente seis distritos urbanos, todo eles afectos ao município de Luanda, nomeadamente, os da Ingobota, Maianga, Rangel, Sambizanga, Samba e Kilamba Kiaxi, todos, antigos municípios, até 2011. A estes, 'com a saída do Kilamba Kiaxi que, tal como acima: referenciamos,

será novamente elevado a município, juntar-se-ão os distritos urbanos do Ngola Kiluanje (pertence actualmente ao distrito urbano do Sambizanga) e os distritos urbanos do Zango (Viana/' já confirmado e dirigido por Costa Gabriel que foi apresentado recentemente a população pelo governador Higinio Carneiro), Neves Bendinha (Rangel), Kikolo (Cacuaco), Barra do Cuanza e o da Vila Flor respectivamente, este último também já confirmado, sendo que o administrador Domingos da Fonseca.

O *Manchete* constatou também, que as autoridades - governamentais pretendem acabar' com as comunas, transformando-as em distritos urbanos.

Por exemplo, o Município de Viana irá contar com oito distritos urbanos, sendo que dois - Zango e Vila Flor - já entraram em funcionamento.

Outras movimentações à vista

A reforma político-administrativa em causa está acompanhada de propostas - aprovadas superiormente a nível do Comité Provincial de Luanda do MPLA e não só, - de nomes e irão dirigir os respectivos municípios e distritos urbanos a serem criados. Tal como apurou o *Manchete*, por exemplo, Albina Guilhermina Luísa, antiga secretária do Departamento de Mobilização, ao tempo do consulado de Bento Bento, aparece como futura administradora do (futuro) - município" do Kilamba Kiaxi, enquanto que Domingos Lourenço, actual administrador do distrito urbano do Kilamba Kiaxi, irá dirigir o futuro distrito urbano de Neves Bendinha.

De realçar que, o governador de Luanda, Higinio Carneiro, havia dito, durante a cerimónia de apresentação de Costa Gabriel Domingos Fonseca, que o objectivo da reforma administrativa visa aproximar os serviços municipais dos cidadãos. "Muitos dos problemas que os moradores -têm, vão deixar de existir paulatinamente, garantiu o governante.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Faltou fiscalização nas centralidades

*Novo Jornal*

*01 De Junho de 2016*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

Já que tocamos nas centralidades, apesar de não serem propriamente casas sociais, em termos arquitectónicos, a qualidade das obras satisfaz? Tem-se questionado muito a qualidade das obras. Acredito que poderia estar melhor ou deveria haver maior fiscalização e supervisão. Estávamos, na altura, a correr contra o tempo. Foram feitos muitos prédios em tão curto espaço de tempo. Estamos a falar de 700 prédios. São muitos, logo esta questão da rapidez trouxe alguns contratemplos e falhas. Isso resume-se ao acompanhamento e fiscalização, que não houve. Obviamente é um contra, mas tem também os seus prós. O preço dos apartamentos estava muito acessível e o modelo da renda resolúvel também ajudou muita gente a aceder à habitação. Mas é o momento de aprendermos com algumas falhas e melhorar.

A baixa da cidade de Luanda está a crescer mais em termos de altura, com arranha-céus. Isso é salutar?

Não é salutar. Luanda tem características geológicas e infra-estruturais muito próprias, com argilas expansivas em toda a sua superfície, logo só por si as construções em altura tornam-se muito onerosas, isto por um lado. Por outro lado, as infra-estruturas existentes, que são do tempo colonial, foram dimensionadas para edifícios de cinco e até seis pisos, e não mais altos. Hoje, principalmente na baixa de Luanda, vão nascendo torres de vidro. Primeiro, são as infra-estruturas que não aguentam, muitos edifícios funcionam à base de geradores, têm fossas sépticas incorporadas e sistemas alternativos de infra-estruturas que não foram dimensionadas para esse propósito.

Já que proliferam os edifícios altos, a solução é fazer-se um trabalho profundo de actualização das infra-estruturas. Passa por trocar tudo, como, por exemplo, na área do saneamento grande parte do sistema é unitário, isto é, no mesmo colectador tanto passa a drenagem pluvial das chuvas, como a drenagem residual dos esgotos. E isso é um handicap. Com estes prédios novos, a carga é muito maior e esta infra-estrutura está obsoleta.

O plano Director que foi aprovado, antes não havia esta ferramenta regulamentar de controlo, vem agora regular, ordenar e permitir um crescimento sustentável. É uma ferramenta útil que todos deveremos abraçar e até tentar melhorar.

Há uma parte histórica de Luanda que está a desaparecer. Haverá alguma solução alternativa?

Existem correntes, e voltando ao plano Director de Luanda, do qual tenho conhecimento, há um capítulo que fala da protecção do património e da criação de um perímetro histórico de Luanda. Estão previstos projectos de reabilitação e requalificação do casco histórico, que começa na zona dos Coqueiros, na Fortaleza, e passa pela rua rainha Ginga, Igreja dos Remédios e a rua dos Mercadores, todo um perímetro que deverá ser requalificado e revitalizado. Hoje, o casco histórico, durante o dia, tem muita vida e actividade, mas à noite fica desértico. Tem que se inverter este cenário e criar um conjunto de soluções nestas zonas, dando outros usos, de hotelaria, restauração, entre outros, para à noite também ter vida, pois o turista que cá vier tem de sentir-se integrado e saber da história de Luanda. Algumas vias devem ser pedonais, para o uso exclusivo dos peões.

### 6.2 Plano de Luanda considerado um exemplo

*Jornal de Angola*

*06 De Julho de 2016*

*Texto: Yara Simão*

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, elogiou ontem, em Luanda, O Plano de Urbanização da província de Luanda para 2030.

"Não podemos deixar de assinalar o bom exemplo que constitui o plano provincial de Luanda para 2030, uma vez que Angola não se afasta da tendência mundial de rápida urbanização, como o demonstrou o censo de 2014, que certifica que mais de 60 por cento dos angolanos já vivem em cidades", afirmou o ministro, na abertura da Conferência sobre Desenvolvimento Urbano, realizada no quadro da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas, que orienta as políticas urbanas nacionais para a gestão sustentável das cidades.

A Nova Agenda Urbana da ONU vai ser lançada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável "Habitat III", a decorrer na cidade de Quito, Equador, de 17 a 20 de Outubro deste ano.

Bornito de Sousa anunciou, a propósito, que está em curso a elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território (POT) e lembrou que o pacote legislativo sobre a organização do território que integra o calendário de tarefas essenciais para a preparação das eleições gerais de 2017 e das futuras eleições autárquicas, já foi aprovado na generalidade pela Assembleia nacional.

O pacote contempla políticas e programas nacionais de habitação e território e a elaboração dos planos de desenvolvimento municipais, pelo Ministério do Urbanismo e Habitação, fundamentais para evitar a reprodução de áreas de habitação precária e informal na periferia das cidades, ou dispersas em zonas rurais, nas quais se torna difícil a prestação dos serviços básicos e se potenciam a marginalidade, de emprego, doença e pobreza, incluindo o fluxo migratório das áreas rurais para as cidades.

A conferência Habitat II decorreu em 1996, na cidade de Istambul, Turquia, enquanto a Habitat I se realizou em 1976, na cidade de Vancouver, Canadá.

Bornito de Sousa disse que a nova Agenda Urbana está alinhada com os objectivos de desenvolvimento sustentável, que propõe aos Estados garantir até 2030 o acesso dos cidadãos à habitação segura, adequada e a preço acessível.

Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros e sustentáveis. Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, reduzir de forma significativa o número de pessoas afectadas por catástrofes, melhorar a qualidade e sustentabilidade ambiental, proporcionar o acesso universal aos espaços públicos seguros e inclusivos, e salvaguardar o património cultural, são outros objectivos alinhados na Nova Agenda Urbana.

O ministro advertiu ainda que a nova Agenda Urbana em preparação, a par do PLANEAT 2030, deve tomar as cidades e outros assentamentos humanos como uma rede de serviços com a finalidade de servir os cidadãos, as famílias, as comunidades e as empresas.

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, disse que a conferência tem lugar num momento crucial para a formulação. De novas linhas directoras para a gestão das cidades.

O objectivo é colher contribuições sobre os desafios futuros da política urbana nacional, numa visão partilhada e alinhada com a demanda do crescimento urbano mundial e do continente africano em particular. Nas próximas décadas a população

urbana vai dobrar o número, representando quase três quartos da população global.

## 6.3 Nova linha de transportes serve Kilamba e Sequele

*Jornal De Angola*

*09 De Julho de 2016*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Os moradores das centrais idades do Kilamba e do Sequele, que trabalham na Baixa de Luanda ou que para lá se deslocam em negócios e outras actividades, têm mais uma opção em termos de mobilidade, com o lançamento de uma linha de transporte colectivo denominada "São Francisco".

O percurso começa das centralidades até ao Porto de Luanda, com horário entre as 5h00 e as 21h00.

O novo serviço teve início há mais de um mês na Central idade do Kilamba e há mais de duas semanas no Sequele.

Além das centralidades do Kilamba e do Sequele, a São Francisco faz também o trajecto Urbanização Nova Vida I Porto de Luanda e, futuramente, vai ser lançada a linha Vila Pacífica/Porto de Luanda. A São Francisco é uma empresa dedicada à prestação de serviços no

Segmento de transporte colectivo de passageiros. Tem uma frota de veículos capaz de atender ao crescimento da cidade capital e apresenta uma solução na mobilidade urbana, sem descuidar do conforto e do bem-estar.

A empresa criou uma ferramenta de gestão e de desenvolvimento de recursos que possibilita saber o perfil dos passageiros e outros serviços disponíveis, como a definição dos pontos de partida.

O São Francisco tem também disponíveis serviços para empresas ou grupos que pretendam recorrer ao pagamento mensal. As viaturas são de 18 a 30 lugares e estão equipadas por GPS, Car-Fi e Catering a bordo, onde são fornecidos lanches, disponibilidade de serviços de banda larga e garantia de segurança preventiva. E reservado ainda, em cada viatura, um lugar para idosos maiores de 65 anos e para crianças até aos 12 anos.

## 6.4 Plano metropolitano, entre outras obras não são do conhecimento da ordem

*Jornal Grades Notícias*  
15 De Julho de 2016

A existência de escolas irregulares de arquitectura, a ilegalidade no exercício da profissão, a qualidade do ensino da arquitectura, a estética arquitectónica e a ausência do verde nas urbanizações de Luanda são assuntos que o presidente da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), Leonel Victor, abordou numa entrevista à Angop que, com a devida vénia, o Grandes Notícias retoma nesta edição.

Pergunta (P) - Senhor presidente, quando é que se formaram os primeiros arquitectos angolanos na pós-independência?

Resposta (R) - Depois da independência, fez-se a primeira escola pública de arquitectura na Universidade Agostinho Neto. O primeiro grupo formou-se em 1984 e em 1990 criou-se a Associação de Arquitectos, depois, em 2004, a Ordem dos Arquitectos. Em 2006, realizaram-se as primeiras eleições e a partir daí a ordem começou a funcionar. O primeiro grupo devia ter menos de 20 pessoas. Quando se cria a associação em 1990, devia ter menos de 100 arquitectos. Em 2006, quando houve as primeiras eleições na ordem, éramos cerca de 300 arquitectos e, neste momento, passados 10 anos, somos 1000 arquitectos inscritos.

P - Quando é que surgiram as primeiras escolas privadas de arquitectura em Angola?

R - A partir de 2002, com a paz, começam a surgir várias escolas de arquitectura, não só públicas como privadas. Isto mostra muito bem que a arquitectura é um negócio de paz. Então com este advento, começam a aparecer, de uma forma rápida demais, escolas de arquitectura. Para se ter uma ideia, nós controlamos 18/19 escolas de arquitectura, mas oficialmente o Ministério do Ensino Superior mandou para nós uma lista de apenas 12 escolas de arquitectura.

P - Isto quer dizer que as outras seis ou sete são ilegais, quais são as acções que a ordem enceta, nesses casos, para que se acabem com estas situações?

R - As instituições têm que saber que ao funcionarem à revelia do ministério os estudantes depois não podem exercer. Portanto, eles precisam de perceber que há uma ordem, há lei. Isto é transversal à vida do estudante depois de terminar. Essas escolas deveriam até ser criminalizadas, porque estão a gastar dinheiro

e o tempo dos estudantes. Ficar 4 ou 5 anos a estudar e depois não poder exercer? Acho um caso de polícia, se calhar de procuradoria, porque é um crime público. Não podem estar a cobrar dinheiro, dando a entender que está tudo ok. Eu acho que o Ministério do Ensino Superior, regularmente, deve publicar a lista das instituições que estão legais e publicitar em todos os jornais, para que, caso o estudante for para uma não autorizada, a responsabilidade seja dele, já não do Ensino Superior. Veja que nós temos tantas escolas ou mais escolas que todos os países africanos de língua francesa juntos.

P - Mas este número tem um resultado inverso em termos qualitativos?

R - Não, nem por isto. A nossa qualidade é boa. É aceitável

P - Mas há "vozes" que afirmam que a qualidade do ensino está abaixo de outras instituições de África...

R - Não é verdade! Eu conheço, na qualidade de vice-presidente da União Africana de Arquitectos, muitos países da região e sei que, a nível da arquitectura, a maior parte dos arquitectos dos países francófonos foram formados em França, não nos seus países. Daí dizer que, em termos numéricos, a quantidade de escolas de arquitectura em África nos países francófonos é inferior às que temos cá em Angola. O ano passado, fui convidado a fazer parte do júri do primeiro grupo que se formou nos Camarões. Convidaram pessoas de cinco países diferentes para avaliar os trabalhos dos finalistas e constatei que os Camarões têm uma escola de arquitectura, a Cote d'Ivoire não tem, as pessoas formam-se no Togo; os anglófonos sim, possuem várias escolas, o Magreb também. Aliás, em termos de números, os países do norte de África estão em melhor posição, com mais de 100, no seu conjunto, depois vêm os países anglófonos, a seguir os de expressão de língua portuguesa, só depois é que estão os francófonos. Nesses, de língua portuguesa, Moçambique possui duas escolas, Cabo Verde tem duas escolas, em São Tomé não há, na Guiné-Bissau também não. Portanto é Angola que está à frente.

P - Então a formação de arquitectos em Angola é satisfatória, do ponto de vista quantitativo e qualitativo?

R - É satisfatória, na medida em que os programas que as instituições de ensino cá usam estão em conexão com universidades estrangeiras, o programa curricular é um pouco similar com a universidade em que ela se espelha. Daí que, em termos curriculares, a matéria é a mesma. Agora em questões da qualidade dos docentes isto poderia ser mais discutível, mas

dentro daquilo que é possível fazer já se consegue passar ao estudante. Eu acredito que é aceitável.

P - Neste sentido, pode-se dizer que nos projectos urbanísticos executados em Angola já existe traços de uma arquitectura angolana?

R - Ainda não!

P - O que falta para que tenha?

R - Falta darmos o sentido da angolanidade aos nossos projectos. Arquitectura, no sentido mais lato do termo, é urna das manifestações culturais que um povo tem. Dou um exemplo: Nós, enquanto seres humanos, temos a mesma necessidade. Precisamos de dormir, comer, conviver, fazer necessidades. Se nós transformarmos isto, estas nossas necessidades, numa habitação, tudo é igual, o que difere é a cultura de cada um. Ao olhar para a casa que o chinês faz, digo, aquela casa é chinesa; olho para a casa do árabe e digo, aquela casa é árabe; olho para a casa europeia e afirmo, aquela casa é europeia. Tanto no traço interior como exterior, eu sinto aquela característica; os adornos que vão dar às paredes, vejo os adornos e identifico a origem da sua concepção. Muitas vezes, nas casas chinesas, asiáticas' numa forma geral, há a mesa no chão. Sentam-se no chão. Quer dizer, ao tratamento que eles dão à madeira, sente-se que é asiático. Isto aqui é chinês, mas é a sala, é o quarto ou a casa de banho. Portanto, sai da necessidade natural humana e passa para necessidade cultural humana. Isto é arquitectura, é cultura. Nós temos, a nível da ordem, incentivado os arquitectos a fazer pesquisa e a puxar, cada vez mais, daquilo que são os nossos elementos culturais, os nossos motivos culturais. Por exemplo, qualquer angolano consegue identificar um pano do Congo, porque tem características próprias.

P - Mas muitos deles não são feitos no Congo?

R - Eu sei, mas as características são nossas. Por exemplo, eu posso conseguir imitar a casa chinesa, com a mesma característica, mas haverá um detalhe que faria um chinês nativo dizer aqui falharam num ponto e apercebe-se não ter sido um chinês a fazer. É o que acontece com o pano do Congo, quem não prestar muita atenção vai pensar ser original, diferente daquele, em nível têxtil, em que conseguiram vincar urna personalidade cultural facilmente identificável. Então é preciso vincar isto a nível da arquitectura. Aquela simbologia tem que existir nas nossas casas, nas nossas fachadas. Precisamos pôr simbolismos angolanos e nós temos, na nossa tradição, muitos. Desde o Pensador a Mwana Pulo e outros que não se manifestam em termos culturais, mas bem interessantes. Então são

estes elementos que nós precisamos colocar nos nossos edifícios.

P - Para que isto aconteça, é necessário o quê?

R - Nós temos estado a organizar fóruns nacionais e internacionais, nos quais vamos passando esta mensagem aos arquitectos. Primeiro é necessário que as pessoas tenham conhecimento que é assim que se faz e onde ir buscar essas informações. Vamos ao Museu do Dundo e temos informações enormíssimas. Aliás, nem precisamos chegar lá. Numa aldeia qualquer angolana, encontramos informações enormíssimas da nossa pintura. Vemos as nossas pinturas, quando há grupos culturais, grupos de dança. A maneira como são pintados serve de referência à nossa arquitectura. Nós temos tentado incentivar os arquitectos a perceber isto, para que consigam exaltar este elemento cultural presente nas nossas máscaras, nos nossos panos, nas nossas pinturas e que transportem para os edifícios. Quando os arquitectos, cada vez mais, começarem a ter consciência disto, e alguns já começaram, então se vai começar, inicialmente com alguma timidez, depois com alguma frequência e seriedade, a pôr estes elementos nos nossos edifícios, mas este é um processo que precisa começar.

P - No caso, como avalia a inserção dos arquitectos no mercado angolano?

R - Nós temos, digamos, uma luta intensa, porque infelizmente o maior contratador cá no país é o estado, é o governo, e muitas vezes os projectos são feitos por arquitectos estrangeiros legais ou ilegais. Eu até compreendo aqueles casos em que um projecto público de grande dimensão, que se quer com alguma urgência, ou que por força de algum acordo internacional, é entregue a estrangeiros, mas outros não se justificam. A qualidade de qualquer profissional ganha-se fazendo. Há um slogan que diz: o caminho faz-se caminhado. Se nós não caminharmos, nunca vamos fazer. Então o arquitecto vai ser bom à medida que for trabalhando cada vez mais, se não há oportunidade de fazer, não há oportunidade de ser experiente. Há países que têm arquitectos que só fazem arquitecturas de hospitais, porque ele especializou-se em arquitectura de hospitais. Fez dois, três ou quatro hospitais e transformou-se no maior especialista em hospitais, então, sempre que alguém quiser fazer um hospital, contrata-o como consultor ou como próprio arquitecto, mas nós, infelizmente, por não haver trabalho, fazemos o que aparece. Faço um hospital hoje, amanhã uma creche, depois uma escola. Quer dizer, não me especializo porque não há trabalhos.

P - Quantos são os arquitectos que trabalham à margem da ordem?

R - Nós temos controlado mais ou menos 100 arquitectos estrangeiros e nacionais que exercem de forma ilegal.

P - Como é possível?

R - Vejamos, se alguém é arquitecto e é nomeado para director nacional, sem se levar em consideração se ele está registado na ordem ou não, corre-se o risco de ir contra a lei. É preciso saber se ele pode exercer arquitectura, e para isto é a Ordem dos Arquitectos quem informa. Não me refiro só aos arquitectos estrangeiros, também aos nacionais. Há alguns em sector público e outros em privado que não podem exercer. Estes são a minoria em relação aos estrangeiros. Eu diria uns 30 nacionais para 70 estrangeiros. O estrangeiro vem para aqui, pode exercer se estiver legal e inscrito na ordem, mas se não estiver não pode exercer, porém, muitas vezes, nós vemos esse estrangeiro a ir para o concurso público.

P - Mas há casos, e a ordem não tem formas de acabar com a situação?

R - Não! O que nós podemos fazer é chamar atenção para quem decide.

P - Então, dentro deste quadro, é possível que projectos para Angola sejam feitos no estrangeiro, sem o vosso conhecimento?

R - Há muitos!

P - Pode enumerar alguns?

R - Não, é melhor não! Há dois perigos aqui perante esta prática. Um deles é a responsabilização, porque se acontecer alguma coisa com aquele projecto é preciso que o técnico seja responsabilizado. Se ele não está cá, se ele nem nacional é, nunca esteve inscrito aqui, que medida é que a ordem vai tomar, nós não sabemos se ele existe, como vamos responsabilizar esse arquitecto? Por outro, é a fuga de capital. Nós pagamos a esse arquitecto e, às vezes paga-se bem, para fazer um determinado projecto, é claro que ele não vai guardar o seu dinheiro cá nem construir a sua casa aqui no Marçal. Vai levar o dinheiro para a terra dele, por transferência bancária ou em mão, mas ele vai levar. Além de pagar impostos, ele poderia fazer investimentos cá, mas como ele não é nacional, vai fazer investimentos na sua terra de origem, depois nós vemos que o país fica sem dinheiro. Claro!

P - Neste caso, os arquitectos estrangeiros também deveriam estar inscritos na ordem?

R - Eles têm de estar inscrito na ordem! Muitas vezes, o que acontece aqui é que as pessoas têm visto de trabalho, mesmo sem poder exercer. Então como é que o visto é atribuído se ele não tem inscrição na ordem? O primeiro requisito, para obtenção do visto deveria ser a inscrição na ordem e para estar inscrito na ordem, uma das obrigações, é que viva em Angola há mais de 15 anos, outro critério é que tenha estudado cá, assim como o da reciprocidade. Se nós não podemos exercer no país deles, eles também não o podem fazer cá. Então como é que eles aqui podem ter visto de trabalho sem ir para ordem? Não faz sentido, O que se deve dizer às empresas que queiram contratar arquitectos é que o façam somente no mercado nacional.

P - E quem deve impor esta situação?

R - É o gabinete para quem eles escrevem. Os vários órgãos ministeriais a quem essas empresas escrevem a solicitar. Todos que se envolvem no mercado da construção civil.

P - Então está a sugerir haver falta de controlo dos órgãos afins?

R - O que eu aconselho é o Ministério do Interior a rejeitar solicitações de vistos de trabalho a arquitectos que não tenham nos seus expedientes o parecer da Ordem dos Arquitectos Angolanos.

P - A ordem tem autonomia para inspeccionar uma obra para verificar a condição do arquitecto projectista e, caso este não esteja regularizado, mandar suspender os trabalhos?

R - Nós ainda não chegamos a este ponto. Vamos chegar lá. Estamos na fase da educação' de sensibilização às várias entidades governamentais. Nós podemos partir para uma acção mais coerciva, mas primeiro estamos a aconselhar a quem atribui obras a essas pessoas, a essas empresas. É preciso perceber essencialmente a responsabilização das acções. Nós somos poucos. Angola tem mil arquitectos, Portugal 23 mil arquitectos, Brasil 130 mil. Se esses não nos deixam exercer lá, não somos nós que vamos abrir para 130 mil, não somos nós que vamos abrir para 23 mil, seria um rombo para o país.

P - Porque é que se exige os 15 anos ao estrangeiro para pertencer a Ordem dos Arquitectos em Angola?

R - Porque uma pessoa em 15 anos aqui aprende a cultura nacional, consegue compreender a cultura

nacional. Ele está há tempo suficiente para perceber as nuances da nossa cultura. Esse sim, está à vontade para fazer projectos aqui, um indivíduo que estudou cá, que teve contacto com várias sensibilidades da nossa cultura, então está á vontade.

P - Afinal quantos arquitectos estrangeiros têm legalizados?

R - O número é muito pouco, temos aí entre dez a vinte.

P - Poderia falar dos detalhes do Plano Metropolitano de Luanda, caso tenha tomado contacto com ele?

R - Não. Não tive!

P - Como foi possível, existir um plano metropolitano sem a ordem ter tomado contacto?

R - É uma lacuna grande, mas infelizmente foi isto que aconteceu. Mas o que devemos realçar aqui é que o plano é necessário, isto não se discute. A empresa que elaborou o plano, acredito que tenha conhecimentos suficientes para isto. O que deveria ter acontecido é que nós déssemos a nossa opinião a respeito dos resultados. Por incrível que pareça, fez-se consultas a nível de localidades, a nível de escolas e outros sectores da sociedade, mas um dos sectores importantes como a Ordem dos Arquitectos não foi consultado. Então, nós, a este respeito, não podemos dar opinião porque não conhecemos sequer o projecto.

P - Como avalia o salto urbanístico que se deu no país. As novas centralidades obedecem aos padrões universais de habitabilidade ou merecem correcções?

R - No meu ponto de vista, principalmente as do Kilamba, do Zango e do Sequele, eram necessárias no pós-guerra.

P - Porquê?

R - Se repararmos, agora vou fazer uma incursão histórica, nós de 1975 até 1992, a guerra que tivemos cá, aconteceu nas aldeias, fora das cidades. O migrante que fugia da guerra para as grandes cidades, normalmente era alguém que chegava e construía em volta das cidades, daí o crescimento que os nossos musseques tiveram. Não havia aquela preocupação de se instalar no centro. Nesse período até 1992, praticamente as únicas habitações feitas foram as dos "cubanos": mas num número irrisório. Não sei qual era a taxa de crescimento naquela altura, depois de 1992, o fenómeno foi outro, porque a guerra não foi nas aldeias. A guerra foi nas cidades, e o indivíduo que fugiu da guerra já não construiu nos arredores da

urbe, porque ele é muito urbano, não tem vivência rural sequer. Quando chega, fica na cidade.

Foi o que vimos. De repente, o número de pessoas nas nossas casas passa de cinco ou 10 para 20-30, porque estas não estão à vontade no meio rural, não estão à vontade no meio peri-urbano, então eles preferiam ficar em habitações de famílias, que, muitas vezes, ficavam abarrotadas, já não havia sequer espaço para as pessoas viverem e era necessário o governo dar uma resposta com urgência. Começou-se a dar alguma resposta com as 500 casas, depois o projecto morar, Q projecto Luanda Sul Mas quando veio a paz, percebeu-se que os empresários estrangeiros começaram a invadir Angola, no bom sentido, para negócios. Os preços dos hotéis triplicaram, os preços das habitações triplicaram. Num apartamento, sem condições nenhuma, por um quarto pagava-se 10 mil dólares. Quer dizer, era uma situação em que se precisava por mão, daí que as centralidades foram um mal necessário. Normalmente, todos os países saídos de uma guerra tiveram este tipo de resposta. A qualidade em termos de edifício é muito interessante? Não é, num pós-guerra, mas não é isto que preocupa! Do ponto vista urbano, digo isto sem receio nenhum, o Kilamba está melhor que o Talatona. No Talatona não se passeia, não há espaço nem passeios. Não é um sítio onde as pessoas passeiam à cidade. No Kilamba, as pessoas passeiam à cidade.

P - Então o Kilamba só pode pecar na estética?

R - Como eu disse, com respostas em massa, corre-se sempre este risco da qualidade da imagem, mas eu já vi projectos, que também foram respostas dos pós-guerras em que a qualidade da imagem é pior que a do Kilamba. O Kilamba e outras cidades feitas foram uma resposta muito corajosa e até segura. Nós vimos como o preço da habitação caiu. Foi mais ou menos para a normalidade. Agora se me perguntarem sobre a necessidade das outras centralidades do país eu digo que não, já não se precisava.

P - Mas, porquê?

R - Porque a pressão populacional já não era tão intensa. Haverá muitas casas vazias. É necessário, claro, já que as outras províncias também tiveram essa necessidade, mas não com a mesma dimensão que foram feitas. Avaliou-se mal as necessidades dessas províncias. Deveriam ser feitas centralidades, mas com um número mais reduzido de edifícios e não com aquela intensidade.

P - Então, como vê a estética no desenvolvimento urbanístico em Angola?



R - Agora precisamos fazer com calma, porque a pressão que houve já passou. Agora nós precisamos encarar com alguma calma essa questão do desenvolvimento das cidades. Nós olhamos para os desenhos, para as habitações que são feitas, por exemplo, no Benfica e vimos muita boa qualidade no traçado das habitações. Então as respostas que estão a ser dadas já são com alguma qualidade, e ainda bem que existe o Plano Director de Luanda, porque vai encaminhar as realizações para os locais mais correctos. A vantagem do plano director é que não se faz só por fazer em áreas eventualmente não realizáveis. Vai pôr um pouco de ordem nesse desenvolvimento e com isso vamos conseguir perceber e até nos antecipar, em termos arquitectónicos, sobre a tendência da construção habitacional, a tendência da construção industrial, a tendência da construção de um serviço qualquer que vai ser prestado. O plano director tem esta vantagem. Mas isto passa por uma outra questão, que é a da documentação. É preciso que a nível nacional se comece a dar documentos aos terrenos. As pessoas precisam de ter documentação. Qualquer terreno que se ocupe tem de ter documento, só assim vamos poder evitar que população construa em zonas de risco. Por outro lado, esta população precisa começar a pagar imposto sobre o espaço onde vive. Todos nós, o governo está a perder dinheiro em impostos. Se alguém ocupa um terreno, em vez de ser desalojado deve ser cadastrado e pagar. Se for de forma ilegal, pior ainda, paga pela infracção, pela documentação que o legaliza, e depois um valor constante que pode ser mensal ou anual. Por exemplo, o equivalente a dez mil dólares por ano. É preciso que o governo arrecade dinheiro. Nós temos esta luta dos terrenos porque não se dá documentos, não se paga. Todo mundo ocupa os terrenos, mas não tem documentos, depois vem outro ocupa, também não tem documento, vem outro e assim adiante. Neste processo, há revenda, mas ninguém tem documentos.

P - O verde é tido como o pulmão dos grandes centros urbanos, qual é a sua opinião sobre a conservação desses espaços na cidade velha, ou a sua criação nos novos centros urbanos?

R - Não temos verde em Luanda, infelizmente. Aqui em Luanda tínhamos a floresta da ilha e a zona verde, mas estão num estado que ninguém consegue explicar o que se passa. E temos algumas arborizações. As que existem na cidade não são suficientes para absorver o dióxido de carbono que é emitido diariamente em todos os cantos. Então, a qualidade do ambiente, do ar que respiramos é má. Vemos o Kilamba, não há espaço só verde onde as pessoas deveriam ir e encontrar só o verde, mas o Kilamba não é um bom exemplo, porque foi feita em

situação de emergência. É preciso que se arborize a cidade.

P - Quais são as consequências da falta do verde?

R - As doenças, torna-se uma situação de saúde pública, então vamos ver uma vez mais os hospitais cheios, porque não há verde, a qualidade do ar não é boa.

P - O que pode falar sobre o aproveitamento das tecnologias ambientais para a construção, para o aproveitamento, por exemplo da luz natural, arejamento e outros benefícios?

R Qualquer arquitecto aprende na escola de arquitectura a sustentabilidade. Nós, de acordo com o hemisfério em que estamos, precisamos de proteger do sol a fachada que mais raios solares apanha e deixarmos descoberta aquelas parte em que o sol não incide tanto, isto é, indirectamente, portanto é mais luz do que sol. Nós vemos muitos destes exemplares de edifícios aqui com um resultado muito bem feito, nomeadamente o Ministério da Construção, com uma dupla fachada. Uma para protecção, e lá para trás tudo é completamente vidro, mas este vidro não sofre insolação, está completamente protegido. São soluções que se conseguem e fazem com que o ambiente no interior seja cada vez mais ameno. O que acontece neste momento, é que os edifícios actuais estão ser a projectados por arquitectos pouco preocupados com as características de cá. Pega e põe uma série de vidros. O vidro mais inclinado, menos inclinado, mais para a direita, só que para se ter um conforto interior, se gasta muita energia eléctrica que vem por barragem ou por gerador. O gerador, normalmente, é a gasóleo e manda uma série de dióxido de carbono para o ambiente. Se o vidro recebe a insolação directa, cria um efeito estufa no interior, aquilo é um aquecimento infernal. Então é preferível usar um vidro simples, mas que a fachada esteja protegida, aí, o preço da construção cai e sobra dinheiro para outras coisas.

P - No mercado angolano coabitam materiais de construção nacionais e estrangeiros, pode comentar o seu uso, sobretudo na construção civil tendo em conta a longevidade da obra e defesa do meio ambiente?

R - Sobre isto eu chamo atenção do "perigo de se entregar obras a estrangeiros. Lembremo-nos que por trás de um arquitecto está sempre uma indústria de construção, não tenhamos ilusões: 90 por cento do material de construção envolvido na edificação do Kilamba é chinês. Porquê? Porque os projectistas foram chineses. 90 por cento do material que está no nova vida é da África do Sul, porque os projectistas

foram sul-africanos. Outros tantos porcentos do material no Talatona é brasileiro, porque os projectistas são brasileiros, igualmente o material nas edificações da baixa de Luanda é europeu, porque os projectistas foram europeus. Então o denominador comum está na origem do arquitecto que define os materiais usados. Se nós quisermos dinamizar a nossa economia, se quisermos que a nossa indústria de matérias de construção se desenvolva, então precisamos fazer lobbies com os arquitectos nacionais. Há necessidade de eles conhecerem os projectos que estão a ser feitos. Por exemplo, sabemos que na zona económica especial há muito material, mas nós arquitectos não conhecemos as referências desses materiais para poderemos indicar nos nossos projectos. Uma loja pode ter o material feito na zona económica, mas se o arquitecto não o referenciar no projecto, dificilmente a procura será alta. Ele pode ter uma fechadura muito bonita, mas se o arquitecto não a conhecer vai pegar num catálogo de materiais estrangeiro e recomendar este. Eu já fui a feiras internacionais a convite de instituições estrangeiras como membro da União Africana de Arquitectos. Eles vêm para África para fazer lobbies com os arquitectos e nós, muitas vezes, deixamos isto em mãos alheias. Porque os arquitectos não sabem o que está a ser feito no país, não têm como referenciar estes materiais em seus projectos.

P - Então há qualidade nos materiais de construção fabricados em Angola para dar resposta aos projectos em execução?

R - Alguns até têm, mas nós não conhecemos. Ao que me estou a referir é que os arquitectos conhecem pouco da indústria de construção aqui, porque essa indústria não faz o lobbies com os arquitectos, fecham-se quando deviam abrir-se aos arquitectos. Casos os arquitectos conhecessem bem os materiais fabricados na Zona Económica Especial, poderiam referencia-los nos seus projectos e ajudar a subir as encomendas. Naturalmente que se houver sempre o esgotamento dos stocks, essas indústrias aumentariam a produção, e isto daria mais emprego, aumentaria a quantidade de materiais fabricados e depois, quem sabe, começariam a exportar para países vizinhos. Nós estamos mais preocupados com as Feiras Internacionais de vendas daquilo que é produzido fora em detrimento do que é feito cá. Os nossos produtos não precisam de ir para as férias só para fazer publicidade, têm que contactar as instituições, no caso a ordem e os gabinetes de arquitectura para que se possa, cada vez mais, colocar esses produtos nacionais nos seus projectos.

P - Falou do vidro em Angola. Dada a realidade angolana, quais são os melhores matérias de

construção ou métodos de construção melhores para Angola, o tijolo cerâmico ou bloco de cimento; a cofragem ou a estrutura tradicional; a construção vertical ou as residências normais?

R - Há muitos factores, porque Angola tem uma série de regiões climáticas: por exemplo, para Luanda ou outras zonas mais quentes no litoral, eu aconselharia o tijolo. O espaço feito por este material acaba por ser mais fresco que o elaborado em betão. Em questões térmicas, o tijolo deixa passar mais ar, o bloco resiste à passagem do calor e acaba por o fazer mais tarde, à noite, por aí. Aqui, à noite, nós precisamos frescura, mas já no interior, casos do Huambo, Cuando Cubango e Huíla, eventualmente, o bloco poderia funcionar melhor, porque, do ponto de vista do trabalho térmico, apanha a insolação de dia e à noite, quando o calor já está a entrar para o edifício, a temperatura está a baixar e torna o ambiente mais agradável. Então, o uso do bloco e do tijolo depende da região em que se vai construir. Agora, a cofragem (estrutura de ferro) depende da opção de quem vai construir. Quanto à construção vertical ou horizontal, depende muito daquilo que é o espaço que nós precisamos. Normalmente, os países misturam no centro escritórios, serviços e habitação, mas nas periferias não precisam desta pressão. Os espaços para serem usados em altura são aqueles que a própria dinâmica da sociedade obriga e depois, nos outros espaços mais periféricos, a construção é feita mais baixa, na horizontal. Não é por acaso que os bairros foram nascendo, porque a vida fora do Centro' nos bairros, é feita um pouco com mais calma, com os serviços de proximidade. O ambiente no bairro, até, é mais de província.

P - Pode sugerir edificações de Angola que podem ser indicados como patrimónios locais e depois universais?

R - Nós temos, por exemplo, as nossas maravilhas de Angola, precisamos classifica-las como património nacional e, sem medo de errar, digo que parte delas não está ou todas não estão. Quando nós catalogarmos e considerarmos os nossos patrimónios, serão considerados um bem público que ninguém mais pode mexer, para a sua preservação, mas não temos nenhum património registado na Unesco, quer dizer nós não entregamos nada à humanidade.

P - Mas temos o caso de Mbanza Congo?

R - É que está no processo, foi bom termos este início e é preciso que venham outras.

P - Mas é precisamente isto que queremos saber) sobretudo em edifícios) se temos algum que mereça ser indicado para património universal?

R - Temos edifícios classificados cá, a baixa de Luanda, a rua dos mercadores por exemplo. É património nacional, mas não é da humanidade, poderíamos propor que fosse património da humanidade. Há uma série de edifícios aqui na baixa de Luanda, com valor patrimonial que estão a ser mandados abaixo. Mas se além de património nacional, passassem a da humanidade não seriam demolidos.

P - E a cidade do Dondo?

R - Não só a cidade do Dondo, eu visitei a cidade do Tombwa e fiquei abismado, o Tombwa praticamente é tudo património. Nós estamos ricos em termos de património que pode ser oferecido à humanidade. Quando a humanidade recebe, quando a Unesco recebe como património é ela quem paga as intervenções, porque deixa de pertencer a nós, depois fomenta o turismo científico. Há muita gente que passa a vida com a página do património da humanidade para estudar, sai do seu país e diz: quero estudar este tipo de património. Quero estudar arquitectura colonial portuguesa. Onde eu encontro arquitectura colonial portuguesa, património da humanidade? Ele vai ver na Unesco e encontra, sai do seu país e vai até ao Dondo ao Tombwa e à baixa de Luanda para estudar aquele património, mas nós não estamos a divulgar, nem sequer estamos a incentivar para que este turismo científico seja feito. Então há muito trabalho pela frente para nós que estamos mais directamente ligados a isto. As instituições ministeriais, as ordens e as instituições afins têm que trabalhar nisto.

P - Qual o ponto de vista do presidente da OAA sobre a história da arquitectura angolana?

R - Em Angola com a chegada dos portugueses em termos de habitação e urbanismo os portugueses, à medida que foram tomando mais espaço dentro dos territórios, construíram as suas habitações, primeiro, moradias colectivas, depois moradias individuais e sempre naturalmente com aquilo que se fazia na Europa, nomeadamente Portugal. Era uma réplica do que se fazia em Portugal.

A imagem da baixa de Luanda, a Imagem da cidade velha de cabo Verde, a imagem de Maputo, todas as cidades coloniais portuguesas têm mais ou menos a mesma característica arquitectónica, daí que este tipo de casa ficou conhecida como habitação do tipo colonial.

Foi feita nesse período da colonização. Mais tarde começou-se a fazer edifícios mais imponentes. No início eram edificações mais pequenas e depois começaram a aparecer os palácios com mais

envergaduras. Nos finais do sec XIX, quando surge a arquitectura moderna a nível do mundo, apareceram já casas projectadas por arquitectos, não por construtores, passaram a ser arquitectos a intervir mesmo. As colónias passaram a ter muitos arquitectos, porque foi um processo em que a colonização foi um bocadinho mais intensiva em termos de ocupação de espaços, foi mais coerente em termos da maneira de fazer, Já não era fazer por fazer, mas espaços mais urbanizados. Surgiram vários projectos urbanos. Começaram a aparecer edifícios da arquitectura moderna, como os que se faziam lá fora, na Europa.

Naquela altura, começou-se a fazer arquitectura moderna cá, com uma característica ligeiramente diferente: é que os arquitectos portugueses ou angolanos cá iniciaram a fazer a arquitectura moderna, mas com a característica de Angola, respeitando o ambiente. Muitos edifícios que eram feitos na Europa cumpriam o rigor do clima europeu, os arquitectos cá adaptaram as edificações ao rigor do clima angolano, africano numa forma geral, porque foram as mesmas respostas dadas em Moçambique e Cabo Verde, "bebeu-se" muito do esplendor da arquitectura que estava a ser feita no Brasil, mas conseguiu-se pôr uma característica mesmo nossa e conseguiram-se bons resultados. Depois veio a independência e muito dos arquitectos (90 por cento) saíram do país, Angola viu-se a braços com uma guerra, sem quase arquitectos nenhuns, foi preciso uma coragem muito grande, porque, naquela altura, pensar-se em criar uma escola de arquitectura era quase um paradoxo em termos de determinação, e teve-se esta coragem.

## 6.5 “As Centralidades foram um mal necessário, hoje os preços das casas baixaram”

*Jornal Expansão*  
*01 De Julho de 2016*  
*Texto: Félix Abias*

A caminho do segundo mandato a bastonário da Ordem dos Arquitectos de Angola (OAA), por conta da ausência de concorrentes nas eleições que acontecem em Julho deste ano, Victor Leonel António diz-se preocupado com a classe, nomeadamente no tocante à formação e ao trabalho. Mas afirma que Luanda, por exemplo, tem mais arquitectos e escolas de arquitectura do que o necessário. Defende a reclassificação do património do País e, dos projectos habitacionais existentes, diz

que as novas centralidades são um "mal necessário", pois levaram a que os preços do imobiliário baixassem.

Quais as grandes preocupações dos arquitectos?

A formação e o trabalho. A formação no sentido de termos noção daquilo que queremos. Considero que o nível de formação que está a ser feito cá, é aceitável, mas é preciso muito mais. Há alguns aspectos na nossa formação que deveriam ser melhorados, como a cultural. É preciso que leccionemos disciplinas que tenham a ver com a 'casa angolana'. Por outro lado, o trabalho está mal distribuído. Há os que têm muitos trabalhos e os que quase não têm. A União dos Arquitectos Internacionais aconselha que os concursos de projectos que os governos organizam devam ser feitos nas 'ordens'.

Quer explicar melhor?

Se um determinado Ministério quiser promover um concurso público para a construção de um hospital, trabalha com a Ordem, que conhece os arquitectos. A transparência é feita a partir daqui e, se houver alguma irregularidade, a culpa é da Ordem. Isso ainda não acontece.

Cada Ministério organiza os seus concursos?

Sim. E muitas vezes há reclamações e acusações de que os que ganharam o concurso nem são arquitectos, ou são mas não estão inscritos na Ordem.

Os arquitectos nacionais reclamam que são preteridos em detrimento dos estrangeiros. Isto é verdade?

Constatamos isso. Se os concursos públicos fossem feitos na Ordem, a primeira coisa era saber se estavam inscritos. Se for estrangeiro e estiver inscrito, vai trabalhar. Mas se não estiver, não vai. O que nós vemos é que, muitas vezes, os estrangeiros são apontados a dedo. Por exemplo, se eu quero um arquitecto e indico este ou aquele, independentemente de estar inscrito ou não, é chamado. Há muitos que estão a exercer a actividade de forma ilegal, mas são convidados. Temos que acabar com isso.

Como é que são vistos os arquitectos?

O Estado encara-nos com respeito e com muita responsabilidade. Há órgãos ministeriais que percebem qual é a função da Ordem, e respeitam, e há outros que nem fazem a mínima ideia do que é uma ordem. E muitas vezes quando encaramos situações em que é preciso discutir situações, acham que a Ordem é uma associação - e as pessoas reúnem

porque têm vontade "e não uma instituição de utilidade pública.

Como tem sido o diálogo?

Temos debatido isto, mas é um processo. O País não vai estar perfeito repentinamente a todos os níveis e temos consciência que melhorou muito de há alguns anos para cá. Mas tenhamos consciência de que há problemas antigos. Outro problema tem a ver com os vistos de trabalho dos estrangeiros. Eles vêm por uma empresa, mas muitas vezes vêm de um País que não permite que exerça cá.

Há países já identificados cujos arquitectos não podem exercer actividade aqui?

Assinámos acordos com Portugal, Brasil e Cabo Verde. Mas assinamos um 'acordo guarda-chuva'. É um acordo do qual depois vêm outros acordos mais específicos. Mas, neste momento, ainda não podem exercer em Angola. O que existe no nosso regulamento é a reciprocidade. E com os outros países nem sequer acordos temos. Os estrangeiros podem exercer se viverem aqui há mais de 15 anos ou se estudaram cá. Se não estudou cá, nem 'vive cá há mais de 15 anos, vamos para a reciprocidade. Significa que é preciso que o seu país também nos permita exercer lá. Isso não acontece em nenhum dos países.

O que falta?

Não nos interessa dar o passo seguinte, porque queremos proteger os nacionais. Por exemplo, o Brasil tem cerca de 130 mil arquitectos e Angola tem cerca de 1.000. Se 1% dos brasileiros vem para cá, ultrapassa o número de angolanos. Temos que ter cuidado.

Quantos arquitectos estrangeiros temos neste momento registado na ordem?

Cerca de 2% dos arquitectos que existem no País.

Quantos não inscritos?

, Andam à volta de 100 arquitectos.

Como avalia a qualidade das centralidades?

As centralidades foram um mal necessário. Se olharmos para os países que passaram por guerras, viveram isso. É preciso rapidamente resolver o problema da habitação e muitas vezes atropelam-se princípios. Nós olhamos para o parque imobiliário antes e depois das centralidades, e a diferença é abismal. Tínhamos apartamentos de um quarto a custar 5 mil USD. Era horrível. Angola era dos países

mais caros do mundo. Ainda o é, mas em grande parte por causa da imobiliária. Neste momento, os preços caíram. A habitação está mais 'pacífica' e os preços estão mais de acordo com o que se faz a nível internacional.

Quer esclarecer melhor "mal necessário"?

Precisamos de estudar o que são as nuances angolanas. Por outro lado, estamos a falar de construção em massa. Qualquer repetição em grande escala é enjoativa. Mesmo que fosse a casa angolana ser repetida vezes sem conta, seria enjoativa. Mas vejamos uma coisa. Olhemos para o Kilamba - e estou a falar de um projecto cuja construção foi feita em massa - e olhemos para o Talatona - que foi feito com calma. Do ponto de vista urbano, o Kilamba dá 10 a O ao Talatona. Talatona não tem urbanização nenhuma.

Se o Kilamba tivesse sido feito tendo em conta a cultura angolana, como seria?

O que se passa é que quando queres resolver um problema urgente e dentro de um prazo muito curto e com custo baixo, as soluções são muito difíceis. Hoje alguém poderia dizer que faria melhor, mas isso é muito discutível.

Qual seria a casa que atenderia à cultura angolana? Depende do contexto. Mas vemos em Luanda pessoas que têm dinheiro e assumem-se angolanos e não vemos a identidade angolana reproduzida nas suas casas. É preciso que se estude a casa angolana. Olhar para a arquitectura como tecnologia. A arquitectura é essencialmente cultura. Enquanto seres humanos, temos as mesmas necessidades e, obviamente, precisamos de uma casa. Agora, a maneira como faço a cozinha, a sala e outros compartimentos, depende da minha cultura. Eu quando vou fazer um desenho da casa tenho de olhar para a cultura das pessoas que vão habitar nela. Não só em termos de plantas ou outros aspectos, mas também em termos de fachadas. Olhamos para a casa chinesa e identificamos nela traços chineses. Porque a imagem que tem é de uma casa chinesa. E conseguimos identificar uma casa árabe, porque ele, passa à sua casa a imagem da sua cultura. É isso que é necessário fazermos.

Há algum projecto habitacional com imagem angolana?

Não conheço em Angola projectos que tenham imagem angolana. Um projecto que vi e que consegui de alguma forma representá-la e percebe-se que tem alguma angolidade - foi o pavilhão de Angola na Expo da Itália. Mas os projectos aqui não têm nada a ver.

Não é um contraste lá fora passar-se a imagem de angolidade e cá não?

Esse é o risco que se corre quando não se põem arquitectos angolanos a fazerem. Cá, quem está a fazer, são os arquitectos estrangeiros. E o resultado está aí.

## 6.6 "O património tem que ter utilidade, senão fica abandonado"

*Jornal Expansão*  
*01 De Julho de 2016*

Diz-se que, em Luanda, a 'cidade velha' vai desaparecendo. Perderam-se o Kinaxixi, a Dona Ana Joaquina, entre outros espaços do património angolano...

Temos que encarar os problemas de frente e isso não está a acontecer. Temos edifícios que têm algum valor arquitectónico e classificados, ou que tinham algum valor simbólico no tempo colonial. Mas não sei que edifícios têm sido classificados depois de 1975.

Qual é o caminho?

É necessário mantermos o que tem valor e o reservemos. O património tem que ter utilidade senão ficam abandonado, tal como estão' alguns, e daqui a pouco para recuperá-los, vai precisar-se de um balúrdio. Se não se dá uma função para que o edifício seja útil, não vale apenas estarmos a classificá-lo. Precisamos de rever os edifícios, incluir outros que nem sequer estão na lista. Porque o Kinaxixi, por exemplo, nem estava na lista do património - e deveria estar. Houve uma luta intensa quando foi a demolição do Kinaxixi, mas também pelo facto de não ter sido classificado, a luta foi inglória.

Há edifícios que deveriam sair da lista?

Alguns devem ser demolidos e outros devem entrar. O centro histórico de Luanda deve ser preservado.

Como tem encarado o debate à volta da demolição do Elinga?

Aquilo tem um proprietário. Pelo que ouvi, quem quer demolir é o Ministério da Cultura. Em muitos países, o estudo para que um edifício tenha valor patrimonial é feito a nível das ordens, com elementos de outras áreas do saber, e não tanto o Governo. O Governo deve ser neutro, porque este é um problema técnico e não político.

Há quem fala de contrastes em Luanda. Continuam a crescer torres no centro?

Luanda está a transformar-se numa grande metrópole. O custo do terreno nas grandes metrópoles é alto. As grandes metrópoles exploram ao máximo o seu espaço. Agora, é preciso que os serviços essenciais às pessoas se expandam a nível dos municípios, se eu precisar de um serviço público, não preciso de vir à baixa de Luanda. Até há alguns anos, só tínhamos um local para fazer um registo automóvel. É horrível.

Diz-se que as novas urbanizações não têm ambiente...

Sim. Luanda não tem espaços verdes. Em alguns casos, acredito que haja boas intenções. Por exemplo, os espaços criados para a prática de exercício ou outro desporto, na Samba, no 10 de Maio e noutros pontos, é um crime. Aquelas pessoas todas vão ter 'tensão alta'. Não há árvore nenhuma. Não pode ser meia-dúzia de árvores que às vezes colocam, como é o caso da Nova Marginal.

Temos um Plano Metropolitano de Luanda...

É um instrumento importante, que vai direccionar o crescimento da cidade e fazer com que saibamos o que queremos. E aí discute-se se é bom ou não.

O que a Ordem recomendou neste plano?

A Ordem até há bem pouco tempo não tinha tido contacto com o Plano Metropolitano de Luanda.

Não foi consultada?

A Ordem não precisa deter conhecimento no processo de concepção. Precisa de ter conhecimento no processo de revisão, para ver se as situações que envolvem todos nós estão a ser preservadas ou não. E não tivemos conhecimento. A informação que tenho é que houve várias apresentações do Plano Metropolitano de Luanda, mais de 200, e por incrível que pareça nenhuma delas foi na Ordem. Não sei o que se passou, mas não me cabe a mim dizer.

## **6.7 Programas habitacionais devem reflectir realidade urbanística de cada região**

*01 De Julho de 2016*

*Jornal Economia e Finanças*

A ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, afirmou, na passada segunda-feira (27), em Luanda, que a ausência de planos urbanísticos tem desorientado as populações que, não

encontrando resposta às suas necessidades básicas de habitação, no sistema de planeamento, enveredam por práticas de construções clandestinas.

A governante fez este pronunciamento quando discursava na abertura do VI conselho consultivo alargado do Ministério do Urbanismo e Habitação, que decorreu sob o lema "A gestão fundiária na diversificação da economia".

Na sua óptica, é urgente confrontar o planeamento com a gestão fundiária, de forma geral e em particular, com a formação do preço do solo.

Fez saber que se deve obedecer ao conceito de valor justo de rendimento e com o valor patrimonial, decomposto em duas partes fundamentais, a dos custos de investimento em todas as operações envolvidas no processo de adaptação, construção e comercialização, e a correspondente ao valor do solo.

Um outro aspecto a ter em conta neste processo, de acordo com a governante, é o da clarificação do direito de urbanizar, que deverá ser uma prerrogativa exclusiva dos municípios, dentro dos perímetros urbanos.

Segundo disse, estes espaços podem ser empreendimentos turísticos, pelo que deve ser determinado por planos de pormenor ou tratado de forma casuística, com critérios decorrentes da estruturação do povoamento, associado à actividade agrícola ou florestal.

Considerou que os investimentos em infra-estruturas de base, como redes de estrada, telecomunicações, energia, água, saneamento, entre outros, criam as bases para a actividade económica se expandir de forma competitiva e sustentável.

Programas dirigidos

Na ocasião, o vice-governador para a Área Económica da província de Luanda, José Cerqueira, que falava na cerimónia de abertura, destacou a importância do lema do evento, pelo tema da diversificação, que é a ordem do dia, bem como pela cidade de Luanda, que sofre uma pressão demográfica em relação às outras 17 províncias.

Durante o encontro foi apresentado o programa de acções para o ano de 2016, bem como temas relacionados com o "meio urbano como fonte de diversificação da economia", "os mecanismos e procedimentos técnicos e administrativos relativos ao licenciamento de operações urbanísticas".

Foram também feitas "apresentação da visão, missão e objectivos do projecto Blue Ocean em Benguela",

"apresentação da experiência de gestão fundiária na urbanização de Talatona" e o "ordenamento da cidade e o seu desenvolvimento sustentável".

No conselho consultivo participam vice-governadores provinciais, directores nacionais e responsáveis de instituições tuteladas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação.

## 6.8 Mais de três dezenas de pessoas ao relento

*Jornal o Crime*

*02 De Julho de 2016*

*Texto: Osvaldo de Nascimento*

Ilha Seca, Zango. Rua movimentada e devidamente estruturada, Quem chega pela primeira vez naquela zona do território da capital deparar-se-á com residências de várias índoles, desde primeiro andar ao rés-do-chão, A zona foi construída para albergar os populares que são retirados de zonas de riscos e outras que constam em projectos do governo.

Durante a ronda nos Zango, a nossa equipa de reportagem constatou que muitas residências continuam desabitadas, enquanto outras são ocupadas por uma só família, algumas chegam a ocupar até quatro residências. O que nos chamou a atenção, no entanto, foram as dezenas de casebres construídas ao longo da estrada, no estilo de um subúrbio no meio de uma área urbanizada.

Em tom de brincadeira, chamamos uma criança e perguntamos porque viviam naquela zona se existem outras casas desabitadas. A resposta foi peremptória: "o governo não nos gostá".

Catarina João Francisco, dona de um dos casebres, explicou que é ela a pessoa que tem andado "atrás do governo" desde a primeira hora que foram "atirados para aí", e já perdeu a esperança de tanto ser abandalhada.

"Desde 2012 até agora é muito tempo, não há nenhum ministério onde não passamos para explicar a nossa situação, até na Cidade Alta, no gabinete do secretário do Presidente da República deixamos um documento a explicar a nossa inquietação. Os nossos filhos estão a sofrer, vivemos na estrada, sem o mínimo de dignidade. As crianças, volta e meia, são atropeladas porque os carros que passam por aqui, mesmo vendo que residem pessoas não respeitam. Há velhos e crianças a morrer e ninguém quer saber

de nós", lamentou. Por sua vez, Deolindo Pedro, que vive numa casa de chapa repartida por um pano que perfaz um quarto e sala, explicou à nossa equipa que é desempregado e sobrevive da venda de bebidas quentes. "1\ Pessoa vive humilhada, temos que fazer as necessidades em sacos plásticos. Se for de dia, guardamos no interior da residência para deitar no período nocturno e a poucos metros das casas", explicou. Ao redor das cubatas, amontoados de lixo, água parada, mau cheiro, moscas é o ambiente onde mais de duas dezenas de pessoas vivem desconfortavelmente em casas de chapa de zinco, sem água, energia eléctrica ou casas de banho, num estreito de aproximadamente 50 metros.

"Nem parece que somos angolanos.

Eu vivia aqui com a minha mãe que morreu de desgosto. Somos mais de trinta famílias a sofrer, desde velhos e crianças. Outras pessoas que são demolidas as suas moradas em menos de 24 horas recebem casas, que mal é que nós fizemos para merecermos isso?", questionou, apontando as casas amarelas como sendo as beneficiadas dos moradores dos bairros, Irão, Iraque e Cintura Verde.

Existe uma escola a escassos metros das barracas, mas, disseram os entrevistados, nenhuma criança faz parte da lista de alunos daquele ensino. "Os coordenadores de bairros pediram-nos dinheiro para inserir as crianças na escola, mas da maneira que vivemos ninguém consegue sequer ter dois mil kwanzas, quanto mais 20 mil para pagar na escola", revelou, alertando que os petizes estão a crescer analfabetos. A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA

A luta pelo "pão de cada dia" é feita através de venda de garrafas, que são comercializadas a 5 kwanzas por garrafa, o mesmo valor para cada pedaço de ferro recuperado nas lixeiras e que é pesado e revendido nos cidadãos oeste-africanos. Os mais velhos preocupam-se em carregar o lixo das casas vizinhas e recebem pedaços de pão como pagamento.

As senhoras, de vez em quando, são chamadas em casas dos "vizinhos" (residências bem estruturadas) para lavar a roupa e/ou arrumar a casa e recebem mil kwanzas pelo trabalho. O consumo de álcool excessivo tem sido o refúgio dos adultos, "não temos o que fazer, trabalho não existe, dignidade não temos, então...", rematou um jovem de aproximadamente 27 anos, com uma imagem desgastada pelo excesso de consumo de estupefaciente e álcool que, em segredo, contou-nos uma jovem que diz ser sua mulher.

O período chuvoso tem sido desalento dos residentes, que falam com angústia dos casos constantes de mortes e doenças por causa do

ambiente em que se vive. "Quando chove é o caos, fugimos das tendas e nos abrigamos nas varandas das casas".

## ONDE PARA O DINHEIRO PARA CONSTRUÇÃO DE CASAS?

Procura-se 93 milhões de dólares que seriam investidos pelo Executivo, até fim deste ano, para construção e distribuição de 3.200 casas, no Zango 4, para as famílias que vivem em zonas de risco em Luanda.

O despacho presidencial, de 23 de Março de 2015, confirma o contrato de fornecimento de 4.000 casas evolutivas a instalar na zona do Zango 4, no modelo "chave na mão". Deste total, 800 casas estavam previstas para distribuição em 2014, 1.600 em 2015 e 1.600 este ano. "Com anecessidade de se proceder ao realojamento dos habitantes provenientes de zonas consideradas de risco, na cidade de Luanda, e garantir-lhes condições de habitabilidade numa área urbanizada e com serviços primários, tais como escolas e hospitais", justifica o mesmo despacho, assinado pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. O despacho recorda ainda que estes 4.000 fogos habitacionais se destinam também ao realojamento de moradores "no âmbito do processo de reconversão das áreas e bairros degradados" da cidade de Luanda, "assim como a criação de novos espaços urbanos e a melhoria da qualidade de vida urbana".

O contrato que envolvia o Executivo e a empresa Alfermetal SA foi avaliado, de acordo com o mesmo documento, em kz 10 mil milhões de kwanzas correspondente a USD 93 milhões.

## 6.9 Novas construções invadem cemitérios no Huambo

*Jornal De Angola*  
*06 De Julho de 2016*

O crescimento do bairro de Tchitutura, com uma das Cavilhas, na cidade do Huambo, está a acarretar o desaparecimento do antigo cemitério, que, outrora, serviu também como alternativa ao Cemitério Municipal de São Pedro.

Localizado na região sul da cidade, o cemitério também servia os bairros circunvizinhos, mas a sua invasão pelas novas construções está a causar dificuldades aos moradores daquela zona da cidade.

A reportagem do Jornal de Angola constatou que várias campas já se encontram em quintais vedados, ou em terrenos prontos para a construção de residências. O mestre de uma das obras invasoras, António Agostinho Ngola, reprova a prática de invasão do campo santo, por ser o lugar de descanso eterno para os mortos, porém, continua a fazer o seu trabalho, porque foi mandatado pelo proprietário.

"Nós continuamos a fazer o nosso trabalho, porque fomos mandatados pelo dono da obra e, por outro lado, também não temos outra alternativa de emprego; por isso, só seguimos o que nos solicitam", lamentou.

António Agostinho afirmou que as construções no perímetro do cemitério reduziram de um tempo a esta parte e algumas pararam depois da intervenção do soba da área. Ainda assim, constatam-se algumas obras de proprietários, no perímetro reservado para o cemitério, que, mesmo com o apelo do soberano da região, insistem nesta prática.

"Construir junto do cemitério não é aconselhável, desde o tempo passado, e agora as pessoas perderam o medo das coisas sérias. Nem sabemos aonde vamos parar com esta situação", lamentou o mestre de obra.

António Manuel um dos moradores do bairro, lamentou igualmente o facto de muita gente utilizar o lugar de descanso eterno com coisas indevidas, considerando que há muito terreno ao redor da cidade do Huambo e não tem nenhum interesse devastar um cemitério para a construção de qualquer edifício. "Quem não conseguiu terreno no Tchitutura pode conseguir num outro bairro,

Basta procurar bem e legalizar-se", sublinhou. As obras estão a ser levantadas, muitas já em fase de finalização, mas o que não se sabe é se são legais ou ilegais, porque os seus donos não dão a cara. Uns limitam-se a visitar os empreendimentos nas horas em que não circula ninguém na área, para evitar serem importunados. Além de casas já levantadas, a reportagem do Jornal de Angola constatou também que muitos terrenos ainda continuam ocupados com montes de areia, pedras e burgau, mas ninguém sabe quem são os verdadeiros donos.

António Manuel queixa-se também do problema de saneamento básico. O lixo está a progredir no cemitério; por isso, pede aos vizinhos para não atirarem mais lixo no campo santo.

Quanto à ocupação de terrenos, há uma estratégia muito especial. O cidadão simula um canteiro para a plantação de hortícolas, porque o perímetro está situado na baixa de um pequeno riacho chamado



Sacaála, do qual se pode aproveitar a humidade para a prática de qualquer actividade agrícola, e em seguida começa a colocar pedras e areia, terminando com a vedação do espaço e o levantamento da residência.

A pequena Avozinha, acompanhada da irmã, brincava calmamente junto de uma campã que se encontra ao lado da sua casa. Elas vivem no bairro há mais de três anos e confessaram que não têm medo de viver perto do cemitério, porque já estão habituadas. A exemplo do que acontece no bairro de Tchitutula, o fenómeno não é diferente nas outras zonas da cidade do Huambo em que as pessoas continuam a desprestigiar ou mesmo a vandalizar os cemitérios, perseguindo fins particulares diversos e colocando em risco a saúde pública.

## 6.10 Secretário visita o local

*Jornal de Angola*  
*09 De Julho de 2016*  
*Texto: Domingos Calucipa*

O secretário de Estado da Construção constatou ontem, em Ondjiva, o curso de um projecto de construção de 2.500 casas sociais e as obras de reabilitação de importantes vias que ligam a capital às restantes localidades da província do Cunene, no quadro do programa nacional de melhoria da circulação entre a cidade e o campo.

António Flores, que se encontra de visita à província do Cunene, desde quinta-feira, deslocou-se, logo à sua chegada, ao bairro Kashila 11, onde estão a ser erguidas 2.500 casas da tipologia T3 geminadas, cujas obras estão paralisadas há vários meses por 'Constrangimentos financeiros.

No local, o secretário de Estado recebeu informações sobre o estado físico das obras, cuja primeira fase encontra-se em conclusão, tendo sido já entregues 364 moradias unifamiliares geminadas, com armamentos e energia. Cada moradia ocupa uma área de noventa metros quadrados, incluindo a construída. O dirigente visitou igualmente a via Ondjiva/Caiundo, no Cuando-Cubango, muito degradada e em vias de ser reabilitada, a estrada Ondjiva/Santa-Clara, o troço Ondjiva/Cuamato, em recuperação, bem como as obras do novo edifício do governo provincial e da praça Rei Mandume.

As visitas estenderam-se às obras de reabilitação do troço Xangongo/Calueque, um importante eixo de 60 quilómetros, que vai ligar o centro urbano à principal zona de produção agro-alimentar da província, localizada nas margens do rio Cunene. António Flores disse que a visita tem como finalidade

avaliar o grau de execução das obras em curso na província.

## 6.11 Venda de casas tem de ser declarada

*Jornal de Angola*  
*09 De Julho de 2016*

Sempre que venderem uma casa por um valor superior a 15 mil dólares (2,5 milhões de kwanzas), as empresas Imobiliárias são obrigadas a declarar a operação à Unidade de Informação Financeira (UIF) do Banco Nacional de Angola, avisou ontem a directora desses serviços.

Francisca de Brito, que falava no VI Fórum Banca sobre o "Combate à lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo", considerou que apesar dos serviços que dirige terem a responsabilidade de evitar a ocorrência desse tipo de crimes, deve ser do interesse de outros organismos institucionais e empresas pensar nas formas de enfrentar este fenómeno. "Nós somos uma instituição que pensa em branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, mas penso que outras instituições financeiras e não só também pensam em como terminar com este fenómeno em Angola", disse Francisca de Brito.

A directora declarou que uma das principais metas da Unidade de Informação Financeira é contribuir para que se criem condições para que o circuito financeiro ilegal se integre no sistema formal da economia, onde há mais transparência e maior conformidade legal sobre as transacções.

A Unidade de Informação Financeira considera, contudo, que deve haver incentivos para que as pessoas que ainda desenvolvem actividade financeira ilegal o façam de forma legal, disse Francisca de Brito, e é muito importante que as instituições financeiras reguladas estejam em condições e em conformidade, para que depois os reguladores, como principal parceiro do Estado, apoiem as ilegais no processo de passagem para o sistema formal. Em Fevereiro, disse, Angola saiu da "lista cinzenta" por preencher os requisitos exigidos para ser avaliada como estando contra a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, o que se resume ainda à criação de legislação, mas 'falta a implementação rigorosa das leis.

"O facto de termos saído da 'lista cinzenta' não significa que devemos ficar de braços cruzados, porque agora temos que aplicar as leis que foram criadas para que continuemos fora dessa lista", frisou.

Em Fevereiro, o Ministério das Finanças anunciou que Angola tinha sido retirada da "lista cinzenta" do intergovernamental Grupo de Acção Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo (GAFI), depois de, no decurso de 2015, os correspondentes estrangeiros cortarem a venda de divisas aos bancos angolanos devido às suspeitas que envolviam o sistema financeiro nacional. A decisão do GAFI dizia que, para proteger o sistema financeiro internacional e encorajar o cumprimento dos padrões, foram identificadas jurisdições que possuem deficiências estratégicas, entre as quais Angola, Afeganistão, Argélia, Bósnia-Herzegovina, Iraque, Guiana, Panamá, Papua Nova Guiné, Síria, Uganda e Yemen.

Por altura da decisão, esses países não cumpriam as 40+9 recomendações do GAFI e não estavam incluídos nas chamadas "jurisdições equivalentes" da União Europeia, o que limitava a actuação da banca no mercado financeiro internacional.

A reabilitação de Angola surgiu depois de uma visita ao país, em finais de Janeiro, de um grupo de trabalho do GAFI. Os auditores analisaram a capacidade do sistema financeiro angolano em cumprir os pressupostos legais no combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo.

A legislação aprovada para a reabilitação de Angola no GAFI incluía a Lei da Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais e a Lei Reguladora das Revistas, Buscas e Apreensões, aprovadas em 28 de Janeiro.

Em Janeiro, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Magueira, apresentou em Paris, ao GAFI, o pacote relativo ao branqueamento de capitais.

## 9.11 O ciclo vicioso dos realojamentos em Luanda

*Jornal PAÍS*

*13 De Julho de 2016*

Em todo o lado, cidades ou países, a deslocação de moradores de uma zona para outra, em decorrência de situações que podem estar relacionadas com valorizações imobiliárias; riscos de aluimento de terras; construção de infraestruturas como estradas, caminhos - de - ferro ou linhas de transporte de energia; catástrofes ou outras razões de força maior, é

um fenómeno extraordinário que nunca é desenhado para ter réplicas em períodos de tempo curtos.

Na cidade capital do país, Luanda, há anos que se anda às voltas com o problema de famílias que têm de ser movimentadas de um para outro, num desgastante esforço do Estado que parece não ter fim à vista. Desde as barrocas do Miramar, que até serviram para criar heróis populares à custa de uma certa onda conspiratória anti-governo, às calemas da Ilha do Cabo e estendendo-se aos dias de hoje, que não há memória de um só ano sem episódios desta natureza.

As notícias mais recentes desta novela com remakes sucessivos vêm do município do Cazenga, onde umas trinta famílias que construíram em zona de risco sobre a vala do Cariango, estão agora a ser transferidas para o Zango III. As Rádios, as TVs, os jornais, as redes sociais e em toda a parte onde a informação flui, lá se ouvem e se vêem vozes e rostos felizes pois agora é que vai, está tudo nos trinques porque o Executivo tirou-nos do mal e colocou-nos no bem-bom. Ficámos todos com aquela reacção meio patética, em que não sabemos se nos alegramos ou nos entristecemos.

Não há coisa pior para um cidadão que ter a percepção de que se vive num ciclo vicioso, que se age mas não há movimento, que rodamos sobre nós mesmos sem avançar um passo que seja. Os realojamentos de Luanda, em mais de 90% dos casos, são uma dramática constatação de que não saímos do mesmo lugar e que, se pretendemos mudar alguma coisa, teremos de abandonar um modo de abordagem com anos de testes.

É verdade que a crise financeira que nos tolhe movimentos e sonhos não nos deixa com grandes margens para agir no imediato. Mas não é menos certo que começa a ficar claro que nos falta coragem e engenho para mudar de paradigma, em busca de uma resposta duradoira no tempo, eficaz nos efeitos e sensata na opção. Luanda tem de ser salva fora dos seus limites, como nas boas acções defensivas na guerra, em que o inimigo que nos espreita é desbaratado no seu próprio território.

Ou o país se fixa ou a actual mobilidade rumo ao litoral à capital, mais do que tudo - criará condições para a multiplicação exponencial dos realojamentos, até ao dia em que as finanças públicas estarão exauridas e as pessoas serão largadas à sua sorte, tenham elas erguido habitações precárias em valas, em encostas, em linhas de passagem de águas pluviais, em terrenos movediços, em lugares ameaçados por ravinas, seja onde for.

Não há razões para continuarmos a investir numa solução que todos sabemos teria de ser pontual, aplicada a casos em que a Natureza nos tenha surpreendido (chuvas torrenciais, aluimentos de terras, etc.). Os realojamentos são uma maneira de se fixar habilmente em Luanda, segundo uma lógica simples e perversa: "vou, construo numa zona de risco, o Estado aparece, tira-nos dali e dá - me casa num lugar seguro que até já sei onde é: Zango".

As assimetrias inundam Luanda de novos habitantes que não se movem porque despertam um dia com o sonho da vida na capital. Vêm assegurar a existência, a sua e a dos membros das suas famílias, numa atitude legítima que não tem ponta de contestação. O que há a fazer é criar condições fora da capital, nos lugares onde os cidadãos residem, para ali concretizarem os seus sonhos de jovens, de pais, de homens e mulheres de um país esplendoroso em potencial de riqueza. O debate tem de ser este. Não vamos lá com os realojamentos que nunca mais têm fim!

## 9.12 Bom Jesus casas Sociais

*Jornal O PAÍS*

*14 De Julho de 2016*

Durante os últimos anos, o País investiu fundos financeiros no âmbito de vários programas de investimentos públicos em Angola, para beneficiar as comunidades carenciadas, sobretudo as residentes no meio rural.

Alguns desses investimentos públicos não são postos à disposição das populações carenciada, apesar de terem sido declarados como os principais alvos na fase da elaboração dos respectivos programas.

Tal é o caso de dezenas de casas sócias construídas em 2009 na sede da comuna do Bom Jesus, que volvido este tempo, continuam à sua sorte.

Sem olhar a fundo os fins pelos quais as mesmas foram construídas (políticos, partidários, governamentais, caridade, publicitários etc.), ou critérios considerados viáveis ou fiáveis para a sua atribuição, e de que programa ou investimento público, atendendo o facto de ter sido Gasto avultadas somas de dinheiro cuja fonte é sem dúvidas o OGE, elas, não devem servir de habitat para répteis, ratos, ou espaços para o surgimento de plantas, nem que sejam medicinais, como estão as referidas casas. Alguma já sem portas, nem janelas e sem cobertura, tudo isso porque quem decide sobre o seu destino, continua em silêncio. Dizer que não

existem necessitados para nelas residir, seria ingenuidade. Pois, a sede de Bom Jesus possui quadros, inclusive funcionários da Administração local, enfermeiros do Centro de Saúde, professores, técnicos do gabinete de irrigação do Minader, que trabalham naquela sede e que residem nos diversos municípios de Luanda, para além das comunidades que residem em zonas de risco na periferia.

Não teria maior impacto social acomodá-los e daí, se calhar, teriam mais produtividade nas Instituições onde laboram?

Ainda que tenham sido usados fundos de uma linha de crédito, o seu destino não seria este, e se se considerar que qualquer linha de financiamento ou de crédito, nunca é a custo zero...

Espero que os órgãos de direito e de decisão, quer ao nível central ou provincial que tiveram atitude, competência, circunstâncias e autoridade para conceber a construção das referidas casas, o façam de igual modo para servirem os interesses da população, evitando repetir gastos (inevitáveis) na sua reabilitação, dada a degradação a que elas estão a ser sujeitas.

## 9.13 Imogestim nega morosidade nas vendas

*Jornal de Angola*

*14 De Julho de 2016*

*Texto: Joaquim Suami*

O Conselho de Administração da Imogestim desmentiu ontem, em Cabinda, informações que estão a circular nas redes sociais, segundo as quais, a empresa gestora de comercialização de habitações em Angola está a criar morosidade na venda das vivendas da urbanização 4 de Abril, em Cabinda.

O assessor jurídico e porta-voz da Imogestim, Mário Guerra, em conferência de imprensa, disse que tais informações são infundadas e que não existe morosidade no processo de comercialização das habitações da Urbanização 4 de Abril, construída no quadro do plano estratégico do Executivo. "Não existe morosidade no processo de comercialização das habitações da Urbanização 4 de Abril. A Urbanização já é habitada há algum tempo e se forem à loja da Imogestim há-de ver muita movimentação e a população de Cabinda tem-se deslocado para as nossas instalações para saber das condições de pagamento e as possibilidades de pagamento. Não há nada de anormal, as vendas são

livres e se o cidadão tem rendimentos como é que a Imogestim vai impedir um candidato de adquirir uma habitação? Não faz sentido. Aliás, se provar que o cidadão tem dinheiro, entregamos a. Habitação", explicou. Mário Guerra esclareceu que o processo de comercialização das habitações da Urbanização 4 de Abril ocorre em três regimes. Primeiro, tem a ver com a venda à função pública, que é canalizada através do Governo da província de Cabinda, que faz chegar à Imogestim os candidatos aceitáveis para adquirirem as vivendas.

Depois de a Imogestim receber as listas dos candidatos da função pública, no quadro do regime de renda resolúvel, existe uma fase de análise dos processos dos mesmos para se apurar se têm capacidade financeira ou não para adquirirem as casas, o que está a acontecer de forma normal. "Se há morosidade, tem a ver com alguns organismos da função pública que têm as suas candidaturas a provadas para comercialização e pedem para não entregar imediatamente as habitações, porque' não querem que os seus funcionários fiquem no mesmo edifício e muitas vezes não há disponibilidade imediata para entregar as habitações para os candidatos", disse Mário Guerra.

### 9.14 "Abandonam as casas e voltam a queixar-se"

*Jornal O PAÍS*

*15 De Julho de 2016*

O administrador municipal de Icolo e Bengo, Adriano Mendes de Carvalho, esclareceu que o problema não era da administração, mas dos beneficiados que, depois de acomodados nas novas residências, regressavam à antiga Caxicane.

"Não compete à administração resolver o problema, compete a eles próprios, que abandonam as casas novas e voltam a morar nas antigas para logo a seguir se queixarem de não terem recebido residências", aclarou Adriano Mendes de Carvalho, tendo adiantado que os supostos habitantes da aldeia não correspondiam aos dados apresentados pelo coordenador.

Outra situação apontada pelo administrador tem a ver com o facto de haver pessoas que residem noutros municípios de Luanda que vão instalar-se, temporariamente, na vila ribeirinha para constarem como beneficiários, apresentando-se na condição de herdeiros ou familiares de antigos residentes.

Adriano Mendes de Carvalho questionou a existência dos tão propalados oito bairros que, segundo ele, nem se encontravam separados mais de mil metros, tendo preferido classificar apenas a área como aldeia de Caxicane.

Finalmente, contrastou os dados apresentados pelo coordenador Cândido Gomes, tendo adiantado que as famílias de Caxicane não passavam de 200.

"O facto de se ter anunciado a construção de 600 casas motivou o crescimento da população da aldeia", observou, tendo aclarado que as residências não seriam única e simplesmente para os conterrâneos de Neto, mas também para outros habitantes instalados no corredor entre Catete e Cabala.

### 9.15 Cinco anos depois os elogios e as críticas à Cidade do Kilamba

*Jornal O PAÍS*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: André Mussamo*

Cláudia, Jusira, Sílvia e Cris são 4 alegres adolescentes, estudantes da 10 classe, que nesta Quarta-feira, 13, desfrutavam dos encantos do lago artificial da cidade do Kilamba. Três das 4 são moradoras da centralidade.

Saídas de diferentes musseques da grande urbe luandina, revelam que gostam do "sossego, conforto, eficiência da sua nova escola e o sentimento de segurança que sentem na cidade nova".

Para elas, ficaram para trás as arrelias de procurar água de manhã cedo, estudar à luz de velas e sofrer o incómodo das abundantes roulottes com música alta como era habitual no Prenda e bairro Popular, de onde são provenientes.

Gostam da cidade, mas gostariam que ela oferecesse mais diversão e entretenimento "a cidade parece um pouco morta. Também carece de jardinagem".

Jandira André, mãe de 3 filhos e funcionária da Administração-Geral Tributária, nem por isso vê os mesmos 'encantos' que delicias as 4 adolescentes. Questionada sobre o que gosta mais entre a nova cidade e a antiga casa de renda no Marçal, confessa que, "tirando a sensação de ter casa própria, tudo resto é um martírio".

Revela que de Segunda a Sexta-feira acorda invariavelmente às 3 horas. "Começo por adiantar a comida enquanto as crianças dormem. Às quatro horas inicio a maratona de preparação dos pequenos ainda sonolentos, e às 5 horas em ponto tenho que me pôr a andar para chegar à casa do avô às 6 horas".

Jandira conta com ajuda da irmã que redistribui os pequenos, levando um deles às 7 horas até à creche e o outro, às 8 horas, até à escola. Esta rotina representa um custo financeiro muito alto para a família, segundo conta Jandira, porque quase sempre a família inteira come fora de casa.

Quando o parceiro, que trabalha fora de Luanda, vem de visita, às vezes Jandira quebra a rotina fatigante contando com a ajuda dele. A funcionária confessa que "o Kilamba lhe parece uma ilha distante", não obstante a centralidade ficar apenas a cerca de 30 quilómetros a Sul do centro da capital, Luanda.

A cidade foi concebida para se desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008.

A primeira fase deste empreendimento foi prevista para alojar cerca de dezanove mil pessoas em 115 edifícios, num total de 3.800 apartamentos, erguidos em padrão urbano com serviços públicos integrados, como escolas e instituições. O escopo inicial do empreendimento compreende 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito secundárias e cinquenta quilómetros de estradas. O objectivo primário da sua concepção é reduzir o défice habitacional no país. Kilamba foi pensado para albergar às portas de Luanda cerca de meio milhão de pessoas.

Maravilha para uns, nem tanto para outros. Domingos Neto beneficiário de um apartamento na centralidade ainda não se mudou para a mesma, apesar de estar em casa de renda. Diz que a nova realidade socioeconómica não permite a uma pessoa com os seus rendimentos ousar a 'aventura' de morar no Kilamba.

Louva a iniciativa do projecto mas critica alguns conceitos. Por exemplo, gostaria de ver uma verdadeira florestação da cidade. Por outro lado, critica a falta de cultura de condomínio que persiste em muitos moradores da mesma.

"Parece um contra censo um prédio com mais de uma dezena de moradores e apenas uns tantos se disponibilizarem a pagar a contribuição para a manutenção da infra-estrutura e outros serviços",

refere ele como sendo isso mais uma infuncionalidade do projecto.

Domingos Neto reparte as culpas pelas incongruências entre cidadãos e autoridades. "Eu penso que a autoridade político-administrativa tem uma quota de 55% de responsabilidade por muitas disfunções do Kilamba. Os restantes 45% são de inteira responsabilidade dos cidadãos. O jovem, que entretanto este ano promete mudar-se para a centralidade, reconhece que a multiplicidade de origens dos actuais habitantes do Kilamba funciona como um ponto de estrangulamento na engrenagem que, à partida, se supunha tivesse funcionamento, senão perfeito, ao menos ordinário.

Acredita que, aos poucos, se pode melhorar a cidade. Uma fiscalização policial no trânsito e segurança pública, um sistema de semáforos melhor do que o actual e uma mudança de mentalidade dos beneficiários da infra-estrutura são algumas das recomendações que faz. Para ele o Kilamba não deve ser encarado apenas como a cidade onde "moram alguns, mas um cartão-de-visita, uma atracção turística e orgulho de todos nós" refere.

## 9.16 CITIC construction coloca em risco a vida dos moradores da centralidade do Kilamba

*Jornal República*

*15 De Julho de 2016*

*Fonte: Club-k.net*

É sabido que a humidade e ambientes com bolor podem causar diversos efeitos sobre a saúde. Alguns moradores da centralidade do Kilamba são sensíveis aos bolores que podem causar obstrução nasal, irritação na garganta, tosse ou pie ira, irritação nos olhos ou, em alguns casos, irritação cutânea.

«As pessoas, particularmente crianças, com alergias ao bolor podem ter reacções mais graves. As pessoas com imunidade comprometida e as pessoas com doenças pulmonares crónicas, tais como a doença pulmonar obstrutiva, podem sofrer infecções graves nos pulmões quando estão expostas ao bolor!»: explicou, em anonimato, um médico angolano' especialista em saúde pública, à reportagem deste portal.

«Seria melhor que os moradores da centralidade do Kilamba que se encontram a viver nestas situações de vulnerabilidade abandonassem os seus apartamentos no sentido de proteger o bem maior que é a vida até

que a empresa chinesa (CITIC Construction) superasse este problema preocupante" aconselhou.

Sobre a referida patologia (a humidade), a nossa reportagem ouviu igualmente um técnico de construção civil que alertou aos moradores que os edifícios erguidos pela construtora chinesa CITIC Construction apresentam problemas nos quesitos de durabilidade, conforto e segurança' devido à humidade.

«Por isso há necessidade da CITIC Construction procurar urgentemente soluções para os moradores e melhorar as condições dos edifícios': recomendou o técnico que preferiu igualmente falar em anonimato, garantindo que «este tipo de situação está relacionado com a falta de estudos e pesquisas".

A nossa fonte acrescenta ainda que as características construtivas modernas favorecem muito o aparecimento de patologias nas edificações. «Hoje, as empresas chinesas em Angola, sempre estão à procura de construções que sejam realizadas com o máximo de economia, reduzindo a qualidade dos materiais deixando a Deus dar a segurança dos moradores': frisou.

De acordo com a nossa fonte, «a vida útil de uma construção irá depender e ser relacionada, assim como o ser humano, aos cuidados que forem tomados na fase de projecto, execução e na sua manutenção': concluiu.

De realçar que a empreiteira chinesa «CITIC Construction" tem estado a violar propositadamente as leis angolanas, sem, no entanto, ser chamada a razão pelos órgãos competentes.

Esta empresa que opera em Angola já há um bom tempo, tem estado a efectuar cobranças ilegais aos moradores da centralidade do Kilamba no que tange à reparação dos danos, sobretudo causados pela humidade.

A «CITIC Construction" segundo apuramos, tem estado a fugir da sua responsabilidade conforme espelha a lei 15/03 no que tange à reparação dos danos causados pela má construção da maior parte dos edifícios da centralidade de Kilamba que apresentam fissuras graves no seu interior.

Sabe-se que, sempre que é chamada para reparar os danos dos seus imóveis, a «CITIC Construction" faz a questão de cobrar somas avultadas, enriquecendo-se (art.v 473º do Código Civil) assim as custas do sofrimento dos moradores desesperados que somente exigem os seus direitos.

A Lei de Defesa do Consumidor no seu artigo 5º, nº3 esclarece que «o consumidor tem direito a uma garantia mínima de cinco anos para os imóveis".

Razão pela qual é ilógica que a empresa chinesa CITIC Construction exige alguns valores aos moradores da centralidade do Kilamba para a reparação de erros de construção.

A norma jurídica em questão reforça ainda que o consumidor/morador tem direito à reparação dos danos (a custo zero), ou até a substituição de um outro bem de igual ou maior valor (o imóvel) sem custo adicional, independente da existência de culpa, por defeitos decorrentes do projecto, fabricação, construção, montagem ou até manipulação (artigo 10º/1 da LDC).

Só para se ter uma noção, as relações Jurídicas de Consumo contêm a proibição das cláusulas que limitem ou, por qualquer forma, alterem as obrigações assumidas na contratação directamente por quem as proponha ou pelo seu representante (al. a do art= 13º da Lei nº04/02, de 18 de Fevereiro).

Convidado a reagir sobre o facto, a Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) diz que a CITIC Construction tem apetência ao lucro fácil. Razão pela qual tem vindo a extorquir monetariamente, de uma maneira garimpeira, os moradores da centralidade do Kilamba, mesmo sabendo das suas obrigações objectivas e de restituição.

Neste contexto, a AADIC alerta a todos os moradores que se encontram nesta situação a recorrer aos seus escritórios de forma a exigirem uma indemnização por danos patrimoniais e morais.

A AADIC lança o repto ao Ministério Público a fim de apurar os factos nos termos da al) do art- 186º e nº 1 do art 185º, ambos da CRA, no sentido de responsabilizar a empresa chinesa CITIC Construction civil e criminalmente.

## 9.17 'Estou satisfeito com os moradores pela sua participação'

*Jornal O PAÍS*  
*15 De Julho de 2016*

Joaquim Israel Baltazar de Oliveira Marques, presidente da cidade do Kilamba, está consciente das críticas dos moradores, mas prefere valorizar o grau de participação e assumpção da cidadania no seio dos moradores.

Joaquim Israel Baltazar de Oliveira Marques refere que a cidade poderia funcionar melhor se a cidadania fosse assumida em pleno por todos.

Quanto a uma certa crítica de que a cidade tem pouca oferta no sector de serviços, o presidente da centralidade defende que é preciso proteger os comerciantes licenciados, pelo que não se pode permitir que a anarquia de venda que pulula um pouco por Luanda se instale na cidade.

Quanto à acusação de eventualmente existirem redes de tráfico de droga e prostituição, aquele responsável disse não dominar os meandros destes fenómenos, mas recomenda que de uma forma geral, a ser verdade, são temas que devem ser tratados pelas autoridades competentes nomeadamente os órgãos policiais.

Israel referiu-se ainda à invasão de terrenos como um fenómeno que literalmente "cercou" a centralidade e pouco ou quase nada mais pode fazer. "Ao nosso nível tentamos travar o fenómeno, mas este é um problema que deve ser equacionado nas macro-soluções que estão a ser gizadas ao nível da requalificação da província de Luanda.

O presidente da centralidade do Kilamba promete continuar a trabalhar para o bem-estar dos moradores e visitantes da cidade, apesar dos ventos actuais não serem favoráveis.

## 6.18 Governo devia fazer habitação social e não casa de lixo

*Jornal O PAÍS*  
*15 De Julho de 2016*

O engenheiro António Venâncio reconhece como herança do Kilamba apenas o surgimento de mais um aglomerado habitacional e nada mais. Se alguma lição pode ser tirada deste projecto é "aprender com os erros".

Segundo António Venâncio, o país perdeu a oportunidade de desenvolver o sector da indústria de construção ao ter optado, fazendo analogia com a indústria têxtil, pelo conceito de "roupa pronto a vestir".

O especialista defende que a indústria de materiais de construção, a qualificação dos trabalhadores do ramo, a aquisição de experiências no ramo das engenharias, foram áreas que passaram ao lado da grande obra que foi a construção da centralidade do Kilamba.

Crítica o facto de o Estado ter "ido longe demais" no que toca à construção de habitação. "A prática no mundo é que os governos se engajam na habitação social e na infra-estruturação e loteamento de terrenos, deixando que seja o sector privado a fazer a habitação" lembra António Venâncio.

Para ele "apartamentos com paredes e tectos estucados como os do Kilamba são um luxo aventureiro no qual o Governo nunca devia ter embarcado".

## 6.19 Populares de Caxicane queixam-se de não receberem casa

*Jornal O PAÍS*  
*15 De Julho de 2016*  
*Texto: Alberto Bambi*

Mais de uma centena de famílias de Caxicane, município de Icolo e Bengo, em Luanda, receiam não poderem ser transferidas da antiga vila ribeirinha para a ova Caxicane, como também é conhecida a zona habitacional situada próximo da estrada que liga Catete à comuna da Cabala.

Trata-se dos moradores de três dos oito bairros que compõem a referida localidade, à beira do rio Kwanza, nomeadamente MBanza MBombo, Caxicane e Luís Miguel, onde existem, respectivamente, 7 famílias, 33 e mais de 48, além de outras 20 que, na altura do registo, não foram cadastradas por se encontrarem fora da zona.

Importa referir que as famílias que residiam nos subúrbios de Vuanga, Quimdamba, Passos Diogo, Jinganga e uma parte da antiga sede de Caxicane já moram no novo centro habitacional há mais de três anos.

Os referidos moradores, que pediram para seus nomes não serem citados nesta reportagem, por temerem represálias, justificaram a sua desconfiança no que tange a paralisação das obras do segundo bairro, vulgarmente conhecido como "casas vermelhas", uma situação, que segundo eles já dura há mais de um ano.

"Estamos à espera de ser transferidos desde 2014, até agora só nos dizem que a crise fez parar a construção das casas, o que não sabemos é quando será que esta crise vai acabar", lamentaram, adiantando que o projecto de construção das residências tinha começado muito antes dos problemas financeiros que o país enfrenta. A passagem dos vizinhos dos bairros

Luís Miguel e MBanza MBombo, segundo eles, ocorrida em Fevereiro de 2015, aumentou ainda mais a desconfiança dos reclamantes, que se asseguraram do facto de os mesmos terem ocupado todas as habitações que estavam concluídas.

Importa referir que nesse centro habitacional das "casas vermelhas" existem oito residências inacabadas.

Não são poucos os moradores da antiga vila que, sentindo-se agastados, já manifestaram o desejo de cobrir as referidas residências, conforme contou um dos habitantes das terras de Neto, para quem a prioridade devia ser para as mulheres grávidas e viúvas.

Coordenação acusada de conivência

Cândido João Gomes é o coordenador geral dos habitantes de Caxicane e já vive no novo centro habitacional há três anos. Ele diz que a situação em que se encontram os seus vizinhos na antiga vila é de total pressão, uma vez que as pessoas com quem conviviam se encontram fora do seu ciclo.

"Por isso, era bom que as autoridades se apressassem a resolver este caso, para nós não sermos apontados como coniventes", apelou Cândido Gomes.

Quanto às razões' da paralisação das obras, o coordenador disse que havia recebido informação das instâncias superiores que apontavam o interregno como sendo de curto prazo, devido à situação financeira que o país vive.

Mas recordou ter ouvido das mesmas entidades a garantia de a obra ter sido paga, na apresentação do projecto que visava a construção de 600 casas. De acordo com o coordenador, até 2015, o registo de casas era de mais de 400.'

## 6.20 Beneficiários da Nova Caxicane arrendam suas casas

*Jornal O PAÍS*

*21 De Julho de 2016*

*Alberto Bambi*

Depois de terem sido transferidos da antiga para a Nova Caxicane, alguns beneficiários decidiram arrendar as suas casas, sujeitando-se, deste modo, a regressar para a zona de origem.

Segundo apurou O PAÍS dos novos senhorios, as dificuldades por que passam diariamente, sobretudo

no que diz respeito à aquisição de água e alimentos, estão na base da tomada dessa decisão.

Outra motivação invocada pelos proprietários tem a ver com o alegado facto de verem tais necessidades satisfeitas próximo das antigas residências, onde possuem as lavras e o rio.

"No princípio, quando viemos para aqui, tínhamos, quase todos os dias, o camião-cisterna da Administração Municipal que distribuía água para nós, mas, com o andar do tempo, passamos a comprar água a viaturas particulares que chegam ao novo bairro", relatou um dos beneficiários, tendo revelado que compravam o bidão de 20 litros a 75 ou cem kwanzas.

O entrevistado declarou que para não passar por essas e outras privações decidiu arrendar a casa. De acordo com o mesmo, é grave seria vender a residência.

Um outro revelou que o encarregado de educação com quem vivia faleceu e, ao ver-se desamparado, decidiu arrendar habitação, mas, tão logo encontrou apoio de algumas familiar idóneo, voltará a habitar na residência doada.

Acasá número 76, uma entre outras do quarteirão pertencente aos antigos moradores da antiga sede de Caxicane, é actualmente habitada por Conceição Mário, de 40 anos de idade, o marido e os quatro filhos.

"Apercebemo-nos de que aqui havia casas para alugar por intermédio de uma colega de negócios e viemos ter com os donos", esclareceu Conceição Mário, tendo informado que pagava mensalmente uma renda de cinco mil Kwanzas.

A inquilina detalhou que o pagamento era feito de seis em seis meses, o que a obrigava renovar o contrato, remunerando o senhorio com uma quantia de 30 mil. Aproxima prestação da arrendatária, que vive aí há cerca de três anos, está para Agosto próximo.

Antes de se instalarem na localidade de Caxicane, ela e os seus familiares viviam no bairro Benfica, município de Belas.

"Apesar de ser distante e difícil a aquisição de comida e água, a senhora decidiu viver aí por ser uma zona calma, compatível ao ambiente de que seu marido, padecente de uma doença que considerou estranha, precisa para ir recuperando. Como ela, outros inquilinos, que estão envolvidos no negócio do bagre, cacusso, pepino e tomate, residem na área, O interesse de habitar na ova Caxicane é ainda



manifestado por outros populares de outros municípios de Luanda que passam pela aldeia, a caminho da cabala ou Muxima.

"Este local é muito cobiçado pelos homens de negócio e peregrinos habitués da Muxima, assim como por alguns turistas, realçou o soba grande de Caxicane, Andrade Mendes.

## 6.21 Casas Sociais no Quimbele Entregues nos Próximos Dias

*Jornal De Angola*

*21 De Julho De 2016*

*Texto: António Capitão*

As primeiras 70 casas concluídas no âmbito do projecto de construção de 200 moradias na vila municipal do Quimbele, na província do Uíge, começam a ser ocupadas nos próximos dias pelos munícipes, sobretudo funcionários públicos em serviço na circunscrição, anunciou ontem o administrador municipal.

Manuel João, que balanceava as actividades realizadas em torno das festividades dos 78 anos da fundação da vila do Quimbele, que decorreram sob o lema "Quimbele, relançar a produção agrícola para contribuir para a diversificação da economia do país", afirmou que as residências vão contribuir significativamente para a melhoria das condições de habitabilidade dos cidadãos residentes, principalmente dos jovens que pretendem constituir família.

Avançou que as moradias em causa estão concluídas e prontas para serem entregues aos interessados, que as vão pagar durante um período de 20 anos e na modalidade de renda resolúvel.

Manuel João afirmou que todos os aspectos técnicos e outros necessários para que as residências; Sejam habitadas já foram analisados, aguardando-se apenas pela conclusão dos procedimentos legais entre a administração municipal e os candidatos, para que, nos próximos dias, as mesmas sejam entregues aos seus proprietários. O administrador Manuel João disse que a aposta da administração municipal do Quimbele é continuar a implementar programas e projectos que visam melhorar as condições de vida da população, garantindo o progresso da região.

Na liderança e gestão do município há menos de um mês, o novo administrador do Quimbele sublinhou que as suas principais linhas de força vão centrar-se

no melhoramento dos serviços de saúde e educação e na conclusão das obras sociais inacabadas, como o hospital municipal, pequenos sistemas de captação e abastecimento de água potável e na recuperação da central

térmica de 600 kva, para garantir o fornecimento e a expansão da energia eléctrica na vila municipal.

"Já foi efectuado o pagamento à Jembas para a reparação do gerador, para garantir o fornecimento de energia eléctrica à vila municipal e a Bairros periféricos, para que a população tenha melhores condições de vida", disse o administrador.

Durante as festividades do município, que decorreram de 15 a 19 de Julho, foram realizadas várias actividades músico-culturais, palestras, conferências, actividades desportivas, de recreação e de lazer. Algumas barracas de comes e bebes foram colocadas ao longo de diversas artérias da municipalidade.

## 6.22 Cidade do Kilamba Comemorou cinco anos

*Jornal O PAÍS*

*21 De Julho de 2016*

A cidade do Kilamba completou cinco anos de existência. Os mais cépticos diziam que era o limite de tempo da sua vivência, pois nunca tinham visto construção tão imponente em tão pouco tempo e feita pelos chineses. Os mais pessimistas diziam até que as estruturas poderiam desabar a qualquer momento, as inundações resultantes do entupimento dos esgotos causariam um caos total.

Eu nunca acreditei nessas falácias, aliás, sou optimista por natureza, por vezes exageradamente. Defeito ou virtude, só Deus sabe. Sou morador do Kilamba e com muito orgulho, a cidade majestosa está de pé e é uma grande conquista do Executivo liderado pelo Pai da Nação, o engenheiro José Eduardo dos Santos, só não o reconhece quem tiver má fé.

O Kilamba tem coisas boas, mas também más. Partindo dos seus equipamentos sociais, as estradas vastas permitem um trânsito automóvel fluído. Não é permitida a circulação de camiões, salvo raras excepções. O abastecimento de água e da luz são permanentes e já lá vai o tempo das falhas no sistema, a não ser por razões de manutenção. Existem escolas aos diversos níveis, creches, etc.

O funcionamento destas infra-estruturas e outras dão aos Seus habitantes uma sensação de bem-estar, mas,

mesmo assim, ainda não podemos afirmar que isto já signifique qualidade de vida, ainda há muito trabalho a fazer e grandes realizações, se quisermos manter este grandioso empreendimento e sermos dignos de habitarmos nele. Vejamos, a cidade não possui até agora uma estação de tratamento de águas residuais, um hospital ou clínica de referência aonde possamos tratar convenientemente da nossa saúde, não há um local apropriado para juntarmos os nossos entes queridos quando chega o último dia de cada um de nós, já que o velório de algum falecido é quase proibido nos apartamentos. A segurança é um grande problema, a tranquilidade é quase abalada pelos amigos do alheio e seria exaustivo e talvez inoportuno descrever aqui os casos de assaltos, roubos e imoralidades já registados nesta circunscrição, embora existam esquadras da Polícia, mas o patrulhamento apeado é quase inexistente. Que tal voltarmos ao tempo das Brigadas Populares de Vigilância?

Como vemos, falar dos prós e contra desta cidade caberia num livro. Entretanto só se passaram cinco anos.

Considerando que devo também sugerir, tenho a dizer que devese-á apostar na educação ambiental dos moradores, pois vêm-se papéis, garrafas, sacos de plástico e farrapos em canteiros para flores, nos parques de diversão e de estacionamento. No Kilamba funcionam dois Institutos do Ministério do Ambiente ligados a matéria, a Administração deve estreitar os laços com estas instituições, pois os especialistas estão lá.

Dentre outras iniciativas, deve-se investir na criação de florestas plantadas, os espaços para tal abundam nela e estaríamos assim em presença de um grande pulmão verde de que Luanda tanto necessita. Eis as minhas modestas contribuições e faço questão de resistir para ver o que será esta imponente cidade daqui a mais um quinquénio.

## 6.23 Distribuídos lotes para autoconstrução

*Jornal de Angola*

*21 De Julho de 2016*

*Texto: Elautério Silípuleni*

A Administração Municipal de Ombadja começou a entregar à população, no último fim-de-semana, lotes de terreno no bairro Okalmo, em Xangongo, para a autoconstrução dirigida, no âmbito do programa de

requalificação, reabilitação e valorização dos centros urbanos e rurais.

O administrador municipal de Ombadja, Manuel Domingos Taby, presente no acto de entrega, disse que a iniciativa vai possibilitar a fixação ordenada das populações, assim como dinamização e interacção de espaços, com a disponibilização de terrenos legalizados às famílias que pretendem construir casa própria.

Manuel Domingos Taby sublinhou que a Administração local já entregou cerca de 200 lotes dos 400 previstos na urbanização de Okaimo, onde uma reserva de 240 hectares está em preparação, para a expansão da vila.

Viúvas, jovens e antigos combatentes, num total de 2.125 pessoas, beneficiaram de lotes de 600 e 1.000 metros quadrados, desde o arranque do processo, no ano passado, disse o administrador municipal.

Manuel Domingos Taby reconheceu que o número de cidadãos, sobretudo jovens, que precisam de construir a sua habitação no município de Ombadja tem vindo a crescer significativamente, por esta razão o gabinete técnico e infra-estruturas da Administração Municipal está a trabalhar para distribuir, até final do ano, mais lotes nas urbanizações do município. Garantiu que o processo de distribuição de terrenos para a auto-construção dirigida

é célere, esclarecendo que o cidadão só precisa de dirigir um requerimento ao administrador municipal e efectuar o pagamento do direito de concessão da parcela de terra.

Os beneficiários têm o prazo legal de três meses para o início das obras e três anos para a conclusão.

A construção de residências obedece à estrutura arquitectónica autorizada pela Administração Municipal, visando assegurar a harmonia e comodidade.

Com objectivo de pôr fim à construção anárquica, que se regista a nível do município de Ombadja, principalmente nos centros urbanos, o Governo Provincial implementou o programa de requalificação e urbanização de lotes de terreno, de modo a edificarem-se habitações modernas. A tipologia de construção depende da Administração Municipal, que orienta o tipo de construção a ser feita em determinadas zonas, explicou, para acrescentar que a iniciativa está a trazer muitas vantagens, uma vez que, através desta estratégia, as zonas têm várias infra-estruturas, com destaque para energia eléctrica, água potável e vias de comunicação.

## 6.24 Hora de colocar de lado o espírito de rico"

*Jornal Economia e Finanças*

*22 De Julho de 2016*

*Texto: Agostinho Chitata*

As crises, por natureza, são cíclicas. Estas decorrem, em geral, após um certo período de estabilidade. Sete intróitos, serve para lembrar que Angola está a passar por um momento de crise financeira e com destaque à cambial, depois de ter vivido um longo período de estabilidade nestas duas vertentes.

Entretanto, parece já consensual, os momentos de crise são importantes porque dão a oportunidade de avaliarmos as nossas capacidades de adaptação as situações "inesperadas" que ocorrem na vida. A importância da crise também resulta do facto de dar a possibilidade de implementar a nossa capacidade criativa para se fazer face aos seus efeitos.

Quer-se dizer com isto que, partindo destes pressupostos, somos obrigados a aferir que os momentos de crise nos permitem avaliar os níveis de consumo das famílias que integram as sociedades ou, se calhar, algumas que integram a nossa sociedade. Destacamos, se nos permitam, aquelas famílias mais "afortunadas". Será que estas consomem aquilo que é estritamente necessário para o seu bem-estar, ou estendem para além do necessário? Se olharmos para alguma "quantidade e qualidade" dos resíduos sólidos produzidos parece indiciar os níveis de consumo de famílias que residem em determinadas zonas com a alguma notoriedade e não só.

Sendo mais concretos, não seria de espantar que nos chegassem informações Segundo as quais as centralidades espalhadas pelo país, pontificando-se a capital, a quantidade de resíduos produzidos serem desproporcionais ao número de habitantes aí residentes. E o que geralmente compõem o lixo? Segundo observou alguém que visitou Angola, concretamente Luanda, são sacos de plástico das compras e alimentos que, na sua óptica, ainda poderiam ser consumidos se conservados.

Comparando com a cidade onde vive (lá fora), disse que no seu complexo habitacional, o lixo é recolhido de uma em uma semana. Nas nossas centralidades, pelo volume produzido diariamente, esta teria de ser, pelo menos, de dois em dois dias. Pelo que constitui a nossa realidade no que somos em termos de natureza consumista, grosso modo, quase pouco temos de adversar perante tal observação.

Isto serve para dizer que em momentos de crise, as famílias sobretudo devem ser apeladas ao exercício de

utilização dos seus bens, pois, e é do conhecimento, face à escassez de divisas, os preços das coisas e dos alimentos tendem a aumentar de forma desproporcional aos rendimentos familiares. Logo, há necessidade de adopção de novos hábitos de consumo.

À guisa de exemplo, um casal esteve muito dividido se compraria outras cadeiras da sua mesa de jantar ou se mandaria estofar novos assentos já que os originais danificaram. A opção foi reparar. Hoje voltaram a ter as seis cadeiras com menos custos e com a qualidade reposta.

A parte que não quis acabou por gostar e percebeu que não era tão bem assim caracterizar o gesto como "espírito de pobre".

Entretanto, dá para perceber, e poderíamos citar outro exemplo, que em altura de "não-crise", parece que tudo valia. Esbanjar à grande e à francesa era uma rotina e completamente normal. Aliás, tínhamos a fama de "mwangoles" porque dispúnhamos sem apelo nem agravo, estivéssemos onde estivéssemos. Sem querermos ferir susceptibilidades, como se comenta, não impúnhamos limites nas despesas. Agíamos como quem tivesse perdido a noção de que o futuro é imprevisível.

A confirmar, está o quadro actual que requer de todas as famílias, e não apenas, mudanças de atitude nos comportamentos no que o consumo excessivo diz respeito. Hoje, já somos mais racionais nos cortes financeiros às delegações desportivas que vão competir no exterior.

Já vamos ao supermercado com uma lista previamente elaborada. Já valorizamos mais as escolas públicas para os nossos filhos. Já optamos mais por autocarros nas ligações provinciais em detrimento dos aviões. Queimais oneram. Já preferimos a garrafa de água de 5 litros do que comprar a embalagem de 6 de um litro cada e mais cara. Já vamos mais para o pão cacete do que o pequeno, enfim.

Falando mesmo em aviões, vamos percebendo de que companhias áreas, por causa do exercício de contenção, tornam a "económica classe" num espaço de mais conforto e melhor assistência para continuar a manter o nível de serviço para quem e não só sempre teve a executiva como preferência e que hoje, dadas as limitações, tem de recuar para outra mais inferior. Para manter o nível de procura e não quebrar expectativas, o mercado tenta criativamente encontrar outras soluções. Dando respostas a quem opte pela racionalização.

Nunca é de mais lembrar Einstein ao falar da crise:

"Não pretendemos que as coisas mudem, se sempre fazemos o mesmo. A crise é a melhor bênção que pode ocorrer com as pessoas e países, porque a crise traz progressos. A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura. É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias".

Sendo assim, pensamos, a criatividade deve bater a porta das famílias, entrar pela casa adentro e influenciar estas a ponderarem nos seus comportamentos e atitudes, evitando, se tal sucede, os gastos excessivos e se enverede por posturas racionais.

Dizia alguém que os donos das lojas podem não gostar destas sugestões mas pensamos que devem ser estes os primeiros a aconselhar aos seus consumidores, que somos todos nós claramente, aos não desperdícios. À contenção e moderação nas despesas e poupar sempre e cada vez mais. Compre sim mas o necessário.

## 6.25 Angola no encontro de análise da Nova Agenda Urbana

*Jornal O PAIS*

*27 De Julho De 2016*

*Texto: Branca do Espírito Santo*

Representantes de 120 países estão a analisar desde segunda-feira, na cidade de Surabaya, Indonésia, o projecto da Nova Agenda urbana Mundial, que será apropriado na próxima Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III).

Angola faz-se representar na delegação chefiada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, enteadada pelos directores nacionais) Ordenamento do Território Urbanismo e de Intercâmbio, respectivamente, Manuel Zangui e Eunice Inglês.

A directora do Intercâmbio do ministério do Urbanismo e Habitação disse que a reunião designa-se Prep Come III (sessão preparatória da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável) e terá a duração de três dias, com uma agenda que inclui debates e painéis sobre questões de interesse global, sendo esta a última oportunidade de apreciação do projecto da Nova Agenda Urbana.

Explicou que a cimeira Habitat III decorrerá na cidade de Quito, Equador, de 17 a 20 Outubro próximo e visa engajar os estados no desafio de urbanização, para fazer face ao impacto global do movimento de populações do meio rural para as cidades.

A primeira sessão preparatória da Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) foi em nova York (EUA), em Setembro de 2014, enquanto a segunda decorreu em Fevereiro último, na cidade de Abuja (Nigéria).

A realização da Conferência Habitat III decorre da resolução 66/207, que visa dinamizar o compromisso global de urbanização sustentável, para a implementação de uma Nova Agenda Urbana. As Conferências da ONU sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano realizam-se a cada 20 anos.

A Habitat I, a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, realizou-se na cidade de Vancouver (Canadá), de 31 Maio a 11 de Junho de 1976. A Habitat II, a segunda Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, foi realizada em Istambul (Turquia), de 3 a 14 de Junho de 1996.

A Conferência Habitat III será marco global das Nações unidas, que constituirá o compromisso dos Estados para a adopção da Nova Agenda urbana pós-2030 e os objectivos de Desenvolvimento sustentável.

### Historial das Conferências

A Assembleia Geral das Nações Unidas convocou a Conferência Habitat I em Vancouver em 1976, quando os governos começaram a reconhecer a necessidade de assentamentos humanos sustentável e as consequências da rápida urbanização, especialmente nos países em desenvolvimento. Naquela época, a urbanização e os seus impactos não eram nem meramente considerados pela comunidade internacional, mas o mundo estava a começar a testemunhar a maior e a mais rápida migração de pessoas para as cidades da história, bem como a ascensão da população urbana através do crescimento natural resultante dos avanços da medicina.

Os compromissos de Vancouver foram confirmados 20 anos depois na conferência Habitat II, em Istambul, Turquia.

Líderes mundiais adoptaram a Agenda Habitat II como um Plano de Acção Global para abrigos adequados para todos, com a noção de assentamentos humanos sustentáveis, oferecendo desenvolvimento a um mundo urbanizado.

Quarenta anos depois, há consenso de que as estruturas das cidades' formas e funcionalidades precisam de ser transformadas na mesma medida em que a sociedade se transforma. O legado da cidade do século XX, em termos de padrões espaciais, é de que ela cresça além das suas fronteiras para cidades satélites ou dormitórios e subúrbios. As cidades têm se desenvolvido para além de suas áreas peri - urbanas, muitas vezes por conta de factores tais como o seu fraco planeamento urbano, pobre gerenciamento urbano, crises de regulação fundiária e especulação imobiliária. Em 2010, o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (UN-HABITAT) reportou que mais de 827 milhões de pessoas vivem em más condições de habitabilidade.

Os assentamentos urbanos informais são espontâneas formas de urbanização, consistindo numa série de estratégias de sobrevivência praticadas pelos mais pobres, muitas vezes nascidos na pobreza e na exclusão.

## 6.26 Nova agenda urbana em análise

*Jornal de Angola*

*27 De Julho de 2016*

Representantes de 120 países estão a analisar desde segunda-feira, na cidade de Surabaia, Indonésia, o projecto da Nova Agenda Urbana Mundial, que é aprovado na próxima Cimeira das Nações Unidas sobre o desenvolvimento urbano sustentável (Habitat III), que se realiza em Outubro deste ano em Quito, no Equador.

Angola faz-se representar por uma delegação dirigida pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, e integrada pelos directores nacionais do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zanguí, e do Intercâmbio, Eunice Inglês.

A directora do Intercâmbio disse que a reunião se designa "PrepCome III" (sessão preparatória da conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento urbano sustentável), tem a duração de três dias e inclui debates e painéis sobre questões de interesse global, sendo a última sobre "Oportunidade de apreciação do projecto da nova agenda urbana." A cimeira Habitat III, disse Eunice Inglês, pretende engajar os Estados para o desafio de urbanização, para fazer face ao impacto global do movimento de populações do meio rural para as cidades. A primeira sessão preparatória da Cimeira da ONU.

## 7. TERRA

### 7.1 Canhongo esclarece disputa de terreno

*Jornal O País*

*06 De Julho De 2016*

*Texto: José António Canhongo*

A Canhongo Gás, uma das maiores empresas de comercialização de gás butano nas zonas periféricas da Província de Luanda, vem esclarecer que as declarações do Sr. Luís de Almeida, vertidas na notícia publicada no Jornal O País, na sua edição n. 526, datada de 26 de Junho de 2016, não correspondem à verdade dos factos.

A parcela de terreno de 70,00 m x 40,00 m, localizada no Município de Belas, no bairro de Mbonda Chapéu, foi adquirida pela empresa Instalações Canhongo Gás, Lda., aos 29 de Março de 2005, por meio de um contrato celebrado com a EDURB, antiga e legítima gestora e concessionária de terrenos, num valor total de um milhão e duzentos e cinquenta mil kwanzas (1.250.000,00 kz), totalmente quitados.

A compra total do terreno resultou de um processo que começou em 24 de Janeiro de 2005, período em que a EDURB, antes da passagem da parcela à Canhongo Gás, solicitou que uma equipa multidisciplinar, composta pelos seus técnicos, da ora Administração da Samba e demais, elaborassem um estudo sobre o impacto social e ambiental da construção de dois armazéns de gás, uma residência, uma loja e um parque de estacionamento no requisitado terreno.

Feito o estudo, o resultado foi positivo, pelo que a EDURB cedeu a propriedade do terreno à Canhongo Gás, e esta, por sua vez, construiu um muro, um grande reservatório de água e colocou um portão. Tais obras terminaram em finais de 2005, mas a construção do armazém e da residência não tiveram início porque a Canhongo Gás priorizou investimentos noutras instalações a nível de Luanda.

Com o falecimento do proprietário da Canhongo Gás, o empresário António Jungo Canhongo, em 2013, o projecto de construção do armazém do bairro de Mbonda Chapéu foi novamente adiado, no entanto, começaram a surgir falsos proprietários do referido espaço, com o objectivo de comercializá-lo ilegalmente. O caso flagrante envolve uma Sr.<sup>a</sup> conhecida apenas por "Mimi", que, na primeira semana de Maio do corrente ano, intitulando-se como herdeira do terreno, por alegado facto de ter

sido namorada do malogrado, colocou uma placa de compra e venda. A vizinhança, apercebendo-se da venda ilegal, decidiu denunciar o eminente crime junto da direcção da Canhongo Gás, em Talatona. Na primeira semana de Maio de 2016, o empresário José António Canhongo visitou o terreno. Por conseguinte, no dia 9 de Maio de 2016, numa reunião de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> "Mimi", acompanhada do Sr. Luís de Almeida, que se fez passar por amigo dela e ouviu toda a conversa sem dizer nada, apresentou-se como proprietária do terreno, mas a Administração de Belas, que avaliou o caso, analisando os documentos da EDURB, passados em nome da Canhongo Gás, e a nota 'de pagamento, com a indicação de coordenada bancária, certificou que o terreno pertence à referida empresa.

Em finais de Maio de 2016, o Sr.<sup>a</sup> Luís de Almeida deslocou - se para a sede da Canhongo Gás, com o objectivo de perguntar se José António Canhongo era realmente filho do falecido empresário, já que desconhecia da existência de herdeiros que pudessem reivindicar os bens do malogrado. Contudo, no encontro, o Sr.<sup>a</sup> Luís de Almeida foi reconhecido pelo Director dos Recursos Humanos da Canhongo Gás como tendo participado da anterior reunião realizada na Administração de Belas, e, conseqüente e humanamente, foi convidado a retirar-se dos escritórios.

Para o espanto da Canhongo Gás, o Sr. Luís de Almeida surge, em Junho último, em substituição da Sr.<sup>a</sup> Mimi", alegando que o terreno lhe pertence.

Pelo acima exposto, pretendemos reafirmar que o terreno em litígio é propriedade exclusiva da Canhongo Gás.

Ademais, as demolições efectuadas ficaram a dever-se à necessidade de se construir um novo quintal e proteger a vida das pessoas, pois, os muros, desde 2005 até 2016, estavam totalmente ociosos e na eminência de desabar, quer por causa dos milhares de buracos provocados pelos actos de vandalismo quer por força dos danos resultantes de altas temperaturas das queimadas de lixo realizadas no interior do terreno ao longo dos 11 anos.

Portanto, as informações do Sr.<sup>a</sup> Luís de Almeida prestadas a este jornal visaram, conseqüentemente, difamar o bom nome e a reputação do empresário Pinto Matamba, pois, só assim se explica que, perante os órgãos da administração municipal e os tribunais, que podem dirimir o eventual conflito, o declarante preferiu usar da falsidade para abordar o assunto neste distinto órgão de comunicação social, mesmo não possuindo nenhum documento de compra e venda que comprove que o terreno lhe pertence.

Por termos este direito, sentimos nos no dever de responder às referidas declarações constantes da notícia ora publicada, sobretudo pelo facto de tentar colocar em causa o respeito e a consideração do empresário Pinto Matamba, que é uma pessoa muito humana, idónea e sem necessidade de usurpar terreno de outrem.

A Canhongo Gás informa que a Kiyamata Business Center, a que foi adjudicada a obra de reconstrução do quintal, é apenas o empreiteiro, por isso, não faz sentido e é lamentavelmente injusta e difamatória a acusação feita pelo Sr. Luís de Almeida, segundo a qual o empresário Pinto Matamba, que é somente um accionista daquela referida empresa de construção civil, quer usurpar o terreno.

A Administração de Belas é um organismo do Estado que respeita as leis vigentes no país, encabeçada por agentes públicos idóneos, e agiu com base nos princípios administrativos da imparcialidade e justiça social para dirimir o ora litígio.

Em Angola existem órgãos administrativos e judiciais, por isso, a Canhongo Gás apela o Sr. Luís de Almeida o respeito pelas leis angolanas quanto ao bom nome e à reputação das pessoas, inclusive da do filho do malgrado, José António Canhongo, e promete intentar uma acção judicial para a reparação dos danos causados.

## 7.2 Acesso a terra e aos fertilizantes

*Jornal de Angola*  
13 De Julho de 2016

Em tomo da problemática do acesso à terra para fins agrícolas, Pedro Kanga sublinhou, citando a Lei de Terras, a Lei 9/04 de Novembro, que a terra é propriedade originária do Estado, integrada no seu domínio público e privado.

As pessoas que adquiriram direitos fundiários para um determinado uso por via de concessão devem utilizá-los para os fins para os quais foram concedidos, esclareceu, e afirmou que "toda a concessão que não está a ser utilizada deve ser extinta, volvidos três anos. Estamos a notificar e muitos já perderam os terrenos". Referiu que os terrenos comunitários não devem ser concedidos de acordo com os preceitos legais. Para o efeito, conta com o apoio das administrações e autoridades tradicionais.

Outro desafio apontado pelo ministro passa pela estabilização no acesso dos agricultores aos

fertilizantes. Pedro Kanga reconheceu que os problemas que o sector vive neste domínio têm a ver com a ausência de uma indústria de fertilizantes e pesticidas, o que conduz à importação de grandes quantidades de adubos.

Nessa fase, notou, as dificuldades agudizam-se dada a escassez de divisas. Foram vendidas divisas aos importadores e nos próximos 20 dias, o país vai receber 15 mil toneladas, numa altura em que estão encomendadas 25 mil toneladas e o programa do sector para 2016 e 2017 prevê importar 70 mil toneladas. "Os importadores têm beneficiado de divisas para importações faseadas. Isto acontece também com as vacinas e pesticidas", esclareceu o ministro Afonso Pedro Canga que avisou que a necessidade de fertilizantes vai crescer nos próximos anos.

Para amortecer a crescente procura para os próximos anos, defende a implantação de uma indústria de fertilizantes que seja suportada com o aproveitamento do projecto Angola LN<sup>2</sup>G no Soyo e a exploração do fosfato nas províncias do Zaire e Cabinda, entre outras.

## 7.3 O ciclo vicioso dos realojamentos em Luanda

*Jornal O PAÍS*  
13 De Julho de 2016

Em todo o lado, cidades ou países, a deslocação de moradores de uma zona para outra, em decorrência de situações que podem estar relacionadas com valorizações imobiliárias; riscos de aluimento de terras; construção de infraestruturas como estradas, caminhos - de - ferro ou linhas de transporte de energia; catástrofes ou outras razões de força maior, é um fenómeno extraordinário que nunca é desenhado para ter réplicas em períodos de tempo curtos.

Na cidade capital do país, Luanda, há anos que se anda às voltas com o problema de famílias que têm de ser movimentadas de um para outro, num desgastante esforço do Estado que parece não ter fim à vista. Desde as barrocas do Miramar, que até serviram para criar heróis populares à custa de uma certa onda conspiratória anti-governo, às calemas da Ilha do Cabo e estendendo-se aos dias de hoje, que não há memória de um só ano sem episódios desta natureza.

As notícias mais recentes desta novela com remakes sucessivos vêm do município do Cazenga, onde umas

trinta famílias que construíram em zona de risco sobre a vala do Cariango, estão agora a ser transferidas para o Zango III. As Rádios, as TVs, os jornais, as redes sociais e em toda a parte onde a informação flui, lá se ouvem e se vêem vozes e rostos felizes pois agora é que vai, está tudo nos trinques porque o Executivo tirou-nos do mal e colocou-nos no bem-bom. Ficámos todos com aquela reacção meio patética, em que não sabemos se nos alegramos ou nos entristecemos.

Não há coisa pior para um cidadão que ter a percepção de que se vive num ciclo vicioso, que se age mas não há movimento, que rodamos sobre nós mesmos sem avançar um passo que seja. Os realojamentos de Luanda, em mais de 90% dos casos, são uma dramática constatação de que não saímos do mesmo lugar e que, se pretendemos mudar alguma coisa, teremos de abandonar um modo de abordagem com anos de testes.

É verdade que a crise financeira que nos tolhe movimentos e sonhos não nos deixa com grandes margens para agir no imediato. Mas não é menos certo que começa a ficar claro que nos falta coragem e engenho para mudar de paradigma, em busca de uma resposta duradoura no tempo, eficaz nos efeitos e sensata na opção. Luanda tem de ser salva fora dos seus limites, como nas boas acções defensivas na guerra, em que o inimigo que nos espreita é desbaratado no seu próprio território.

Ou o país se fixa ou a actual mobilidade rumo ao litoral à capital, mais do que tudo - criará condições para a multiplicação exponencial dos realojamentos, até ao dia em que as finanças públicas estarão exauridas e as pessoas serão largadas à sua sorte, tenham elas erguido habitações precárias em valas, em encostas, em linhas de passagem de águas pluviais, em terrenos movediços, em lugares ameaçados por ravinas, seja onde for.

Não há razões para continuarmos a investir numa solução que todos sabemos teria de ser pontual, aplicada a casos em que a Natureza nos tenha surpreendido (chuvas torrenciais, aluimentos de terras, etc.). Os realojamentos são uma maneira de se fixar habilmente em Luanda, segundo uma lógica simples e perversa: "vou, construo numa zona de risco, o Estado aparece, tira-nos dali e dá - me casa num lugar seguro que até já sei onde é: Zango".

As assimetrias inundam Luanda de novos habitantes que não se movem porque despertam um dia com o sonho da vida na capital. Vêm assegurar a existência, a sua e a dos membros das suas famílias, numa atitude legítima que não tem ponta de contestação. O que há a fazer é criar condições fora da capital, nos

lugares onde os cidadãos residem, para ali concretizarem os seus sonhos de jovens, de pais, de homens e mulheres de um país esplendoroso em potencial de riqueza. O debate tem de ser este. Não vamos lá com os realojamentos que nunca mais têm fim!

## 7.4 Expropriação de terras levada a comunidade internacional

*Jornal O PAÍS*

*14 De Julho de 2016*

*Texto: Norberto Sateco e Maria Custódia*

De acordo com a organização não-governamental S.O.S habitat, no Curoca, as negociações, entre os empresários e as comunidades prosseguem há já algum tempo, embora sem consenso. André Augusto afirma que as comunidades defendem que as terras não devem ser cedidas sem qualquer compensação e na sua totalidade. "Nós queremos que pelo menos seja reduzida em metade a dimensão em que se pretende implementar o referido projecto agrícola", disse.

Entretanto, os proponentes da iniciativa, descritos como sendo governantes influentes do Executivo Angolano, dizem não colaborar com a proposta por entenderem que a dimensão do projecto para a criação de uma futuro pólo agro-industrial justifica tal ocupação.

Várias foram as tentativas de conversação entre as partes, mas o certo é que o finca-pé entre as partes tem prevalecido.

As denúncias da existência de supostos esbulhos de terras no município do Curoca, província do Cunene, têm sido recorrentes nos últimos tempos, na medida em que já foram dirigidas várias cartas aos órgãos de soberania do Estado Angolano, corno é o caso da Casa Civil do Presidente da República, no sentido de persuadir as autoridades a intervirem na alegada "inconstitucionalidade". São no total perto de 39 comunidades supostamente penalizadas nas suas parcelas de terra, nua extensão de 80 quilómetros de cumprimento e 40 de largura.

Os denunciadores esclarecem que a referida expropriação de terras não visa qualquer interesse público, mas privado. "Uma boa parte das terras já foi devastada, mas a população manifesta resistência em ceder os terrenos", esclareceu a fonte, tendo



acrescentado que o processo de transumância do gado continua a ser mais penalizado.

A S.O. S Habitat disse também que estão a aguardar por uma visita de uma suposta comissão da Casa Civil no sentido de se encontrar uma saída-airosa para este dossier. No princípio do ano, o Grupo de Monitoria dos Direitos Humanos esteve em Luanda e reuniu-se com as autoridades governamentais. Na ocasião, o secretário de Estado dos Direitos Humanos, António Bento Bembe, garantiu que os terrenos dos aldeões seriam devolvidos.

Outra associação que manifesta-se preocupada é a Associação Construindo Comunidade (ACC), que diz que tem estado a encetar contactos junto da governação local do Cunene, porém sem resultados.

Contudo, segundo os últimos pronunciamentos do ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, a situação é pertinente, na medida em que o direito latifundiário de algumas comunidades tem sido atropelado em função do que estabelece a legislação actual. Aquele dirigente acrescentou também que doravante as pessoas às quais se cederam terras para produção e não o efectivarem ser-lhes-ão confiscados o direito sobre as mesmas. Está em curso um processo de notificação aos visados. Apesar disso, não deixou de enaltecer iniciativas empresariais para transformar a agricultura de subsistência na de mercado.

"Queremos também, nesta fase, apostar no aumento da produtividade face às necessidades actuais do país", esclareceu Canga, tendo de seguida reiterado a obediência do primado da Lei e o aproveitamento racional dos recursos disponíveis.

"Há várias pessoas nesta condição, por isso é que temos que pôr ordem", disse o titular da Agricultura.

O PAÍS não foi bem sucedido na tentativa de obter um pronunciamento do empresário Silvestre Tulumba.. um dos empresários citados como estando ligado ao projecto de exploração agrária no Curoca.

## 7.5 Incidentes de Capupa fazem novos deslocados

*Novo Jornal*

*15 De Julho de 2016*

"Cerca de 30 famílias residentes na comuna da Capupa e militantes da UNITA foram obrigadas a fugir das suas áreas habitacionais para a cidade de

Benguela, alegando estarem a ser perseguidas por militantes do MPLA", acusou Alberto Ngalanela.

O dirigente falava há dias ao NJ, quando questionado sobre os tumultos registados em Maio, na localidade de Cambundu, que resultaram em três mortes e ferimentos em seis pessoas.

Segundo o político, essas populações receiam agora regressar à sua região de origem, sob alegação de estar a viver-se um cenário de autêntica insegurança.

A acção que a UNITA classifica de intolerância política, na versão do secretário provincial do partido em Benguela, ocorreu no dia 25 de Junho, aquando da visita de uma delegação do grupo parlamentar do Galo Negro à localidade de Capupa, para constatar "in loco" o alegado clima de intimidação a que os seus militantes estavam a ser submetidos por parte de militantes do partido no poder, o MPLA.

"Essa situação levou-nos a visitar a zona. Fizemo-lo com os deputados Adalberto da Costa Júnior, Anita Filipe e eu (Alberto Ngalanela), depois de cumpridas todas as formalidades protocolares. Postos no terreno, procurámos contactar o soba local, conhecido por Tchimbuta, que não se encontrava presente", conta.

Na altura, prosseguiu Ngalanela, constatou-se uma grande movimentação popular, o que alertou a comitiva parlamentar de que algo anormal estaria a ocorrer.

O clima agravou-se com a retirada por militantes da UNITA de duas bandeiras do MPLA, num espaço territorial que disse pertencer a um militante deste partido. A comitiva de deputados decidiu repô-las. Embora considerasse o acto injusto, ele servia apenas para evitar maior agitação e incidentes.

"Vimos que as pessoas estavam assustadas e, perante aquele cenário, os deputados, assim que chegaram, solicitaram um encontro com o soba Tchimbuta para sugerir que a reunião na aldeia se realizasse no jango, porque não ficava bem algumas pessoas, só por serem da UNITA, ou se manifestarem fieis aos seus ideais, terem de viver como foragidas", sublinhou.

Diante da presença crescente de grupos de civis armados com paus, machados e flechas, como relatou o também deputado Alberto Ngalanela, a delegação visitante, que era escoltada por efectivos da polícia, decidiu retirar-se do local. Os outros grupos, em seguida, iniciaram a perseguição, atacando os parlamentares e os seus acompanhantes.

"Alvejaram mortalmente um dos militantes da UNITA e feriram outros integrantes, mas o alvo a

abater era o deputado Adalberto da Costa Júnior, que, fugindo pela mata adentro, conseguiu escapar

com vida", acusa Ngalanela, acrescentando que o efectivo policial presente assistiu, de forma impávida, aos acontecimentos.

De acordo com o deputado, "a comuna da Capupa e o município do Cubal é recorrente nesse tipo de acções, que não são somente de intolerância política, mas de banditismo".

"Em 2012, uma das esposas do filho do mais velho Tchimbilinguili foi arrastada, 'quando se encontrava em estado de gestação, ao ponto de ter abortado', frisou.

Durante a sua estada em Benguela, a delegação parlamentar da UNITA manteve encontros com o governador provincial e com o bispo católico local, D. Eugénio DaI Corso, visitou também o hospital provincial e reuniu-se com os estudantes do Instituto Politécnico Maravilha e do Instituto Politécnico da Universidade Católica, na Catumbela.

Bispo emérito condena acção

O bispo emérito de Benguela, D. Óscar Braga, questionado pelo NJ sobre os acontecimentos de Capupa, disse não estar inteirado da situação, mas, a ser verdade, trata-se de um acto, a todos os títulos, condenável, uma vez que os angolanos vivem um clima de paz há mais de 13 anos que não é compatível com estas acções.

"Acho que o angolano já teve tempo. Não temos independência há meses, mas há anos. Acho que já é tempo suficiente para sabermos que a nossa terra é boa para todos. Quando não é boa para um, não é boa para todos e ela tem que ser boa para todos", sublinhou o prelado.

"O nosso ser angolano fala mais alto do que qualquer quezília que possamos ter. Somos humanos e é natural que tenhamos quezílias, mas isso deve ser passado", exortou D. Óscar Braga.

## 7.6 Serviço de Protecção Civil desaconselha edificações

*Jornal de Angola*

*30 De Julho de 2016*

*Texto: Nicodemos Paulo*

As autoridades tradicionais do município do Uíge foram ontem esclarecidas sobre os perigos que

representam a construção de casas em zonas de risco e o abate indiscriminado de árvores e sobre as medidas urgentes em caso de emergência, numa palestra organizada pelo Comando dos Serviços Provinciais de Protecção Civil e Bombeiros (CSPPCB), em parceria com a administração municipal.

O prelector, inspector-chefe dos Bombeiros, Joaquim Lopes Máfua, recordou que o município do Uíge se situa numa zona de fortes ventos e de grande pluviosidade, o que coloca algumas comunidades suburbanas e rurais em perigo, sobretudo aquelas cujas habitações foram construídas nas proximidades dos rios ou sobre as valas de drenagem.

Joaquim Lopes Máfua avançou que, para se evitar danos decorrentes dos fenómenos naturais, ti Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a realizar campanhas de sensibilização, através dos órgãos de comunicação social, no sentido de ajudar as populações a não correrem, desnecessariamente, riscos de vida.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem como missão planear e coordenar assistência às populações sinistradas por acidentes graves, calamidades naturais, incêndios e outros acidentes.

"A participação e a colaboração das autoridades tradicionais, dos cidadãos e de outros actores sociais poderão ajudar a salvar e evitar situações que perigam a vida humana e bens", disse. Durante a palestra os participantes abordaram vários temas como "A Lei de Base da Protecção Civil e Gestão de Riscos e Desastres", "A mitigação dos perigos junto das comunidades" e "O papel das autoridades tradicionais na prevenção de riscos", entre outros. O chefe da secção de Planeamento e Operações do CSPPCB Garcia Jacinto, que dissertou sobre "A mitigação dos perigos junto das comunidades", referiu que alguns desaires que ocorrem no seio das populações resultam da falta de cuidados ou da ignorância aos apelos feitos pelas autoridades. "A construção de residências próximo do leito dos rios ou por cima das valas de drenagem, nas encostas das montanhas, o abate indiscriminado de árvores que suavizam a erosão eólica e a pressão dos ventos colocam em perigo a integridade das aldeias", alertou.

Dada a aproximação da época chuvosa, o técnico aconselhou-os presentes no sentido de intensificarem as acções de limpeza e de fiscalização das valas de drenagem, para que sejam evitadas muitas doenças.

Os participantes ao encontro, foram ainda aconselhados a melhora: as técnicas de produção agrícola cultivando produtos resistentes à fortes

enxurradas e à estiagem, para garantir um bom stock de alimentos, a conservar a água de forma eficiente, a construir latrinas acima dos níveis prováveis de enchentes e a intensificar o processo de plantação de árvores para proteger as moradias das inundações e compensar o desmantelamento.

## 8. SERVIÇOS BASICOS

### 8.1 Empresa Mota-Engil vai receber 57 milhões para garantir limpeza

*Jornal A República*

*01 De Julho de 2016*

*Texto: Económico com Lusa*

A operadora de limpeza Vista Waste, da portuguesa Mota-Engil, vai receber anualmente 57 milhões de euros no âmbito do novo modelo de saneamento da capital de Angola, Luanda, segundo um documento governamental a que a Lusa teve acesso. Em causa está um despacho assinado pelo Presidente angolano, com data de 24 de Junho, aprovando o relatório final elaborado pela comissão de avaliação e o contrato de concessão de serviços de gestão integrada de resíduos sólidos de Luanda.

O documento autoriza o Governo Provincial de Luanda a contratar o consórcio formado pela Vista Waste e pela Suma, por 63.741.176 dólares (57 milhões de euros) anuais.

A Lusa noticiou que a operadora de limpeza Vista Waste começou a colocar contentores no município de Belas, área de Luanda sob sua responsabilidade, no novo modelo de saneamento da capital, a 15 de Maio.

Segundo adiantou na altura o director da operadora, Álvaro Gil, mais de 300 trabalhadores vão garantir os serviços de varredura manual e mecanizada, a lavagem mecanizada e manual de ruas, o corte de ervas nos passeios, limpeza de praias e a recolha diária de resíduos sólidos. O responsável referiu que a recolha de lixo será feita através de contentores ou em algumas zonas residenciais através de sacos, no método recolha porta a porta.

Álvaro Gil acrescentou que todas as vias principais e de normal utilização pelas populações, dentro dos bairros, a cidade do Kilamba passará a ter contentores e a recolha será diária, e em algumas zonas nocturnas também.

Com a operadora portuguesa, outras quatro - Odebrechet, Queiroz Galvão, Elisal e Nova Ambiental inseriam-se no plano governamental para garantir a limpeza de cinco dos sete municípios de Luanda, ficando ainda de fora os de Icolo e Bengo e Quiçama.

### 8.2 Criada Taxa de captação da água bruta

*Jornal De Angola*

*09 De Junho de 2016*

*Texto: Félix Abias*

O Instituto Nacional de Recursos Hídricos anunciou ontem, em Luanda, que vai passar a cobrar uma taxa de captação da água bruta que é utilizada por algumas empresas como matéria-prima.

O director do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, Manuel Quintiliano, que fez o anúncio num encontro de divulgação do manual de procedimentos para a implementação de títulos de utilização dos recursos hídricos, não disse quando é que a taxa começa a ser cobrada nem o valor, mas garantiu que o dinheiro a ser arrecadado vai permitir ao Estado fazer novos investimentos no sector das Águas, no geral, e no subsector dos Recursos Hídricos, em particular.

Com o dinheiro arrecadado, acrescentou, vão ser desenvolvidas também acções para a melhoria da qualidade biótica da água dos rios, dos lagos, das lagoas e das águas subterrâneas.

O responsável disse já ter sido encontrada uma proposta para a taxa, mas preferiu não adiantar o número, por estar ainda em estudo pelos Ministérios da Energia e Agua e das Finanças.

Manuel Quintiliano disse que a cobrança de uma taxa de captação da água bruta vai fazer com que as empresas usem a água bruta, "um bem cada vez mais escasso em algumas regiões do país", de forma racional, responsável e equilibrada. O Instituto Nacional de Recursos Hídricos começou no mês de Fevereiro a divulgar o manual de procedimento, com o objectivo de levar ao conhecimento do público as modalidades sobre a gestão e a utilização dos recursos hídricos em todo o país.

O director do Instituto Nacional de Recursos Hídricos alertou as empresas para fazerem o registo junto do Instituto Nacional de Recursos Hídricos ou nas administrações de bacias ideográficas, a fim de organizar o cadastro nacional e avaliar o grau de evolução da utilização dos recursos hídricos. O registo dos utilizadores e a fiscalização sistemática vai permitir ao Instituto Nacional de Recursos Hídricos organizar o cadastro, que visa um maior controlo sobre o aproveitamento dos recursos hídricos

nacionais e contribuir para a determinação do balanço hídrico nacional.

Água é bem económica e social "A água é um bem económico-social", acentuou Manuel Quintiliano, recordando que, para a sua utilização, do ponto de vista comercial ou empresarial, o Estado tem o direito de fazer o seu licenciamento e proceder à sua cobrança. "Nós estamos a pensar nos grandes utilizadores de água bruta", salientou Manuel Quintiliano, para quem é necessário que se faça o devido enquadramento dos operadores de cisternas de água.

O responsável lembrou que há uma orientação do Ministro da Energia e Águas para a Empresa Pública de Água (EPAL) trabalhar no ordenamento da actividade desses operadores privados.

### 8.3 Taxado lixo não está a ser cobrada e recolha a meio gás

*Jornal Expansão*

*08 De Julho de 2016*

*Texto: Félix Abias*

Publicada no Diário da República a 20 de Maio último, com entrada em vigor no mês seguinte, a taxa do serviço de limpeza de Luanda ainda não está a ser cobrada, diz fonte ligada ao Executivo. A mesma fonte esclarece que as empresas aprovadas no concurso para varrer e tratar o lixo de Luanda não estão ainda suficientemente implementadas no terreno.

"Das cinco empresas existentes, apenas a ELISAL (estatal) está a trabalhar em pleno e a colmatar insuficiências deixadas pelas outras", garante a fonte. Ouvidos pelo Expansão, moradores do Cazenga, uma das zonas da ELISAL, garantem constatar "melhorias" na recolha de lixo. "Nos últimos dias, temos notado melhorias na recolha do lixo", diz Amélia, 25 anos. Baixa de Luanda e Maianga continuam com 'amontoados' Entretanto, numa ronda pela cidade, o Expansão constatou que, no centro de Luanda, por exemplo, o lixo continua aos 'montes', sendo descrito por Jorge Airosa, morador da Maianga, como "cartão-de-visita". Também na Maianga o Expansão vai lixo em quantidades apreciáveis nas ruas.

Recorde-se que, de acordo com governador de Luanda, Higino Carneiro, a portuguesa Mota Engil,

através da Vista Waste, vai encarregar-se da limpeza do município de Belas, enquanto as brasileiras Odebrecht e Queiroz Galvão vão cuidar dos municípios de Cacuaco e Luanda, respectivamente. Já a Elisal e a Nova Ambiental, vão ter sob sua responsabilidade os municípios do Cazenga e Viana.

Segundo o decreto, nos principais bairros de Luanda, no centro da cidade ou arredores, como Maianga, Alvalade, São Paulo, Vila Alice, Maculusso, Miramar, Mutamba, Ingombota, Bairro Azul, Bairro Popular, Talatona, Urbanização Nova Vida, Bairro Benfica, Morro Bento ou Futungo, entre outras, será paga uma taxa mensal de 2.500 kz. Noutros bairros menos centrais e nos municípios do Cazenga, Belas, Viana e Cacuaco a taxa será de 1.500 kz, e nos municípios da Quiçama e Icolo e Bengo será cobrada a taxa de 500 kz. A taxa das empresas vai variar em função da sua dimensão, de 12.500 a 164 mil kz por mês. As microempresas pagarão 12.500 kz, as pequenas empresas, instituições e estabelecimentos públicos 18 mil kz, as médias 40.250 kz e as grandes 164 mil kz. Os condomínios pagarão 3.500 kz. O pagamento poderá ser mensal, trimestral, semestral ou anual. As receitas provenientes da cobrança do serviço de limpeza serão destinadas a suportar os en-·! Cargos com os serviços de limpeza. Comparticipação deve significar melhorias O ambientalista Valdemiro Russo defende que a implementação da taxa do serviço de limpeza deve significar "melhorias na prestação deste serviço". O responsável advoga, contudo, uma "boa gestão das receitas arrecadadas com a cobrança deste serviço".

"A comparticipação dos cidadãos vai ajudar na gestão, mas este fundo deve ser bem gerido para pagar a quem presta o serviço", destaca Valdemiro Russo. O ambientalista desencoraja práticas actuais com os serviços de fornecimento de água e energia, pelos quais os cidadãos pagam sem, contudo, muitas vezes poderem usufruir 24 horas por dia.

### 8.4 Lançado o projecto-piloto de agenciamento

*Jornal de Angola*

*09 De Julho de 2016*

*Texto: Edna Dala*

O ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, visitou ontem em Viana, Luanda, o projecto-piloto de serviços de agenciamento no centro de distribuição 4. O projecto resulta daquilo que o Executivo pretende Implementar em todo o país, no sentido de melhorar a arrecadação de receitas e o modelo de agenciamento, avançou o ministro João Borges, no fim da visita.

O ministro realçou que o novo modelo, lançado em Maio, vai permitir ao Executivo estender os serviços de cobrança às zonas periféricas de Luanda, que por sinal são a região em que a ENDE (Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade) encontra mais dificuldades em cobrar. O serviço, acrescentou, promove também a criação de novos postos de trabalho, como é o caso das pequenas empresas que vão garantir novos serviços, empregando mais funcionários.

"O novo modelo vai permitir, acima de tudo, que os esforços que estão a ser feitos no sentido de que esses grandes projectos estruturantes que o Executivo está a desenvolver, possam ser complementados em termos de aumento de receitas às empresas, garantindo deste modo melhor qualidade de serviço, principalmente nas zonas periféricas que apresentam maiores reclamações", disse.

João Baptista Borges referiu que só na área da Caop, em Viana, existem cerca de 178 mil clientes, tendo sido contratados 17 agentes.

Com isso, esclareceu, projecta-se uma replicação deste modelo e contratação, não só em toda a superfície de Luanda, mas também nas zonas peri-urbanas, onde a localização e o controlo dos clientes é sempre mais difícil e mais tarde estender-se o projecto às principais cidades do país. O ministro esclareceu ainda que os agentes vão ser as lojas da ENDE. A ideia, sublinhou, é que exista uma parceria para que a população possa encontrar todos os serviços disponíveis da ENDE nessas agências.

#### Serviços e pagamentos

João Baptista Borges referiu ainda que, paulatinamente, todos os serviços vão ser transferidos para os agentes, evitando-se deste modo que a população tenha de percorrer longas distâncias para os requerer ou efectuar pagamentos.

Sobre os serviços de pagamento através de terminais de pagamento automático, vulgo multicaixas, o ministro disse que os mesmos estão disponíveis, apenas, em algumas lojas, mas a meta é estendê-los a todas.

O ministério prevê a inserção do serviço pré-pago, que vai ser massificado em toda a cidade capital e um pouco por todo o país. "Pretendemos que esse serviço passe a funcionar da melhor forma, havendo assim vários canais, para aquisição de energia eléctrica, quer através dos multicaixas, quer por recargas através de várias lojas, como as dos agentes, ou ainda por recargas 'raspadinhas'", disse.

Os pontos de recarga vão vender recargas de energia pós-pago e vão ser fundamentais para o sucesso do novo modelo comercial. Sobre a visita efectuada à agência "Estrela Candente", no bairro da Caop, o ministro reconheceu que há algumas melhorias por se fazer na prestação de serviços. Aliás, sublinhou, melhorias é o que se pretende em toda a escala da cidade e do país, através de pequenas empresas que empregam um número significativo de trabalhadores.

A "Estrela Candente" conta com 29 trabalhadores, que têm agora a oportunidade de ter o seu primeiro emprego, prestam serviços de proximidade à população e são, ao mesmo tempo, parceiros privilegiados da ENDE.

## 8.5 Elisal despede mais de 400 trabalhadores

*Jornal Grandes Notícias*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: Renato da Fonseca*

A direcção da empresa não quis pronunciar-se sobre o referido despedimento. Mas vários funcionários já despedidos disseram ao Grandes Notícias que os despedimentos estão a ser feitos sem qualquer aviso prévio.

«A Elisal devia ser mais sensata; pelo menos que fôssemos notificados. Agora com esta crise, as coisas ficam mais complicadas», frisou Costa Manuel, um dos lesados, acrescentando que a empresa está a despedir, mas continua a empregar outros funcionários, geralmente familiares de alguns responsáveis.

A demissão foi uma surpresa para pais e mães que dependiam daquele emprego para sustentar as famílias. O motorista Gerson Dunda, disse que foi uma surpresa. «Ninguém foi avisado de nada e estamos a aguardar que a empresa se pronuncie, porque não estamos a entender absolutamente nada». Uma fonte afecta ao Sindicato dos trabalhadores da Elisal afirmou que a situação é «preocupante. Os casos de despedimentos anárquicos são frequentes e nem mesmo a legislação existente impede que muitos trabalhadores sejam despedidos, alegadamente sem justa causa. «Temos muitos casos destes, trabalhadores despedidos sem motivo aparente, sem sequer a empresa levantar um processo disciplinar, tal como manda a lei. Apesar da legislação, digo que em apenas 20 por cento dos casos vimos a justiça ser feita».

Falta de condições de trabalho O Grandes Notícias apurou ainda que alguns funcionários, entre homens e mulheres, estão seriamente doentes e há muitos casos de tuberculose, porque trabalham em más condições, sem as devidas protecções, não há consultas médicas nem tratamento e assim isso reflecte-se no trabalho nas ruas.

«Trabalhar com o lixo é muito perigoso e, só para ter noção, a maior parte de nós trabalha sem luvas nem máscaras, tudo porque não temos bons gestores», disse uma fonte que pediu anonimato.

Para o sociólogo Gomes André, os funcionários dispensados dos seus postos de trabalho buscarão outra forma de sobreviver, apontando a delinquência como uma das hipóteses. «Hoje os níveis de criminalidade são uma contra-resposta à falta de emprego. Muitos jovens que estão na rua a andar de motorizada praticando banditismo têm menos de 25 anos e algum dia já estiveram empregados», disse o sociólogo, acrescentando ser necessário criar oportunidades para esta categoria activa da sociedade que, para além de estar fora do espaço laboral, muitos deles não estudam e vivem em casa dos pais. Quanto aos funcionários despedidos, o nosso interlocutor encorajou a associação sindical a recorrer a outras entidades, nomeadamente à Procuradoria-Geral da República e à Provedoria da República, pois, apesar de referir que a indemnização não é uma garantia duradoura, pensa que é a única forma para se resolver esta questão.

Já o jurista Baldino Miranda é de opinião que o assunto enquadra-se no campo do Direito do Trabalho, que é definido como sendo um conjunto de princípios e normas jurídicas que regulam as relações jurídico-laborais, O assunto em concreto remete-nos ao capítulo da extinção da relação jurídico-laboral que vem plasmado no artigo 198 e seguintes da Lei Geral do Trabalho.

«O despedimento protagonizado pela Elisal é nulo, tendo em conta o artigo 48 da referida lei. Segundo esta norma, a aplicação de qualquer medida disciplinar, salvo a admoestação verbal e registada, é nula se não for procedido de audiência prévia do trabalhador», concluiu.

## 8.6 Lixo e capim "engolem' campo Olímpia África

*Jornal O PAÍS*

*18 De Julho de 2016*

*Texto: Mário Silva*

As obras do campo Olímpia África, paralisadas há mais de uma década, tornaram-se um escolho para os moradores do bairro Esperança, município de Viana, por se ter transformado em foco de doenças e local de eleição de marginais.

Desesperados, os vizinhos do projecto sob a égide do Comité Olímpico Angolano, temem que a situação possa vir a piorar nos próximos dias, caso não sejam tomadas as medidas necessárias.

A equipa de reportagem do jornal O PAÍS deslocou-se ao local com o objectivo de constatar o estado actual do campo.

À nossa chegada ao campo (o monstro adormecido), à medida que caminhávamos pelo recinto era visível o estado degradante da infra-estrutura. No meio de lixo e capim, crianças e adultos passavam pelo local. O projecto de três hectares, com equivalência para dois campos de futebol com dimensões internacionais, tem ainda como projecto a construção de um pavilhão para desportos de sala e uma pista de atletismo. O treinador e coordenador do Vianense FC, Capela Magalhães, disse à nossa reportagem que à direcção da sua equipa foi atribuída a utilização e manutenção do campo, mas o mesmo lamenta o seu estado actual.

O técnico revelou que a sua equipa tem realizado as sessões de treino no campo, sendo que o mau estado do recinto obriga à sua formação efectuar os seus jogos oficiais do Campeonato Provincial no velho campo do São Paulo.

Capela Guimarães disse-nos que está descontente com os dirigentes do COA porque há coisa de um ano estiveram no local vários responsáveis daquele órgão e que nessa altura lhe foi apresentada a nova maquete do projecto.

"Desde aquela data vimos apenas uma empresa de construção civil chinesa que construiu o seu estaleiro e depois fizeram alguns buracos, cujo porquê desconheço!", Enfatizou Capela Guimarães.

Por sua vez, a moradora Kieza Morais, de 19 anos, contou-nos que no passado algumas escolas usavam o campo para realizar as aulas de educação física, para dizer em seguida que nos últimos tempos o local tem sido muito perigoso, porque os marginais fazem dele um esconderijo e palco para efectuar as suas acções. "Muitos são os delinquentes que usam o recinto para fumar liamba e comercializar o mesmo produto. Aliás a partir das 18 horas é muito perigoso fazer a travessia de um lado para outro", contou a jovem.

Partilha da mesma opinião o senhor Oliveira, de 54 anos. Ele estava no local, debaixo duma árvore, supostamente a relaxar, ao lado do seu cão de estimação (cão).

Crise trava conclusão das obras Na senda desta reportagem, O PAÍS ouviu o secretário-geral do Comité Olímpico Angolano (COA), António Monteiro "Bambino", que nos revelou que as obras no campo estavam paradas.

"A empresa que tinha como encargo a construção ainda chegou a fazer as canalizações e a ligar a energia eléctrica no local, mas o actual momento financeiro que o país vive obrigou à paragem das obras", disse António Monteiro.

Ainda assim, o dirigente não avançou em quanto estão orçadas as obras efectuadas no 'monstro adormecido'.

O responsável revelou que não acredita que antes de terminar este ano as referidas obras voltem a arrancar.

## 8.6 Lucapa e arredores com água canalizada

*Jornal de Angola*  
01 De Julho de 2016

Os munícipes da vila do Lucapa e arredores, na província da Lunda Norte, dispõem de água potável a partir deste mês, disse ontem o governador da província, Ernesto Muangala, que confirmou a conclusão das obras de construção do sistema de captação e tratamento. Ernesto Muangala falava no termo da visita ao Lucapa, depois de ter estado no Tchitato e Cambulo. O sistema de captação e

tratamento de água do Lucapa tem capacidade para bombear 416 metros cúbicos de água por hora.

## 8.7 Guiné equatorial e Angola entre os países com pior acesso a água potável diz Unicef

*Jornal A República*  
01 De Julho 2016  
Texto: Lusa

A Guiné Equatorial e Angola são dois dos três países do mundo onde menos de metade da população tem acesso a fontes melhoradas de água potável, revela a Unicef.

Intitulado "Uma oportunidade justa para todas as crianças", o relatório anual do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado esta terça-feira, alerta para a urgência de investir nas crianças mais pobres do mundo, sob pena de deixar para trás milhões de crianças.

No capítulo dedicado à Saúde, o relatório apresenta as estatísticas de todos os países no que diz respeito ao acesso a fontes melhoradas de água potável e a instalações sanitárias melhoradas, bem como às taxas de vacinação ou ao acesso a redes mosquiteiras impregnadas com insecticida.

Segundo os dados disponíveis, apenas três países no mundo têm menos de metade da sua população abrangida pelo acesso a fontes melhoradas de água: Papua Nova Guiné (40%) Guiné Equatorial (48%) e Angola (49%).

A situação é pior nas zonas rurais, onde apenas 28% dos angolanos e 31% dos equato-guineenses têm acesso a sistemas como água canalizada, torneiras públicas ou fontanários, poços tubulares ou furos, poços ou nascentes protegidas.

Entre os restantes Estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil regista 98% da população abrangida (87% nas zonas rurais); Cabo Verde 92% (87% nas zonas rurais); Guiné-Bissau 79% (60% nas zonas rurais); Moçambique 51% (37% nas zonas rurais); Portugal 100% em todas as zonas; São Tomé e Príncipe 97% (94% nas zonas rurais) e Timor-Leste 72% (61% nas zonas rurais).



## 8.9 Taxa para captação de água será cobrada anualmente e terá valor “simbólico”

*Jornal Expansão*  
01 De Julho de 2016  
Texto: Telma Van-Dúnem

A taxa que irá ser aplicada às empresas que fazem captação de água bruta deverá ser cobrada anualmente e "será simbólica", revela a chefe do Departamento de Cadastro, Licenciamento, Fiscalização e Qualidade de Água e Ambiente do Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH).

Em entrevista ao Expansão, Maída Gomes explica que o valor da taxa vai depender do volume de água captada pelas empresas. A taxa está prevista num documento do INRH submetido aos ministérios da Energia e Águas, e das Finanças, mas "a previsão é [as empresas] começarem o pagamento ainda este ano", afirma a responsável.

No documento, são propostos valores a pagar pelas empresas, mas "o preço deve ser aprovado primeiro e só depois será divulgado", diz. "Vai ser um valor simbólico, porém não será fixo e não vai depender da dimensão da instituição, mas do volume de água captada", explica.

O pagamento será feito anualmente, mediante a apresentação de um documento modelo de empresas, que será aprovado pelo Ministério de Energia e Águas, adianta, destacando que o princípio do sistema é o "do utilizador pagador, o que quer dizer que quem utiliza água deve pagar".

"A água, como um bem escasso, deve ter um valor económico atribuído e deve mudar-se a consciência dos cidadãos, inculcando-lhes o uso racional deste recurso", afirma a responsável.

"Durante muito tempo, havia a ideia de que a água é um bem público que não se paga, mas essa política é passado", afirma Maída Gomes,

O INRH iniciou em Fevereiro do ano em curso a divulgação de um manual para levar ao conhecimento público diferentes modalidades de gestão e utilização de recursos hídricos em todo o território nacional.

Angola partilha cinco bacias hidráulicas com os seus países vizinhos para garantir uma melhor qualidade da água, quer bruta quer tratada, dentro e fora do território nacional.

## 8.10 Obras do sistema de água comprometidas

*Jornal de Angola*  
06 De Julho de 2016  
Texto: Victorino Matias

A conclusão das obras de reabilitação do sistema de produção e abastecimento de água da vila mineira do Nzaji, na Lunda Norte, está comprometida devido à progressão de uma ravina de dez metros de largura, sete de profundidade e cerca de um quilómetro de cumprimento, revelou o responsável da empresa BDM.

Wilson Pungo falava durante a visita do governador provincial, Ernesto Muangala, às obras de reabilitação e do aumento da capacidade de produção da captação de Satchicuco, destinadas a repor o abastecimento de água à população do Nzagi e arredores.

O responsável da construtora admitiu não haver forma de dar continuidade às obras, devido à progressão da ravina, o que cria dificuldades à montagem dos tubos que transportam a água para a subestação de distribuição do Nzagi.

As obras de reconstrução do sistema de produção e abastecimento de água de Sathicuco começaram em Maio do ano passado, com um orçamento avaliado em mais de dez milhões de dólares, financiados pela linha de crédito da China. A sua conclusão estava prevista para Junho deste ano.

A estação de Satchicuco foi construída sob duas nascentes de água, com duas condutas sobrepostas para o transporte de água por gravidade, alimentadas por três electrobombas, cada urna com capacidade para bombear 208 metros cúbicos de água por hora, que funcionam em ciclo alternado.

N este momento, 91 por cento da obra está concluída, restando apenas a montagem da tubagem de transporte de água com cerca de 17 quilómetros, que está a ser dificultada pela progressão da ravina. O director provincial das obras públicas, Noé Chipongue, garantiu que estão a ser feitos esforços no sentido de controlar a ravina e assegurar a continuidade da obra.

Uma empresa de construção civil deve começar a trabalhar nos próximos dias, por ser o melhor período, e espera-se a conclusão da obra no próximo mês de Agosto.

O governador provincial, Ernesto Muangala, deslocou-se também ao município do Lucapa para

ver de perto o andamento das obras de construção do sistema de captação

De Cambimbi e a respectiva estação de tratamento de água. O governador provincial, Ernesto Muangala, recebeu explicações do responsável da empresa chinesa SINO MACH, construtora do sistema de captação e tratamento de água do Lucapa, que garantiu que tudo corre dentro da normalidade e que as obras ficam concluídas no próximo mês de Agosto.

As vilas do Lucapa e Nzagi estão privadas de abastecimento regular de água potável há mais de 20 anos e as populações aguardam com grandes expectativas a conclusão desses grandes projectos.

### **8.11 Novas ligações domiciliárias abrangem áreas periféricas**

*Jornal De Angola*

*09 De Julho de 2016*

*Texto: António Capitão*

Mais de 9.400 ligações domiciliárias, para a distribuição de água potável à cidade do Uíge e seus bairros periféricos, vão ser efectuadas em breve, com a abertura oficial, no bairro Cemitério, do projecto de substituição da antiga malha de repartição, que se encontrava obsoleta.

Aberto pelo governador provincial, Paulo Pombolo, o projecto consubstancia-se na colocação de 120 quilómetros de tubagem, para permitir as referidas ligações domiciliárias, numa altura em que o bairro Cemitério já beneficia de 64 ligações das 67 previstas.

Além das referidas torneiras, o bairro beneficiou, igualmente, de 652 torneiras de jardim, projecto que se espalha em simultâneo para as localidades de Dunga e de Mbemba Ngangu.

Nestes últimos bairros, as redes de distribuição foram inauguradas pelo vice-governador para os sectores Técnico, Afonso Luviluko e Económico, Carlos Samba.

Em Dunga, foram colocadas 360 torneiras de jardim, das 525 previstas, enquanto famílias de 213 moradia das 283 estimadas, já beneficiam deste produto. Em Mbemba Ngangu, estão já abertas 266 torneiras, das 383 projectadas, sendo que 503 famílias recebem água canalizada em casa.

Em relação ao Laboratório Regional de Controlo de Qualidade da Água do Uíge, com obras financiadas pela União Europeia e já inaugurado pelo governador

Paulo Pombolo, o mesmo tem salas de preparação de material, de testes de física e química, área de microbiologia, gabinetes e áreas complementares. O director provincial da Energia e Águas, Mendes Domingos, esclareceu que, durante 30 dias, a água vai ser fornecida de forma gratuita, período em que a população deve celebrar os contratos com a Empresa de Saneamento do Uíge.

### **8.12 Cidade do Sequele fica privada de água**

*Jornal de Angola*

*13 De Julho de 2016*

O porta-voz da Empresa de Águas de Luanda (EPAL), Domingos Paciência, anunciou ontem interrupções no fornecimento de água na centralidade do Sequele, Pólo Industrial de Viana, Brigada Especial de Trânsito, Depósito de Medicamentos e outras zonas da capital devido a uma rotura causada pela perfuração da conduta, de 600 milímetros. Domingos Paciência fez saber que a empresa de drenagem responsável pela montagem de pedonais na via expresso danificou ontem a conduta de água de 600 milímetros, restringindo o abastecimento de água à Centralidade do Sequele e áreas adjacentes. O porta-voz da EPAL disse que os técnicos da empresa estão no terreno para repor o abastecimento de água nas próximas horas. Segundo Domingos Paciência, a EPAL apela às empresas de construção, de recolha de lixo e de lançamento da fibra óptica e de cabos eléctricos no sentido de contactá-la antes de qualquer intervenção para que lhes sejam fornecidas as cartas técnicas, de modo a evitar danos nas condutas e constrangimentos no fornecimento de água às populações.

### **8.13 Uma mescla de certeza e insegurança acompanha quem vive de cisternas**

*Jornal Economia e Finanças*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: Yola do Carmo*

A venda de água em camiões-cisterna está a ganhar cada vez mais espaço na cidade de Luanda, apesar do andamento do programa de abastecimento à

população da periferia implementado há já algum tempo pelo Executivo.

O facto é que o negócio começa a prosperar principalmente naquelas zonas ou bairros onde ainda não foram contemplados pelo programa "água para todos", ou naqueles em que o sistema de distribuição se encontra paralisado.

Naqueles bairros, a população é obrigada a pagar um preço exagerado por cada litro de água, sem falar das condições higiénicas em que o precioso líquido se consome em função do mau estado técnico das próprias cisternas que levam a água até as residências.

Numa ronda efectuada pela reportagem do JE em vários postos de abastecimentos das cisternas, constatou-se que os preços que são cobrados no enchimento das cisternas são de longe inferiores aos da venda.

Segundo apurou-se, nos locais de abastecimento, mais precisamente dos centros de captação de água ou girafas do Kikuxi, Calumbo, Kifangondo e Mufulama, os preços para abastecer uma cisterna variam de acordo com a sua capacidade.

Por exemplo, para abastecer uma cisterna de 8 mil litros, nas girafas do Kikuxi e Camama, são cobrados 1.875 a 2.000 kwanzas, respectivamente. Ao passo que para abastecer um camião de 30 mil litros na girafa são cobrados 5.514 mil kwanzas.

Já no processo de revenda, os camionistas cobram 1.000 kwanzas por cada mil litros de água, podendo elevar-se mais ainda dependendo da localização geográfica.

Mauro Hernâni de 43 anos é camionista há mais de 23 anos. Desabafou que ser camionista não é tão fácil como parece, pois existem muitas dificuldades no exercício dessa profissão.

Para ele, é cansativo às vezes levantar-se todos os dias às quatro horas da manhã para ocupar um lugar na fila da girafa.

#### Denúncia

A água que é distribuída pelas cisternas nem sempre é própria para o consumo. Quando assim acontece, de acordo com o camionista Chico Dungas de 51 anos, é de todo necessário comunicar-se ao interessado. De contrário é agir de má fé. Chico Dungas, geralmente, abastece na girafa do bairro Mufulama, localizado nas imediações do Lar do Patriota.

Serve aos consumidores do Benfica, Mundial, Talatona, Ramiros e Morro Bento. Confessa nunca

ter recebido qualquer reclamação sobre a qualidade da água que comercializa.

Carla Gertrudes é detentora de um tanque em sua casa e assegura que, normalmente, trata da água que consome por razões de segurança familiar.

#### Tratamento

Dados levantados apontam que não existem em Luanda um número considerável de áreas para abastecimento das cisternas, a fim de se dar resposta à procura. Muitos dos proprietários dos camiões recorrem como alternativa a centrais próximas de rios, como são os casos de Kifangondo, em Cacuaco, tutelada pela associação Angomenha, e em Kikuxi, Viana, onde encontram soluções para uma melhor oferta.

#### Posição da EPAL

O porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, assegura que toda a água proveniente dos sistemas da empresa passa por um processo de análise físico-química e hidro-biológica a nível dos laboratórios. Por isso, toda as Estações de Tratamento de Água (ETAL pertencentes à EPAL têm sido testadas pelos serviços de análise de qualidade antes da água chegar ao consumidor.

"Toda água proveniente das nossas girafas têm uma qualidade de segurança. A EPAL tem estado a trabalhar com a polícia económica no sentido de garantir maior controlo dos grimeiros", disse.

Domingos Paciência afirmou ser da responsabilidade da EPAL alertar aos consumidores sobre os possíveis riscos que correm ao consumir a água não testada. Por isso, advoga + ser necessário que se aposte nos fornecedores fiáveis de forma a evitarem-se determinadas situações desagradáveis.

## 8.14 Programa Água para todos chega ao município da Chibia

*Jornal de Angola*

*17 De Julho de 2016*

Um total de seis mil pessoas do município da Chibia vai a partir deste ano consumir água potável, com a construção de quatro sistemas de captação, no âmbito do programa do Executivo "Água para todos", informou ontem o administrador municipal.

Januário Lombe. Em declarações à Angop disse que os pontos de água estão a ser construídos nos

sectores de Capandi, Caculvale, Motemba e Tchituto, nos arredores da vila sede municipal, onde se prevê que cada um venha a beneficiar de pelo menos 1500 munícipes. O administrador municipal frisou que para a materialização do projecto, foram disponibilizados pelo Governo mais de 41 milhões de kwanzas.

Dois pontos de água (Capandi e Caculvale) devem estar concluídos este mês e os restantes (Motemba e Tchituto), em Agosto.

Januário Lombe recordou que o projecto destina-se a aumentar a oferta do produto às populações locais na perspectiva de se acabar com as doenças provocadas pelo consumo de água imprópria, com destaque para a cólera e outras doenças diarreicas, disse Januário Lombe. Em 2015, no âmbito do mesmo programa, foram construídos na localidade o mesmo número de sistemas artesianos.

## 8.15 Água e luz com tarifas justas e adequadas

*Jornal de Angola*

*21 De Julho de 2016*

*Texto: Ana Paulo*

O presidente do conselho de administração do Instituto Regulador dos serviços de Electricidade e de Águas (IRSEA) defendeu ontem em Luanda a aplicação de tarifas mais justas e adequadas no serviço prestado ao consumidor.

Luís Mourão da Silva, que falava na abertura da reunião alargada sobre a regulação dos serviços de águas, que tem como objectivo principal tornar o abastecimento de água à população mais abrangente e eficiente, reconheceu ser ainda débil o fornecimento do produto ao consumidor.

"A quantidade de água que é produzida não satisfaz toda a população, mas no mínimo aquilo que é produzido e distribuído deve chegar à população com qualidade e tarifas adequadas", disse Luís Mourão da Silva, sublinhando que as tarifas cobradas actualmente ainda não justificam o serviço oferecido.

"São tarifas baixas e contam com uma grande subvenção do Estado.

Gostaríamos de ver uma redução na subvenção do Estado e vamos lutar para que isso aconteça", disse.

Apesar de a reunião não ter abordado o aumento das tarifas, Mourão da Silva frisou que em alguns casos não haverá aumento da tarifa e noutros uma redução. Esta dedução da tarifa vai beneficiar principalmente

aquela população muito mais carenciada e que merece a protecção do Estado.

A nível nacional, cerca de 42 por cento da população não tem acesso a água canalizada devido há deficiências na rede de abastecimento. Por isso, sublinhou que o grande desafio é investir cada vez mais no sector para a melhoria do fornecimento. "O Estado já se propôs a investir, por isso há um Plano Estratégico do Estado para investimentos na expansão e reabilitação dos sistemas, que conta também com um apoio do Banco Mundial, através do Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas.

Esperamos que num horizonte de cinco anos as coisas possam melhorar", disse.

O Estatuto do IRSEA define três regulamentos específicos de protecção dos consumidores, nomeadamente, os Regulamentos da Qualidade de Serviço que define as regras e critérios que os operadores têm que defender na relação com o cliente, de Tarifário que define como as tarifas devem ser elaboradas, da Informação Reguladora que define os indicadores que o regulador e os consumidores têm para controlar e saberem até que ponto estão ou não a ser prejudicados.

Luís Mourão da Silva garantiu mais trabalho no sentido de criar regulamentos e normas que defendam os interesses das operadoras e dos consumidores.

"O grande mal é que as pessoas não sabem aonde recorrer para saber dos seus direitos. Este conjunto de instrumentos que temos de criar rapidamente vai permitir à população medir e avaliar quando é que está a ser prejudicada e como deve reclamar", esclareceu.

Outro problema está relacionado com as operadoras terem recursos financeiros próprios para fazerem investimentos para a melhoria das redes. "Isto tudo tem que ser resolvido. A intervenção do Estado em termos de subsídios é muito grande, por isso defendemos que a população pode pagar um pouco mais e ao fazer isso vai permitir garantir ao operador alguns recursos financeiros para que depois possa investir nos sistemas e rede para melhorar os seus serviços. Aí o cliente, reconhecendo que está a pagar um pouco mais, vai poder exigir mais qualidade", disse.

A questão das cobranças por estimativa é um problema que vai levar algum tempo a ser resolvido devido ao elevado custo dos sistemas de contagem. Luís Mourão da Silva frisou que o objectivo é que

todo o cidadão tenha um sistema de contagem em sua casa, mas que isso só é possível dentro de cinco ou dez anos, quando se acabar com o sistema por estimativa.

"O sistema por estimativa é uma faca de dois gumes porque prejudica o cliente final e também o operador, que quando vê que não tem dinheiro eleva o valor da estimativa e prejudica o cliente e o cliente reclama e diz que está a pagar muito alto e obriga o operador a baixar o preço", explicou.

Bons indicadores no Lobito Cerca de 90 por cento da população urbana das cidades do Lobito e Catumbela têm acesso a água potável 24/24 horas. O presidente do conselho de administração da Empresa de Águas e Saneamento do Lobito, Henriques António Calengue, avançou que em termos globais mais de 800 mil pessoas beneficiam de água. A empresa, que também fornece água aos municípios do Balombo e Bocoio, tem uma capacidade instalada de cerca de 80 mil metros cúbicos de água para as cidades do Lobito e Catumbela.

## 8.16 DTS assina contrato de USD 17 milhões para reforçar subsector de água em Luanda

*Jornal O PAIS*

*21 De Julho de 2016*

*Texto: Brenda Sambo*

O grupo Português SDTS, contratado pelo Ministério da Energia e Águas, vai ampliar a capacidade do sistema de reserva de água do Centro de Distribuição localizado no Bairro Golfe, município de Belas, no distrito urbano do Kilamba Kiaxi. Entretanto, a obra custará mais de USD 17 milhões.

De acordo com a informação a que OPAÍS teve acesso (através de um despacho), a infra-estrutura está inserida no Plano de Acção 2016/2017, de projectos prioritários de abastecimento de água e "ao abrigo dos acordos de financiamento entre Angola e Portugal".

O referido documento realça também a "urgente necessidade de garantir a abrangência contínua das condições de acesso ao fornecimento de água potável à população da província de Luanda", que, segundo dados do último censo, conta com cerca de 7 milhões de habitantes.

Avanços do sector Até 2025 o país prevê investir cerca de USD 29 milhões no sector da Energia e Águas.

Dados finais do recenseamento da população angolana, realizado em 2014, referem que metade dos cerca de 5,5 milhões de agregados familiares angolanos, não têm acesso a água "apropriada" para beber.

O levantamento entende por água "apropriada para beber" a proveniente de fontes como torneiras ligadas à rede pública, chafarizes públicos, furos com bomba ou nascentes protegidas, incluindo-se neste grupo 43,6% dos agregados familiares.

A água da rede pública com torneira em casa apenas serve 17% dos 5 milhões de agregados familiares (num total de população superior a 25,7 milhões de habitantes).

## 8.17 IRSEA denúncia incompatibilidade

*Jornal O PAIS*

*21 De Julho de 2016*

*Texto: Domingos Bento*

O responsável, que teceu essas considerações à margem do primeiro Encontro Alargado sobre a Regulação dos Serviços de Água, que decorreu ontem em Luanda, fez saber que a qualidade e o abastecimento da água fornecida pelas empresas do sector ainda é bastante débil, pelo que as tarifas cobradas não se coadunam com os serviços prestados às populações.

De acordo com Luís Mourão, há uma demanda reprimida no sector e os níveis de qualidade e quantidades da água produzida estão muito longe da satisfação que se pretende.

Todavia, para evitar que os clientes saiam sempre prejudicados, o responsável garantiu que o IRSEA está a trabalhar na criação de regulamentos e normas que visem defender cada vez mais os consumidores por via do pagamento de tarifas que se adequam aos serviços prestados.

Das normas, constam a criação do regulamento da qualidade do líquido fornecido, que vai definir regras e critérios que os operadores têm que defender na relação com o cliente, bem como a criação do regulamento de tarifário que vai definir os critérios de como as tarifas devem ser elaboradas. Fazem ainda parte das normas um regulamento de informação que vai orientar os indicadores que as empresas e o consumidor têm de controlar para se aferir até que ponto as partes está a ser prejudicadas.

"Este conjunto de instrumentos que nós temos de criar, rapidamente, vai permitir e entregar à população o instrumento de medição e avaliação daquilo em que está a ser prejudicada e como é que pode reclamar. O problema é que as pessoas não sabem aonde recorrer quando se sentem lesadas. E nós, o IRSEA, estamos aqui para mediar tudo isso", afirmou.

O que toca à cobrança por estimativa' Luís Mourão deu a conhecer que não é o método ideal. Apesar. Dos constrangimentos que tem causado na vida dos consumidores, referiu que é uma questão que vai levar ainda algum tempo para ser resolvida.

"O objectivo é que todo o cidadão tenha o sistema de contagem para evitar especulações. O sistema de contagem não é barato, por isso é que não será resolvido em um ou dois anos. Precisamos de um espaço de cinco a dez anos para que todos tenham o sistema de contagem e assim acabar com o sistema de estimativa que é uma faca de dois gumes, porque prejudica o operador e o consumidor".

Também o engajamento do Governo em reabilitar os sistemas paralisados e construir novos sistemas, quer de capacitação, quer ao nível de redes públicas e de redes domiciliárias, esperamos que daqui a mais cinco anos as coisas se alterem", frisou.

Com os projectos em curso, Luís Mourão disse que o propósito é de tornar o abastecimento de água mais acessível às populações, distribuído de forma mais eficiente e fazer com que as tarifas aplicadas por cada uma das empresas sejam justas e adequadas aos serviços que são prestados.

Por seu lado, o ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, disse que os sistemas de abastecimento funcionam, em geral, de forma precária e com tarifas baixas, dependentes do Orçamento Geral do Estado.

Esta situação, segundo o ministro, tem criado grandes dificuldades na operação e manutenção de todo o sistema. Para João Baptista Borges, é preciso a conjugação de forças para a mudança do quadro actual, porque o abastecimento de água a toda a população é factor determinante para a garantia da qualidade de vida aos angolanos, cujos benefícios se reflectem na redução da pobreza e na conquista de níveis adequados de saúde pública.

"Neste sentido, o plano de acção do sector de Energia e Águas 2013- 2017 definiu como objectivos específicos a monitorização da qualidade da água, assegurando a sua adequação para o consumo humano", finalizou.

## 8.18 Escolas e sistema de água em construção em Cacongo

*Jornal de Angola*

*27 De Julho de 2016*

*Texto: André Guto*

A construção de escolas, postos de saúde e de sistemas de captação e distribuição de água à população do município de Cacongo continua a ser a grande aposta das autoridades governamentais de Cabinda, reiterou ontem a governadora local.

Aldina da Lomba salientou que a prioridade para os referidos sectores tem a ver com o facto de os mesmos serem os que mais impacto criam a nível das populações, não só do município de Cacongo, mas de toda a província.

Apesar da actual crise financeira reinante no país, a governadora provincial de Cabinda referiu que as autoridades vão dar continuidade aos projectos inseridos no Programa de Combate à Pobreza.

Em função dos poucos recursos financeiros, Aldina da Lomba pediu à Administração Municipal de Cacongo maior rigor na gestão do dinheiro alocado, para que se possa atingir os objectivos preconizados quer pelo Executivo, quer pelo governo local nas acções que têm a ver com a melhoria do bem-estar das populações.

Durante a estadia de três dias, em Cacongo, a governadora visitou as obras do hospital municipal, dá estação de captação e tratamento de água de Lelengi e as de reabilitação da estrada entre Lico e Tumbo, numa extensão de 35 quilómetros.

Aldina da Lomba visitou ainda outros empreendimentos em curso no município de Cacongo, no âmbito de uma jornada de trabalho para radiografar a realidade socioeconómica da região, que dista 45 quilómetros a Norte da província de Cabinda.

Em Cacongo, Aldina da Lomba reuniu com os membros do Conselho Municipal, da Administração e de Auscultação e Concertação Social, para informar sobre o actual quadro financeiro do país, assim como ouvir os problemas que mais inquietam os habitantes.

Nas vestes de primeira secretária provincial do partido MPLA, Aldina da Lomba realizou também uma jornada política, com destaque para o acto de massas, campanha porta-a-porta de angariamento de militantes e a doação de medicamentos e material gastável ao hospital municipal.

## 8.19 Continente traça estratégias para a distribuição da água

*Jornal de Angola*

*28 De Julho de 2016*

*Texto: Rodrigues Cambala*

A Associação Africana de Águas (AFWA), reunida em Luanda no seu 74º Encontro do Conselho Técnico e Científico, analisou ontem a situação organizacional das empresas, funcionamento e gestão de património, para traçar estratégias que garantem maior dinâmica na distribuição da água às populações.

O porta-voz do encontro, Domingos Januário, disse que a organização voltou a discutir a produção, distribuição, tratamento, saneamento básico e facturação da água por se tratar de aspectos importantes para o continente reduzir a escassez de água.

Durante a reunião, foram apresentadas mulheres angolanas que a partir de agora vão fazer parte do grupo feminino da organização. Por outro lado, os grupos de trabalho estão a produzir documentos finais para serem submetidos ao Conselho Técnico, que tem a missão de aprovar todas as recomendações para os países membros.

Feira da água

Uma feira da água está a ser realizada no átrio do novo edifício da EPAL, no Talatona. A empresa chinesa de água Guangxi Hydroelectric Construction Bureau Angola. (GHCB) participa na feira, apresentando cartazes de equipamentos utilizados na produção e distribuição de água. A GHCB está há 11 anos em Angola e já participou na execução de 180 projectos a nível nacional.

Yolanda Zhang, assistente comercial da empresa, explicou que no sector das águas a GHCB substituiu 300 quilómetros de redes de distribuição e ligações domiciliárias em Luanda e melhorou o saneamento da Rua Senado da Câmara, Lagoa de São Pedro e do Rio Seco. A GHCB reabilitou a barragem

Hidroeléctrica das Mabubas e construiu a linha de transporte de energia em Benguela.

A EPAL apresenta-se na feira com uma gama de serviços e equipamentos como detectores de metal usados em casos de ruptura. Segundo Eivaldo Portela, técnico de fuga, "os participantes no 74º Encontro da Associação Africana da Água estão a visitar o nosso espaço para se inteirarem do funcionamento da empresa" e "procuram passar a experiência dos seus países".

Na sexta-feira, último dia da reunião, o Conselho Técnico Científico vai realizar uma visita técnica e turística aos projectos em execução, alguns em fase de construção, em Luanda. Entre outras áreas, os participantes vão visitar o novo aeroporto, as centralidades do Sequele e Kilamba, o edifício do Parlamento e a estação de tratamento de água de Quifangondo.

## 8.20 Torneiras da EPAL em Cacuco jorram água turva

*Jornal Liberdade*

*29 De Julho de 2016*

*Texto: Kalunga Dos Santos*

Segundo o morador Augusto Sebastião, do bairro dos pescadores, "a água que sai das torneiras é suja e estamos a beber mesmo assim porque não há mais alternativas, e as pessoas estão a apanhar dores de barriga "diarreias" por causa das águas que estão a consumir aqui em Cacuco" disse.

Sebastião acrescentou ainda que o bairro dos pescadores, a Nova Urbanização e muitos outros têm tido muitas falhas no que diz respeito ao abastecimento de água potável, e depois as facturas são pesadas para os moradores.

O munícipe salientou ainda que a pois a chuva que inundou o bairro dos pescadores no mês de Abril, a administração mandou tractores para abrirem as valas e em consequência destruiu as tubagens que os chineses colocaram para o abastecimento do precioso líquido.

Até agora que vos falo a administração não veio colocar ou reparar os danos causados pelas máquinas que vinham abrir as valas de drenagem para evacuar as águas que haviam inundado o bairro, disse. "Todos os bairros, comunas e aldeias do município de Cacuco que se beneficiam da EPAL, estão mesmo a consumir a água turva, e não se sabe o que

se passa porque ninguém diz nada aos munícipes" afirmou Pedro dos Santos.

Já na com una do Kikolo, bairro Combustível Domingas Afonso que levava uma banheira à cabeça procurando água disse que estão á mais de dois meses a consumirmos água suja da "EPAL: e a maioria das crianças do bairro estão com diarreia", concluiu visivelmente triste.

Domingas salientou ainda que muita gente está a preferir comprar água mineral para não consumirem o que a EPAL, dá aos munícipes do Cacuaco, porque até a mesma tem mau cheiro.

Os que não podem comprar água mineral como eu disse, sujeitam-se aos tanques dos vizinhos que também não oferecem segurança porque não é potável. afirmou Domingas Afonso.

O Jornal LIBERDADE deslocou-se até ao Hospital Municipal de Cacuaco, para constatar em loco as patologias mais frequentes na referida instituição sanitária nos últimos três meses, fomos impedidos por de ordens superiores. "Estamos com os nossos filhos doentes, as crianças estão com dores de barriga e a fazer muita diarreia não sabemos o que está a se passar aqui em Cacuaco com a Empresa Pública de Águas de Luanda, porque a água que sai nas torneiras é suja, disse acrescentando que acreditamos que é a causadora destas doenças": Acusou Armando Zau morador da comuna da Funda.

Por outro lado, um dos enfermeiros que quebrou o silêncio e pediu o anonimato, disse que "o hospital municipal de Cacuaco tem recebido vários casos de crianças e adultos com problemas de dores de barriga, diarreias, paludismo e atropelamentos no calar da noite.

Apesar de não ser ainda considerado como surto de cólera, mas as entidades do município devem intervir para não chegarmos a este ponto, afirmou a fonte.

O JL, contactou nesta quinta-feira a Direcção Municipal de Energia e água (EPAL), em Cacuaco mas sem sucesso.

## 8.21 Abastecimento de água potável melhora em breve

*Jornal de Angola*

*30 De Julho de 2016*

*Texto: Ana Paulo e Carla Bumba*

A produção e o abastecimento de água à província de Luanda vão ser duplicados quando entrarem em

funcionamento os sistemas 4 e 5 da Empresa Pública de Águas de Luanda, projectos avaliados em mais de 200 milhões de dólares.

A informação foi divulgada ontem pela directora de Projectos da EPAL, Alel Pinto Leite, que, em declarações ao Jornal de Angola, anunciou, para os próximos dias, a inauguração, no Talatona, de um novo edifício administrativo, ao lado do qual estão dois reservatórios, com capacidade para 13 mil metros cúbicos de água, que já abastecem aquela nova urbanização e bairros adjacentes.

Alel Pinto Leite, que falava à margem do 74º encontro do Conselho Técnico e Científico da Associação Africana de Águas (AFWA), disse que, com o novo edifício, orçado em sete milhões de dólares, a EP AL pretende melhorar os seus serviços administrativos em função do crescimento registado nos últimos anos.

Actualmente, disse a responsável, a EP AL dispõe de 14 estações de tratamento de água e de uma capacidade nominal de 687 mil metros cúbicos/dia. Em 2014, a empresa pública produzia por segundo metros cúbicos de água, devendo essa produção aumentar para 23 metros cúbicos até ao ano 2020.

"Esta subida significativa vai ser registada com a entrada em funcionamento dos maiores projectos da EPAL", garantiu Alel Pinto Leite.

## 8.22 Executivo aumenta abastecimento de água

*Jornal De Angola*

*30 De Julho de 2016*

*Texto: Rodrigues Cambala*

O Governo de Angola está fortemente comprometido com o aumento dos níveis de abastecimento de água potável às populações, garantiu ontem em Luanda secretário de Estado das Águas, Luís Filipe de Silva.

Ao discursar no encerramento da 74ª reunião do Conselho Técnico e Científico da Associação Africana das Águas, que decorreu durante cinco dias em Luanda, o secretário de Estado das Águas referiu que "os programas de Angola são traçados de acordo com os objectivos do desenvolvimento sustentável".

A reunião de Luanda permitiu apreciar aspectos técnicos e operacionais, comerciais, ambientais e de gestão dos sistemas de produção e distribuição de água.



No seu entender, a reunião do Conselho Técnico e Científico da Associação Africana das Águas produziu resultados que vão contribuir para o aumento da eficiência das empresas de água e saneamento, visando a melhoria no acesso à água potável de qualidade e em quantidade às populações.

A reunião analisou e apreciou os relatórios das acções empreendidas pela organização relativas à coordenação de programas e projectos.

O encontro, realizado sob o lema "A alteração Climática e Acesso Sustentável à Água Potável e Serviços de Saneamento em África" contou com a participação de especialistas vindos de vários países do continente africano, da Europa, Estados Unidos e Ásia.

O secretário de Estado das Águas acrescentou que as reuniões do comité técnico e científico, do núcleo. Da juventude e da rede de mulheres permitiram dar uma visão abrangente, perspectivar novas soluções e execução das acções em curso, para melhorar o serviço de abastecimento de água e consequente garantia da sua sustentabilidade económica, através do aperfeiçoamento dos mecanismos de facturação.

"Acreditamos que a Associação Africana das Águas irá desempenhar um papel fundamental para apoiar as nossas empresas e os nossos governos na melhoria contínua do abastecimento de água potável em Angola e em África de um modo geral", disse Luís Filipe da Silva. O secretário de Estado das Águas reiterou que o Governo de Angola está

Disponível para colaborar com as suas empresas do sector na Associação Africana das Águas. Durante quatro dias, os participantes debateram temas sobre as mudanças climáticas e acesso sustentável à água potável, saneamento, política da água em Angola e investimentos à indústria d água. A próxima reunião da organização vai decorrer em Fevereiro de 20 18, no Mali.

O presidente do Conselho Técnico e Científico, Oliver Gosso, disse que os trabalhos efectuados pelos comités especializados resultaram na partilha de conhecimentos entre as empresas africanas do sector e a aposta na formação de jovens, bem como o reforço da rede de mulheres da organização que registou a entrada de angolanas.

Na abordagem que o Conselho Técnico e Científico fez sobre a situação de Angola concluiu que ainda faltam esforços para aumentar a sua capacidade de fornecimento de água aos cidadãos.

Em relação ao saneamento, Oliver Gosso sublinhou que a Fundação Bill Gates e a China abriram uma

linha de financiamento para os países africanos poderem construir casas de banho públicas.

Os membros do Conselho Técnico Científico realizaram ontem uma visita técnica e turística aos projectos construídos e alguns em fase de construção em Luanda. Entre outras áreas da capital, visitaram o novo aeroporto, as centralidades do Sequele e Kilamba, o edifício do Parlamento, as estações de tratamento de água de Kifangondo, Colombo e do Zango.

## 9 GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Imagem da mulher na publicidade gera controvérsia

*Jornal O PAÍS*

*01 De Julho de 2016*

*Texto: Hermenegildo Tchípilica*

Os deputados da 6ª Comissão da Assembleia Nacional (AN), que trata de matérias sobre Educação, Cultura, Assuntos Religiosos e Comunicação Social, reuniram-se ontem, em Luanda, com membros da Associação Angolana das Empresas de Publicidade e Marketing (AAEPM), com quem trocaram informações e ideias sobre a actividade publicitária do país. O presidente da 6ª Comissão, Francisco de Castro Maria, disse que afloraram, com a Associação de Publicidade e Marketing, a lei de publicidade aprovada pelo Conselho de Ministros e que deverá entrar proximamente na Assembleia Nacional, e que o encontro serviu para os deputados saberem um pouco mais da actividade desta associação. "Trocamos informações sobre o mundo publicitário, quer nos aspectos positivos, como os negativos, e algumas destas questões têm sido colocados por vários cidadãos, em função da matéria publicitária que circula pelo país, principalmente os outdoors".

Disse que as matérias levantadas têm a ver com a publicidade de bebidas alcoólicas e a promoção do corpo mulher que, "de uma forma ou de outra, segundo o que nos têm dado a constatar, tem contribuído negativamente para aquilo que é o resgate dos valores morais e cívicos". Ressaltou que as explicações que receberam "prendem-se com o facto de que as agências ligadas ao mundo publicitário o fazem como forma de promoverem os seus produtos, aquilo que eles colocam no mercado, de maneira que as pessoas possam aderir ao mesmo e possam adquiri-los".

#### Má publicidade

A deputada do MPLA Guilhermina Alkim disse que no domínio da publicidade há muito por se fazer, indicando que "há muita coisa que está mal". Ela disse que o que mais a entristece neste domínio é "a publicidade com o uso do corpo da mulher e a promoção do consumo excessivo de bebidas alcoólicas".

A deputada da UNITA Miraldina Jamba quis saber até que ponto a associação intervém nos outdoors

que ficam expostos por muito tempo na rua, sem que depois sejam retirados.

"A beleza é que vende"

Em resposta, o presidente da Associação das Empresas de Publicidade e Marketing, José Guerreiro, disse que a não regulamentação da Lei 9/02 permitiu que houvesse problemas no nosso mercado e na publicidade do Estado, com a intervenção de operadores estrangeiros, permitindo a "pirataria" no mercado. Referiu ainda que nos mercados já organizados o Estado estabelece regras gerais e depois o próprio mercado se autor regula, indicando que nem sempre os players do mercado encontraram uma forma de dirimir os conflitos. No que se refere à publicitação de bebidas alcoólicas, a fonte disse que o nosso país é o que mais importa e que é uma actividade legal das cervejeiras que empregam muita gente. "Não podemos proibir. O que temos que fazer é actuar em horários nobres para passar esta publicidade.

Sobre a utilização do corpo da mulher na publicidade, José Guerreiro disse que o país está no capitalismo e a beleza é que vende. Os deputados da 6ª Comissão da Assembleia Nacional (AN), que trata de matérias sobre Educação, Cultura, Assuntos Religiosos e Comunicação Social, reuniram-se ontem, em Luanda, com membros da Associação Angolana das Empresas de Publicidade e Marketing (AAEPM), com quem trocaram informações e ideias sobre a actividade publicitária do país.

O presidente da 6ª Comissão, Francisco de Castro Maria, disse que afloraram, com a Associação de Publicidade e Marketing, a lei de publicidade aprovada pelo Conselho de Ministros e que deverá entrar proximamente na Assembleia Nacional, e que o encontro serviu para os deputados saberem um pouco mais da actividade desta associação. "Trocamos informações sobre o mundo publicitário, quer nos aspectos positivos, como os negativos, e algumas destas questões têm sido colocados por vários cidadãos, em função da matéria publicitária que circula pelo país, principalmente os outdoors".

Disse que as matérias levantadas têm a ver com a publicidade de bebidas alcoólicas e a promoção do corpo mulher que, "de uma forma ou de outra, segundo o que nos têm dado a constatar, tem contribuído negativamente para aquilo que é o resgate dos valores morais e cívicos". Ressaltou que as explicações que receberam "prendem-se com o facto de que as agências ligadas ao mundo publicitário o fazem como forma de promoverem os seus produtos, aquilo que eles colocam no mercado,

de maneira que as pessoas possam aderir ao mesmo e possam adquiri-los".

### Má publicidade

A deputada do MPLA Guilhermina Alkim disse que no domínio da publicidade há muito por se fazer, indicando que "há muita coisa que está mal". Ela disse que o que mais a entristece neste domínio é "a publicidade com o uso do corpo da mulher e a promoção do consumo excessivo de bebidas alcoólicas".

A deputada da UNITA Miraldina Jamba quis saber até que ponto a associação intervém nos outdoors que ficam expostos por muito tempo na rua, sem que depois sejam retirados.

"A beleza é que vende"

Em resposta, o presidente da Associação das Empresas de Publicidade e Marketing, José Guerreiro, disse que a não regulamentação da Lei 9/02 permitiu que houvesse problemas no nosso mercado e na publicidade do Estado, com a intervenção de operadores estrangeiros, permitindo a "pirataria" no mercado. Referiu ainda que nos mercados já organizados o Estado estabelece regras gerais e depois o próprio mercado se autor regula, indicando que nem sempre os players do mercado encontraram uma forma de dirimir os conflitos. No que se refere à publicitação de bebidas alcoólicas, a fonte disse que o nosso país é o que mais importa e que é uma actividade legal das cervejeiras que empregam muita gente. "Não podemos proibir. O que temos que fazer é actuar em horários nobres para passar esta publicidade.

Sobre a utilização do corpo da mulher na publicidade, José Guerreiro disse que o país está no capitalismo e a beleza é que vende.

## 9.2 Aumentam casos de violência doméstica no país

*Jornal O PAIS*

*08 De Julho de 2016*

A recomendação saiu da 5a sessão ordinária da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros, que sugeriu ontem, em Luanda, o reforço dos mecanismos de informação e denúncia, por parte das estruturas de apoio às vítimas de violência, o aumento das acções de formação e sensibilização, bem como o combate cerrado ao alcoolismo e às drogas.

A comissão, cujos trabalhos foram orientados pelo vice-presidente da República, Manuel Domingos Vicente, reafirma a aplicação rigorosa da Lei Contra a Violência Doméstica e o reforço dos mecanismos de denúncias e apoio às vítimas.

O documento dá conta do "aumento preocupante de crimes de violência doméstica, reportando que, durante o ano de 2015, registaram-se 25 mil 414 casos, contra 16 mil 237 de 2014, um aumento de nove mil 177 casos".

Destacam-se nesta parcela de crimes os relacionados com o abandono familiares e a violência psicológica. A comissão apreciou também os relatórios de desempenho dos programas nacionais de controlo da tuberculose, HIV/SIDA, a elaboração dos instrumentos reguladores do voluntariado e do serviço civil e o processos de novas admissões nos sectores da Saúde, educação e ensino superior. Tomou nota da participação angolana na 60a Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Condição da Mulher e na 7658a Reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, esta última presidida por Angola, enquanto membro não permanente daquele órgão das Nações Unidas, cujo tema foi "o Papel das Mulheres na Prevenção e Resolução de Conflitos em África".

Durante a reunião, foi também prestada uma informação sobre o processo de novas admissões de pessoal nos sectores da Saúde, da Educação e do Ensino Superior.

No domínio da reinserção social, a Comissão apreciou um Plano de Acção da Assistência e Reinserção Social com os objectivos e os programas a implementar este ano, para a prestação de apoio aos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente crianças em risco, idosos em situação de dependência, pessoas com deficiência, famílias e outros grupos em situação de vulnerabilidade, visando a sua reintegração social e produtiva.

No sector da Cultura, a Comissão apreciou um Projecto de Decreto Presidencial que aprova o Estatuto Orgânico do Instituto de Línguas Nacionais, adequando-o assim à lei que estabelece as regras de criação, estruturação e funcionamento dos Institutos Públicos.

Este instituto funciona sob superintendência e dedica-se ao estudo das línguas nacionais, à promoção da sua utilização e divulgação em todos os sectores da vida nacional, bem como ao estudo das tradições orais.

### 9.3 Violência sexual preocupa ministra

*Jornal de Angola*

*13 De Julho de 2016*

*Texto: Kayila Silva*

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado manifestou-se preocupada com o aumento de casos de violação sexual de menores, praticados por membros da família.

Num encontro com membros da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher em Mbanza Congo, Filomena Delgado lembrou que os índices de gravidez precoce e de mortalidade infantil são muito elevados e defendeu a necessidade de reverter-se a situação.

"Alguns pais, tios e irmãos estão a incorrer na prática de crimes de abuso sexual de menores", denunciou a ministra.

Noutro desenvolvimento da sua intervenção, Filomena Delgado disse que a produção de bens e serviços a nível do país é assegurada, maioritariamente, por mulheres.

Filomena Delgado recorreu aos dados do último Censo Populacional e Habitação e lembrou que o fórum nacional da mulher orientou às instituições locais para lhes prestarem maior atenção.

Os sectores da Indústria, Agricultura, Pescas, Comércio e da Família e Promoção da Mulher, disse, devem merecer maior atenção dos governos provinciais, para a realização de acções concretas que possam contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias. "No ano passado, o país foi homenageado por ter atingido algumas metas nas questões de género, promoção da mulher, redução da mortalidade materno-infantil", recordou.

### 9.4 Mais de 25 mil casos de violência doméstica registados em 2015

*Jornal O PAÍS*

*18 De Julho de 2016*

*Texto: Romão Brandão*

Nos últimos três anos a violência doméstica no nosso país tem registado um crescimento preocupante, ao ponto de mobilizar entidades na criação de políticas que visem combater este fenómeno que tanto preocupa as famílias angolanas. Só para se ter uma noção, durante o ano de 2015 registou-se 25.414 casos de denúncias de violência doméstica, o que, em

relação a 2014, representa um acréscimo de 9.177 casos.

Nem coma aprovação da Lei que criminaliza a violência doméstica e com a criação da linha do SOS Violência Doméstica, os violadores reduziram a prática dos seus actos. O referido SOS, que atende pelo número 15020 em todo território nacional, recebeu, do dia 19 de Novembro (data da sua criação) a 31 de Dezembro de 2015, um total de 281.382 chamadas.

A linha SOS é uma linha de denúncia do Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) que, segundo a directora nacional para os Direitos da Mulher do mesmo ministério, Maria da Dores, veio dar um reforço no atendimento de casos de violência doméstica.

Muitos são os cidadãos que despertaram e perderam o medo de denunciar a agressão, de pedir aconselhamento jurídico-familiar ou em questões relacionadas com HIV-SIDA, uma vez que alinha também foi criada para diminuir a estigmatização que atinge as pessoas com esta doença.

"Funcionamos com todos os números dos comandos da Polícia, hospitais e centros de aconselhamento familiar, de modo a que seja dado, em cada situação, o devido encaminhamento. O ministro do Interior reconheceu que o MINFAMU está a dar mais trabalho à Polícia porque desde que foi aberta a linha há muitos casos em que a Polícia é chamada a intervir", sublinhou.

A mesma afluência é registada nos centros de aconselhamento do MINFAMU; onde diariamente recebem, em média, de 10 a 12 casos que são encaminhados através da SOS Violência Doméstica, principalmente de Segunda a Quarta-feira.

### 9.5 Surgimento de bairros coloca meliantes em alta

*Jornal O crime*

*02 De Julho De 2016*

*Texto: Olga da Silva*

Foi com base em várias reportagens feitas por este jornal que especialistas da Sociologia e Psicologia foram ouvidos para analisar as causas e consequências do fenómeno, conforme cada área de estudo. Do lado da ciência que estuda os fenómenos que ocorrem nas sociedades, foi Carlos da Conceição quem indicou surgimento de bairros anárquicos,

como consequência do êxodo rural, como das principais causas de agora se verificar zonas que estão sob domínio dos meliantes.

"É preciso prestarmos atenção a um factor sociológico muito importante: o êxodo rural, que posso definir, dado o caso concreto, como a entrada massiva de pessoas provenientes das várias províncias de Angola para Luanda. E isto só acontece porque boa parte dos serviços sociais, serviços que permitem que o indivíduo se realize com certa urgência, se concentram em Luanda e, à medida que estes cá vêm, fazem com que em Luanda surjam novos bairros, todos desprovidos de segurança", constata o sociólogo.

Do outro lado, para além de admitir que a capital do país está com um número avultado de gente, o estudioso da Sociologia admite que esses são provenientes do interior que, muitas vezes, ocupam as áreas urbanas sem que saibam as regras de convivência nestas zonas, "temos também que admitir que há pessoas que se instalam nas cidades, mas não sabem como se deve conviver aí e, sendo assim, essas pessoas desviam-se para a delinquência, por exemplo, porque não vêem outros meios para sustentar suas vidas".

Carlos da Conceição entende que, para que surjam bairros, são necessárias condições de supra importância que só são possíveis com a mão visível do Estado, "algumas condições que dão estrutura de bairro a determinada zona são as escolas, esquadras, hospitais, porque sabemos que com o mínimo dessas três instituições a funcionarem bem, a delinquência é inexistente ou existiria com índice muito baixo. Mas a realidade angolana não é esta e isto anda mais claro que a a, daí o sentimento de insegurança. E preciso ter em conta que quando um bairro novo surge, o acompanham novos problemas sociais e é aqui que o Estado deve intervir, porque só ele tem capacidade para pôr todos esses meios".

Outros factores, que aumentam a criminalidade, apontados pelo sociólogo, são a pobreza, desemprego, a situação socioeconómica que se vive. Para ele, o carácter brando das leis angolanas podem, directa ou indirectamente, influenciar, "nós temos sanções muito frágeis, o nosso sistema de segurança, falo aqui do Ministério do Interior, também é fraco, prova disso é a situação criminal actual". Porém, não obstante a tudo, o trabalho da primeira instituição básica não foi relegado "a família, do ponto de vista sociológico, constitui um sistema de controlo informal, é nela que o indivíduo aprende todos os primeiros passos, se está falhar, muito facilmente estaremos na situação de nascerem mais e mais criminosos, invés de pessoas que vão assegurar o

país", defende. "O político não pode resolver factores sociais nem o inverso, mas o que se assiste é o político, no âmbito do seu poder de decisão, pensar que consegue dar resposta a todos os problemas sociais. Uma coisa é fazer um discurso numa comunidade sobre expectativas minhas, e outra, diferente, é o que saber o que, realmente, a comunidade vive e isso deve passar à elaboração de estudos com critérios próprios que falam sobre determinados problemas nas comunidades", diz o sociólogo, ao criticar o "divórcio" entre essas duas figuras importantes.

Carlos da Conceição apelou por uma maior organização das administrações municipais que, algumas vezes, agem em conluio para a desorganização social, "chamar também atenção aos administradores municipais ou comunais que fazem venda anárquica de terrenos em certas zonas, que depois resulta em bairros que, naturalmente, são bairros sem condições mínimas, como já referimos".

Por fim, é necessário que as entidades deixem a litoralização de Angola, ou seja, que os investimentos deixem de ter seu centro apenas nas províncias litorais para diminuir as assimetrias sociais e, conseqüentemente, a aglomeração da população nestes locais, que constituem causa do aumento da criminalidade".

## 9.6 Polícia desmantela rede de criminosos

*Jornal De Angola*

*06 De Julho de 2016*

*Texto: André Da Costa*

A Polícia Nacional desmantelou três grupos de marginais, compostos maioritariamente por jovens, que se dedicavam ao roubo de viaturas para posteriormente serem comercializadas nas províncias do Uíge e do Zaire, informou ontem o porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, inspector chefe Mateus Rodrigues.

Ao fazer o balanço do segundo trimestre deste ano, Mateus Rodrigues revelou que o Serviço de Investigação Criminal do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional desmantelou, durante o período em referência, 95 grupos de marginais, dos quais 49 foram totalmente destruídos. Os marginais praticavam crimes como roubos e furtos de viaturas, motorizadas e valores monetários na via pública.

O inspector chefe Mateus Rodrigues informou ainda que as acções criminosas tiveram lugar em vários municípios e distritos urbanos de Luanda, com realce para Cacucaco, Viana, Kilamba Kiaxi e Cazenga.

A Polícia Nacional, no âmbito da prevenção e combate à criminalidade, deteve ainda 113 cidadãos por posse ilegal de armas de fogo. Desse número, mais de 20 jovens foram já julgados e condenados pelo Tribunal Provincial de Luanda a penas diversas. Segundo a Polícia, alguns marginais foram detidos a circular com motorizadas, maioritariamente do tipo rápida, e munidos de armas de fogo com o objectivo de cometerem acções delituosas quer na via pública, quer interior de residências e cantinas.

Durante o período em referência, foram também registados 1.326 crimes diversos, desde homicídios voluntários, roubos e furtos, uso e posse de armas de fogo e drogas. As forças policiais apreenderam 555 armas de fogo e 166 viaturas de marcas e modelos diversos. Foram igualmente apreendidos 96 gramas de cocaína e 426 quilogramas de cannabis das mãos de vários cidadãos que se encontram detidos a aguardar julgamento. As pessoas envolvidas em crimes têm idades compreendidas entre 14 e 40 anos. Em relação aos menores, Mateus Rodrigues explicou que eles têm um tratamento diferenciado em relação aos adultos. Para efeito, frisou, existe um departamento de delinquência juvenil que segue todos os casos de acordo com a lei.

## 9.7 Polícia pede à população para denunciar os crimes

*Jornal De Angola*

*06 De Julho de 2016*

*Texto: Marcelino Dumbo*

O comandante da Polícia Nacional no município da Caála, no Huambo, superintendente-chefe Maurício Likuto Dias, apelou à população para ter cultura de denúncia dos cidadãos que insistem na prática de crimes, para serem responsabilizados pelos seus actos.

Em declarações ao Jornal de Angola, o superintendente-chefe Maurício Dias afirmou que a falta desta cultura dificulta o trabalho da corporação de prevenir, combater e responsabilizar criminalmente os autores dos crimes.

O oficial da Polícia apontou a falta de iluminação pública e as construções anárquicas nos bairros como aspectos que dificultam a actuação da Polícia durante

a noite, onde os alunos são maioritariamente as vítimas. Apesar disso, referiu que o policiamento está a repor aos poucos, clima os moradores e os utentes da via pública. Disse que as localidades de Muangumbala, Epwatcha, as comunas da Calenga, Cuima e Catata foram as que mais crimes registaram no ano passado e hoje já se vive uma calma relativa.

O superintendente-chefe afirmou que, dos 124 crimes, registados no primeiro semestre deste ano na Caála, 96 foram esclarecidos e 125 elementos implicados foram detidos. No mesmo período, foram desmantelados mais de cinco grupos de marginais que se dedicavam a: assaltos a mão armada, violações, roubo de gado, homicídio qualificado e uso e posse de drogas.

Maurício Dias realçou que os 111 agentes precisam da colaboração da população que deve denunciar os potenciais criminosos, para poder prestar melhor serviço e criar um clima de maior tranquilidade e segurança nas estradas. Ruas. Nos locais de venda de bebidas alcoólicas e bairros

## 9.8 Grandes somas atraem atenção dos marginais

*Jornal de Angola*

*09 De Julho de 2016*

O Comando Provincial de Luanda da Polícia apelou à população para evitar circular na via pública com grandes somas de dinheiro para não facilitar acções delituosas.

Em declarações à Angop, o inspector Euler Matari, do Gabinete de Comunicação e Imagem da Polícia Nacional, disse que, caso haja necessidade de fazer-se tais movimentações, as pessoas devem solicitar o apoio da Polícia Nacional ou contratar empresas especializadas em auto-protecção, tendo em conta os roubos que têm ocorrido em Luanda.

Euler Matari informou que, na quinta-feira, foram detidas 34 pessoas suspeitas de terem cometido crimes de natureza diversa, apreendidas quatro armas de fogo, 110 gramas de liamba e diversos utensílios de uso doméstico.

O oficial da Polícia destacou que foram detidos cidadãos de 18 a 31 anos de idade, nos bairros Terra Vermelha (distrito urbano da Maianga) e no Nguanha (Sambizanga), por posse ilegal e venda de estupefacientes. Igualmente, foi detido um cidadão no município do Cazenga, no interior de uma residência, com uma arma de fogo. A detenção foi

possível devido à denúncia de munícipes da área. Um outro foi interceptado em Cacucaco, por resistência desobediência à Polícia.

No que diz respeito sinistralidade rodoviária, foi registado um acidente de viação e uma morte. Como medidas policiais, foram apreendidas 13 viaturas, 155 motorizadas de marcas e modelos diversos.

## 9.9 Milhares de armas destruídas em todo o território Encerrou ontem na cidade do Namibe semana de acção global contra a violência armada

*Jornal De Angola*  
*10 De Julho de 2016*  
*Texto: João Upale*

Mais de 67 mil armas de fogo de diferentes calibres recolhidas no país foram já destruídas no âmbito do processo de desarmamento da população, revelou ontem, no Namibe, o segundo comandante-geral da Polícia Nacional e coordenador da Subcomissão Técnica Nacional para o Desarmamento da População Civil.

O comissário-chefe Paulo Gaspar de Almeida, que presidiu, no Namibe, ao acto central nacional comemorativo do dia internacional para destruição de armas ligeiras, que se assinala a 9 de Julho, disse que o país, consciente das suas responsabilidades e no "interesse da pacificação das mentes e da garantia de uma ordem pública e constitucional aceites", tem vindo a aderir às recomendações das Nações Unidas, promovendo acções de desarmamento.

A cerimónia foi marcada com a destruição de 1.155 armas de fogo em estado obsoleto recolhidas no Namibe e que estavam sob controlo da Comissão Técnica Provincial para o Desarmamento.

Paulo Gaspar de Almeida disse que o Governo angolano, no seu compromisso de garantir a paz, a ordem e tranquilidade públicas e no cumprimento das recomendações das Nações Unidas, realizou mais um acto de destruição de armas recolhidas no âmbito do processo do desarmamento da população civil.

O fenómeno da proliferação de armas no mundo, frisou, é uma grande preocupação em relação à segurança dos Estados e uma das suas obrigações é restringir o uso de armas de fogo em instituições estatais, cuja vocação é a de garantir a defesa e a

segurança nacional. Revelou existirem no mundo mais de 600 milhões de armas de fogo na posse ilícita de cidadãos, o que "tem provocado uma das maiores causas de morte no planeta".

O segundo comandante-geral da Polícia Nacional referiu que aumenta cada vez mais a preocupação dos Estados de combaterem a posse, uso indevido e ilegal de armas de fogo por cidadãos civis, dificultando a sua fácil obtenção, por entender que, muitas das armas fora do controlo dos órgãos oficiais, favorecem a criminalidade, o tráfico e o terrorismo. Por isso considerou prioritários os programas e campanhas de desarmamento e destruição de armas, para "garantir um melhor sentimento de segurança, paz e unidade nacional". Vice-governador para o Sector Económico, Alcides Gomes Cabral, saudou a escolha do Namibe para acolher a efeméride, que decorre sob o lema "Se é consciente... desarma a tua mente", e ficou marcada com a destruição de armas recolhidas na província, na fase de entrega voluntária, bem como na de recolha coerciva. Alcides Gomes Cabral destacou os frutos do desarmamento da população na província, que são "visíveis". Os crimes cometidos com uso de arma de guerra "são quase nulos", justificando assim a ausência de violência no acto de cometimento de crimes na província, no geral, e na cidade do Namibe, em particular.

A destruição organizada de armas de guerra pelo Governo, e de forma pública, visa chamar a atenção sobre a importância da colaboração entre a sociedade civil e as autoridades, a fim de consciencializar a população sobre os perigos das armas.

O soba grande do Namibe, José Bony, saudou também a realização do acto na província e o encerramento da semana de acção global contra a violência armada, que também visou despertar a sociedade civil, para organizar e divulgar acções que exijam a criação de um tratado global de armas. Enalteceu o facto de nos últimos seis anos não se ter registado, na sua área de jurisdição, qualquer crime com recurso a arma de fogo.

Instituído em 2002 pela Organização das Nações Unidas, o dia 9 de Julho tomou-se uma data de reflexão a nível mundial, com vista a alertar e despertar os Estados para a necessidade de banir ou reduzir a violência armada ou mesmo a capacidade do homem pensar em realizar actos violentos com utilização de arma de fogo.

Em Angola, a data começou a ser comemorada no próprio ano, após a criação da Comissão Nacional de Desarmamento, com o propósito de recolher todas as armas de fogo que circulavam nas comunidades devido à guerra, que terminou em 2002.

## 9.10 Polícia atenta à criminalidade

*Jornal de Angola*

*30 De Julho de 2016*

*Texto: André Da Costa*

A Polícia Nacional apreendeu mais de 500 armas de fogo e recuperou cerca de 150 viaturas em operações realizadas em Luanda nos meses de Maio, Junho e Julho, disse à Imprensa o porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional, Inspector-chefe Mateus Rodrigues.

As operações policiais culminaram também com a detenção de mais de dois mil indivíduos, com idades entre os 14 e os 40 anos, suspeitos de envolvimento em diversos crimes, como furto e roubo de viaturas e motorizadas, assaltos a residências, cantinas e na via pública, cujos processos-crime correm já os trâmites legais.

Alfredo Manuel, um dos automobilistas lesados, disse à reportagem do Jornal de Angola ter saído de casa ao volante da sua viatura, em direcção à vila de Viana. Por volta das 20h00, junto à Universidade Jean Piaget, foi interpelado por três meliantes que, sob a ameaça de arma de fogo, lhe roubaram o carro.

Os meliantes levaram também 50 mil kwanzas em dinheiro, cartões de crédito e ameaçaram-no de morte. Com a recuperação da viatura, Alfredo Manuel disse sentir-se mais aliviado, mas não se esquece dos momentos de pânico por que passou, com uma arma de fogo apontada à cabeça.

Depois de agradecer ao Serviço de Investigação Criminal (SIC) pela recuperação do carro, Alfredo Manuel, aconselhou os demais automobilistas a nunca oferecerem resistência se confrontados com uma situação similar. O melhor, disse, é preservar a vida e confiar no trabalho da Polícia para a recuperação do bem.

O roubo ocorreu por volta das 21 h00 e foi praticado de forma concertada por três elementos. Os meliantes faziam-se transportar numa motorizada e numa viatura. Além do dinheiro, levaram dois telefones.

Os meliantes abandonaram a motorizada na via pública e levaram o carro com a intenção de vendê-lo a um preço irrisório. A arma usada no crime pertence a um amigo ainda em fuga. A viatura foi encontrada num parque de estacionamento.

O carro de Alfredo Manuel não tinha GPS. Uma vez instalado, este sistema facilita a localização imediata da viatura, afirma Mateus Rodrigues. A recuperação deveu-se ao trabalho operativo do Serviço de Investigação Criminal.

Dois dos três meliantes envolvidos no roubo foram detidos e o processo-crime corre os trâmites legais, para serem julgados pelo Tribunal Provincial de Luanda. Mateus Rodrigues afirma que a maior parte das viaturas equipadas com GPS, quando roubadas ou furtadas, acabam por ser recuperadas pela Polícia.

### Roubo de motorizada

Durante o trabalho de patrulha, a corporação deteve um indivíduo identificado, por furto de uma motorizada na via pública. O suspeito teria destrancado o meio e partido o volante mesmo. O proprietário apresentou a queixa na esquadra mais próximo, e dias depois, a mota foi apreendida com o meliante, que aguarda julgamento.

A polícia confirmou que o autor do roubo é reincidente nesta prática, sendo que já esteve detido quatro vezes, por crimes diversos. A primeira detenção foi por roubo de valores monetários na via pública e assalto a cantinas. Esteve 11 meses na Comarca Central de Luanda.

A segunda detenção ocorreu duas semanas depois de sair da cadeia, por assalto a cantinas com mais dois amigos. Pelo terceiro e quarto roubos, esteve seis e nove meses na Comarca de Viana. Em todas as acções cometidas, a família sempre o ajudou. O Jornal de Angola soube que a mãe deste jovem de 21 anos, que entrou no mundo da delinquência aos 16, já fez todos os esforços para o demo ver de tais práticas. Chegou mesmo a ser internado numa igreja, de onde fugiu.

Bancário furta cliente A Polícia Nacional deteve um funcionário de um banco comercial em Luanda acusado de ter retirado seis milhões de kwanzas da conta de um cliente, através do cartão multicaixa. O dinheiro terá sido gasto na aquisição de vários bens, como mobiliário para casa e outros artigos de valor e o resto com amigo e familiares na rua.

A Polícia, o funcionário disse ter montado o plano para suprir algumas necessidades no lar. Mostrou arrependimento e pediu desculpas aos responsáveis do banco, mas vai Durante o trabalho de patrulhamento, a corporação deteve um indivíduo identificado" por furto de uma motorizada na via pública. O suspeito teria destrancado o meio e partido o volante do mesmo. O proprietário apresentou queixa na esquadra mais próxima e, dias



depois, a moto foi apreendida com o meliante, que aguarda julgamento.

A polícia confirmou que o autor do roubo é reincidente nesta prática, sendo que já esteve detido qual responde em tribunal e o facto de ser funcionário bancário concorre como agravante no caso.

#### Mortes esclarecidas

Dos crimes esclarecidos nesse período pelo SIC, destaca-se o ocorrido no bairro Canivete, município do Cazenga, no dia 28 de Abril deste ano, que culminou com a detenção de dois jovens, ambos com 22 anos, acusados de terem assassinado Geovani Lourenço Lino, de 46.

A polícia esclareceu ainda outro processo em que foi vítima o cidadão Joaquim Letícia, morto a facada. O presumível autor deste crime, de 32 anos, já se encontra detido pela Polícia Nacional e o processo-crime corre os trâmites legais.

O SIC esclareceu ainda a morte do cidadão André Nunes, de 31 anos. O presumível autor está detido.

Vendiam viaturas roubadas O trabalho de investigação, no segundo trimestre, culminou com o esclarecimento do roubo de várias viaturas em Luanda e vendidas na província do Uíge a 100 a 150 mil kwanzas. O grupo era composto por cinco meliantes já identificados, dentre os quais dois agentes da Polícia Nacional. Outro grupo de assaltantes de viaturas era composto por quatro meliantes. A carrinha roubada foi vendida ao cidadão João Zola Ndonga. O receptor revendeu-a na comuna do Luvo por 2,5 milhões de kwanzas.

Quatro indivíduos foram detidos pelo roubo de 1,8 milhões de kwanzas a um funcionário com funções de chefia num banco comercial e outros dois por assalto a uma igreja no bairro Hoji-ya-Henda, em que foram subtraídos mais de um milhão e 250 mil kwanzas.

A Polícia suspeita que este grupo seja autor de vários roubos, com realce para os ocorridos no bairro Miramar, Patrice Lumumba e na rua Rainha Ginga, num total de mais de 10 milhões de kwanzas.

#### Colaboração da população

O porta-voz do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional afirmou que o número de roubos de valores monetários tem aumentado, pelo que os cidadãos devem evitar circular com grandes somas em dinheiro levantadas dos bancos comerciais.

Mateus Rodrigues referiu que todos os cidadãos que pretendam levantar grandes somas em dinheiro devem solicitar ajuda à Polícia Nacional de forma grátis. Podem ainda solicitar ajuda para o transporte de valores ou o serviço de empresas privadas de segurança.

Durante as operações, a Polícia Nacional apreendeu armas de fogo, computadores portáteis, electrodomésticos, botijas de gás e telemóveis.

## 10 AMBIENTE

### 10.1 Arrancaram ontem actividades para a redução de riscos e desastres

*Jornal O PAÍS*

*5 De Julho de 2016*

*Texto: Stela Cambamba*

Actividade, que é de âmbito nacional, vai contar com a participação das comunidades, nomeadamente líderes comunitários, presidentes da comissão de moradores, autoridades tradicionais, agentes municipais e distritais da Protecção Civil e Bombeiros, de modo a fortalecer a capacidade técnica e a criação de planos municipais para redução de riscos e desastres.

O porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros' Faustino Sebastião, explicou a OPAÍS que o objectivo da campanha é apoiar as instituições governamentais e outros, de modo a combater os acidentes que têm sido registados nas regiões.

Segundo Faustino Sebastião, no acto da abertura da actividade ontem, junto da Administração Distrital do Sambizanga, os técnicos elaboraram um plano para aplicar no decorrer do evento. Nos dias 4,5 e 6 a actividade irá decorrer no distrito do Sambizanga, nos dias 11, 12 e 13 no distrito do Kilamba Kiaxi. O Distrito da Samba recebe nos dias 18, 19 e 20, enquanto que a 25,26 e 27 de Julho será a vez do município de Belas. Nos dias 8, 9 e 10 de Agosto no município de Cacuaco, ao passo que nos dias 15,16 e 17 será a vez de Viana, onde irá acontecer o encerramento do ciclo de actividades na província de Luanda.

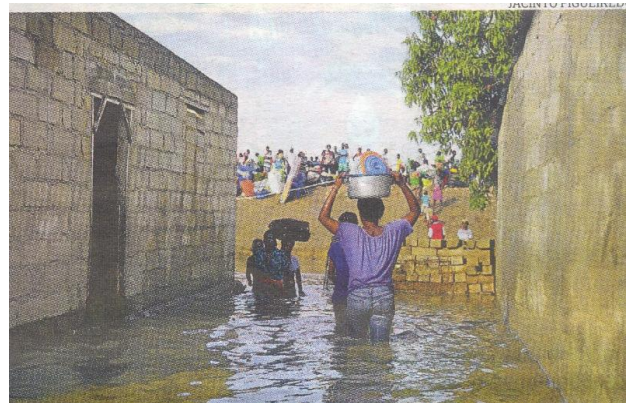
O porta-voz do SNPCB disse que os planos foram elaborados com a participação dos órgãos das administrações locais. Os municípios que não foram abrangidos deverão acertar uma data para a realização das referidas actividades.

Os exercícios acontecem na época de cacimbo por causa da mobilidade das equipas técnicas. Juntos, os distritos urbanos e municípios irão formar os seus líderes sobre a redução de riscos e desastres e no campo sensibilizar as populações no sentido de evitar acidentes.

"A abertura aconteceu na província de Luanda, porque as condições criadas apresentam maior fortalecimento para o arranque e o seu desenvolvimento", frisou Faustino Sebastião.

De acordo com o porta-voz, actividades do género já têm sido realizadas. Mas a intensificação deve-se ao facto de na época das chuvas, e não só, "registamos todos os riscos possíveis, desde as calamidades naturais, tecnológicas e humanas, pelo que sentimo-nos obrigados a realizar esta actividade de forma mais abrangente".

Faustino Sebastião assegurou que todos os efectivos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros estão mobilizados, principalmente os técnicos dos departamentos que trabalham directamente com a comunidade, nomeadamente as áreas de acções comunitárias, avaliação de riscos, gabinete institucional de comunicação e imprensa e o Comando Provincial de Luanda.



### 10.2 Ministério regista falhas em estudos de impacto ambiental nas províncias

*Jornal O País*

*5 De Julho De 2016*

*Texto: Fátima Jardim*

A ministra disse que "continuamos a registar debilidades nas províncias em adoptar procedimentos e exigências, através da aplicação da legislação". A governante falava na abertura do VIº Conselho Consultivo do sector.

No âmbito desta situação, referiu, os directores e chefes de departamentos do sector do ambiente serão capacitados em estratégias e procedimentos que promovam cada vez mais exigências e sensibilização junto aos investidores dos mais variados ramos, com vista a tornar o estudo de impacto a desenvolvimento e crescimento das regiões.

Fátima Jardim considera que, no domínio dos estudos de impacto ambiental de projectos, vai subindo o número de licenciamentos, tendo sido

emitidas um total de 131, sendo 88 licenças de instalação e 43 de exploração durante 2015.

Acrescentou que em 2015 foram apreciados 200 projectos, um número que tende a aumentar, atendendo que este ano já foram revistos 79 estudos e 31 auditorias.

Em gesto de balanço, referiu que foram realizadas 126 visitas a investimentos no acto de pré-licenciamento, com realce para as províncias de Luanda, Cabinda, Cuanza Sul, Cuanza norte, Malange e Bengo.

O Conselho Consultivo do Ministério do Ambiente está a fazer o balanço das actividades de 2008 a 2015, do primeiro semestre deste ano, além de nova abordagem para os próximos desafios.

Neste encontro, em que participam os secretários de Estado deste sector, directores nacionais e provinciais, chefes de departamento e associações de defesa do ambiente, está a ser revista também a apresentação do programa para o IIº semestre de 2016, a reflexão sobre o programa nacional de desenvolvimento e da campanha de educação ambiental para a gestão dos resíduos.

### 10.3 Ministra denuncia debilidades

*Jornal de Angola*

*05 De Julho de 2016*

*Texto: Manuela Gomes*

O Ministério do Ambiente continua a registar debilidades por parte de algumas empresas, no cumprimento dos decretos de Licenciamento ambiental, auditoria e realização de estudos de impacto ambiental.

A informação foi dada ontem, em Luanda, pela titular da pasta do Ambiente, Fátima Jardim, quando falava na abertura do VI Conselho Consultivo e Técnico do Ministério que dirige.

Fátima Jardim disse que, para acabar com esta situação, durante o Conselho Consultivo que hoje encerra vão ser dadas aos directores provinciais e chefes de departamento do Ministério do Ambiente, instruções para que sejam adoptados procedimentos mais exigentes, de modo a tomar os estudos de impactos, em todas as vertentes de projectos e fiscalização descentralizada, um instrumento essencial na gestão e ordenamento ambiental e no desenvolvimento.

Fátima Jardim revelou que foram emitidas 131 licenças ambientais e apreciados mais de 200 projectos.

Segundo a ministra, estes números tendem a aumentar e já foram registadas auditorias e efectuadas visitas de pré e pós-licenciamento, com realce para as províncias de Luanda, Cabinda, Malanje, Bengo, Cuanza Norte e Cuanza Sul.

A ministra disse que 2016 continua a ser para o sector do Ambiente um ano de trabalho intenso no âmbito do Plano de Desenvolvimento 2013/2017 (as suas políticas e programas) e também do Plano Nacional de Desenvolvimento Ambiental. Ainda no decurso deste ano, foi possível cumprir satisfatoriamente os programas para o sector do Ambiente, apesar da crise económica e financeira que o país vive.

Para suprir algumas das suas necessidades, o Ministério do Ambiente teve que recorrer a contribuições e doações multilaterais.

No âmbito das áreas de conservação e biodiversidade, Fátima Jardim considerou importante os trabalhos de reabilitação dos parques nacionais, que contam com a participação de vários parceiros. O VI Conselho Consultivo e Técnico vai analisar o Programa Nacional de Educação Ambiental 2030, o Plano de Educação ambiental para a Gestão dos Resíduos Urbanos e o Programa de Formação, Educação e Consciencialização Ambiental (PEFCA).

Os participantes no evento apreciam a Estratégia Nacional de Combate à Caça Furtiva, o Programa Nacional de Qualidade Ambiental, o Programa Nacional de Combate à Seca e Desertificação, a importância do ecoturismo para a diversificação da economia e a importância dos aterros sanitários e o seu impacto na saúde pública e no desenvolvimento sustentável.

### 10.3 Vidrul prevê produzir cerca de 46 mil toneladas de vidro em 2016

*Jornal O País*

*06 De Julho De 2016*

*Texto: Patrícia de oliveira*

Se tudo correr como planificado a Vidrul prevê produzir 46 toneladas de vidros contra as 43 mil de toneladas do ano passado. Este ano 90% da produção será destinadas as empresas nacionais e os outros 10% serão exportados para países de África, avançou o director-geral da Vidrul, Carlos Martins.

As garrafas serão exportadas para 10 países, nomeadamente, Costa do Marfim, Senegal, Benin, Togo, Mali, República Democrática do Congo, Madagáscar, Guiné Conacri e Níger.

De acordo com Carlos Martins, cada ano que passa aumentam as solicitações por parte das empresas produtoras de bebidas.

"Todos os anos o número de pedidos para produção de garrafas aumenta, mas a Vidrul não consegue atender todos, tendo em conta a paralisação de um dos fornos", explica, o responsável. Segundo Carlos Martins, todos os anos a empresa investe entre USD 2 milhões . para comprar um novo forno Carlos Martins avança um investimento na ordem dos USD 50 milhões, a que a crescem USD 45 milhões em equipamento todos os anos a empresa invés entre USD 1 milhão a USD 2 milhões. Para comprar um novo forno Carlos Martins avança um investimento na ordem dos USD 50 milhões, a que acrescem USD 45 milhões em equipamentos.

Carlos Martins explica que a empresa está lotada de encomendas até o final do ano. Neste momento" a produção é insuficiente para satisfazer novos. Pedidos. Por esse motivo é desejo da empresa investir na compra de um novo forno para atender às necessidades das fábricas de bebidas nacionais aumenta a qualidade de pedidos de garrafas"explica.

Actualmente, a unidade fabril conta um forno e duas linhas de produção, porque as demais estão paralisadas, impedindo o aumento da produção para corresponder à procura no mercado, que é cada vez maior.

Para Carlos Martins o vidro é a única matéria-prima que é 100% reciclada. Por exemplo, a garrafa que pesa 50g depois de reciclada terá o mesmo peso. Por essa razão as empresas de bebida procuram manter a qualidade do produto adquirindo vidro.

Segundo o responsável, o preço da garrafa tem a ver com o peso do produto. A tonelada de vidro é vendido ao valor de USD 1.250. "Em 2015 a empresa vendeu 210 milhões de garrafas. Este ano a previsão é para 208 milhões garrafas, que serão mais pesadas. "A referida produção reserva cerca de 10% para exportação", explica.

O director da unidade fabril explica que o preço da garrafa tem a ver com o respectivo peso do. A tonelada de vidro é vendido USD 1. 250. A crise económica limitou a entrada e a saída de divisas e, neste momento, a empresa precisa de USD 140 milhões para investir no novo forno e equipamentos.

Por essa razão aguarda por maior abertura para da banca nacional para poder adquirir mais divisas.

Carlos Martins tem como principal meta colocar o segundo forno a funcionar, reduzindo, deste modo, as importações, abastecendo o mercado nacional na íntegra e exportando para outros países. A empresa conta com 310 funcionários.

## 10.4 Protecção Civil e Bombeiros sensibilizam sobre desastres

*Jornal de Angola*  
*06 De Julho de 2016*

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros lançaram, na segunda-feira, no distrito urbano do Sambizanga, em Luanda, uma campanha de sensibilização aos moradores sobre os riscos de desastres.

De acordo com o comandante adjunto, comissário Bêncão Cavila, até 17 de Agosto os efectivos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros vão interagir e explicar aos moradores dos bairros

Sambizanga sede, Ngola Kiluanji e Operário as causas e as formas de prevenção dos desastres.

As acções de protecção civil e dos bombeiros, informou o oficial, estão a ser feitas porta-a-porta e visam, também, melhorar a coordenação dos efectivos, identificar e resolver as lacunas no planeamento de contingência.

Segundo Bêncão Cavila, a resiliência, isto é, a capacidade de o indivíduo recuperar-se, após um sinistro, deve merecer a atenção de todos, sobretudo, dos especialistas.

O responsável exaltou a importância da operação de sensibiliza-ção, "na medida em que com ela se poupam recursos humanos, materiais e financeiros, diminui-se o impacto dos acontecimentos e preservam-se vidas."

Como exemplos de desastres naturais em Angola apontou as secas no Sul e as inundações ocorridas um - pouco por todo o país.

O Bêncão Cavila recomendou aos efectivos dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, participantes na operação de sensibilização, "capacidade de desenvolvimento do plano de contingência sectorial, racionalização de recursos com acções mais integradas e o reforço dos mecanismos

de colaboração institucional entre todos os organismos do distrito."

A administradora do distrito urbano do Sambizanga, Milca Caquesse, elogiou a iniciativa e apelou aos presidentes das comissões de moradores para darem todo o apoio necessário aos bombeiros, cuja operação decorre sob o lema "Protecção civil e as comunidades, juntas na protecção contra riscos e desastres."

#### 10.4 Aprovada, na especialidade, a proposta de Lei das Florestas e Fauna

*Jornal O PAIS*

*08 De Julho de 2016*

*Texto: Santana Joaquim*

E iniciativa legislativa do Executivo' o texto, analisado pelos deputados afectos às comissões de trabalho especializadas da Assembleia Nacional, em razão da matéria, estabelece também as bases gerais do exercício de actividades relacionadas com as florestas e fauna.

O relatório do parecer conjunto das respectivas comissões justifica a necessidade de adopção do diploma, tendo em conta as mudanças registadas na perspectiva da conservação da natureza e do uso sustentável dos recursos naturais, quer no plano interno, quer internacional. Precisa que a proposta de Lei de Florestas e Fauna Selvagem não é aplicável aos recursos biológicos aquáticos, recursos genéricos e às áreas de conservação que são registados por lei especial.

Na ocasião, o ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, realçou a necessidade da fiscalização' protecção e criminalização dos actos que beliscam a fauna e a flora, assim como o imperativo do uso dos recursos nacionais obedecendo as práticas tradicionais que estão alinhadas com a Lei.

"O projecto de Lei trata dessas matérias de forma detalhada em termos dos aspectos económicos, ambientais, sociais e culturais", pontualizou. Os deputados anuíram também, na especialidade, a proposta de Lei das Sociedades e Associações de Advogados. A mesma foi aprovada na generalidade durante a 8ª reunião plenária ordinária da 4ª Sessão Legislativa de III Legislatura da Assembleia Nacional, realizada a 16 de Julho de 2016.

Os dois documentos consentidos vão constar na agenda de trabalhos da próxima sessão plenária

ordinária da Assembleia Nacional, convocada para o dia 22 deste mês, para a discussão e votação final global de outros textos, com realce para a proposta de Lei da Amnistia, também de iniciativa legislativa do Executivo.

#### 10.5 Mudanças têm impacto devastador

*Jornal De Angola*

*09 De Julho de 2016*

O mundo deve estar preparado para os impactos potencialmente devastadores das mudanças climáticas na saúde humana, disseram autoridades de várias partes do mundo, durante a 11 conferência global sobre saúde e clima, que ontem terminou em Paris.

Os participantes na conferência, organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), concluíram que algumas dessas consequências podem ser evitadas se a humanidade diminuir radicalmente o uso de combustíveis fósseis nas próximas décadas. "Saúde e clima são indissociáveis, porque a saúde humana depende directamente da saúde do planeta", afirmou a ministra francesa do Meio Ambiente, Ségolène Royal.

Royal, que também é presidente rotativa das conversações da ONU sobre a melhor forma de lidar com o aquecimento global, disse que os impactos na saúde devem desempenhar um papel mais central nas futuras negociações.

"De agora em diante, vou fazer meu melhor para garantir que a saúde esteja integrada em todas as futuras conferências sobre o clima". Disse. Acrescentou que isto deve começar com um fórum especial na próxima reunião climática da ONU, em Novembro, em Marrakes, na qual vão participar 196 nações.

N o Acordo de Paris, assinado em Dezembro do ano passado, os países se comprometeram-se a limitar o aquecimento global abaixo de 2°

Celsius, além de ajudar as nações pobres a lidarem com seus impactos. Um número crescente de estudos científicos prevê um cenário alarmante de sofrimento humano causado por alterações nos padrões climáticos, elevação dos mares, secas e muitas tempestades.

Além disso, os casos de doenças tropicais como malária, dengue e zika, entre outras, estão a aumentar conforme os insectos que as transmitem se espalham com o aquecimento global.

Ondas de calor extremas' devem ocorrer a cada década, em vez de uma vez por século, prevendo-se maior números de vítimas, especialmente entre doentes e idosos.

Em 2005, a OMS estimou que períodos quentes provocavam 150 mil mortes anualmente. Mais de 45 mil morreram só na Europa devido a uma onda de calor no verão de 2003. A maior preocupação de todas talvez seja a ameaça para o abastecimento alimentar global.

"Podemos alimentar tantas pessoas"- nove bilhões na metade do século, segundo projecções da ONU - "quando o clima que nos sustenta está a mudar de maneira tão adversa?", questionou à plateia Letizia Ortiz, rainha da Espanha e embaixadora especial para a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Muitos alimentos básicos, especialmente nos países em desenvolvimento, não podem se adaptar às mudanças do tempo, resultando em rendimentos mais baixos.

Os peixes, que são a principal fonte de proteína para bilhões de pessoas, não só escassearam pela colheita industrial, mas estão a migrar conforme os oceanos aquecem e os recifes de coral morrem.

Às vezes a saúde é mais prejudicada pelas fontes, e não pelos impactos das mudanças climáticas provocadas pelo homem. A Organização Mundial da Saúde estima que sete milhões de pessoas morrem a cada ano por causa da poluição do ar, que também contribui para o aquecimento global como um gás do efeito estufa. "O mundo já está comprometido com níveis altos de alteração climática", disse Richard Kinley, chefe interino do fórum climático da ONU, no encontro que ontem terminou.

O sector da saúde tem de lidar com as consequências", acrescentou Richard Kinley.

## 10.6 Sector florestal é alternativo

*Jornal Economia e Finanças*

*15 De Julho de 2016*

*Texto: Ismael Botelho*

Um outro subsector que está a merecer a atenção especial do Executivo angolano é o 'sector florestal, que tem, segundo o ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, grande potencial inexplorado, e que pode servir de grande alternativa à diversificação da economia nacional. Tem, igualmente, recursos

suficientes para criar empregos e riquezas para o país. As suas potencialidades estão avaliadas em 57 milhões de metros cúbicos, com aproximadamente 150 hectares por aproveitar.

O governante disse que este tratamento deve-se ao facto de ser uma área que pode contribuir para o fornecimento de matéria-prima à indústria mobiliária nacional, à construção civil, mas que também serve para as exportações, o que poderá aumentar a sua exploração de maneira controlada, ainda mais quando a Nova Lei de Exploração Florestal for aprovada. A legislação vigente, lembrou, data dos anos 50/60, não estando actualmente ajustada à nova realidade.

Este subsector pode contar com a acção do empresariado privado e com a cooperação estrangeira de países como Portugal, Itália e outros, que estão a manifestar interesse nesta área.

Segundo o ministro, há muito interesse de investidores estrangeiros na plantação de árvores exóticas, que servirão para aproveitar os polígonos florestais existentes. Em matéria de florestas plantadas no passado, lembrou, os polígonos do Caminho-de-Ferro de Benguela e outros, faziam de Angola, o país com a maior plantação de Africa.

"Há um programa de aproveitamento e exploração deste recurso, para se poder utilizar a sua produção em outros produtos, como a energia, por exemplo. Para isso, já foi criada uma empresa para cuidar disso, no sentido de reactivar a indústria de celulose", disse.

Afonso Pedro Ganga afirmou ainda que neste momento o objectivo é reactivar todos polígonos florestais para o aproveitamento do potencial existente, sendo para isso importante, não só no sector que dirige, mas no geral, a formação de quadros para que possam ser absorvidos pelas empresas privadas que actuam na agro-indústria.

"A capacidade de absorção do Estado é limitada e é aqui que as empresas privadas são chamadas a intervir", considera.

## 10.7 Fabrico ilegal de adobe ameaça o rio

*Jornal de Angola*

*19 De Julho de 2016*

*Texto: Marcelo Manuel*

As autoridades provinciais do Cuanza Norte vão continuar a reforçar a promoção de acções de desencorajamento dos munícipes que fabricam adobe

em locais proibidos, principalmente nas proximidades do rio Muambeje, para evitar danos ambientais.

O chefe do departamento provincial do Ambiente, Gaspar João de Barros, disse ontem que a problemática da feitura de adobe em locais impróprios é antiga e que apesar dos vários trabalhos de sensibilização feitos pelas autoridades, a população insiste na prática.

Gaspar João de Barros disse que rio Muembeje já foi, em tempos idos, considerado o espelho da cidade de Ndalatando, daí que o governo trabalha nos vários domínios, para devolver esse cenário antigo.

A luta contra a fabricação de adobe vai ser reforçada, uma vez que a prática pode contribuir para que o rio não siga o seu curso normal, provocar a morte de várias espécies animais aquáticas e terrestres, com destaque para pequenos peixes, sapos, lagartos, cobras, gafanhotos, ratos, entre outros.

Gaspar de Barros sublinhou que a extracção de terra no rio pode contribuir para a origem de vários problemas ligados à diminuição da matéria orgânica dos solos, o que cria o seu enfraquecimento, para além do desaparecimento das várias espécies vegetais mais abundantes.

Ressaltou também que a prática ilegal pode retirar a qualidade da água usada para a irrigação dos vários produtos existentes a nível do Centro de Investigação Agronómica do Kilombo.

Em função disso, Gaspar de Barros advogou a necessidade de os jovens que realizam a actividade em causa a se enquadrem nos programas de formação profissional, ministrados pelo INEFOP, de forma a adquirem uma profissão e serem inseridos no mercado de trabalho ou optarem pelo empreendedorismo. O chefe de secção dos serviços

Comunitários da Administração Municipal de Cazengo, Manuel Macongo, frisaram que o pelouro, em conjunto com efectivos do Comando da Polícia Nacional, está a procederem várias acções que visam a dissuasão dos jovens na continuação de tal prática.

Manuel Macongo reconheceu haver carência de postos de trabalhos para os jovens, mas aconselhou os munícipes a requerem à administração um local próprio, para a feitura de adobes, por formas a evitar litígios com as autoridades administrativas e policiais. o Jornal de Angola foi ao local e constatou que a venda do produto é feita em unidades que custam entre 45 e 50 kwanzas, dependendo do tamanho do bloco. Francisco Duarte, 19 anos, frisou que tem agora uma produção de cerca de 1.200 adobes, que podem render 60milkwanzas. Este dinheiro é

empregue na compra de materiais escolares, chapas de zinco e no sustento da mãe e dos irmãos menores. Além de estudar, o jovem já tinha frequentado uma formação profissional, na área de alvenaria. "Vou largar a vida dos adobes, por ser muito cansativa e trazer problemas à saúde."

## **I0.8 Famílias sinistradas recebem ajuda**

*Jornal de Angola*

*19 De Julho de 2016*

*Texto: Justino Vitorino*

Um total de quinze famílias da aldeia de Kandjonde, na localidade do Morro do Moco, município do Londuimbali, no Huambo, sinistrados pelo desabamento de terras provocado pelas chuvas deste ano, beneficiou de chapas de zinco e outros materiais de construção, num gesto dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros.

Por altura do sinistro, o Governo da Província do Huambo havia alocado meios e quantidades não especificadas de artigos e materiais de construção, entre Janeiro e Fevereiro deste ano, que serviu para reforçar e melhorar as condições de habitabilidade das famílias que perderam as suas moradias e haveres.

As famílias afectadas receberam dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, chapas de zinco, portas janelas, cimento, bens alimentares e outros meios para assegurar o seu realojamento e melhorar as suas condições de vida.

O porta-voz dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros no Huambo, Abel Kangombe, afirmou que a instituição vai continuar a apoiar as famílias sinistradas, para garantir melhores condições sociais das populações, independentemente da sua localização.

O deslizamento de terra que se deu na aldeia de Kandjonde, além de deixar as populações ao relento, destruiu também escolas comunitárias, capelas e capelinhas de várias igrejas, entre outros danos. "A situação era preocupante e é nosso dever acudir as populações afectadas, não somente em consequências de chuvas, como também de outros fenómenos que ocorrem frequentemente nas comunidades", reconheceu o oficial.

O chefe de secção-adjunto da repartição social da administração municipal do Londuimbali, Luís Avelino, louvou o gesto de solidariedade dos Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, por ter levado estes bens às famílias afectadas. Luís Avelino disse que o

Governo do Huambo tudo tem feito no sentido de se adquirir mais chapas de zinco para distribuir às outras famílias e a reconstrução das escolas e postos de saúde atingidas, de modo a manter o seu normal funcionamento.

Luís Avelino reconheceu que a aldeia de Kandjonde tem registado também algumas mortes por descargas eléctricas e outras ocorrências em tempos de chuvas e assegurou que tudo está a ser feito pela administração para minimizar a situação e acautelar outras situações que possam ocorrer nos próximos tempos.

As autoridades tradicionais aconselham as populações a plantar árvores, sobretudo do capim elefante, eucaliptos em zonas consideradas de riscos para combater certas tragédias nas comunidades.

## 10.9 Angola exporta madeira para Europa e Emiratos Árabes Unidos

*Jornal O PAIS*  
*22 De Julho de 2016*

Angola está desde 2013 a exportar madeira produzida na província do Bengo para Espanha, Itália, Portugal e Emiratos Árabes Unidos. A informação foi avançada ontem à imprensa pelo director provincial da Agricultura Faustino Quissaque Ngonga.

"As primeiras amostras começaram a sair em 2013 e em 2014, quando se exportou madeira para a Itália e Espanha, num total de 2.450 metros cúbicos, por intermédio da empresa GDS", explicou. Faustino Quissaque Ngonga revelou que em 2015 a empresa Angosolução exportou 109 metros cúbicos de madeira serrada para Portugal, enquanto a empresa Matos e Jean exportou 4.160 metros cúbicos de madeira em toros para os Emiratos Árabes Unidos.

Segundo o responsável, a província do Bengo tem madeira nobre de qualidade comercial e muito apreciada no mercado internacional, como a Muanza, Longui, Ndulo, Undianunu, Kíbaba, entre outras, sendo a Moreira a espécie predominante na província.

Disse que em termos de exportação da madeira, a província do Bengo está bem e pretende melhorar, exportando cada vez mais este produto e arrecadando receitas suplementares para os cofres do Estado.

O sector está a crescer desde 2013, gerando muitos empregos e receitas para os cofres do Estado através do licenciamento de empresas e multas aplicadas,

contribuindo, dessa forma, para a diversificação da economia nacional.

Faustino Quissaque é de opinião que os incentivos do Estado a este sector podem ajudar a alavancar a economia nacional.

## 10.10 Chuva fez mais de 200 mortos

*Jornal O PAIS*  
*27 De Julho de 2016*  
*Texto: Domingos Bento*

Benguela, Huila, Luanda, Kuando Kubango e Kwanza-Sul foram as províncias em que as chuvas causaram mais danos humanos e materiais incalculáveis, sendo que além dos mortos há registo de 321 pessoas gravemente feridas.

A revelação foi feita por Faustino Sebastião, porta-voz da Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, ontem em Luanda, durante a reunião de preparação e análise do relatório da época chuvosa 2015/2016. Entre as mortes, 42 foram causadas por descargas eléctricas atmosféricas, sendo o Huambo, Benguela, Huila e Kwanza Sul as províncias em que o fenómeno teve mais incidência.

Disse que as primeiras enxurradas do ano causaram ainda a destruição global de 11. 597 residências e inundou outras 56.212.

Na capital do país, os municípios de Viana, Cacuaco, Cazenga e Belas constam das zonas mais afectadas e onde se registaram a destruição total de outras infra-estruturas, designada mente igrejas, escolas, postos policiais, hospitais e outros espaços públicos.

Para evitar que mais vidas e bens diversos se percam no decurso do próximo período chuvoso, que inicia na primeira quinzena do mês de Agosto, Faustino Sebastião deu a conhecer que está a ser criado um "Plano de Contingência" e ainda uma série de medidas de prevenção junto às populações.

Entre elas, o responsável mencionou estar em curso uma campanha de sensibilização, mobilização e prevenção de calamidades desenvolvida pelos Serviços Provinciais de Protecção Civil e Bombeiros em parceria com as administrações municipais. Explicou que essa empreitada teve início este mês e deverá estender -se até às primeiras semanas de Agosto.

No entanto, a referida campanha cinge-se na interacção entre os seus efectivos e os moradores, em



que serão fornecidas explicações sobre as causas e formas de prevenção de desastres. Pretende-se com estas acções, que estão a ser feitas porta-a-porta, melhorar a coordenação entre os Bombeiros e identificar eventuais lacunas no plano de contingências.

"Uma das recomendações feitas foi a necessidade de se trabalhar num programa de contingência específico para possibilitar uma maior e célere resposta quando estiverem a ocorrer determinados fenómenos", ressaltou.

INAMET sem previsão

Por seu lado, Francisco Osvaldo, técnico do Instituto Nacional de Metrologia (INAMEI), anunciou que, por enquanto, a sua instituição está sem uma previsão precisa da amplitude da próxima época chuvosa.

De acordo com a fonte, a antevisão da próxima estação vai ser concertada durante a reunião de peritos dos serviços de meteorologia da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que será realizada em Agosto, em Luanda.

"O que indica que só teremos a previsão do país a partir de Setembro, porque nesta reunião vai se fazer a previsão para a próxima época chuvosa a nível da África Austral", atestou.

Enquanto se aguarda pela previsão, Francisco Osvaldo apelou às famílias para que estejam atentas às questões de prevenção para se evitar mais prejuízos durante a temporada que se avizinha. "Vamos entrar em época chuvosa. É preciso que as famílias se previnam e evitem situações de risco eminente enquanto estiver a ver", concluiu.

## 10.11 Chuvas provocaram centenas de vítimas

*Jornal de Angola*  
*27 De Julho de 2016*  
*André Da Costa*

As fortes chuvas que se abateram sobre o país em 2015 e princípio deste ano provocaram 270 mortos e 21 feridos, segundo anunciou ontem à imprensa o chefe de departamento de comunicação institucional e imprensa do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros.

Faustino Sebastião, que falava à margem da reunião do secretariado executivo da Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, apontou as províncias

de Luanda, Benguela, Huíla, Cuando Cubango e Cuanza Sul como as mais afectadas pelas chuvas e descargas eléctricas atmosféricas que resultaram em vários mortos e feridos.

Das 270 mortes registadas, 42 foram causadas por descargas eléctricas atmosféricas nas províncias do Huambo, Benguela, Huíla e Cuanza Sul. O chefe de departamento de comunicação institucional e imprensa do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros disse existir um Plano de Contingência Geral para acudir as vítimas das chuvas e calamidades naturais.

"Não existe um Plano Específico de Contingência, mas sim um plano geral para acudir as vítimas das chuvas", afirmou.

A reunião do secretariado executivo da Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, que analisou ontem o grau de preparação para a época chuvosa que se a vizinha recomendou a elaboração de planos de contingência específicos para possibilitar uma maior e melhor resposta quando em presença de chuvas. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros vai trabalhar, de 14a 17 de Agosto, na mobilização das comunidades para a prevenção.

## 10.12 USAID anuncia financiamento para combate à seca

*Jornal O PAÍS*  
*27 De Julho de 2016*

O administrador assistente da USAID para a democracia, conflito e assistência humanitária, David Harden, anunciará hoje, em conferência de imprensa telefónica, um financiamento adicional para mitigar os danos causados pelo fenómeno El Niño na sub-região da África Austral.

De acordo com uma nota de imprensa enviada a OPAÍS pela Embaixada dos Estados Unidos em Angola, na ocasião, os jornalistas terão também a oportunidade de serem informados acerca dos programas agendados visando acudir as vítimas da estiagem no Sul do país.

Apesar de não revelar o montante a disponibilizar, a nota refere que os Estados Unidos da América já disponibilizaram perto de 400 milhões de dólares destinados a programas de ajuda e de desenvolvimento que visam mitigar o impacto da seca na África Austral.

No cômputo geral, desde Março de 2015 até à presente data, os americanos aplicaram perto de um bilião de dólares em assistência de emergência aos países afectados pelo El Nino em todo o mundo.

No referido documento, a Embaixada dos EUA em Angola esclarece que a ajuda enquadra-se nos esforços de desenvolvimento da Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), assenta em três pilares. "O primeiro é a mobilização de uma resposta humanitária oportuna e robusta para mitigar necessidades imediatas, o segundo visa activar recursos de emergência para os esforços de desenvolvimento para proteger os progressos alcançados e, por último, ajustar os programas de desenvolvimento à acção de mitigação dos impactos e acelerar a recuperação", conclui o documento.

### 10.13 Serviço de Protecção Civil desaconselha edificações

*Jornal de Angola*

*30 De Julho de 2016*

*Texto: Nicodemos Paulo*

As autoridades tradicionais do município do Uíge foram ontem esclarecidas sobre os perigos que representam a construção de casas em zonas de risco e o abate indiscriminado de árvores e sobre as medidas urgentes em caso de emergência, numa palestra organizada pelo Comando dos Serviços Provinciais de Protecção Civil e Bombeiros (CSPPCB), em parceria com a administração municipal.

O prelector, inspector-chefe dos Bombeiros, Joaquim Lopes Máfua, recordou que o município do Uíge se situa numa zona de fortes ventos e de grande pluviosidade, o que coloca algumas comunidades suburbanas e rurais em perigo, sobretudo aquelas cujas habitações foram construídas nas proximidades dos rios ou sobre as valas de drenagem.

Joaquim Lopes Máfua avançou que, para se evitar danos decorrentes dos fenómenos naturais, ti Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a realizar campanhas de sensibilização, através dos órgãos de comunicação social, no sentido de ajudar as populações a não correrem, desnecessariamente, riscos de vida.

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem como missão planear e coordenar assistência às populações

sinistradas por acidentes graves, calamidades naturais, incêndios e outros acidentes.

"A participação e a colaboração das autoridades tradicionais, dos cidadãos e de outros actores sociais poderão ajudar a salvar e evitar situações que perigam a vida humana e bens", disse. Durante a palestra os participantes abordaram vários temas como "A Lei de Base da Protecção Civil e Gestão de Riscos e Desastres", "A mitigação dos perigos junto das comunidades" e "O papel das autoridades tradicionais na prevenção de riscos", entre outros. O chefe da secção de Planeamento e Operações do CSPPCB Garcia Jacinto, que dissertou sobre "A mitigação dos perigos junto das comunidades", referiu que alguns desaires que ocorrem no seio das populações resultam da falta de cuidados ou da ignorância aos apelos feitos pelas autoridades. "A construção de residências próximo do leito dos rios ou por cima das valas de drenagem, nas encostas das montanhas, o abate indiscriminado de árvores que suavizam a erosão eólica e a pressão dos ventos colocam em perigo a integridade das aldeias", alertou.

Dada a aproximação da época chuvosa, o técnico aconselhou-os presentes no sentido de intensificarem as acções de limpeza e de fiscalização das valas de drenagem, para que sejam evitadas muitas doenças.

Os participantes ao encontro, foram ainda aconselhados a melhora: as técnicas de produção agrícola cultivando produtos resistentes à fortes enxurradas e à estiagem, para garantir um bom stock de alimentos, a conservar a água de forma eficiente, a construir latrinas acima dos níveis prováveis de enchentes e a intensificar o processo de plantação de árvores para proteger as moradias das inundações e compensar o desmantelamento.

## II MIGRAÇÃO

## 12 EXPLORAÇÃO MINEIRA